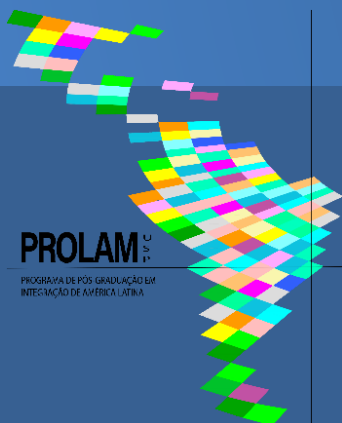


A Precarização do Trabalho e as Crises dos Modelos Produtivos na América Latina no Século XXI



JÚLIO CÉSAR SUZUKI
RITA DE CÁSSIA MARQUES LIMA DE CASTRO
GABRIEL GALDINO
(ORGANIZADORES)



PROLAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
INTEGRAÇÃO DE AMÉRICA LATINA



fflch

FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

DOI: 10.11606/9788575064337

JÚLIO CÉSAR SUZUKI
RITA DE CÁSSIA MARQUES LIMA DE CASTRO
GABRIEL GALDINO
(ORGANIZADORES)

**A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO E AS CRISES
DOS MODELOS PRODUTIVOS NA AMÉRICA
LATINA NO SÉCULO XXI**



FFLCH-USP
PROLAM-USP



fflch

FACULDADE DE FILOSOFIA,
LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

São Paulo
2022

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – USP

Reitor: Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-reitora: Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS - FFLCH

Diretor: Prof. Dr. Paulo Martins

Vice-diretora: Profa. Dra. Ana Paula Torres Megiani

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA
LATINA**

Presidente da CPG: Prof. Dr. Júlio César Suzuki

Vice-presidente da CPG: Profa. Dra. Marilene Proença Rebello de Souza

COMITÊ EDITORIAL

Prof. Dr. Adebaro Alves dos Reis (IFPA)

Profa. Dra. Adriana Carvalho Silva (UFRRJ)

Prof. Dr. Adriano Rodrigues de Oliveira (UFG)

Prof. Dr. Agnaldo de Sousa Barbosa (UNESP)

Prof. Dr. Alécio Rodrigues de Oliveira (IFSP)

Profa. Dra. Ana Regina M. Dantas Barboza da Rocha Serafim (UPE)

Prof. Dr. Cesar de David (UFSM)

Prof. Dr. José Elias Pinheiro Neto (UEG)

Profa. Dra. Maria Jaqueline Elicher (UNIRIO)

Prof. Dr. Ricardo Júnior de Assis Fernandes (UEG)

Prof. Dr. Roni Mayer Lomba (UNIFAP)

Profa. Dra. Telma Mara Bittencourt Bassetti (UNIRIO)

Profa. Dra. Valéria Cristina Pereira da Silva (UFG)

Catálogo na Publicação (CIP)
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo
Maria Imaculada da Conceição - CRB - 8/6409

P923 A precarização do trabalho e as crises dos modelos produtivos na América Latina no Século XXI. [recurso eletrônico] / Organizadores: Júlio César Suzuki, Rita de Cássia Marques Lima de Castro, Gabriel Galdino. -- São Paulo: FFLCH/USP, PROLAM/USP, 2022. 4.315 Kb ; PDF.

Vários autores.

ISBN: 978-85-7506-433-7

DOI: 10.11606/9788575064337

1. América Latina – Estudo e pesquisa. 2. Precarização do trabalho.
3. Modelos Produtivos. 4. Relações de trabalho. I. Suzuki, Júlio César.
II. Castro, Rita de Cássia Marques Lima de. III. Galdino, Gabriel.

CDD 980



Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e a autoria e respeitando a Licença *Creative Commons* indicada

Capa: arte e foto de autoria de Rita Lima de Castro

A exatidão das informações, conceitos e opiniões é de exclusiva responsabilidade dos autores, os quais também se responsabilizam pelas imagens utilizadas.

SUMÁRIO

**MOMENTOS DE REFLEXÃO INTERDISCIPLINAR SOBRE AS
RELAÇÕES DE TRABALHO NA AMÉRICA LATINA7**

JÚLIO CÉSAR SUZUKI

RITA DE CÁSSIA MARQUES LIMA DE CASTRO

GABRIEL GALDINO

**SOCIEDADES PRECÁRIAS: ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS DA
PRECARIIDADE DO TRABALHO14**

DASTEN JULIÁN VEJAR

**TRABALHADORES PRECÁRIOS: VÍTIMAS PREFERENCIAIS DO
CORONAVÍRUS NA AMÉRICA LATINA43**

PEDRO C. CHADAREVIAN

CAROLINA BUENO

**FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA E NATURALIZAÇÃO DA
PRECARIIDADE: NOTAS SOBRE A GÊNESE DO NEOLIBERALISMO
NA AMÉRICA LATINA72**

RICARDO LUIZ CRUZ

**VIAS ABERTAS À PRECARIZAÇÃO: O ATAQUE AOS DIREITOS
TRABALHISTAS NA AMÉRICA LATINA106**

JOEL MENEZES BARRETO JUNIOR

**A PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO COMO PRODUTO DA
ORTODOXIA NEOLIBERAL135**

NÍVEA MARIA SANTOS SOUTO MAIOR

JOSÉ AURICIO LOPES ARAÚJO

**TRANSNACIONALISMO, AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA 4.0:
NOVA ACUMULAÇÃO SOB NOVO MODO DE PRODUÇÃO E SEUS
IMPACTOS NO MUNDO DO TRABALHO152**

FABIANA SCOLESO

**REFLEXÕES SOBRE O (SUB)DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES DE
FRONTEIRA189**

ANA CAROLINA DE MORAIS COLOMBAROLI

LEANDRO FONTES CORRÊA

**ACUMULACIÓN POR DESPOSESIÓN Y MIGRACIÓN EN AMÉRICA
LATINA: EL CASO DE TRABAJADORES PARAGUAYOS EN EL
SECTOR DE LA CONSTRUCCIÓN DE LA CIUDAD DE ROSARIO
(SANTA FE, ARGENTINA)210**

JULIANA CARPINETTI

**MERCADO DE TRABAJO Y DESIGUALDADES DE GÉNERO EN EL
NORTE ARGENTINO)240**

LUCAS EMANUEL TORRES

ELIANA GABRIELA SAYAGO PERALTA

**UBER, SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO E O CAPITALISMO DE
PLATAFORMA EM CONTEXTO DE PANDEMIA: NOVAS E VELHAS
FORMAS DE CONTROLE E RESISTÊNCIA.....272**

GIL FELIX

**O TRABALHO ASSALARIADO SOB A MONOCULTURA: O CASO DAS
PLANTAÇÕES DE ÁRVORES.....296**

MÚCIO TOSTA GONÇALVES

**LA POLÍTICA DE FLEXIBILIDAD LABORAL Y SU IMPACTO EN LA
CONDICIÓN DE VULNERABILIDAD SOCIAL DE LOS
PROFESIONISTAS EN MÉXICO DURANTE EL PERIODO 2005-2016
.....314**

COPILLI YANIK MUNGUÍA GARCÍA

**NACIONALIZAÇÃO OU REFORMISMO NEOLIBERAL: A PROPOSTA
DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA BOLÍVIA DE EVO
MORALES345**

SERGIO ALEJANDRO DORFLER BUSTAMANTE

**MODELOS DE DESARROLLO Y POLÍTICA EXTERIOR: EL CASO DE
ARGENTINA EN EL PERÍODO 2003-2015367**

JUAN FACUNDO CARCEDO

**PRECARIZACIÓN DEL TRABAJO DOCENTE EN MÉXICO: EL
DESAFÍO DE SUSTENTAR LA EDUCACIÓN COMUNITARIA395**

JOSÉ HUMBERTO TREJO CATALÁN

EMMA YOLANDA ESCOBAR FLORES

SOBRE OS ORGANIZADORES417

SOBRE OS AUTORES419

MOMENTOS DE REFLEXÃO INTERDISCIPLINAR SOBRE AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA AMÉRICA LATINA

A economia e o mercado de trabalho latino-americanos apresentam mudanças substanciais desde o início do século XXI. Dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) mostram que, para a primeira década, essas transformações estão vinculadas a diversos fatores – externos e internos – como: o declínio da desigualdade da renda familiar, redução da pobreza, a consolidação de estruturas macrofinanceiras mais sólidas, o aumento dos preços das matérias primas no mercado internacional e a crescente participação chinesa na região. Apesar de importante para a elevação do PIB nesses países, o ‘boom das commodities’ não promoveu o desenvolvimento industrial, tampouco fortaleceu a capacidade desses Estados em promover outro modelo produtivo sustentável no longo prazo.

Em contraste com a primeira década, na segunda, observa-se o fortalecimento do mercado em relação ao Estado. Com isso, identificou-se uma tendência de deslocamento das novas forças políticas governantes para o centro e para a direita neoliberal. Consequentemente, amplia-se a flexibilização da legislação trabalhista, o poder e liberdade das empresas transnacionais – com impactos no mercado de trabalho por meio de processos de subcontratação como o *outsourcing* e o *offshoring*. A região volta a experimentar o crescimento do desemprego e da precariedade, diminuição dos salários reais, aumento da desigualdade e profundas mudanças na legislação trabalhista e na previdência social, que em muitos casos representou um retrocesso histórico significativo.

Posto isto, esta obra busca analisar a crise dos modelos de produção da região, assim como proporcionar uma reflexão interdisciplinar sobre o trabalho e as relações trabalhistas, por meio de uma perspectiva econômica e sociológica, no contexto atual de avanço de neoliberalismo, de crescimento das desigualdades, e de ascensão de regimes políticos democráticos, mas com caráter autoritários e populistas.

Os textos que compõem os debates acerca da precarização do trabalho e as crises dos modelos produtivos na América Latina no século XXI vão ao encontro das várias reflexões e abordagens tanto teóricas quanto de análise a partir de linhas temáticas como: modelos de produção; reformas neoliberais; comércio; desigualdade social; desestruturação do trabalho; precariedade laboral; reforma trabalhista; e crise sindical.

Desse modo, esta obra se inicia com o capítulo intitulado Sociedades precárias: estudos contemporâneos da precariedade do trabalho de Dasten Julián Vejar. O desenvolvimento da reflexão do autor vai na direção de discutir acerca das sociedades precárias e apresentar algumas das principais características dessas sociedades que surgiram a partir da sincronização das políticas de desregulamentação e mercantilização social em nível transnacional, juntamente com a introdução de uma série de mecanismos de coordenação entre sistemas jurídicos, políticos, econômicos e culturais de caráter global.

O segundo capítulo Trabalhadores precários: vítimas preferenciais do coronavírus na América Latina de Pedro C. Chadarevian e Carolina Bueno busca debater sobre o mercado de trabalho durante a pandemia de Covid-19, levantando evidências da relação entre as vítimas do novo coronavírus

e o grau de precarização do mercado de trabalho latino-americano, com base em informações estatísticas, relatórios sindicais e na literatura existente.

O terceiro capítulo *Financeirização da economia e naturalização da precariedade: notas sobre a gênese do neoliberalismo na América Latina* de Ricardo Luiz Cruz propõe refletir sobre as condições históricas e sociais da emergência do neoliberalismo na América Latina, tendo como referencial uma literatura sociológica, histórica, antropológica e geopolítica a partir da qual temas e questões relativos à compressão desse problema são discutidos, com o foco nas análises que se debruçaram sobre as sociedades brasileira e peruana.

Por conseguinte, no quarto capítulo *Vias abertas à precarização: o ataque aos direitos trabalhistas na América Latina* de Joel Menezes Barreto Junior se ocupa em analisar como a dinâmica da reestruturação capitalista, iniciada no centro do sistema interestatal na segunda metade do século XX, tem se desdobrado sobre a semi(periferia) latino-americana e contribuído no processo de intensificação da precarização laboral, sobretudo no que diz respeito à retirada de direitos e introdução de formas atípicas e flexibilizadas de trabalho, através do desmonte da legislação trabalhista.

O quinto capítulo *A plataformização do trabalho como produto da ortodoxia neoliberal* de Nívea Maria Santos Souto Maior e José Aurício Lopes Araújo visa contribuir para a análise da nova gestão de plataformização do trabalho, como sendo um sistema produtivo que intensifica mais ainda as condições flexíveis e precárias da classe trabalhadora.

No sexto capítulo *Transnacionalismo, agronegócio e agricultura 4.0: nova acumulação sob novo modo de produção e seus impactos no mundo*

do trabalho de Fabiana Scoleso se procura oferecer linhas de debate acerca do tripé teórico transnacionalismo, agronegócio e agricultura 4.0 como forma de compreender o atual modelo produtivo do agronegócio e a inserção da Agricultura 4.0 na lógica da organização capitalista de produção como elemento “modernizador” e “inovador”, caracterizado como Reestruturação Produtiva Permanente (RPP) e presente em vários elos da cadeia de valor do agro.

O sétimo capítulo A indústria maquiladora na América Latina: reflexões sobre o (sub)desenvolvimento das regiões de fronteira de Ana Carolina de Moraes Colombaroli e Leandro Fontes Corrêa busca analisar a difusão da Indústria Maquiladora na América Latina e compreender a relação que se estabelece entre este tipo de empreendimento e a internacionalização da agenda neoliberal. Com especial atenção à instalação das Maquillas nas regiões de fronteira entre os países, e às relações de trabalho que estão presentes nestas fábricas, coloca-se em perspectiva quais são os limites deste projeto de desenvolvimento industrial.

O oitavo capítulo Acumulación por desposesión y migración en América Latina: el caso de trabajadores paraguayos en el sector de la construcción de la ciudad de Rosario (Santa Fe, Argentina) de Juliana Carpinetti se propõe analisar as características evidenciadas, na América Latina em geral e no Cone Sul em particular, pela vinculação entre as práticas de acumulação por desapropriação e as dinâmicas migratórias contemporâneas.

No nono capítulo Mercado de trabajo y desigualdades de género en el Norte Argentino Conciliación del trabajo remunerado y no remunerado de mujeres de sectores populares de Lucas Emanuel Torres e Eliana Gabriela

Sayago Peralta gira em torno de qual é a situação atual das mulheres no mercado de trabalho remunerado em Santiago del Estero, quais são as desigualdades existentes entre homens e mulheres, de que forma e em que condições estão inseridas e, principalmente, como se administram tarefas remuneradas e não remuneradas nas casas de bairros populares.

O décimo capítulo Uber, superexploração do trabalho e o capitalismo de plataforma em contexto de pandemia: novas e velhas formas de controle e resistência de Gil Felix trata-se de abordar o caso do/as trabalhadores/as diretamente subordinados ao chamado “capitalismo de plataforma” e, em particular, dos entregadores e motoristas da empresa Uber que alcançaram grande visibilidade pública nos últimos anos no Brasil e em diversos outros países.

No décimo primeiro capítulo O trabalho assalariado sob a monocultura: o caso das plantações de árvores de Múcio Tosta Gonçalves se propõe debater sobre os principais aspectos da organização do trabalho no ramo da produção de árvores para uso industrial, o que é realizado sob a forma de monoculturas. Atividade herdeira da lógica da plantation e das políticas e estratégias que guiaram a modernização capitalista do campo, as plantações de árvores para uso industrial criaram um exército de trabalhadores e trabalhadoras que padecem sob as condições precárias da organização das condições de trabalho, combinando velhas e novas formas de subordinação e controle do trabalho.

Por sua vez, no décimo segundo capítulo La política de flexibilidad laboral y su impacto en la condición de vulnerabilidad social de los profesionistas en México durante el periodo 2005-2016 de Copilli Yanik Munguía García foi desenvolvido uma análise da política de trabalho

mexicana, a fim de evidenciar se a gradual flexibilização do mercado de trabalho no país intensificou a condição de vulnerabilidade social dos profissionais diante dos riscos de empobrecimento, individualização das relações de trabalho e risco de dependência.

O décimo terceiro capítulo Nacionalização ou reformismo neoliberal: A proposta de desenvolvimento econômico na Bolívia de Evo Morales de Sergio Alejandro Dorfler Bustamante procura apresentar uma interpretação que vai na contramão do senso comum respeito à opinião de que as reformas promovidas no interior do Estado Plurinacional da Bolívia – já desde seus últimos anos como República da Bolívia -, significaram a remodelagem de sua estrutura econômica.

O décimo quarto capítulo Modelos de desarrollo y política exterior: El caso de argentina en el período 2003-2015 de Juan Facundo Carcedo aborda a relação entre o modelo de desenvolvimento e a política externa, especialmente na Argentina durante o período 2003-2015.

O fechamento desta obra ocorre com o capítulo Precarización del trabajo docente en México: El desafío de sustentar la educación comunitaria de José Humberto Trejo Catalán e Emma Yolanda Escobar Flores que discorre sobre o desafio que a dispersão da população mexicana representa para o sistema educacional, por meio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Educacional, doravante CONAFE, modelo de atendimento de baixo custo que envolve a contratação de professores que recebem uma bolsa de estudos que pode durar até quatro anos, durante o desenvolvimento dos estudos profissionais.

Convidamos os leitores e as leitoras da obra a fazerem parte deste diálogo profuso dos temas abordados nesta coletânea, que permitem a

reflexão sobre a precarização do trabalho e as crises dos modelos produtivos na América Latina, assim como a elaboração de novas análises para compreender a realidade da região e suscitar novos eixos de estudo.

Júlio César Suzuki ¹
Rita de Cássia Marques Lima de Castro ²
Gabriel Galdino ³
(organizadores)

¹ Graduado em Geografia (UFMT), em Letras (UFPR) e em Química (IFSP), com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP) e Livre-Docência em Fundamentos Econômicos, Sociais e Políticos da Geografia. Professor Doutor junto ao Departamento de Geografia da FFLCH/USP e ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: jcsuzuki@usp.br

² Graduada em Comunicação Social – Jornalismo (Faculdade de Comunicação Social Cáspere Líbero) e em Administração (Centro Universitário SENAC SP), com mestrado em Administração (FGV-EAESP), doutorado em Ciências (PROLAM-USP), pós-doutorado (FEA-USP). Professora de pós-graduação no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina - Prolam / USP e professora de graduação (Programa PART) na FEA-USP da Universidade de São Paulo (USP). É pesquisadora no CORS e no NESPI, ambos centros de pesquisa lotados na FEA-USP. Também é pesquisadora no Grupo de Pesquisa Psicologia, Sociedade e Educação na América Latina (Instituto de Psicologia-USP) e do Centro Latinoamericano de Estudios en Epistemología Pedagógica (CESPE), onde atua como Presidente adjunta para o Brasil e como Chefe de Relações Internacionais. E-mails: ritalimadecastro@usp.br; ritalimadecastro@gmail.com

³ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP) e Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), com período de formação na Universidad Pontificia Bolivariana (UPB), Colômbia. Possui experiência como Ativista dos Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário pela Cruz Vermelha Brasileira (2018), TECHO (2016) e Campaign to Abolish Nuclear Weapons (2015). Foi coordenador da Associação de Estudantes de Pós-Graduação do PROLAM (APG-PROLAM) durante 2019-2020. Tem experiência de pesquisa nos seguintes temas: América Latina; Desenvolvimento Econômico; e Precariedade Laboral.

SOCIEDADES PRECÁRIAS: ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS DA PRECARIEDADE DO TRABALHO

Dasten Julián Vejar ⁴

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o campo das ciências sociais em nível internacional tem reconhecido que a precariedade e suas diversas manifestações constituem um fenômeno importante nas sociedades contemporâneas (CASTEL, 2010; FEDERICI, 2013; DÖRRE, 2014; LOREY, 2014; KALLEBERG, 2018). A conclusão de várias investigações é que estamos perante um problema constitutivo e constituinte da arquitetura, reprodução e produção das sociedades contemporâneas. Sua importância estaria fixada em múltiplos espaços da vida social, o que tornou necessário aprofundar no conhecimento de suas manifestações, causas e consequências, bem como atuar, colaborar e gerar incidências sociais e políticas para resisti-la.

Longe de ser um diagnóstico isolado, é possível identificar em diferentes referenciais teóricos e em vários arcabouços metodológicos uma série de esclarecimentos e definições em torno da condição e situação de precariedade (DÖRRE, 2014). É inegável que são diversos os esforços no sentido de caracterizar e compreender sua incidência nas sociedades contemporâneas, bem como as ações e projetos empreendidos por movimentos e atores sociais em nível global para superá-la. Considerando uma série de diversidades e particularidades geográficas, culturais e históricas, a precariedade tem se apresentado como sintoma compartilhado na fase atual da globalização e do capitalismo.

⁴ Sociólogo (Universidade da Fronteira, Chile). Doutor em Sociologia (Friedrich Schiller University of Jena, Alemanha). Pesquisador e professor do Instituto de História e Ciências Sociais (Universidade Austral, Chile).

No entanto, é evidente também que a precariedade não tem sido necessariamente um ponto de partida para tais investigações e tampouco um lema ou tema hegemônico no campo da resistência e das lutas sociais, mas sim se inserindo como ponto de chegada e de referência compartilhada por tantos e tantas pesquisadoras, organizações, movimentos e atores, o que os faz relevá-la como condição do presente e como referência em suas disputas, conclusões, demandas e resultados. A precariedade foi identificada como uma das fissuras estruturais do modelo neoliberal e de suas possibilidades de reprodução social.

Sem fazer distinções em suas nacionalidades, local de origem e referenciais estudadas, obras tão díspares quanto “Expulsões” de Saskia Sassen (2015) ou “A Doutrina de Choque” de Naomi Klein (2008), a “Breve História do Neoliberalismo” de David Harvey (2007), “Precarious Lives” de Judith Butler (2004), ou “A Happy New World” de Ulrich Beck (2007), encontram na precariedade uma intersecção comum em seus diagnósticos. Isso é verificado pelos autores em campos tão diversos como o estudo das relações intersubjetivas, os processos ofensivos do capital em nível global, as mudanças ecológicas e a reconfiguração do espaço, do habitat, do trabalho e da vida social no capitalismo contemporâneo.

É claro que a lista pode ser estendida a Richard Sennett (2006), Zygmunt Bauman (2007), Pierre Bourdieu (1999), Silvia Federici (2013), entre outros autores contemporâneos que, na complexidade e diversidade de suas abordagens, têm colocado a precariedade como um tema importante nos diagnósticos das sociedades no capitalismo global tardio. Muitos dos diagnósticos atuais enfatizam o reforço da flexibilidade (STANDING, 2011), do empreendedorismo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2002) e do risco (BECK, 2007), que configuram tendências que apontam para uma atualização tecnológica dos modelos e dispositivos de dominação (antes nacional) para a cena transnacional. Esse processo se alia à erosão dos marcos de segurança, estabilidade e integração

social (DÖRRE, 2014; KALLEBERG, 2018; SULLIVAN; WEBER, 2019), o que representa um desafio para projetos políticos baseados no bem-estar social solidário.

Uma das principais manifestações por meio das quais tem sido possível registrar o avanço da precariedade tem sido o emprego e o trabalho. Reconhecendo o contexto detalhado pelos autores mencionados acima, a precariedade tem se apresentado como um debate global a respeito do presente e do futuro da previdência e da seguridade social. A precariedade do trabalho seria um fenômeno global que anda de mãos dadas com o "enfraquecimento do mundo do trabalho" (ALVES, 2009), consolidando um processo de fragilidade dessa "esfera privada da vida", através da flexibilização do trabalho, da terceirização, desemprego, medo de substituição, desperdício e subemprego (CASTEL, 2010; JULIÁN, 2017).

Esses processos foram intercalados por profundas mudanças nas políticas de emprego, nos regimes e nos processos de trabalho, bem como nos sistemas de segurança social. Paralelamente, surge uma quarta revolução industrial - que deu origem a um processo de digitalização, automatização e robotização do trabalho -, a introdução de novos modelos de organização e gestão do trabalho e a proliferação de novas ocupações. Todas estas tendências dinamizaram as formas de compreender o desemprego e a desocupação, bem como apelaram à reconsideração da informalidade, do empreendedorismo e do subemprego, uma vez que estão a formar grupos com deficiências estruturais em termos de segurança e proteção social.

Na atualidade, a precariedade tem-se centrado sobretudo na relação do trabalho com o futuro das "sociedades modernas" e a sua coesão, visto que essas passam a sofrer processos de ajustamento e redução dos direitos sociais, enquanto as medidas de fragilização do trabalho induzem fragilidades, salários e segurança social (CASTEL, 2006). Essa abordagem "moderna" da precariedade tem feito

parte de uma discussão por parte das instituições, normas e previdências sociais entendidas a partir das políticas e fundamentos do Estado como agente fundamental na proteção social da população. Esta foi acompanhada por um Estado que depositou no contrato de trabalho a chave de acesso aos sistemas de segurança e proteção social (CASTEL, 2010), e um exercício de legitimidade e governação ao nível da integração social (CASTEL, 2006).

Por sua vez, organizações de trabalhadores e movimentos sociais têm procurado responder a esses processos precários, gerando alternativas, propostas, ações e protestos que visam resguardar as garantias anteriormente conquistadas, aprofundá-las em um novo marco de direitos e/ou de defesa de seu exercício. A classe trabalhadora, em sua heterogênea composição ocupacional, racial, sexual, etária, religiosa, nacional etc., tem entendido a precariedade como uma ameaça às suas condições de vida, à condição de seu trabalho e à saúde das relações sociais. No entanto, a radicalidade das políticas de precariedade continuou sua marcha ao redor do mundo como parte de um projeto-mundo de conquista, governo e expropriação.

A precariedade é uma questão social que obedece a um momento histórico do capitalismo e ao projeto de uma classe social em nível global. Sua primeira expressão, como estratégia de precarização global, pode ser observada nas políticas neoliberais promovidas a partir dos anos setenta e oitenta (HARVEY, 2007), consolidando as bases estruturais da desigualdade social, individuação, consumismo, endividamento e falta de marcos de direitos sociais. Percebe-se na institucionalização e reforço de uma política de indefesa do sujeito contra o Estado e o capital, a chamada desregulamentação, a qual tem recebido múltiplas expressões em todo o sistema-mundo.

Nessas múltiplas expressões que é possível identificar as raízes da formação de “sociedades precárias”. Nesse capítulo, pretende-se fazer uma breve apresentação de algumas das principais características dessas sociedades que

surgiram a partir da sincronização das políticas de desregulamentação e mercantilização social em nível transnacional, juntamente com a introdução de uma série de mecanismos de coordenação entre sistemas jurídicos, políticos, econômicos e culturais de caráter global.

2 CAPITALISMO, NEOLIBERALISMO E PRECARIEDADE

Após décadas de políticas de ajuste, ditaduras militares, guerras e repressões policiais, o capitalismo adquiriu uma expressão do neoliberalismo como projeto de colonização global. Embora o neoliberalismo possa ser identificado e considerado como uma expressão ligada a um conjunto de instituições, discursos e atores transnacionais, ele também é uma parte importante das formas culturais e sociais que reproduzem a sociedade contemporânea. As suas linhas de interligação, reprodução e expansão, bem como as suas contradições, limites e particularidades, têm feito parte de um árduo debate a nível internacional por diversos e diversas autoras.

Depreende-se, a título de síntese, dessa discussão fecunda que a intervenção do neoliberalismo, em diversos contextos espaço-temporais, estabelece certas coordenadas para compreender a homologação instituinte da desregulamentação como princípio arquitetônico fundamental das relações sociais: o imperativo da eliminação de barreiras, fronteiras, instituições e normas como mecanismos de compressão do espaço-tempo (SADER, 2008; ROSA, 2010; HARVEY, 2008; MEZZADRA; NEILSON, 2016). Nele, o discurso da eficiência, produtividade e crescimento econômico se institui no sujeito como um acoplamento necessário para a fluidez das práticas e redes de coordenação que se acoplam à acumulação de capital.

Para esses acoplamentos, os principais obstáculos em geral, são as regulações e as conquistas sociais traduzidas em regimes de direitos. Todos os espaços fora da competitividade e do lucro, bem como as barreiras que limitam o

exercício de empresas, monopólios, cartéis etc., são limites que precisam ser revistos e ajustados por políticos ad-hoc. Financiamentos públicos, direitos, leis e instituições que impliquem um controle ou freio ao poder do capital, serão alguns dos focos com os quais as políticas neoliberais tenderão ao desmantelamento, à desregulamentação e à flexibilização.

Esse é um processo complexo, mas o resumimos aqui para dar a este capítulo mais inteligibilidade e fluxo. Ainda assim, é preciso mencionar que essa neoliberalização das sociedades tem uma adaptação e extensão permanente a cada formação social. Supõe-se um reforço constante das redes de poder e expansão do capital em diversas escalas geográficas (HARVEY, 2008) e populações (BUTLER, 2004), ao mesmo tempo que avança dinamizando elementos de segurança e proteção social com base em processos históricos de lutas sociais e uma cultura de direitos. Essa ofensiva é central para a compreensão da precariedade das sociedades, pois por meio dela também é possível compreender a capacidade do neoliberalismo como projeto sistêmico de aprender com suas experiências e transferir seus resultados em várias escalas, promovendo um sentido global de governo.

A precariedade das sociedades, ao nível das instituições sociais, é identificada como uma tendência global que se baseia em tornar os apoios de segurança social (trabalho, saúde, educação etc.) vulneráveis e dependentes das contingências e necessidades do mercado, Introduzindo-os no esfera da comercialização e consumo privado (DÖRRE, 2014; LOREY, 2015). Nesse sentido, a precariedade configurou um novo horizonte para compreender as lógicas globais e as mutações do capitalismo, bem como uma possibilidade de diagnosticar alguns dos principais problemas sociais das relações humanas na atualidade.

Por exemplo, para Robert Castel (2006), a precariedade faz parte do choque da condição salarial que quebra as posições estabelecidas na divisão social do

trabalho. Essa convulsão desconecta os indivíduos dos sistemas de proteção característicos do Estado de bem-estar, constituindo uma zona de vulnerabilidade pela qual grande parte da população passa a transitar. Uma flexibilização dos marcos regulatórios e da estabilidade do emprego, com a multiplicação do “trabalho atípico”, subemprego, subemprego e desemprego.

No entanto, esta tese de homologação do "flexível" ao "precário" não envolve a profundidade do sentido central de precariedade na anatomia das sociedades contemporâneas. A flexibilidade é a múltipla adesão ao emprego (salarial, temporário, funcional e contratual) e suas normativas, enquanto a precariedade perpassa as relações sociais de vida, trabalho, habitat, direitos etc. A sua densidade está intimamente relacionada ao processo de enclausuramento e segregação orientado para a expulsão social (SASSEN, 2015) e o risco (BECK, 2007) de um grande grupo da população mundial (BALIBAR, 2013). Esse processo não está necessariamente inscrito nos discursos, memórias e textos oficiais do governo, mas sim depositado nas biografias, corpos, resistências e práticas de quem sofre com isso, o que envolve uma forma intersetorial de compreensão do significado da precariedade (LUGONES, 2008 ; COLLINS, 2015; VIVEROS, 2016).

Aqui é que a precarização se insere como prática de ressonância e intersecção de antigas formas de dominação e opressão, que não podem ser reduzidas apenas ao trabalho assalariado como homologação ou sinônimo de trabalho. Com as sofisticadas práticas de expropriação e expulsão, a estigmatização, criminalização, perseguição e punição de populações específicas, como migrantes, jovens, crianças pobres, dissidentes sexuais, mulheres etc. (BUTLER, 2004; FEDERICI, 2013; VIVEROS, 2016), a precariedade se exerce em empregos e economias que transgridem a visão androcêntrica do salário (Federici, 2018), para os quais convidam a não reduzir e tornar invisível a rede de exercícios de poder que o moldam.

Da mesma forma, é possível encontrar os problemas de habitat/vida. Territórios são comercializados, o controle dos grandes monopólios na construção é acompanhado por deficiências do Estado na regulação do preço da terra e arbitrariedade nos processos de planejamento territorial. Novos guetos emergem, expulsão e gentrificação de populações, superlotação etc., que são tendências que dão conta de uma nova dimensão da vida precária: uma vida sujeita ao imediato, onde se inserem novas disposições. E posições contra a violência (racial, gênero etc.). A segregação e a miséria urbana, o extrativismo e o colonialismo e a depredação ecológica planetária alimentaram uma série de resistências e alternativas contra um senso espacial de precariedade⁵.

Quem se comporta respeitando as novas normas de precariedade de vida é recompensado com o acesso ao endividamento como medida disciplinar e como estratégia de sobrevivência (LAZZARATO, 2015). Da mesma forma, pauperismo, violência, doença, desemprego e indefesa vão se construindo como as principais forças do medo e seu efeito disciplinar na subjetividade. Para aqueles que desafiam a precariedade, passam a fazer parte da estratégia da “nova segurança”: a do processo penal, a da normalização das assimetrias de poder e a repressão policial/militar. A vigilância, a punição, a polícia e a prisão são os dispositivos necessários para que quem descumpra o mandato de respeitar a precariedade e a expropriação, o que ao mesmo tempo expõe o amplo sentido de precariedade.

É uma incerteza da vida, na qual o sujeito se comporta diante de uma demanda constante e excessivamente exigente, na qual o dinheiro é o único código e mecanismo de segurança, tranquilidade, acesso, saúde, cobertura, proteção, integração e qualidade. Embora dinheiro insuficiente não seja sinônimo

⁵ No caso do Chile, vale destacar a iniciativa dos movimentos populacionais, as apreensões de terras, as ocupações que se revitalizaram em nível nacional a partir da rebelião popular de 18 de outubro de 2019.

de precariedade, representa uma das dimensões para compreender sua incidência e ramificação (BLANCO; JULIÁN, 2019), principalmente quando se pensa em uma sociedade neoliberal. É no neoliberalismo que o dinheiro desempenha um papel significativo e tributário ao nível do consumo e do endividamento. Nessa dinâmica, na qual o Estado vem dando formas as tecnologias de acesso, subsídios condicionais e pobreza, o capital tem definido desvalorização, créditos, desregulamentação de preços e aumentos no custo de vida.

Como aponta Isabel Lorey (2015, p. 13), “a precarização governamental significa, não só desestabilização pelo emprego, mas também desestabilização da conduta de vida e dos corpos e modos de subjetivação”. Nesse sentido, nas sociedades precárias, comportamentos orientados para a flexibilidade dos corpos, competência e eficiência são incentivados e promovidos como princípios racionalizadores da vida social, e um processo de conquista dos espaços de subjetivação que redefinem os quadros de exploração na produção de consigo mesmo e com os outros. É uma extensão da precariedade à autogestão (Boltanski e Chiapello, 2002), à ausência do outro (WRIGHT, 2012) na sociedade.

Essa extensão da precariedade passa necessariamente por uma prática de subjetivação, que não necessariamente se apresenta como um processo coerente, racional e fácil para o sujeito, mas sim como uma necessidade tornada virtude (BOURDIEU, 2000). Por isso, identidade precária e identificação precária (Julián, 2013) são diversas, ao mesmo tempo em que constituem nós de imbricações históricas, contextuais e sociais que dão fluidez à reprodução de estratégias de subversão, persistência, resistência e disciplina na precariedade. Nesse campo da subjetivação, tanto as emoções, o sentido e o significado da vida na precariedade, ou as precariedades em seu exercício, podem conformar hábitos precários, bem como subversões e processos que definem o sujeito.

No entanto, esse campo é impossível sem um sentido e um conteúdo simbólico, sem uma apropriação e um exercício dinâmico, ativo e múltiplo de

significação política (e) cotidiana por parte dos sujeitos. A subjetividade é percorrida e ao mesmo tempo institui formas de apropriação do precário. Por isso, é possível verificar que as experiências de precariedade, no sentido de deficiências, falhas e indefesas, podem ser suportadas de diferentes maneiras, inscritas em construções contraditórias de sentido, dão vida a narrativas situadas e em complexos exercícios de justificação. A precariedade não é sinônimo de mal-estar, nem sua análise deve se limitar a esse sentido, mas, sim, pode ser entendida como um pomar de possibilidades de subjetivação.

Apesar de todas as suas consequências na vida das pessoas e na saúde das sociedades, a precariedade não é uma condição eminentemente negativa para os indivíduos, mas, muitas vezes, pode levar-nos a compreender exercícios extensos e biográficos de dar sentido à vida em sociedade. Esses exercícios não se inserem necessariamente na exigência de um estado de bem-estar, solidariedade, etc., mas antes na capacidade individual e no mérito das ações. É aqui que repousa um importante sentido da produção de um sujeito de esforço, que empreende, que persiste e que luta na adversidade, no sofrimento e no sacrifício.

Isso se expressa na medida em que, como é possível verificar nos traços psicossociais do trabalho, as tentativas dos sujeitos de racionalizar a precariedade terminam permanentemente em fracassos, crises, doenças e desconfortos (DEJOURS, 2009), apesar de torna-se uma condição de vida, uma normalidade de indefesa diante do poder. A carga psicossocial desse processo de indefesa envolve um deslocamento da subjetivação que se materializa em uma sobrecarga na "esfera individual" (*yo*), onde "saúde", cuidado e emoções estão sujeitos à necessidade de sobreviver no precário e portar seu simbólico, carga econômica e física.

Por outro lado, os mecanismos de defesa psíquica surgem frente ao estresse, pressões, competição, sobrevivência etc., enquanto no corpo os efeitos das condições precárias e vulneráveis se refletem na deterioração da saúde física

e na proliferação de várias doenças. A abordagem de Richard Sennett (2000) sugere que o fenômeno da precarização do trabalho parece fazer parte de uma cadeia em que o sujeito é levado a se observar e se reconhecer em uma temporalidade instável e mutável, com a ausência de contratos de trabalho, uma explosão de contratos temporários, resultando na formação de uma população que não reúne as condições necessárias para as novas exigências do emprego formal.

Esse fato introduz uma espiral na necessidade de uma rede de garantia e proteção que choca com os cercamentos da expulsão e a fragilidade da institucionalidade de segurança, garantindo a reprodução de um novo ciclo de precariedade (NEFFA, 2010). Para Pierre Bourdieu (1999: 125-126), “a insegurança do trabalho faz parte de um novo tipo de dominação, baseado em um estado de insegurança generalizada e permanente, que tende a obrigar os trabalhadores a se submeterem e aceitarem a exploração”. É o efeito desse poder simbólico que pressiona os trabalhadores a inação, disciplina e um sentimento permanente de incerteza.

Como já apontamos em outros trabalhos (JULIÁN, 2017; 2018), as garantias e proteções criadas coletivamente estão muitas vezes interligadas a associações horizontais vinculadas às raízes territoriais, familiares e ocupacionais, que são formas de enfrentamento da precariedade, e que em muitas oportunidades vão além das estruturas institucionais para compreender a proteção contra os indefesos. Essas situações exibem a elasticidade da subjetivação e da ação dos "precários", bem como as mesmas marcas e identidades de identificação que habitam e reproduzem o trabalho na América Latina e no Caribe.

Embora as expressões aqui indicadas sejam típicas da esfera do trabalho, apesar de possuírem significados e consequências expansivas que vão além das definições clássicas e esquemáticas de delimitação do trabalho, acreditamos que nos fornecem um exemplo interessante da convergência de várias estratégias de dominação no emprego e registro de emprego. Assim, falamos das expansões da

precariedade nas intersecções sociais do poder com o objetivo de colaborar para a compreensão, subversão e superação das sociedades precárias na atualidade.

3 SOCIEDADES PRECÁRIAS NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE

Entende-se por sociedade precária, uma sociedade que institui, regula, reproduz, segmenta, classifica e induz a precariedade como condição estrutural para sua delimitação e governo. Seus métodos, estratégias, instituições e dispositivos são o produto de uma convergência que deve ser entendida de forma situada para dar conta de suas múltiplas intersecções nas relações de poder. Essas relações se fundam e aumentam uma série de violências estruturais (racial, colonial, de gênero, geracional, religiosa etc.) nas sociedades contemporâneas, nas quais a precariedade assume um status relevante.

As sociedades precárias fazem parte de uma série de objetivos de governo, que estão sempre localizados na perspectiva espacial e histórica da reprodução social. As formas que o discurso governamental assume assenta na otimização de recursos, na procura de um esforço infinito e sacrificial, na promessa de inserção e promoção na pirâmide social, no mote da valorização do mérito e na qualificação, no consumo e no cartão de crédito etc. As políticas são formuladas em termos da governabilidade da população, abrindo caminho para a proteção e subsídio de um setor privado privilegiado que personifica os interesses do mercado.

Essas sociedades são caracterizadas pela presença e governo de grandes conglomerados econômicos e um conjunto limitado de famílias (elites) no poder. Isso faz parte de uma tradição histórica, que assume um caráter híbrido no quadro de políticas pró-emprego, de títulos e um setor público frágil e insuficiente. As garantias dos direitos sociais são, portanto, constrangidas pelas possibilidades reais de atendimento à população. Escolas, pontes, portos, termelétricas, hospitais, estradas e prisões são monumentos dessa sociedade precária. É um

monumentalismo da engenharia que se entrelaça com a falta, a incompletude e as necessidades do capital, movendo a maioria da população para o reino da incerteza, da exclusão e do castigo.

As sociedades precárias são caracterizadas por consolidar uma série de privações como normas e axiomas. Há uma série de práticas de governo em que os sujeitos não têm status de cidadania, não podem exercer direitos ou simplesmente não os possuem, enquanto um setor da sociedade concentra um poder de influência e controle de organizações públicas e privadas para o exercício político-admirativo, a justiça e produção. As instituições são entregues e relegadas à lógica do mercado, expulsando e marcando aquelas que não cumprem os parâmetros mercantis de solvência, suficiência e rentabilidade. As sociedades precárias configuram uma privatização da vida, enquanto estabelecem e adaptam discursivamente a legitimidade de suas operações à tecnologia e à ciência.

Ao mesmo tempo, a precariedade se encontra na maior coerção e pressão sobre as condições de vida da população. Renda insuficiente, desemprego, jornada de trabalho extenuante, controle do tempo de vida e empregos mal pagos são algumas das tentativas de despojar o senso de solidariedade e coletividade e alimentar o individualismo e a competição como comportamentos dominantes. O objetivo é hipertrofiar os processos potenciais de recomposição do tecido social e conter as possibilidades de subversão. É possível constatá-lo no tédio, no desânimo, na depressão, no crime, nas drogas, no suicídio e em tantas outras expressões que a sociologia clássica definiu como anomias, e que no fundo demonstram a crueza das formas de poder e governo da precariedade (STANDING, 2011).

No entanto, essas anomias não devem ser entendidas a partir de um funcionalismo grosseiro, pois, pelo contrário, são sintomáticas e expressão da ramificação de uma sociedade fundada na precariedade, uma sociedade com uma

fragilidade e coesão precária que até questiona a coerência e o sentido da palavra "sociedade". Por exemplo, se considerarmos as relações estabelecidas pelo estado com as populações afrodescendentes, com os imigrantes, pertencentes aos povos indígenas, mulheres, jovens, pobres e/ou idosos, podemos verificar uma segregação e normalização de uma sociedade fragmentada e desigual, que exhibe um problemático sentido de unidade na sociedade precária.

Nesse sentido, as marcas precárias (BUTLER, 2004) introduzidas na valorização e no status social no exercício e garantia de direitos, registram a possibilidade de uma série de estratégias de governo que se orientam para a criminalização, estigmatização, discriminação e prejuízo. Sua inscrição se divide entre disciplinar e controlar, enquanto a subordinação das populações por falta, necessidade e força torna-se elemento constitutivo da subjetividade (BUTLER, 2019, p. 31-32). A precariedade passa a ser uma condição interseccional na reprodução social, é exercida pela expulsão daqueles que não estão habilitados e dispostos aos termos da produção capitalista (em seus corpos, psiques, etc.), e para reforçar os mecanismos de segregação, estigmatização, parcelização e distinção.

Nesse sentido, essas marcas funcionam como catalisadores para as rachaduras nas relações de subordinação. Desigualdades sociais, culturais, econômicas, territoriais etc., assim como os elementos simbólicos de valorização do bem-estar e da dignidade passam a se registrar como mudanças no sentido de dominação dos oprimidos. Por isso, a precariedade pode se tornar um fator importante para a revitalização das manifestações sociais, bem como na organização, luta e persistência pela vida de múltiplos movimentos, coletivos e comunidades. É o que estamos vendo globalmente hoje.

Se analisarmos o caso da precariedade do trabalho nessa perspectiva, devemos então considerar uma expressão ampliada do trabalho, que envolve considerar dimensões que transgridem os preceitos clássicos e androcêntrico de

sua definição, destacando o cotidiano, as tarefas de cuidado e o habitat, assim como a sua articulação com outras práticas sociais, papéis, estruturas, tecnologias e agências nas quais o sujeito está imerso. Desse modo, identificamos que a precariedade tem um caráter sistêmico e multidimensional, o que nos leva a considerá-la em um sentido social. Suas expressões são diversas, distinguindo-se nos processos e mecanismos de subjetivação, no exercício dos aparatos institucionais, nas realidades territoriais, nas contradições das relações de produção e nas mudanças psicossociais. Ao mesmo tempo, a precariedade intercala e dinamiza as relações históricas e simbólicas que moldaram as relações de poder entre classes, povos, gêneros, corpos e gerações.

O anterior foi compreendido e assumido em diferentes latitudes, dando corpo a várias comunidades de reflexão, pesquisa, discussão e ação, que, do ponto de vista espacial e sociocultural, têm alimentado a atualidade dos estudos do trabalho e da compreensão da complexidade do processo global em curso. De qualquer forma, constatou-se que a precariedade está relacionada na literatura internacional a novos fenômenos no trabalho e no emprego, o que tem suscitado estudos do trabalho para o desenvolvimento de pesquisas empíricas e debates teóricos sobre o tema.

No caso da América Latina e do Caribe, o fenômeno do trabalho precário e do trabalho não representa um “novo choque” da legislação trabalhista, mas faz parte de uma longa tradição de debates a respeito das condições de trabalho e das diversas formas de trabalho/economias que predominam no continente. Entre esses debates podem ser encontrados estudos referentes à marginalidade, a superexploração do trabalho, racialização e escravidão, trabalho agrícola e rural, a economia feminista, formas de trabalho informal, a nova informalidade e não-trabalho. Portanto, compreender a precariedade da América Latina e do Caribe significa antes traçar uma linha de continuidade com aquelas tradições e reflexões dos estudos do trabalho que tiveram um sentido mais complexo e uma raiz sócio-

histórica na construção e objetivação do trabalho, para além do trabalho estritamente laboral. definições.

Sem sombra de dúvida, essas abordagens são insuficientes e requerem atualizações dialógicas diante de processos de consolidação como as migrações, as mudanças climáticas e o extrativismo, e diante de outros que estão surgindo com novos impulsos como a digitalização, automação e robotização do trabalho. Apesar disso, é inegável que há uma contribuição significativa para a compreensão de alguns referenciais sobre a matriz das sociedades precárias, bem como para não cair em uma suposta descoberta intelectual que não o seja: a precariedade tem sido uma condição histórica da formação de sociedades precárias na América Latina e no Caribe.

Figura 1: Cecilia Vicuña, Precarios, 1966-2017, instalação site-specific de 117 esculturas feitas a partir de objetos encontrados. CAC New Orleans.



Fonte: Alex Marks (2017).

Tendo em mente o sentido de precariedade latino-americana (JULIÁN, 2019), a espacialidade é uma busca pela compreensão das múltiplas culturas e

imagens do trabalho que contribuem e medeiam a formação de configurações sociais complexas e dinâmicas, na qual necessidades e conflitos se ajustam à inovação e à solução de estratégias de convivência, sobrevivência e agência para a vida. Desse modo, os lugares de referência e onde se situam as expressões particulares do trabalho oferecem um leque múltiplo de possibilidades de distinções e semelhanças face a processos que se configuram globalmente para nos abrir também a pensar, de forma situada, potenciais alternativas à depredação social do trabalho e da vida.

Nesse sentido, a América Latina e o Caribe oferecem sua própria história e suas expressões culturais, institucionais, econômicas etc., para configurar as características da realidade contemporânea do mundo do trabalho. São articulações entre economias e práticas culturais, modelos tradicionais e setores produtivos *modernos* com significados e significados locais, convergências espaciais na conjunção entre urbano e rural, entre cidade e campo, entre bairros, casas e ruas, fábricas e oficinas etc. Essa heterogeneidade de articulações, ao mesmo tempo, deve ser compreendida à luz dos regimes políticos, das lutas sociais, das estruturas coloniais, da construção de fronteiras, do entrelaçamento das formas de dominação e sua materialização nos chamados “modelos de desenvolvimento” (SVAMPA, 2012).

Essa densa e complexa rede de articulações permite compreender algumas das características das fisionomias assumidas pelas sociedades latino-americanas. Nelas se intercalam e se entrelaçam uma série de imbricações e relações de poder que cruzam povos, territórios, populações, nações, línguas e culturas. Essas imbricações são traços rastreáveis no capitalismo contemporâneo desde a latência das condições de pilhagem, desapropriação e confinamento que caracterizaram a história da América Latina e do Caribe (ZIBECHI, 2008; GAGO, 2014; RIVERA CUSICANQUI, 2018), através da expansão de fronteiras e visuais sempre dinâmicos de acumulação de capital. As práticas e relações sociais são medidas e

inseridas nesse caldeirão de possibilidades, agências e persistências que fixam a precariedade na América Latina.

De acordo com esse último, quatro impossibilidades devem ser consideradas:

- 1) *Reconhecer uma autonomia própria do estatuto do trabalho.* Isso envolve considerar que o trabalho se insere de forma relacional no campo social. A relacionalidade da precariedade assume uma expressão heterogênea no território, nos corpos e nas vidas, e que, por meio disso, chama a compreender o trabalho por meio de uma abordagem que articule o espaço e o tempo históricos na complexidade da experiência, poder e práticas sociais sem conferir uma centralidade a priori ao trabalho.
 - 2) *Assumir uma situação de precariedade uniforme e única para uma série de variáveis relacionadas à segurança, estabilidade e proteção do trabalho,* visto que existem padrões históricos e culturais, bem como matrizes de dominação e opressão, que têm uma relação significativa com o trabalho. Trata-se de reconhecer a precariedade que vai além de qualquer regulação, instituição e política de Estado que possa regular e instituir de forma unidirecional os significados e sentidos de segurança e bem-estar.
 - 3) *Considerar a precariedade como uma definição estática e ao mesmo tempo nova:* a precariedade move-se no campo das lutas por poder, reconhecimento, política, classes, violência etc., para as quais faz parte de uma construção constante no plano social. Não é possível apreender seu sentido nem seus efeitos de poder sem compreender as contradições, sobreposições e atores que se cruzam na conformação das sociedades latino-americanas. Esse processo tem memória e está presente nas formas que a precariedade assume hoje.
 - 4) *Compreender a precariedade como campo de subjetivação salvo de contradições:* para ser mais preciso com o que foi dito acima, é necessário esclarecer que a precariedade não é apenas um campo de construção da
-

subalternidade contra o poder hegemônico, mas também faz parte de uma luta de sobreposição na dominação. Essas lutas no espaço de dominação entre os trabalhadores a partir de uma série de marcas (nacionalidade, local de residência, idade etc.) devem ser consideradas, pois também oferecem uma perspectiva reconstrutiva das formas de subjetivação e nos alertam sobre os desdobramentos políticos na convivência na sociedade.

Em suma, a América Latina e o Caribe têm uma história marcada pelo colonialismo, inserção dependente e subordinação na economia mundial capitalista, uma estrutura de relações patriarcais transfiguradas em normalidade, uma presença cultural múltipla e profunda de herança religiosa, a persistente intervenção imperial, popular rebeliões e o surgimento de ditaduras militares, concentração de renda e desigualdade socioeconômica como pano de fundo para séculos de expropriação. Nesse mapa de coordenadas, as formas que a precariedade tem assumido ao longo da história, da geografia e da política são múltiplas e não se reduzem ao presente do trabalho, mas contêm as forças de um diálogo potencial que vai além do nível intelectual ou acadêmico, a fim de se sustentar no desafio e nas alternativas à precariedade das sociedades latino-americanas, seus povos, ecossistemas e modos de vida.

4 TESE SOBRE PRECARIEDADE NAS SOCIEDADES LATINO-AMERICANAS

Entendemos que o estudo da precariedade do trabalho se baseia na compreensão de como o trabalho envolve territórios, histórias produtivas, trajetórias e biografias, modelos de produção e uma gama elevada de interconexões cotidianas em nível intersubjetivo expressas em práticas concretas, instituições, símbolos e interações características do ato de produzir socialmente a vida. Nesse conjunto de sentidos, a questão da América Latina passa por questionar a emergência da precariedade como possibilidade enunciativa e

nominativa, ao invés de assumi-la como tendência que homogeniza, padroniza e aplaina a cartografia do trabalho.

Considerando os elementos anteriores, acreditamos poder apresentar seis teses que explicam a validade e transversalidade da precariedade nas sociedades latino-americanas:

- 1) *A precariedade é um fenômeno que deve ser considerado em relação a cada contexto espacial e temporal.* A complexidade do sistema mundial capitalista coloca lógicas específicas de estruturação local, de divisão espacial do trabalho e de localização de certos regimes de poder. A desigualdade global, a posição no sistema mundial, bem como o caráter histórico e combinado dos processos de produção (capitalistas e não capitalistas), se sobrepõem relacionalmente na definição e caracterização da precariedade. Por isso, é necessário compreender como se reproduzem as estruturas e inter-relações globais que induzem um modo de compreender, normalizar, produzir e designar a precariedade. Da mesma forma, devemos considerar as múltiplas temporalidades sociais que medeiam a relação entre trabalho, vida e sociedade, que configuram relacionalmente o mesmo espaço de produção do precário, da precariedade e da precarização.
 - 2) *A institucionalização do processo de flexibilização e precarização do trabalho configurou uma nova morfologia do mundo do trabalho.* A institucionalização exige que se considere a precariedade como um fenômeno político de governo, com uma hierarquização da população e um processo induzido de empobrecimento, expulsão e vulnerabilidade social. Esse processo se traduz e se cristaliza em uma nova estrutura de emprego, novos cenários de trabalho, a assimetria das relações de trabalho e a intersecção de diferentes modelos de dominação e poder no seu exercício (CURIEL, 2007; VIVEROS, 2016; SEGATO, 2016). Por sua vez, essa
-

institucionalização inclui um caráter sistêmico que envolve a desapropriação, privatização e comercialização da saúde, seguridade social, previdência, espaço, lazer e educação, gerando uma rede de coerção e mecanismos de captura de vida.

- 3) *A precariedade do trabalho envolve formas de subjetivação heterogêneas e situadas*: a precariedade é assumida e internalizada de maneira diferente pelos atores do mundo do trabalho devido às formações culturais, sociais, históricas e espaciais que lhes dão forma. Sua subjetivação pode ser apreendida e compreendida na inter-relação e genealogia das formações de sentido, posições e experiências atadas pelo sujeito. Essa complexidade torna o fenômeno do trabalho precário um espaço de exploração para a constituição e (re) produção de identidades e subjetividades que se produzem e são reproduzidas coletivamente, ou seja, processos sócio-históricos. Portanto, a necessidade de estudar esses processos nos remete a trajetórias biográficas e de trabalho. Acreditamos que a partir de suas narrativas podemos localizar e situar o sujeito, ao mesmo tempo que fazemos um relato de uma história dos territórios. Esse exercício transforma a precariedade em sujeito de escalas de sociabilidade que transgridem o espaço de trabalho, mas que se retroalimentam.
 - 4) *O emprego precário torna-se uma relação de tensão e reorganização para os sindicatos e suas estratégias*, uma vez que o sindicato, por estar vinculado a um conjunto institucionalizado de práticas de trabalho precário (políticas públicas, partidos políticos e órgãos jurídicos), é questionado de diferentes formas, em sua organização, na sua capacidade de ação e resposta no ambiente de trabalho. Essa interpelação oferece diversos repertórios de sindicalismo e/ou outras formas de associatividade que rompem com a tradição. Essa é uma das características que reforçam a homogeneização da precariedade. As forças que fragmentam política e
-

socialmente a consistência dos repertórios da classe trabalhadora na América Latina, e particularmente no caso chileno, podem ser observadas neste campo de disputas da atualidade.

- 5) *A precariedade do trabalho se interpõe com relações de poder baseadas em modelos de dominação e relações de poder que estimulam a plasticidade e o exercício da precariedade.* O trabalho é uma relação que configura e reproduz o conjunto das relações sociais, que de forma complexa e articulada o impregnam de conteúdo e forma. Compreender a precariedade em seu caráter histórico é considerar em seu estudo as dinâmicas de indução, negociação e luta que estão presentes no “fazer precário” de sujeitos, práticas e territórios. Tal exercício é um desafio para pensar o trabalho a partir das relações de poder que cristalizaram a precariedade como prática social; e
- 6) *A precariedade é parte importante das causas que mobilizam uma onda de protestos sociais em nível global, que assume expressões próprias na América Latina e no Caribe: a inserção da precariedade como forma de sujeitar a vida, de negá-la e levá-la ao extremo da sobrevivência se alia a práticas de impunidade, injustiça e desigualdade social nos sistemas políticos e econômicos. Essas práticas não são mais toleradas ou padronizadas pela população. Daí também o surgimento de protestos e rebeliões sociais e populares em todo o mundo que abalam todos os continentes. Esse processo fala de sujeitos sociais que entram para disputar a vida desde uma contra-ofensiva às políticas impostas no capitalismo global neoliberal nas últimas quatro décadas, e das quais a precariedade é uma expressão.*

Essas teses esclarecem um panorama para o estudo da precariedade do trabalho em configurações sociais concretas, onde a diversidade, a complexidade e as contradições internas das formas de trabalho são interceptadas e

sistematicamente relacionadas. É assim que, embora verifiquemos que a heterogeneidade e diversificação das formas que articulam a nova morfologia da classe trabalhadora é atravessada pelo reordenamento e subprodução de diversos segmentos de trabalhadores em situação precária, esse processo avança a par dos formação de estratégias de resistência, associatividade e solidariedade de diversos grupos de trabalhadores junto aos movimentos e atores sociais, o que permite falar de algumas alternativas a esse processo.

Esse caráter expressa de melhor maneira a transversalidade da precariedade nas sociedades latino-americanas contemporâneas. Nesse sentido, a precariedade não pode deixar de ser compreendida a partir das forças que dão vida às transformações socioespaciais que historicamente moldaram o capitalismo em nível global. Essas forças fazem parte de tensões e contrapontos, que permeiam a associatividade, resistência e ação coletiva dos trabalhadores e movimentos sociais. Esse contra-movimento é o que mais se destaca globalmente, como parte das tendências do capitalismo contemporâneo.

No entanto, a única possibilidade de que o estudo da precariedade do trabalho não encontre a miopia de exaltar o micro, a experiência e a individuação - elementos típicos de um momento político da história das ideias no Chile - é que integre a série de intersecções, violência, opressões e dispositivos que reproduzem, produzem e embebem a atividade de subjetivação, ação e sentido. Reconhecer a precariedade é reconhecer a multiplicidade dessas intersecções e a diversidade dessas subjetividades. Na precariedade, o eixo não é forjar apropriações e construções das teorias imobilizadoras e objetivistas do poder, mas estar preparado para a atividade subversiva de luta contra ele.

Conclusões

A precariedade é uma realidade já presente na linguagem cotidiana, tanto das pessoas quanto das organizações e movimentos sociais. Nas ciências sociais,

a precariedade do trabalho não é um conceito descritivo, nem uma formalização e exercício intelectual distante da realidade popular, social e global das classes trabalhadoras. A precariedade nas ciências sociais é um eco da fisionomia de uma sociedade que tem sido abusada, golpeada, endividada e empobrecida por dispositivos institucionais, por um modelo econômico, estratégias, planos e agendas de governo, que buscam estabelecer sua legitimidade e sucesso em conquistas complacentes com uma ordem global.

Este modelo de sociedade ignora o bem-estar das pessoas pelo sucesso da acumulação de capital e está em crise pela atividade, mobilização, disputa e resistência dos povos a nível global (CURIEL, 2007; ZIBECCHI, 2008; RIVERA CUSICANQUI, 2019; SULLIVAN; WEBER, 2019). Uma série de rebeliões e revoltas começam a desafiar os limites e fundamentos de sociedades precárias, mobilizando uma complexa rede de resistência, que se manifestou no campo da política institucional e das lutas e protestos de rua, conseguindo reformas, leis, mudanças constitucionais, mudanças presidenciais, etc. Todas essas ações convergem na interpelação da combinação de regimes marcados pelo autoritarismo, neoliberalismo e precariedade como formas de governo.

Diante do exposto, os focos temáticos em que se concentrou o estudo da precariedade do trabalho têm a possibilidade de serem compreendidos e integrados em uma compreensão relacional da dinâmica de reprodução da sociedade contemporânea. Isso pode ser pensado no sentido de restaurar o “trabalho” como uma coprodução interdependente dessas sociedades (DÖRRE, 2014), bem como um sintoma das relações globais que configuram a divisão espacial do trabalho precário. Nesse sentido, a teoria social pode constituir um convite necessário ao diálogo para os estudos do trabalho a fim de oferecer possibilidades expansivas de adaptação a objetos epistemológicos apagados de seu horizonte de compreensão pela superespecialização das ciências sociais e naturais.

Por sua vez, a chamada “centralidade do trabalho” pode ser entendida como um desafio para a pesquisa social, desde que não se torne um imperativo unilateral e enviesado para a compreensão da complexidade da (re) produção da realidade social. Em contraposição às teses que têm descartado o trabalho como relação social constitutiva das sociedades contemporâneas, acreditamos que a centralidade do trabalho se reafirma de forma mais exacerbada, mas não de forma única, na sujeição da vida em condições e/ou situações precárias. Atualmente, essa convivência alimenta a reprodução de um regime global, como o capitalismo, onde equipamentos simbólicos e culturais ganham expressão em práticas concretas de trabalhar, habitar e viver em sociedade.

Essa forma de entender o trabalho se baseia no sentido prático de identificar o precário como uma realidade tangível que requer ações e práticas concretas de codificação política (social, pública, coletiva, emancipatória, etc.). A atualidade da precariedade do trabalho intensifica a necessidade das ciências sociais se posicionarem a partir da condição de oprimido e oprimido, de e com quem sofre essas violências estruturais e suas consequências (FALS BORDAS, 2015, p. 219). Como Franz Fanon (2014, p. 102) apontou, essa articulação entre ética, política, epistemologia e prática faz parte de um desmonte dos modelos coloniais que continuam a se expandir nas universidades, tornando estéril o trabalho de pesquisa, que também é realizado na precariedade.

A sociedade precária e precarizada exige e demanda dos pesquisadores sociais capacidade de escuta, localização e compromisso com essas múltiplas realidades (CANALES, 2008), que hoje delimitam um marco de denúncia, um campo de lutas e uma nova esperança de vida em sociedade. Caberá a esta nova geração de pesquisadores conectar essas discussões às transformações tecnológicas, ecológicas e culturais que questionam novas alternativas aos modelos de desenvolvimento, aos modos de viver em sociedade e de pensar solidariamente o futuro.

Da diversidade de prismas e imbricações que abordamos neste capítulo, também surge uma série de desafios metodológicos para analisar a multiplicação e a interconexão de cenários de precariedade social. Para isso, devemos pensar em ferramentas analíticas que integrem um diagnóstico global e geral dessas transformações, permitindo perspectivas sistêmicas do fenômeno. No entanto, essas ferramentas perderão poder reflexivo e político se não estiverem interligadas e surgirem do encontro com os sujeitos. Essas formas de sentir-pensar a realidade, de nos localizarmos e nos situarmos na construção do conhecimento (com todos os limites, obstáculos e pontos cegos) fazem parte dos desafios que devemos coletar e superar.

Captar o aspecto heterogêneo dos focos, relações e sujeitos da precariedade, gerar espaços e práticas de encontro participativo e reflexão na geração de conhecimento e saberes, e colaborar e apoiar na prática das organizações sociais, sindicais, territoriais, etc., são percebidos como alguns dos desafios para uma sociologia pública da precariedade (BEZUIDENHOUT, MNWANA, VON HOLDT, 2021). Nesse processo, as interconexões, interceptações e a busca por pontes de colaboração e cooperação tornam necessário gerar e repensar agendas de pesquisa a partir dos quadros de conhecimento nacional, especializado e compartimentado (CANALES, 2008). Trata-se da busca de um saber que seja capaz de escutar, que nos permita colaborar com humildade nas práticas que visam corrigir e combater a precariedade da vida, e ao mesmo tempo convidar a sentir e criar algumas novas alternativas ao presente e futuro das sociedades precárias.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **La sociedad individualizada**. Madrid: Cátedra, 2007.

BHAMBRA, G. **Connected sociologies**. London: Bloomsbury, 2014.

BECK, U. **Un nuevo mundo feliz**. Barcelona: Paidós, 2007.

BEZUIDENHOUT, A.; MNWANA, S.; von Holdt, K. **Critically Engaging Public Sociology: A Southern Perspective**. Sudáfrica. Society, Work & Politics Institute. Bristol University Press. En prensa, 2021.

BLANCO, O.; JULIÁN, D. **Una tipología del trabajo precario en Chile**. Revista CEPAL, 2019.

BOLTANSKI, L.; CHIAPELLO, E. **El nuevo espíritu del capitalismo**. Madrid: Akal, 2002.

BOURDIEU, P. **Contrafuegos: reflexiones para servir a la resistencia contra la invasión**. Barcelona: Anagrama, 1999.

BUTLER, J. **Precarious life: the powers of mourning and violence**. London-New York: Verso, 2004.

BUTLER, J. **Mecanismos psíquicos del poder. Teorías sobre la sujeción**. Ediciones Cátedra. Universidad de Valencia, 2019.

CANALES, M. **Antes del método del sentido de la investigación social y el origen de sus preguntas**. Revista Cinta de Moebio, 2006.

CASTEL, R. **La metamorfosis social de la cuestión social. Una crónica del salariado**. Buenos Aires: Paidós, 2006.

----- **El ascenso de las incertidumbres: trabajo, protecciones, estatuto del individuo**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010.

COLLINS, P.H. **Intersectionality's definitional dilemmas**. Annual Review of Sociology, 2015.

CURIEL, O. **Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista**. 2007.

DEJOURS, C. Trabajo y sufrimiento. Madrid: Modus Laborandi, 2009.

DÖRRE, K. **La Precariedad ¿Centro cuestión social del siglo XXI?** Revista Actual Marx Intervenciones, 2009.

----- **Precarity and Social Disintegration: A Relational Concept**. Journal für Entwicklungspolitik, 2014.

FALS BORDAS, O. **Una sociología sentipensante para América Latina**. México D. F.; Editorial Siglo XXI. Buenos Aires, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2015.

FEDERICI, S. **Revolución en punto cero.** España: Traficantes de Sueños, 2013.

FEDERICI, S. **El patriarcado del salario. Críticas feministas al marxismo.** Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

GAGO, V. **La razón neoliberal: economías barrocas y pragmática popular.** Barcelona: Traficantes de Sueños, 2014.

HARVEY, D. **Breve Historia del Neoliberalismo.** Madrid: Akal, 2007.

JULIÁN, D. **Precariedad laboral en América Latina: Contribuciones a un Modelo para Armar.** Revista Colombiana de Sociología, 2017.

KALLEBERG, Arne. **Precarious Lives. Job Insecurity and Well-Being in Rich Democracies.** Cambridge: Polity Press, 2018.

KLEIN, N. **La doctrina del shock. El auge del capitalismo del desastre.** Buenos Aires: Paidós, 2008

LOREY, I. **State of Insecurity.** London: Verso, 2015.

MEZZADRA, Sandro; BRETT, Neilson. **La frontera como método.** Buenos Aires: Tinta Limón ediciones, 2016.

MUNCK, Ronaldo. **The precariat: a view from the South.** Third World Quarterly, Vol. 34, 2013.

ROSA, H. **High-speed Society: Social Acceleration, Power, and Modernity.** Estados Unidos: Pennsylvania University Press, 2010.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Un mundo ch'ixi es posible. Ensayos desde un presente en crisis.** Buenos Aires, Argentina: Tinta Limón Ediciones, 2018.

SADER, E. **The weakest link? Neoliberalism in Latin America.** New Left Review, 2008.

SASSEN, S. **Expulsiones. Brutalidad y complejidad en la economía global.** España: Akal, 2015.

SEGATO, R. L. **Guerra contra las mujeres.** Madrid: Traficantes de Sueños, 2016.

SENNETT, R. **La corrosión del carácter. Las consecuencias personales del trabajo en el nuevo capitalismo.** Barcelona: Anagrama, 2006.

STANDING, G. **The Precariat: The New Dangerous Class.** London: United Kingdom Bloomsbury Publishing PLC, 2011.

SULLIVAN, S.; WEBER, H. **Global development and precarity: a critical political analysis**. Globalizations, 2019.

SVAMPA, M. **Cambio de época. Movimientos sociales y poder político**. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2012.

WRIGHT, E. O. **Construyendo utopías reales**. España: Akal, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogía del oprimido**, 22a ed. México: Siglo XXI Editores, 1979.

VALDÉS, Ximena. **De la dominación hacendal a la emancipación precaria. Historias y relatos de mujeres inquilinas y temporeras**. Editorial: Univ. Academia Humanismo Cristiano, 2020.

VIVEROS VIGOYA, M. **La interseccionalidad: Una aproximación situada a la dominación**. Debate Feminista, 52, 1-17, 2016.

ZIBECHI, R. **Autonomías y emancipaciones. América Latina en movimiento**. Bajo Tierra-Sísifo Ediciones, 2008.

TRABALHADORES PRECÁRIOS: VÍTIMAS PREFERENCIAIS DO CORONAVÍRUS NA AMÉRICA LATINA ⁶

Pedro C. Chadarevian ⁷

Carolina Bueno ⁸

*La povertà non toglie gentilezza ad alcuno, ma sì avere.*⁹
Giovanni Boccaccio, Decameron (c. 1350), 4ª jornada, 1ª novela

INTRODUÇÃO

CARACTERÍSTICAS DO ESTUDO

A pior pandemia dos últimos 100 anos provocou, já alertava a revista *Lancet* em novembro de 2020, uma tragédia humanitária na América Latina. No total, os países da região responderam, após um ano do primeiro contágio, por 25% do total de mortos por covid-19 no mundo – isso, sem contar as vítimas de origem latino-americana que residem nos EUA, relativamente a minoria étnica mais castigada naquele país pelo coronavírus. No entanto, a estatística esconde a grande diversidade de formas de atuar com a pandemia. Muitos países, menores em geral, destacaram-se no período por adotar estratégias que parecem ter

⁶ Publicado originalmente em : Cities and COVID 19 /Las ciudades ante el COVID 19 (Mayo, 2020) a partir de webinar realizado con la iniciativa “Science Advice and COVID-19” de la International Network for Government Science Advice, la Coordinación de Humanidades, la Coordinación de la Investigación Científica y el Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades de la Universidad Nacional Autónoma de México, la Federación Nacional de Municipios de México, y el Observatorio Latino Americano de The New School.

⁷ Professor do Departamento de Economia da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFABC (Universidade Federal do ABC).

⁸ Doutora em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e pesquisadora pela mesma instituição

⁹ A pobreza não subtrai nobreza a ninguém; ao contrário, só subtrai haveres.

deixado a economia em segundo plano, para oferecer maior proteção à sua população, como foram os casos de Cuba (2,6 mortos por 100 mil habitantes, Venezuela (4,5), Jamaica (13,3), Santa Lúcia (15,4) e Uruguai (16,5). Outros, como Haiti (2,2) e Nicarágua (2,7), também se desempenharam bem no controle da pandemia, porém, aparentemente mais por conta do isolamento político em que já se encontravam antes da crise do coronavírus do que devido a uma estratégia qualquer de combate à disseminação do vírus em sua população pobre.

O Brasil, com 117 mortos por 100 mil habitantes ao final dos primeiros 12 meses da pandemia, por sua vez, ostenta dois tristes títulos da pandemia de coronavírus: o pior desempenho na contenção do contágio¹⁰ e o país com maior risco de morte¹¹ pela praga que assola o planeta. É também o segundo país no número absoluto de mortos por covid-19 no mundo, e caminhava a passos largos para assumir a liderança quando encerramos a redação deste texto. No entanto, o quadro de descontrole não se restringe ao gigante latino-americano, diversos de seus vizinhos sofrem pela incapacidade de conter o avanço da doença, especialmente as grandes potências da região como México (142,5), Argentina (114,9), Colômbia (118,2), Chile (106,7)...¹² Se é fato que parte da tragédia de 2020 pode ser atribuída à atuação omissa dos governantes locais – e no caso brasileiro, por ação deliberada objetivando o aumento do contágio (Ventura &

10 Segundo o ‘Covid Performance Index’, do *Lowy Institute*, da Austrália. O melhor país latino no ranking é o Chile (12º), logo abaixo aparece Trinidad e Tobago (28º). Nos três últimos postos estão Colômbia (97ª), México (98º) e por fim o Brasil em um distante 99º lugar.

11 De acordo com informações de Marcos Hecksher, do IPEA (Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas). Em estudo ainda inédito, mas divulgado na imprensa, o pesquisador destaca que no Brasil o risco de ser vitimado pela Covid-19 é três vezes superior que no restante do planeta.

12 Para piorar o quadro de descontrole, a vacinação, que em 2020 surgiu como a maior e única esperança em conter o avanço da pandemia, segue, em março de 2021, a passos muito lentos nesses países, com exceção talvez do Chile (4º no ranking dos que mais vacinaram relativamente a população, com 24% da população vacinada com ao menos uma dose de imunizante anticoronavírus, e dois pequenos países caribenhos: Barbados (7º, e 17%) e Dominica (12º, e 10%). Brasil (46º, e 4%) e Argentina (50º, 3%) apareciam no outro extremo da distribuição.

Reis, 2021)¹³, as realidades políticas diferentes não explicam sozinhas o quadro atual da pandemia nesses países.

Nossa hipótese é que, de alguma maneira a rápida flexibilização no período recente das regras que garantem a segurança das relações de trabalho – ou, para usar um conceito da escola francesa da regulação¹⁴, a imposição a toque de caixa de uma *relação salarial de natureza pós-fordista*, neoliberal, nos grandes países da região –, submete os trabalhadores precários a uma exposição muito mais aguda ao vírus. Países com regulamentação social e trabalhista mais avançada (Uruguai, Cuba, e, em certo grau também a Venezuela), mantêm a pandemia controlada, enquanto em países como Brasil, Argentina e Colômbia, o estado avançado de precarização, informalidade, o servilismo secular, não deixam alternativa às camadas mais vulneráveis da classe trabalhadora a não ser arriscar-se nas ruas, no transporte lotado, em busca de sua sobrevivência¹⁵.

13 De acordo com as autoras: “Os resultados [da análise] afastam a persistente interpretação de que haveria incompetência e negligência da parte do governo federal na gestão da pandemia. Bem ao contrário, a sistematização de dados, ainda que incompletos em razão da falta de espaço para tantos eventos, revela o empenho e a eficiência da atuação da União em prol da ampla disseminação do vírus no território nacional, declaradamente com o objetivo de retomar a atividade econômica o mais

rápido possível e a qualquer custo.”. Um exemplo que se não foi seguido pelos vizinhos latinos em seu método cruel, foi em seu princípio mais fundamental: o da primazia dos interesses da grande burguesia local, sempre atuando para manter a economia funcionando a pleno vapor.

14 A teoria francesa da regulação procura dar conta das variedades de capitalismo, no tempo e no espaço, em função de características de cinco formas principais observadas em um dado regime de acumulação: o Estado, a relação salarial, a moeda (política monetária), as relações externas e a estrutura de mercado existentes. De acordo com esta visão, a América latina se constitui em um espaço particular da acumulação de capital, território dependente das economias centrais, com a ocorrência de ‘ensaios’ locais mais ou menos exitosos de experimentos nas áreas de bem-estar social, meio ambiente e de ciência e tecnologia. O modo de regulação ali assumiu um padrão pós-fordista, financiarizado, neoliberal a partir do final dos anos 1980 (Chadarevian, 2018).

15 Miotti (2012) analisa, para países selecionados da América Latina, como a modificação do regime de regulação do trabalho (a relação salarial), durante os anos de governos progressistas na região, trouxe um maior dinamismo para a economia. O contrário também parece ser verdadeiro, com o retorno de gestões liberalizantes, e abandono das premissas que garantiam maior segurança no trabalho, a crise econômica voltou à pauta desses países, ainda antes do choque imposto pela pandemia de 2020.

Os objetivos deste estudo compreendem três dimensões de análise:

- i) Levantar evidências da relação entre as vítimas de covid-19 e o grau de precarização do mercado de trabalho latino-americano, com base em informações estatísticas, relatórios sindicais e na literatura existente;
- ii) Descrever as profissões de maior exposição ao risco de contágio e óbito por coronavírus nos principais países da região;
- iii) Testar modelo de correlação por regressão de tipo linear múltipla, tendo como variável dependente o risco de morte por coronavírus na região e variável explicativa principal o grau de precarização das relações de trabalho, além de variáveis de controle que compreendam a diversidade social, política e econômica dos países da região.

A PARTICULARIDADE DA PANDEMIA DE CORONAVÍRUS

Não é a primeira vez que uma pandemia impacta de maneira desproporcional as camadas mais vulneráveis da população do subcontinente. Foi assim com os surtos de meningite nos anos 1970, que afetou duramente o Brasil (sendo a maior tragédia natural até o advento da pandemia de 2020 no país, com 1500 mortos), e depois se disseminou para outros países da região; e de cólera nos anos 1990, primeiro no Peru e de novo no Brasil. A dengue, que permanece endêmica em vários países latino-americanos, prolifera em bairros densamente povoados, e teima em proliferar-se nas grandes metrópoles da região. A tuberculose, doença praticamente erradicada nos países centrais, assola ainda gravemente países como Haiti, Peru e Bolívia, que em 2016 registraram mais de 100 casos por 100 mil habitantes. A América do Sul contabilizou, entre 1960 e 2009, nada menos que 65 epidemias (Pivetta, 2016), sendo que 15 afetaram o Brasil, 11 a Bolívia, o Peru e o Equador, 6 Paraguai e Venezuela (Uruguai e as

Guianas e o Suriname, curiosamente também relativamente poupados pelo coronavírus, não registraram nenhuma epidemia no período).

Engels (2010 [1845]) foi o primeiro pensador moderno a chamar a atenção para a relação entre a pauperização das massas proletárias, aglomeradas indignamente nas grandes cidades inglesas do alvorecer da revolução industrial, e a incidência de pestilências (como o tifo e a cólera) a ceifar vidas já tão duramente impactadas pelo absoluto descaso das classes dominantes.

A particularidade da praga atual, ao se tornar pandêmica, e pressionar de forma nunca imaginada a rentabilidade do capital, é a sua capacidade de desnudar as relações sociais contraditórias, ocultadas em tempos normais pelas benesses que o sistema econômico consumava propiciar e propagandear. Dentre estas poderíamos lembrar: a desigualdade no isolamento social (elites a beneficiar-se de *'home office'*¹⁶ em confortáveis condomínios, em contraste com a realidade difícil dos lares densamente ocupados, e escassamente equipados, das famílias pobres), o sexismo agudizado (ao sobrecarregar mulheres, levando muitas a abandonar o trabalho para cuidar de seus filhos), o recrudescimento do contraste centro-periferia (países ricos, donos da tecnologia das vacinas, privilegiam a sua população em detrimento dos demais), o fosso que separa o acesso à saúde de qualidade... Uma gestão desastrosa da pandemia é meramente o sintoma de um capitalismo doente, despreparado, incapaz ou sem interesse de garantir o bem-estar geral da população – a pandemia, como diz Salama (2020), é o melhor indicador desse triste estado de coisas.

No mundo do trabalho então estas contradições se revelam ainda mais chocantes. A repentina queda na demanda e a ruptura nas cadeias produtivas causadas pela crise do coronavírus impuseram à camada mais vulnerável da força de trabalho uma situação de verdadeiro desespero, sobretudo nos países latino-

16 Curiosamente, a expressão não existe em inglês, onde se usa *'work from home'* (trabalho de casa) para o fenômeno.

americanos neste primeiro ano de pandemia. O desemprego crescente, as falências diárias, a queda na renda lançaram massas gigantescas em busca de qualquer trabalho, em um ano marcado pela volta do fantasma da insegurança alimentar e da inflação na região. Morrer de fome ou coronavírus, foi esta a triste escolha que restou para muitos. De um lado e de outro deste infame dilema, estão os governos aristocráticos e a grande burguesia latino-americana, com as mãos sujas de sangue, mas os bolsos abarrotados de dinheiro.

A elite econômica dos grandes países da região pressionou a todo momento contra o isolamento social mais estrito, temerosa de renunciar a sua vida de conforto inesgotável, sempre cercada por serviçais e fartura de mais-valia. O servilismo, traço secular destas classes dominantes, e elemento chave para entender a gravidade que a crise assume no subcontinente, agora está exposto para todos que antes se recusavam a enxergá-lo. Não por acaso, a primeira morte registrada na América Latina de covid-19 foi de Rosana Aparecido Urbano, uma diarista de São Paulo. Os patrões, nesses momentos iniciais da pandemia no Brasil, traziam das férias na Europa o vírus em sua bagagem. Fossem realmente liberais como se reivindicam as nossas elites, teriam lido com mais atenção Adam Smith, o pai do liberalismo, que alertava para o risco de decadência de uma economia em que proliferam soldados e empregados domésticos, em detrimento de trabalhadores produtivos e bem remunerados...

2 O AVANÇO DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NA AMÉRICA LATINA

2.1 O que é o precariado?

A precarização do trabalho se apresenta quase como um símbolo, um cartão postal, a imagem mais sintética de nossa realidade social latino-americana, ao lado da miséria sistêmica, uma triste marca, um problema estrutural (Espinosa,

2012), uma mazela profundamente enraizada na história do capitalismo no subcontinente.

Diversos autores e autoras contribuíram para a introdução do conceito de precarização na tradição recente dos estudos sobre a realidade social contemporânea (Castel, 2009)¹⁷, outros pela sua popularização (Standing, 2011). Esse último autor, por sinal, teve ainda antecipou o ressurgimento da extrema-direita global como resultado da insatisfação crescente de uma classe trabalhadora sujeita cada vez mais à precarização das condições laborais. Assim Standing começa o seu livro clássico:

Os países devem [de acordo com a doutrina neoliberal] aumentar a flexibilidade do mercado de trabalho, o que significava uma agenda de transferência de riscos e insegurança aos trabalhadores e suas famílias. O resultado foi a criação de um ‘precariado’ global, consistindo em vários milhões ao redor do mundo sem uma âncora de estabilidade. Eles estão se tornando uma classe perigosa. Estão abertos a escutar vozes más, e usar seus votos e dinheiro para dar a estas vozes uma plataforma política de crescente influência. O próprio sucesso da agenda ‘neoliberal (...) criou um monstro político incipiente. É preciso agir antes que o monstro se torne realidade.¹⁸

É verdade que, como bem observou Michael Löwy (2021), nem todos os países que aceleraram as reformas neoliberais pariram monstros políticos; não se pode com isso incorrer no exagero de enxergar um determinismo econômico inescapável como parece fazer crer o autor. De qualquer maneira, Standing (2011, p. 7-11) tem o mérito de apresentar uma definição aprofundada do precariado, mais precisamente como uma subclasse dos trabalhadores, submetidos a um

17 Antes dele, Harvey (2004, p. 67), discutia a importância de um novo cenário produtivo, inaugurado com a entrada agressiva no mercado dos ‘tigres asiáticos’, nos anos 1990, introduzindo “as piores práticas de gestão trabalhista que se possa imaginar”, para ilustrar seu conceito mais amplo de ‘acumulação por espoliação’.

18 Mas, como observou Michael Löwy (2021), nem todos os países que aceleraram as reformas neoliberais pariram monstros político; não se pode com isso incorrer no exagero de enxergar um determinismo econômico inescapável como parece fazer crer o autor.

regime de trabalho que nega os princípios básicos de decência e segurança laboral – segurança compreendida em sete dimensões: segurança de mercado (compromisso do Estado com pleno-emprego), segurança de emprego (proteção contra a tirania do patronato), segurança de trabalho (normas para conter barreiras às oportunidades), segurança no trabalho (normas para combater acidentes, contaminação, etc.), segurança para qualificação, segurança de renda (salário mínimo, etc.), segurança de representação (liberdade sindical).

Ainda nesse esforço conceitual, podemos considerar, de acordo com Hirata (2011, p. 18) a precarização como sendo uma forma de exploração do trabalho, um processo que:

[...] conduz à intensificação do trabalho, porque há uma ameaça sobre os trabalhadores estáveis dos que estão desempregados e que procuram trabalho, e estão dispostos, de certa forma, a aceitar condições salariais e condições de trabalho mais difíceis e mais penosas. Ao mesmo tempo, essa intensificação é também o resultado das novas formas de organização do trabalho e da produção. Trata-se de organizações flexíveis do trabalho e da produção, essenciais para a própria reprodução do sistema de trabalho e de emprego no momento atual.

E continua a autora:

Essa intensificação é a regra tanto no setor secundário quanto no terciário, tanto relacionada aos executivos quanto aos trabalhadores de execução, tanto no Brasil quanto na França e no Japão. O resultado dessa intensificação é duplo: em primeiro lugar, danos múltiplos à saúde física e psíquica; em segundo lugar, aumento da distância entre assalariados e desempregados e, de modo mais amplo, entre os trabalhadores e aqueles que se encontram sem emprego. Essa segunda consequência pode fornecer uma pista para a discussão da questão do “*précariat*” (precariado ou precariamento), categoria proposta por Robert Castel (2009), em oposição a “*salariat*” (assalariamento), para significar a institucionalização da precariedade.

O processo de precarização estrutural do trabalho que se acentuou ao longo dessa última década é caracterizado, sobretudo, pela era da informalidade e intermitência do trabalho. Processo esse que não para de se expandir para todas as categorias de trabalho. Nesse primeiro ano de pandemia, a precarização do trabalho escancara a desigualdade social e apresenta os trabalhadores precários como as vítimas preferenciais do novo coronavírus, em um sistema econômico pautado na combinação complexa entre o desenvolvimento tecnológico e a divisão internacional do trabalho. Dessa forma, a pandemia eclode essa nova morfologia do capital e expõe o neoliberalismo, na era pós-globalizada, como um sistema com profunda penetração da flexibilidade e informalidade na nova sociedade de serviços. Uma sociedade ‘uberizada’, traço fundamental da profunda e progressiva precarização do trabalho no período recente, da corrosão da força de trabalho nos países mais pobres que se acelerou com a nova pandemia do coronavírus (Antunes, 2018).

Pensar a precarização do trabalho nas economias da América Latina não é tarefa fácil. Um ponto de partida importante é considerar a observação de Karl Marx da relação entre as distintas nações, em um modo de produção capitalista mundial no estágio do capitalismo monopolista e financeiro. A valorização do capital provoca, ao longo de sua evolução, uma concentração crescente. O capitalista, ao converter parte da mais-valor em capital, no caso, em meios de produção, a fim de desenvolver a produtividade (aumento da taxa de composição orgânica do capital), possibilita uma acumulação crescente de uma quantidade cada vez maior de mais-valor. Posto de outro modo, o processo de extração de mais-valor é concentrador de forma quase geométrica ou exponencial.

Outro processo que ocorre de modo concomitante é o de centralização de capitais, descrito por Rudolf Hilferding (1910) em seu conceito de capital financeiro. Dentro do sistema capitalista moderno, os nexos do imperialismo instaurado renovam-se no elo entre o capital financeiro e a exportação de capital.

A exportação de capital é a internacionalização do capital financeiro, a qual impõe-se sobre a exportação de mercadoria.

Sobre isso, é interessante resgatar os apontamentos de Trotsky (1985) sobre o desenvolvimento (desigual e) combinado do capitalismo nas diversas regiões e nações: cada local, cada nação tem um ritmo de desenvolvimento específico, a partir de um dado nível de evolução econômico, social e cultural, influenciado pela posição geográfica, estrutura social, entre outros aspectos. Porém, isso não significa que todas as nações travarão o mesmo caminho, pois o desenvolvimento de cada nação não segue um caminho pré-estabelecido, pelo contrário, o capitalismo, operando no nível mundial, altera os modos e as relações de cada aspecto da sociedade, combinando-os de modo distinto em cada sociedade, podendo, inclusive, fazer com que se utilize meios avançados de tecnologia militar para se reforçar uma estrutura social arcaica, exemplo da Rússia czarista.

Para Lênin (Löwy, 1998), o Imperialismo é uma fase particular do capitalismo, na qual o capital se concentra e se centraliza e tem como consequência a formação de monopólios por meio do capital financeiro, tendo como consequências políticas e econômicas a partilha do mundo pelos grandes conglomerados e pelas potências centrais caracterizadas pela divisão internacional do trabalho. O modo como isso se desenvolve se dá por meio do capital financeiro – a partir da fusão do capital bancário e do capital industrial, na qual a necessidade do industrial de maiores escalas produtivas o faz buscar o capital bancário e este, por sua vez, como meio de manter boas taxas de lucro investe na indústria.

Com o capital financeiro, cria-se uma oligarquia financeira que consegue obter lucros extraordinários por meio de diversas medidas monopolistas (lucros fundiários por meio de investimento cruzado em terrenos, lucro do fundador, lucro de não dispor de concorrência, entre outros). O rápido acúmulo, a partir da concentração e centralização de capitais, gera a necessidade de exportação de

capitais para países menos desenvolvidos, colaborando também para a exportação de mercadorias primário-exportadoras pelas economias subdesenvolvidas, a fim de assegurar matérias-primas. Embora as nações atrasadas tentem se modernizar, podem ter as suas possibilidades restringidas pela forma como a combinação entre o moderno e o atrasado pode se dar, isto é, o uso do mais moderno para reforçar estruturas sociais mais atrasadas.

Foi exatamente isto que se verificou nas fases posteriores de desenvolvimento do capitalismo: a reprodução desigual das sociedades capitalistas, especialmente, dos países na América Latina e seu processo de industrialização tardia. Mesmo no período de maior regulação do capitalismo, foi concebida a tese da estabilidade hegemônica, segundo a qual haveria um centro de gravidade político para dotar o sistema econômico internacional de estabilidade. Desse centro emanaria a moeda capaz de fazer face à instabilidade intrínseca dos mercados e à competição exacerbada entre os países.

Já na era da globalização, Tavares e Belluzzo (2004) discutem a formação de várias ordens internacionais e da hierarquia de países dentro delas como produto de um duplo movimento: o do capital (econômico) e dos Estados nacionais (políticos). Esse movimento fizera emergir, na era da globalização, o domínio americano fundado no poder político-militar e na superioridade econômico-financeira e traduzidos na consolidação do dólar como moeda-reserva internacional. No extremo oposto dessa hierarquia estariam as moedas inconversíveis (Carneiro, 2008) caracterizadas como aquelas que têm demanda nula, enquanto ativo de reserva, por parte de agentes de terceiros países. Como resultado, a maioria das moedas passa a obedecer a uma hierarquia no plano internacional, sendo a internacionalização monetária o privilégio de algumas poucas moedas e a substituição monetária um atributo das moedas frágeis.

O ponto central é que a abertura financeira dos países periféricos, na era globalizada, não apenas explicita a inconversibilidade, mas também acentua a

instabilidade monetária, “de fora para dentro”, com consequências significativas sobre o custo do crédito de curto prazo e a ausência de financiamento de longo prazo na moeda local. No caso de moedas periféricas emergentes, a volatilidade tende a ser maior. Assim, a realidade histórica a ser considerada é a *estrutura centro-periferia*, que condiciona o comportamento das taxas de câmbio em economias monetárias periféricas (Furtado, 1994).

O debate se colocou ao mesmo tempo em que se buscava reduzir o papel do Estado nos gastos sociais e de ampliar o grau de abertura econômica à concorrência internacional. A flexibilização do mercado de trabalho seria vista como um recurso para reduzir custos e aumentar a competitividade do setor industrial. Ou seja, a velha ideia segundo a qual a intervenção do Estado sobre as decisões de investimentos capitalistas condenaria a economia a uma baixa produtividade.

O mercado de trabalho brasileiro, por exemplo, se caracteriza por uma elevada rotatividade do trabalhador e por um conjunto relativamente restrito de postos de trabalho de qualidade estável ou permanente dentro das empresas. Na origem deste cenário, mudanças introduzidas com a chamada reestruturação produtiva no Brasil ao longo dos anos 1990, como o enxugamento do quadro de empregados nas empresas, conservando-se as características de renda baixa com elevada dispersão de rendimentos associada a uma grande instabilidade do emprego.

Essas características de formação com elevada rotatividade e baixos salários – produto das características da era da desindustrialização na região, da repressão aos sindicatos e da falta de regulação do mercado de trabalho – determinaram uma baixa participação dos salários nos custos de produção e no valor agregado e a exclusão de uma parcela significativa da população economicamente ativa do emprego produtivo, gerando uma massa de empregados

sem acesso ao mercado de consumo de massa, restando como única alternativa o trabalho informal precarizado e sem direitos.

De acordo com Ricardo Antunes (2018), a privatização do setor de serviços e a expansão da economia digitalizada ampliam o significado da teoria do valor, ao mesmo tempo em que a consolidação da dominância do sistema financeiro acelera a destruição dos direitos dos trabalhadores que foram conquistados na era do capitalismo fordista latino-americano. Isso gera trabalhos intermitentes, sem direitos trabalhistas e a redução da taxa de sindicalização e aumento dos trabalhos informais, como *call centers*, *motoboys*, trabalhadores do comércio, hipermercados, restaurantes, todos eles predominantemente sem direitos trabalhistas, a exemplo dos contratos de zero hora na Europa e da carteira verde e amarela no Brasil.

2.2 Algumas ilustrações práticas do fenômeno na América Latina

O contexto do avanço do ‘precariado’ no período recente sob a hegemonia da ideologia econômica neoliberal (Hirata, 2011), mesmo considerando a efêmera interrupção em seu movimento durante o ciclo denominado por ‘onda rosa’ nos países da região¹⁹, choca-se com a catástrofe social da pandemia de coronavírus de 2020 para produzir uma tempestade perfeita no mundo do trabalho latino-americano. A decadência da economia brasileira, a maior do subcontinente, é emblemática: o desemprego amplo (considerando aqueles que fazem ‘bicos’, ou informais, e os que desistiram momentaneamente de buscar trabalho, ou desemprego por desalento) somava praticamente 50% da força de trabalho no final de 2020, de acordo com o IBGE – 50 milhões de brasileiros sem um trabalho

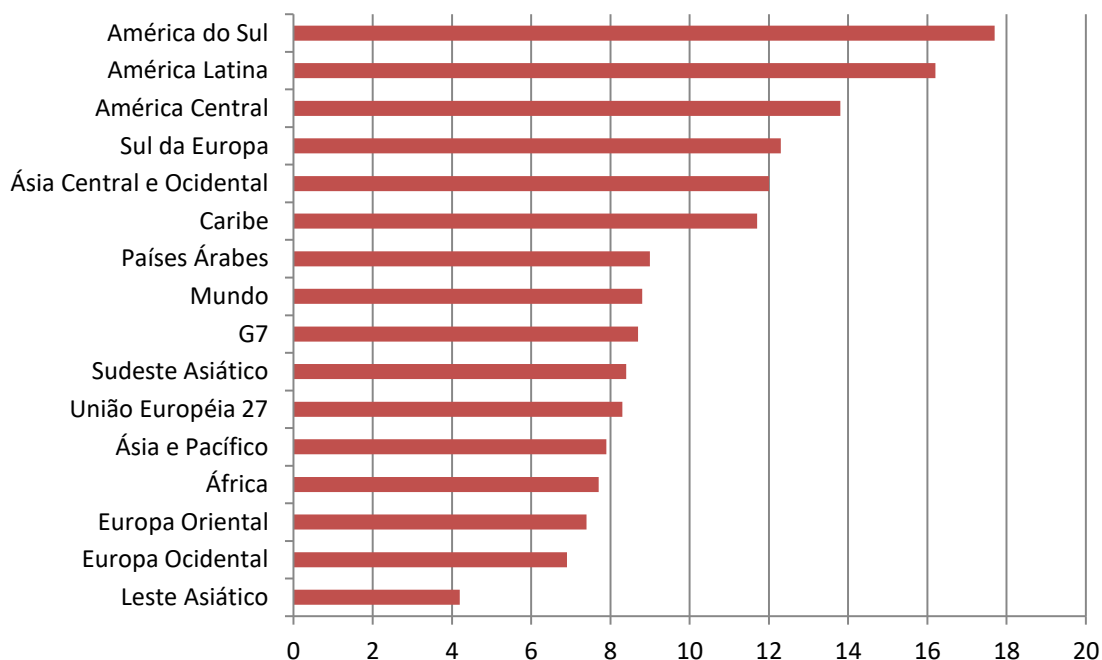
19 Dentre as maiores economias latino-americanas, apenas a Colômbia não vivenciou uma experiência de governos progressistas no período compreendido entre a primeira ascensão ao poder desta forma de regime (com Hugo Chávez na Venezuela em 1999) até o ressurgimento do movimento com a eleição de André Manuel López Obrador no México em 2018, Alberto Fernández na Argentina em 2019 e Luis Arce na Bolívia em 2020.

digno ou sem qualquer trabalho. Em dezembro de 2020 a OIT (Organização Internacional do Trabalho) alertava para a trajetória preocupante do desemprego na região, onde, segundo os cálculos da instituição, mais de 30 milhões de pessoas estavam à procura de um trabalho – um aumento de 22% em relação a 2019, e recorde histórico. Sinal que a pandemia atingiu de maneira drástica esses países, eliminando, do dia para a noite, centenas de milhares de postos de trabalho. Eliminando, igualmente, em alguns meses, os avanços acumulados em mais de dez anos em termos de emprego, renda e oportunidades, na região mais duramente impactada pela crise econômica da pandemia do planeta²⁰.

Note no gráfico a seguir como o mundo do trabalho foi particularmente afetado pela catástrofe, e de forma ainda mais aguda exatamente na América Latina. O indicador em destaque, a redução nas horas trabalhadas em 2020 em comparação ao último trimestre de 2019 (com ajuste sazonal), é calculado pela OIT, e sintetiza bem o impacto devastador da pandemia. O desempenho negativo na região foi puxado em especial pela América do Sul (-18 %), com quedas abruptas registradas em países como Peru (-27%), Argentina (-21%), Colômbia (-21%), Bolívia (-20%), Equador (-18%), Chile (-17%) e Brasil (-15%). A região Caribe mostrou em média perdas menos significativas, especialmente Cuba (-12%), Jamaica (-11%) e Barbados (-10%) e Haiti (-8%), e mais próximas à média mundial (-9%).

20 De acordo com dados do FMI a América Latina sofreu uma queda de 8% em seu PIB no ano de 2020, frente à diminuição de 4% em média para o conjunto dos países do mundo..

Gráfico 1. Horas trabalhadas perdidas devido à crise do coronavírus, em porcentagem, em diferentes regiões do mundo (2020).



Fonte: ILOSTAT-Organização Internacional do Trabalho, 2020.

A desestruturação familiar e laboral que a crise provoca trouxe, além disso, um impacto devastador sobre segmentos já tradicionalmente vulneráveis da força de trabalho da região, como mulheres e jovens, bem como sobre as minorias étnico-raciais, como indígenas e negros. Estudos apontam que em determinados países, por exemplo, até 50% das mulheres com filhos em idade escolar teriam abandonado o mercado de trabalho como repercussão, por um lado, do fechamento de escolas e creches, e, por outro, da exacerbação na pandemia das engrenagens patriarcais que distanciam os homens de sua responsabilização com os cuidados das crianças (e não apenas, pois há de se considerar que, quando há familiares inválidos no domicílio os cuidados tendem também a recair sobre a mulher). Segundo a OIT (2020), considerando-se as sete principais economias latino-americanas, em 2020 cerca de 17 milhões de mulheres tiveram de sair da força de trabalho (entre os homens, o montante atingiu 14 milhões de indivíduos).

Como resultado, hoje mais de 80 milhões de mulheres sequer participam da atividade econômica ‘produtiva’, um aumento de 25% se comparado a 2019. Um contingente, pela primeira vez em muito tempo, superior ao de mulheres ativas no mercado de trabalho (61 milhões). O desastre pode ser medido também pelo número de mulheres e meninas em condição de pobreza nos países latino-americanos, em decorrência da pandemia de coronavírus: 118 milhões (UNWOMEN, 2020). A falta de proteção social e trabalhista está diretamente associada a estes dois fenômenos.

Em relação ao impacto da Covid-19 segundo o recorte ocupacional, é preciso considerar, inicialmente, a diversidade estrutural das economias, dos sistemas de proteção social e do mercado de trabalho desses países. Na América Latina o risco à exposição ao contágio tende a ser maior simplesmente porque as economias de seus países são, em grande parte, pouco sofisticadas tecnologicamente. Assim, enquanto nos países avançados 40% da atividade econômica podem ser realizados do conforto de casa (por meio digital), esse percentual alcança apenas 20% no subcontinente (Komatsuzaki et alii., 2020), sendo que o pior desempenho está nos países andinos e da América Central, e os melhores no Cone Sul. Desempenho, por sua vez, explicado em grande parte pela disseminação do trabalho informal na região nas décadas infames do neoliberalismo. A retórica que surgiu como tábua de salvação para a produtividade do trabalho é agora descartada rapidamente nos países centrais para dar lugar a um novo tipo de Estado forte.

Na América Latina, este debate também começa a ganhar terreno, pois são exatamente os países com ‘Estados fortes’, como Cuba, Uruguai e Venezuela, que conquistam os melhores resultados no combate à pandemia – e Nova Zelândia, Vietnã, China, Islândia, Finlândia no restante do planeta. O estrago feito nos anos recentes, especialmente naqueles países que passaram por choques provocados por reviravoltas políticas legitimadas por processo eleitoral ou não

(Brasil, Argentina, Paraguai, Bolívia, Equador) especialmente nos anos recentes, responde até certo ponto pela situação devastadora atual. Mas a verdade é que o recuo do Estado de bem-estar social na região, para dar lugar às reformas de mercado, se impuseram progressivamente ao longo de vários anos desde o final dos anos 1980.

Os trabalhadores de baixa qualificação são os mais expostos à doença, como indicam estudos feitos no Reino Unido e Estados Unidos, respectivamente Wise (2020) e Rogers et alii. (2020), sendo que neste último caso a autora ressalta ainda a prevalência de um risco mais importante para negros, mesmo entre esses trabalhadores essenciais. No Brasil, um estudo coordenado pelo Instituto das Cidades da Universidade Federal de São Paulo (Furtado et alii., 2020) mostra que a parcela mais importante das vítimas se concentra nas classes mais economicamente vulneráveis (66% do total das vítimas possui renda familiar inferior a R\$ 3 mil mensais), e mais sujeitas ao deslocamento por transporte público.

Na tabela 1, abaixo, destacamos alguns grupamentos ocupacionais passíveis de uma comparação internacional em seu grau de exposição ao contágio. Profissionais da saúde possuem o maior risco, segundo diversas pesquisas, seguidos de perto pelos trabalhadores da educação, e são um destaque negativo deste levantamento. Para além da exposição naturalmente maior destes trabalhadores, há também que se considerar o abandono do setor de saúde pública, um projeto que lentamente foi se impondo ao redor do planeta. O primeiro país a enfrentar um caos sanitário na crise do coronavírus em meados de 2020, pouco antes da América se tornar e permanecer, até 2021, o epicentro global, a Itália já escancarava a origem do problema: anos de desinvestimento, terceirização e privatização na saúde pública (Maggioni, 2021). Na América Latina a diferença talvez evidente é que as reformas liberais que atingem a saúde produziram um estrago ainda maior na capacidade de resposta à crise, um fosso

ainda maior entre saúde pública sucateada e saúde privada cada vez mais poderosa e elitizada (Luzuriaga, Zunino, 2019). Assim, apesar de concentrar 26% das mortes, profissionais da saúde são relativamente muito mais vitimados na América Latina que em outras regiões do planeta. Note que mesmo entre trabalhadores considerados não essenciais, e em geral altamente qualificados, como jornalistas, o fardo da pandemia é sempre maior no subcontinente latino-americano.

Tabela 1. Profissões com alta exposição ao contágio de coronavírus na América Latina

Profissão/ Categoria ocupacional	Óbitos na AL	% do Total Global	Fonte/Data*
Enfermeiras	1.131	40%	<i>International Council of Nurses</i> (dez-2020)
Profissionais da saúde em geral	2.849	41%	Anistia Internacional (ago-2020)
Jornalistas	303	50%	<i>Press Emblem Campaign</i> (fev-2020)
TOTAL GERAL	659.486	26%	Organização Mundial da Saúde (fev-2021)

Fonte: elaboração própria*, a partir de fontes diversas indicadas acima.

As características demográficas das vítimas corroboram esse padrão, e dão uma ideia da disseminação descontrolada da doença na América Latina. Contrariamente à Europa, também duramente atingida pela pandemia, há um elevado risco de morte por coronavírus nas camadas mais produtivas (com idade

até 59 anos) da sociedade. Enquanto no Reino Unido²¹, nos piores dias na pandemia contabilizou 8% de mortes nessa faixa etária, no Brasil, no primeiro ano da pandemia, esse grupo respondeu por 26% do total de mortes, mais de três vezes mais, no Chile por 15% (Undurraga et alii., 2021). No México, o maior contingente de mortes (60% do total) encontra-se na faixa etária mais produtiva (40 a 69 anos), acima da proporção dos idosos, com 70 anos ou mais, 33% (Hernández, 2020).

Esta população relativamente mais jovem que cai vítima da covid na América Latina é a facção precária do proletariado. Precariedade que se mede também ao olharmos para o grau de penetração do sindicato nessas sociedades. Em geral, a intermediação dos sindicatos nas relações de trabalho tende a oferecer maior segurança, e mitigar tendências tirânicas do patronato (Chadarevian, 2012). No gráfico 2, nota-se que poucos são os países que se aproximam ou superam de uma taxa de razoável densidade sindical, 30%²².

21 Nos países centrais, a distribuição etária parece ser bastante semelhante entre os diferentes países, com exceção talvez dos EUA, com cerca de 10% de óbitos até 59 anos (Omori et alii., 2020). Nos países subdesenvolvidos o risco para os adultos não está tão distante do risco de idosos como nos países avançados, de acordo com um estudo do Banco Mundial (que incluiu cinco países latino-americanos) sobre o assunto com dados do início da pandemia, onde uma estatística sobressai: enquanto que no primeiro grupo de países as mortes de pessoas com idade potencialmente produtiva (até 69 anos) correspondem a 63% do total, no grupo dos países ricos essa proporção é de tão somente 13% (Demombynes, 2020), quase cinco vezes menos.

22 A Venezuela aparecer com um valor tão baixo se explica pela política de interferência do Estado na atuação sindical, substituindo o sindicato tradicional por instituições públicas de mediação (Iranzo, 2018; Garza Toledo, 2000).

Gráfico 2. Densidade de sindicalizados, ou taxa de sindicalização, em países latino-americanos (em %).



Fonte: ILOSTAT-Organização Internacional do Trabalho, 2020.

Por fim, um fator central a se considerar para contextualizar a gravidade da precarização do trabalho na América Latina é evidentemente a informalidade (CEPAL-OIT, 2020). A ausência de um contrato formal de trabalho praticamente impossibilita a reivindicação de direitos por parte do trabalhador, e este é historicamente outro problema estrutural das economias latino-americanas.

Tabela 2. Informalidade no emprego em países latino-americanos (OIT)

PAÍS	%	% em 2013	Var. (em p.p.)
Argentina (2019)	49,4	47,4	+ 2,0
Barbados (2016)	62,2	-	-
Bolívia (2019)	84,9	80,4	+ 4,5
Brasil (2019)	47,9	44,1	+ 3,8
Chile (2019)	29,2	-	-
Colômbia (2019)	62,1	64,9	- 2,8
Costa Rica (2019)	38,8	38,8	0,0
Equador (2019)	63,5	60	+ 3,5
El Salvador (2019)	69,1	71,4	- 2,3
Guatemala (2019)	79,0	80,5	- 1,5
Guiana (2018)	58,1	-	-
Haiti (2012)	93,0	-	-
México (2004)	65,9	-	-
Nicarágua (2012)	81,8	81,8	0,0
Panamá (2019)	52,8	47,9	+ 4,9
Paraguai (2019)	68,9	71,5	- 2,6
Peru (2019)	68,4	69,8	- 1,4
Rep. Dominicana (2019)	54,3	55,9	- 1,6
Santa Lucia (2019)	31,9	-	-
Suriname (2016)	52,1	-	-
Uruguai (2019)	24,0	35,4	- 11,4
Venezuela (2019)*	57,0	-	-

Fonte:* Para dados da Venezuela: *Instituto Nacional de Estadísticas de Venezuela* (2019). Os demais dados são da Organização Internacional do Trabalho, de 2020.

3 ISOLAMENTO, ESTADO FORTE E PROTEÇÃO SOCIAL COMO FATORES DETERMINANTES PARA O CONTROLE DA PANDEMIA

Aqui, apresentaremos os resultados de nosso estudo de correlação entre algumas variáveis socioeconômicas selecionadas para testar o seu ‘poder preditivo’ sobre o comportamento da pandemia de coronavírus em países da América Latina. O objetivo principal desta parte do trabalho é testar nossa hipótese, segundo a qual uma variável central, ou fator determinante, para o

controle dos contágios na região²³, é a garantia de proteção social e a segurança econômica na relação salarial. Ou seja, em outras palavras, espera-se que as sociedades latino-americanas que prezam por uma regulação social justa das relações de trabalho tendem a se sair melhor no enfrentamento da pandemia. Para testar o poder explicativo destes fatores nos utilizamos de uma ferramenta econométrica bastante trivial, o modelo de regressão linear múltipla, que, a partir das informações existentes, mostra o estimador mais preciso na explicação do comportamento dos dados observados.

Inicialmente, uma palavra sobre a escolha das variáveis utilizadas no modelo. Nossa variável principal tenta captar o grau de precarização do mercado de trabalho, para o qual inexistente até o momento um indicador único, que sintetize este fenômeno. Aqui se optou por selecionar a taxa de informalidade no mercado de trabalho, adotada pela OIT, seguindo vários especialistas da área, como *proxy* da precarização. De fato, contratos informais de trabalho tendem a ser muito mais instáveis, irregulares e carentes de benefícios se comparados aos formais, algo que se aproxima bastante da noção de *precariado*, como viu-se anteriormente.

Complementarmente, adicionamos três outras variáveis, com objetivo de introduzir controles, ou seja, padronizar a variabilidade em função de características estruturais específicas dos diferentes países. São elas, o tamanho do Estado (medido pelo percentual de funcionários públicos na força de trabalho, conforme a OIT), os investimentos em saúde (em US\$ per capita, com dados da Organização Mundial da Saúde) e uma variável binária que informa se o país atuou ou não para fechar as fronteiras no período de alto contágio em fevereiro

23 Como vimos anteriormente, nos países centrais, principalmente na Europa ocidental, Japão, Canadá, Austrália, as vítimas do coronavírus concentram-se fortemente na população idosa, acima de 70 anos, muitas das quais sujeitas aos constantes surtos nos asilos. Por esta razão, as variáveis que tendem a influenciar o impacto da pandemia nesses países estão mais ligadas aos investimentos em saúde e mitigação do contágio do que propriamente com fatores ligados à relação salarial.

de 2021 na chamada segunda onda da pandemia (com informações da revista de turismo *GetYourGuide*).

O modelo testado mostrou um bom poder preditivo, com o conjunto de variáveis selecionadas conseguindo explicar cerca de 50% da variabilidade no número de mortes per capita por covid-19. Isso significa que mesmo em países em que o Estado é forte e os investimentos em saúde são consistentes, ainda assim a precarização se mostrou uma variável importante para a disseminação do contágio. E vice-versa, ou seja: uma razoável presença do Estado, investimento em saúde e atuação ativa na pandemia (fechando fronteiras) não garantem por si só controle da pandemia se há forte informalidade laboral. Além disso, o modelo nos dá uma estimativa dos parâmetros de cada variável em uma equação linear que projeta a variável que se quer explicar, no caso as mortes por coronavírus. Os sinais obtidos nas estimativas dos parâmetros são geralmente os que esperávamos: mais investimentos na burocracia estatal e controle de fronteiras têm impacto negativo nas mortes por coronavírus, enquanto altas taxas de informalidade aumentam essas mortes. Porém, as despesas com saúde parecem impactar apenas residualmente sobre a pandemia, o que pode indicar a incapacidade geral, com raras exceções, do sistema sanitário latino-americano para enfrentar a pandemia. O gráfico 3 de dispersão abaixo mostra a boa adequação desta projeção aos dados reais. Mais precisamente o modelo ‘acertou’ 48,9% em suas projeções (se fosse 100%, todas as observações se situariam exatamente sobre a reta traçada).

Na tabela 3, encontram-se as informações detalhadas utilizadas para construir as variáveis e o resultado das estimativas e testes para os seus parâmetros (a , b_1 , b_2 , b_3 e b_4). O teste que mais nos interessa é o F. Ele mede a consistência geral do modelo e a probabilidade de as variáveis não estarem correlacionadas por mero acaso. O seu resultado aqui indica que, para os graus

de liberdade existentes (4 e 19), há uma boa probabilidade (99,0%) de a relação entre as variáveis selecionadas não ser puramente aleatória.

Tabela 3. Modelo de regressão linear múltipla

PAÍS	Y	VARIÁVEIS				Y-est
		X1	X2	X3	X4	
Argentina	114,9	49,4	12,1	1989,6	0	114,4
Barbados	10,8	62,2	24,4	1203,8	0	64,7
Bolívia	100,6	84,9	7,0	496,1	0	70,3
Brasil	117,4	47,9	13,3	1530,8	0	87,6
Chile	106,7	29,2	11,0	2305,7	1	101,7
Colômbia	118,2	62,1	2,7	1155,4	0	94,2
Costa Rica	55,3	38,8	13,2	1336,5	0	71,0
Cuba*	2,6	16,8	89,3	2519,3	1	-12,3
Equador	90,8	63,5	8,9	954,8	0	75,6
El Salvador	58,5	69,1	9,4	592,3	1	44,1
Guatemala	36,2	79,0	16,4	483,0	1	35,4
Guiana	24,3	58,1	32,4	512,9	1	-2,2
Haiti	2,2	93,0	14,8	143,6	0	46,3
Honduras	41,6	82,6	3,9	362,3	0	66,2
México	142,5	65,9	11,3	1066,0	0	79,6
Nicarágua	2,7	81,8	18,6	473,9	0	49,7
Panamá	137,1	52,8	15,0	1856,7	0	105,7
Paraguai	43,8	68,9	9,7	935,3	1	61,4
Peru	139,7	68,4	8,9	766,6	0	69,4
República Dominicana	28,5	54,3	8,0	1017,5	0	73,4
Santa Lúcia*	15,4	31,9	21,3	610,5	0	16,1
Suriname	29,2	52,1	20,0	1179,6	0	62,5
Uruguai	16,5	24,0	18,7	2169,3	1	79,3
Venezuela*	4,5	41,4	27,8	383,5	1	-14,4

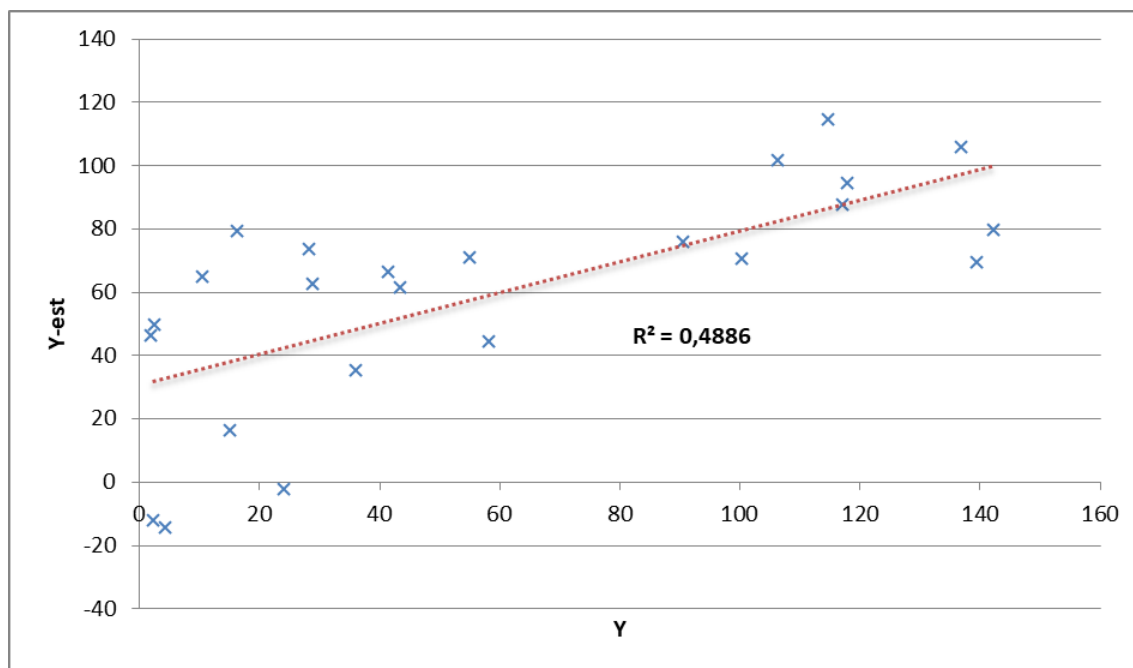
ONDE:
Y - Mortes por Covid-19 (por 100 mil habitantes)
X1 - % de informalidade (OIT)
X2 - % funcionários públicos (OIT)
X3 - Despesas em saúde per capita (US\$)
X4 - Fronteiras fechadas em fevereiro de 2021 (1, sim, 0 não)

REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA					
b4	b3	b2	b1	alfa	
-16,0	0,1	-1,5	0,7	-7,7	parâmetros
19,0	0,0	0,6	0,7	59,8	desvios padrão
48,9%	39,3				R ² e erro Y
4,5	19				F e g. l.
27987	29297				Soma quadrados
-0,8	2,8	-2,5	1,1	-0,1	teste t

REGRESSÃO ESTIMADA
 $Y\text{-est} = 0,7.X1 - 1,5.X2 + 0,1.X3 - 16.X4 - 7,7$

Fonte:* As fontes são as que citamos mais acima no texto, com exceção de Cuba, Santa Lúcia e Venezuela, para os quais se consultou os respectivos institutos nacionais de estatísticas: *Anuario Estadístico de Cuba*, *Ministry of Health & Wellness of Saint Lucia*, *Instituto Nacional de Estadísticas de Venezuela*. Os seguintes países da região não contavam com informações disponíveis para uma ou mais variáveis no momento do estudo, e foram excluídos do modelo: Antígua e Barbuda, Bahamas, Belize, Dominica, Granada, Jamaica, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas e Trinidad e Tobago. Estes 9 países representam menos de 1% da população latino-americana.

Gráfico 3. Aderência da variável dependente real (Y) ao modelo testado (Y-est)



Fonte: elaboração própria, a partir dos resultados apresentados na Tabela 3, acima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa trouxe evidências da conexão entre o aprofundamento da precarização das relações de trabalho na América Latina e a aceleração no contágio pelo coronavírus nos principais países da região. Os resultados apontam para três lições no combate à pandemia em seu primeiro aniversário: 1) não basta um setor de saúde complexo, se ele está subfinanciado, tecnologicamente defasado e não há pessoal especializado para operá-lo; 2) o planejamento do combate ao coronavírus exige uma burocracia estatal sólida, composta por um número importante de servidores públicos qualificados nas diferentes esferas do Estado; 3) medidas de mitigação do contágio, como isolar o país do exterior para evitar a importação de casos do exterior se mostrou uma estratégia eficaz na região; 4) a existência de um pacto social para garantir condições de trabalho decente tem sido um fator determinante no controle da pandemia nos países

latino-americanos, pois trabalhos precários tendem a ser mais vulneráveis ao contágio e vetores de transmissão da doença.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo & ALVES, Giovanni, As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital, **Educação e Sociedade**, vol.25, n.87, 2004.

ANTUNES, Ricardo, **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital**, Boitempo, São Paulo, 2018.

AZZARÀ, Steffano G., Restauração e revolução passiva pós-moderna no ciclo neoliberal: um transformismo intelectual de massa, **Crítica Marxista**, n. 50, 2020.

BOCCACCIO, Giovanni, **Decameron**, LP&M Editores, Porto Alegre, 2013 [c. 1350]. Tradução de Ivone Benedetti.

CARNEIRO, Ricardo, Globalização e inconvertibilidade monetária, **Revista de Economia Política**, v. 28, n. 4, 2008.

CASTEL, Robert, **Les métamorphoses de la question sociale. Une chronique du salariat**, Fayard, Paris, 1995 (Trad. bras. RJ : Vozes, 1998).

CEPAL (COMISIÓN ECONÓMICA PARA EL DESARROLLO DE AMÉRICA LATINA) – OIT (ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO), “El trabajo en tiempos de pandemia: desafíos frente a la enfermedad por coronavirus (COVID-19)”, **Conyuntura laboral em América Latina y Caribe**, n.22, 2020.

CHADAREVIAN, Pedro C., Sindicalismo y desigualdades raciales en Brasil, *In*: Paula Abel Medina; Bruno Fornillo; Gabriela Wyczykier. (Org.). **La Forma Sindical en Latinoamérica. Miradas Contemporáneas**. Buenos Aires: Nueva Trilce, 2012.

CHADAREVIAN, Pedro C., **The Political Economy of Lula’s Brazil**, Routledge, Londres, 2018.

DEMOMBYNES, Gabriel, “COVID-19 Age-Mortality Curves Are Flatter in Developing Countries”, **Policy Research Working Paper-World Bank**, n. 9313, 2020.

ENGELS, Friedrich, **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**, Editora Boitempo, São Paulo, 2010 [1845].

ESPINOSA, Mario Alejandro Millones, “Límites del Trabajo Decente: la precarización laboral como problema estructural en América Latina”, **Revista Gaceta Laboral**, v. 18, n. 1, 2012.

FURTADO, Celso, A superação do subdesenvolvimento, **Economia e Sociedade**, v. 3, n. 1, 1994.

FURTADO, Luciana A. C., ET ALII., Caminhos metodológicos de pesquisa participativa que analisa vivências na pandemia de Covid-19 em populações vulneráveis, **Saúde em Debate - Relato de Experiência**, 2020.

GALVÃO , Andréia ET ALII., “Reforma trabalhista: precarização do trabalho e desafios para o sindicalismo”, **Caderno CRH**, v. 32, n. 86, 2019.

GARZA TOLEDO, Enrique de la (org.), **Reestructuración productiva, mercado de trabajo y sindicatos en América Latina**, CLACSO, Buenos Aires, 2000.

HARVEY, David, The new imperialism: accumulation by dispossession, **Socialist Register**, 2004.

HERNÁNDEZ BRINGAS, Héctor, Mortalidad por COVID-19 en México. Notas preliminares para un perfil sociodemográfico, **Notas de conyuntura del CRIM**, n. 36, 2020.

HILFERDING, RUDOLF (1910), **Finance Capital – A study of the latest phase of capitalist development**, Abingdon, Routledge, 1981.

HIRATA, Helena, Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão, **Cadernos CRH**, v. 24, n. especial, 2011.

HOFFMANN, R., Tendências da distribuição de renda no Brasil e suas relações com o desenvolvimento econômico. *In*: TOLIPAN, R. & TINELLI, A. C. (org.), **A controvérsia sobre a distribuição de renda no Brasil**, Zahar, Rio de Janeiro, 1978.

IRANZO, Consuelo, La triste historia del sindicalismo venezolano en tiempos de revolución, **Nueva Sociedad**, n. 274, 2018.

KOMATSUZAKI, Takuji et alii., Latin American Labor Markets during COVID-19, **Fundo Monetário Internacional**, outubro, 2020.

LÖWY, Michael. Either/Or: Rosa Luxemburg's Radical Commitment to Socialist Internationalism, **Rosa Luxemburg at 150**, Rosa-Luxemburg Stiftung, março de 2021.

LÖWY, Michael. A teoria do desenvolvimento desigual e combinado, **Outubro**, v. 1, outubro de 1998.

LUZURIAGA, María José & ZUNINO, Marina Gabriela, Políticas de privatización de los sistemas de salud em países de América Latina, **XIII Jornadas de Sociología**, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2019.

MAGGIONI, Roberto, Codogno un anno fa, non è andato tutto bene, **Il Manifesto**, 20/02/2021.

MIOTTI, Egidio Luís ET ALII., Continuités et ruptures dans l'accumulation et la régulation en Amérique latine dans les années 2000: le cas de l'Argentine, du Brésil et du Chili, **Revue de la Régulation**, v. 11, 2012.

MONTENOVO, Laura et alii., **Determinants of disparities in COVID-19 job losses**. National Bureau of Economic Research, 2020.

OIT (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TRABALHO), "COVID-19 and the world of work. Fifth Edition", **ILO Monitor**, 30/06/2020.

OMORI, Ryosyke; MATSUYAMA, Ryota; NAKATA, Yukihiro, "The age distribution of mortality from novel coronavirus disease (COVID-19) suggests no large difference of susceptibility by age", **Scientific Reports**, n.10, 2010.

ONS (OFFICE FOR NATIONAL STATISTICS), Coronavirus (COVID-19) related deaths by occupation, England and Wales: deaths registered between 9 March and 28 December 2020, **Statistical Bulletin**, Londres, 25/01/2021.

PIVETTA, Marcos, 50 anos de calamidades na América do Sul, **Pesquisa Fapesp**, ed. 241, 2016.

ROGERS, Tiana ET ALII, Racial Disparities in COVID-19 Mortality Among Essential Workers in the United States, **World Medical and Health Policy**, v.12, n. 3, 2020.

SALAMA, Pierre, A pandemia como um indicador, **Plataforma América Latina**, 07/05/2020.

STANDING, Guy, **The Precariat. The New Dangerous Class**, Bloomsbury Academic, Nova Iorque, 2011.

THE LANCET, **COVID-19 in Latin America: a humanitarian crisis**, Editorial, v. 396, n. 10261, 2020.

TROTSKY, Leon, **A revolução permanente**, Ed. Kairós, São Paulo, 1985.

UNDURRAGA, Eduardo A.; CHOWELL, Gerardo; MIZUMOTO, Kenji, COVID-19 case fatality risk by age and gender in a high testing setting in Latin America: Chile, March–August 2020, **Infectious Diseases Report**, n. 10, v. 11, 2021.

UNWOMEN (UNITED NATIONS ENTITY FOR GENDER EQUALITY AND THE EMPOWERMENT OF WOMEN), The Economic Impact of COVID-19 on Women in Latin America and the Caribbean, **News and Press Release**, 02/11/2020.

VARELA, Paula, Estado y sindicatos em la Argentina post-devaluación. El retorno del debate estratégico, **Crítica Marxista**, n. 38, 2014.

VENTURA, Deisi & REIS, Rossana, A linha do tempo da estratégia federal de disseminação da Covid-19. Um ataque sem precedentes aos direitos humanos no Brasil, **Direitos na Pandemia**, n. 10, 20/01/2021.

WISE, Jacqui, Covid-19: Low skilled men have highest death rate of working age adults, **BMJ**, 369: m1906, 2020.

FINANCEIRIZAÇÃO DA ECONOMIA E NATURALIZAÇÃO DA PRECARIÉDADE: NOTAS SOBRE A GÊNESE DO NEOLIBERALISMO NA AMÉRICA LATINA

Ricardo Luiz Cruz²⁴

“Nunca uma política de reestruturação econômica, nem a populista, nem a desenvolvimentista, havia conseguido se impor de forma simultânea e com tanta homogeneidade no conjunto dos países latino-americanos”. Néstor García Canclini

INTRODUÇÃO

O objetivo deste texto é refletir sobre as condições históricas e sociais da emergência do neoliberalismo na América Latina, tendo como referencial uma literatura sociológica, histórica, antropológica e geopolítica a partir da qual temas e questões relativos à compressão desse problema são discutidos, com o foco nas análises que se debruçaram sobre as sociedades brasileira e peruana. Isso implica em mostrar como sua gênese na região faz parte do processo de difusão da ideologia a favor do livre mercado, atualizando para o contexto local o movimento mais geral de tentativa de organização da vida social com base nesse ideário surgido no século XIX. O capítulo latino-americano da “utopia” neoliberal dramatiza, ao seu modo, a relação entre financeirização da economia e precarização do trabalho que acompanha a imposição do credo liberal pelo mundo, fazendo com que o presente e o passado se confundam, na medida em que parece repetir situações de insegurança vividas anteriormente pela classe

²⁴ Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional (PPGAS/MN). Professor do curso de ciências sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGAS/UFMS).

trabalhadora num contexto internacional de hegemonia do capital financeiro²⁵. Não perder de vista essa história mais geral é crucial se quisermos compreender como o que se coloca enquanto novo, moderno ou necessário pode ser a reinvenção de esquemas antigos que têm sido usados pelas classes dominantes para se congregarem e imporem aos grupos subalternos uma forma de vida onde impera a fragmentação de seus horizontes, como condição do lucro ou da acumulação financeira transfigurada em ideologia²⁶. A atual força do neoliberalismo encontra no passado um elemento central para o seu entendimento, pois seu enraizamento no tecido social traduz ou demarca um período específico de um largo processo de disputa entre agentes que buscam organizar as sociedades com base em princípios econômicos e agentes que se contrapõem a esse movimento afirmando sua humanidade em comum.

O devir humano pode ser encarado como o desenrolar de conflitos que atravessam as gerações enquanto encarnações de grupos que disputam o controle de seus destinos. Nesse sentido, a própria interpretação do processo histórico faz parte desses confrontos, na medida em que através dela os dominantes e os dominados legitimam os seus pontos de vista e deslegitimam a perspectiva do adversário. A dominação pode ser pensada como ocultação dos conflitos que dividem a vida social. Ela naturaliza uma gramática através da qual o sofrimento das pessoas possa ser lido sem colocar em cheque os discursos que um ou mais

²⁵ Falar em financeirização da economia, atualmente, é falar, por um lado, da autonomização da esfera financeira frente a vida social ou política e, por outro, da subordinação da produção às finanças, de maneira “talvez sem paralelo com qualquer outra época do sistema, embora algumas vozes insistam em dizer que a performance do capital financeiro apenas repete as extravagâncias da *belle époque*” (OLIVEIRA, 2007, p. 26). Como aponta Vladimir Safatle (2016, p. 144), a “biopolítica neoliberal” está “vinculada à conformação dos sujeitos a certa forma de indeterminação, absorvida pelo modo de funcionamento padrão do capitalismo atual, através dessa forma de circulação financeira da indeterminação”.

²⁶ Incerteza, precariedade, dissolução das identidades e fragmentação dos horizontes acabam se tornando praticamente sinônimos no capitalismo contemporâneo. Como aponta o sociólogo Richard Sennet (2012, p. 33), “o que é singular na incerteza hoje é que ela existe sem qualquer desastre histórico iminente; ao contrário, está entremeada nas práticas cotidianas de um vigoroso capitalismo”.

grupos utilizam para mobilizar outros grupos em prol dos seus interesses, desejos ou vontades e para desmobilizá-los frente às intenções, pensamentos ou movimentos capazes de questionar a forma com a sociedade é organizada ao favorecer a acumulação ou a monopolização dos recursos materiais e simbólicos num dos seus polos. Karl Marx e Karl Polanyi aparecem neste texto como referências teóricos-metodológicos para se pensar os momentos de expansão e de refluxo do ideário em prol do livre mercado, dado que ambos os movimentos se dão no contexto dos conflitos que acompanham a história do sistema capitalista desde o século XIX e sobre os quais os dois autores se debruçaram. A emergência do neoliberalismo, na América Latina, no decorrer da década de 1990, constitui-se num dos episódios de avanço dessa ideologia²⁷. Essa época é paradigmática, enquanto período em que as forças do trabalho, enfraquecidas diante da reestruturação produtiva e da desconstrução da relação salarial que se expandiram durante esse tempo, se viram sem força social para se contrapor à força social das elites que (conjuntamente) encontram os meios para impor as suas concepções²⁸.

O neoliberalismo adentra na América Latina naturalizando o gozo e a competição como formas privilegiadas de interação entre os sujeitos, criando uma sociabilidade pautada pela sobreposição dos interesses individuais frente a horizontes comuns, com o consumo e as empresas servindo de parâmetro para a construção de subjetividades, num universo onde o formal, o legal ou o jurídico é incapaz de generalizar a sua lógica, haja vista a presença avassaladora de

²⁷ É possível falar em experiências neoliberais, anteriores à década de 1990, em países como a Argentina, Chile e Bolívia, por exemplo. Contudo, será apenas nesse período posterior que o neoliberalismo adentrará, na América Latina, com força suficiente para transformar suas nações conjuntamente.

²⁸ “As forças do trabalho já não têm ‘força’ social, erodida pela reestruturação produtiva e pelo trabalho abstrato-virtual e ‘força’ política, posto que dificilmente tais mudanças na base técnico-material da produção deixariam de repercutir na formação da classe” (OLIVEIRA, 2013, p. 145). Conforme assinala Beverly Silver (2005, p. 19), “nas últimas duas décadas do século XX, quase houve consenso na ciência social de que os movimentos operários passavam por uma crise grave e generalizada”.

trabalhos informais e atividades ilegais na região, como atestam estudos citados mais à frente neste texto. Trata-se de um espaço onde a vigência de um tradicional impulso à transgressão de normas, cultivado por suas elites e disseminado para o restante da população, se conectaria à nova economia libidinal do capitalismo em torno da busca da satisfação ou do gozo, enquanto imperativo para além de qualquer normatividade.

Seus grupos dominantes se congregariam num plano mundial e os dominados se deparariam com uma realidade local na qual, para poderem sobreviver e/ou ganhar a estima dentro do espaço público, lhes é imposta uma espécie de luta de todos contra todos, mascarando divisões estruturais dentro das quais o sofrimento é socialmente produzido, como é caso das desigualdades em relação ao acesso aos recursos materiais e simbólicos. As incertezas se colocam ou seriam colocadas às pessoas como condição dos seus ofícios, e não como fruto das injustiças da sociedade. Seus desempenhos individuais serviriam como o critério de julgamento sobre seus destinos, transformando a anomia num mecanismo de mobilização da força de trabalho. O gozo através do consumo apareceria como obrigação frente às insatisfações do cotidiano. O diagnóstico social da depressão seria a via legítima de negação do engajamento diante das demandas de satisfação a serem alcançadas pela performance e/ou pela aquisição de uma mercadoria ou serviço. Na América Latina, a transgressão da norma se potencializaria diante desse novo cenário como obrigação legitimada tanto pela tradição como pelo que é colocado como moderno. Começemos com os antecedentes históricos do neoliberalismo, na medida em que mostram como a relação entre integração global financeira e desagregação da sociedade constitui a história da difusão do ideário do livre mercado. Trata-se de um projeto utópico

que visa reduzir o social aos imperativos da economia, cuja radicalidade se manifestou nos anos de 1920 e levou às reações “coletivistas” posteriores²⁹.

2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO NEOLIBERALISMO

O ideário do livre mercado (ou do “mercado autorregulado” ou, ainda, do “mercado perfeito”) surgiu, de acordo com Karl Polanyi (2000, p. 166), na Inglaterra dos anos de 1820, quando passou a representar o que o autor chama de “os três dogmas clássicos”: “o trabalho deveria encontrar seu preço no mercado, a criação de dinheiro deveria sujeitar-se a um mecanismo automático, os bens deveriam ser livres para fluir de país a país, sem empecilhos ou privilégio”. Segundo ele (POLANYI, 2000, p. 168), “não foi senão nos anos 1830 que o liberalismo econômico explodiu como uma cruzada apaixonante, e o *laissez-faire* se tornou um credo militante”. O “credo liberal” serviu de referencial para uma série de transformações na legislação inglesa, ocorridas a partir dessa década, e as quais teriam tornado o dinheiro, a terra e o trabalho mercadorias cujos preços deveriam ser regulados pelas suas ofertas e demandas³⁰.

A década de 1830 foi o período no qual a burguesia suplantou, definitivamente, a aristocracia enquanto classe dominante na Inglaterra (HOBSBAWN, 2011). Conforme aponta Michel Lowy (1987), Karl Marx mostrou que essa mudança política veio acompanhada da difusão de um pensamento econômico “vulgar” em detrimento da “economia política clássica”,

²⁹ “A década de 1920 viu o prestígio do liberalismo econômico no seu apogeu. (...) As privações dos desempregados, sem emprego devido à deflação, a demissão de funcionários públicos, afastados sem uma pensão, até mesmo o abandono dos direitos nacionais e a perda das liberdades constitucionais eram considerados um preço justo a pagar pelo cumprimento da exigência de orçamentos estáveis e moedas sólidas, estes *a priori* do liberalismo econômico” (POLANYI, 2000, p. 174). Karl Polanyi fala das reações “coletivistas”, surgidas na década de 1930, como expressões do “movimento de autoproteção” das sociedades frente à sua conformação ao ideário liberal.

³⁰ Como lembrou Elmar Altvater (2010), Karl Polanyi assinala que a dissociação entre economia e sociedade foi mais radical nos mercados financeiros do que nos mercados de bens, serviços ou de trabalho.

ou seja, da propagação de uma ideologia que procurava, sobretudo, legitimar a ordem capitalista vigente e, sendo assim, distante de um conhecimento científico que apontasse suas contradições. Mas Marx também viu na aplicação do ideário do livre mercado uma forma através da qual as contradições do capitalismo poderiam se tornar mais explícitas, fazendo com que as vítimas desse sistema vissem com mais clareza a necessidade de suplantá-lo por outro onde o progresso tecnológico fosse direcionado não mais para a acumulação privada e sim para o livre desenvolvimento das potencialidades dos seres humanos.

Em uma conferência pronunciada em 7 de janeiro de 1848 em Bruxelas, Karl Marx tratou da grande vitória levada a efeito em 1846 pelos partidários do livre comércio, a saber, a abolição das leis sobre os cereais na Inglaterra (*Corn Laws*). Os *free-traders*, apoiados pelos capitães da indústria, procuraram obter a adesão popular estigmatizando os privilégios da aristocracia latifundiária e prometendo aos trabalhadores das cidades e do campo que a reforma resultaria em mil e uma maravilhas. “Pão barato, melhores salários, eis o único objetivo pelo qual os defensores do livre-comércio gastaram milhões”, ironizou o conferencista. Marx refutava as teorias econômicas segundo as quais a intensificação da concorrência produzida pela liberdade do comércio não resultaria em diminuição dos salários. E ele lembrava que, “no estado da sociedade atual”, o livre-comércio não é outra coisa senão “a liberdade do capital”. No entanto, ele advertiu seu auditório que, ao fazer a crítica da liberdade comercial, não tinha a “intenção de defender o sistema protecionista”, que sustenta os interesses dos proprietários rurais. O livre-comércio, em contrapartida, pelo fato de agravar a luta econômica, acelera a revolução social. E o orador concluiu: “Nesse sentido revolucionário, senhores, eu voto a favor do livre-comércio” (SCHWARTZ, 2014, p.16).

O auge da hegemonia internacional do livre comércio, no decorrer do século XIX, se deu, segundo Albert Hirschman (1996), no ano de 1860, quando foi assinado o Tratado de Cobden-Chevalier entre a Inglaterra e a França, reduzindo as tarifas que regulavam as compras e vendas de produtos entre seus territórios. O primeiro país acabou “exportando” essa ideologia ao redor do mundo até que a depressão da década de 1870 colocasse em cena a adoção de

políticas “neomercantilistas” por parte de diversas nações. Estados Unidos, Alemanha e Japão, em especial, verão suas econômicas crescerem dentro desse novo contexto econômico “protecionista”, tornando-se potências regionais. Entretanto, também nos anos de 1870, a Inglaterra passou a colocar sua moeda (a libra) no centro das transações financeiras internacionais. Seus capitais ocuparam a linha de frente de um sistema global de investimentos privados. Uma paz entre os países se mostrou afim com os interesses das “altas finanças” e consolidou o “padrão ouro” como referência para o “mercado de dinheiro” comandado por ingleses³¹. Esse mecanismo iria colapsar, décadas depois, diante da crise social e econômica ligada à insistência dos países em manter a “estabilidade” do valor de suas moedas frente ao da libra esterlina, tendo em vista atender os interesses do sistema financeiro. Um circuito monetário global – de livre circulação do capital – chegaria então ao seu fim.

Tanto Marx quanto Polanyi se colocavam ao lado do que viam como uma reação de caráter coletivo, popular e universal à pobreza material e existencial resultante da aplicação do ideário do livre mercado. Para o primeiro, os protagonistas desse contramovimento seriam os trabalhadores das indústrias ou “proletariado”: uma classe social, segundo ele, desprovida de vínculos substanciais e que, desse modo, teria como particularidade possuir interesses universais. Já Polanyi enxerga nas relações ou laços interpessoais a força principal por trás do “movimento de autoproteção social”, ou seja, da “reação da sociedade” contra sua destruição por conta da tentativa - utópica, de acordo com

³¹ “O próprio aparecimento do padrão-ouro apressou a difusão dessas instituições protecionistas, que eram tanto mais bem-vindas quanto mais pesado era o encargo dos câmbios estabelecidos. A partir de então as tarifas, as leis fabris, e uma ativa política colonial eram pré-requisitos de uma moeda externa estável (a Grão-Bretanha, com sua grande superioridade industrial, foi a exceção que confirmou a regra). Só quando esses pré-requisitos eram dados que os métodos da economia de mercado podiam ser introduzidos com segurança. Quando esses métodos eram impostos a povos desamparados, sem medidas protetoras, como em regiões exóticas e semicoloniais, o sofrimento que ocorria era indescritível” (POLANYI, 2000, p. 252).

ele - de concretização do ideal do livre-mercado. Em outras palavras, para Marx seria uma comunidade ou associação transnacional, conduzida pelos trabalhadores industriais, que iria entrar em choque com a aplicação dessa ideologia e para Polanyi esse papel fora desempenhado pelas sociedades nacionais³².

Segundo este último autor, um movimento generalizado contra o “credo liberal”, capitaneado pelos países dominantes, se deu a partir da crise iniciada no ano de 1929, quando a intervenção dos Estados nas economias foi legitimada enquanto saída da crise, respondendo aos apelos ou demandas de seus cidadãos por melhores condições de vida. De acordo com Justin Fox (2010, p. 36), “no ambiente intelectual mais amplo da década de 1930, o que ficara desacreditado pelo grande crash e pela Depressão foi a ética pró-mercado do *laissez-faire* que a antecederam”. Em 1936 é publicado *A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda*, livro do economista britânico John M. Keynes, no qual seu autor defende a tese de que o nível de emprego é determinado pelos gastos em dinheiro e não pelos preços do trabalho. Essa obra não é apenas um sintoma de um desgaste do liberalismo econômico como também serviu de justificativa para diversas medidas políticas contrárias a esse ideário - como é o caso em especial da maior presença estatal na economia. O nome de Keynes esteve, inclusive, intimamente associado à relativamente rígida regulamentação dos fluxos financeiros internacionais que iria acompanhar o capitalismo nas próximas décadas, na medida em que se apoiava na sua visão sobre as irracionalidades do mundo das finanças. Mas sua influência global foi mediada pelos interesses dos *new dealers* - o grupo então no comando da política dos EUA e encabeçado pelo presidente Franklin Roosevelt (que, ao chegar ao poder, no ano de 1933, havia retirado o

³² Para Beverly Silver (2005, p. 34), em Marx, a resistência operária seria vista de forma “escalonada”, ou seja, enquanto um fenômeno não-linear: a cada mudança no capitalismo, “antigas formas de poder de barganha operário são minadas, ensejando novas formas de barganha numa escala maior e com mais potencial de perturbação”. Porém, em Polanyi, diz a autora, a resistência operária assume um caráter “pendular”.

país da ordem liberal ao redor do padrão ouro, na qual os governos nacionais não se viam livres para imprimir dinheiro e injetá-lo na economia, tendo em vista o receio de que essa prática poderia levar à uma inflação generalizada)³³.

Embora a maioria dos *new dealers* fosse influenciada pelos escritos de John Mayard Keynes e tivesse atentado para sua crucial recomendação de que não se confiasse no poder de auto-organização dos mercados para alcançarem a prosperidade e a estabilidade, a Guerra Fria (...) e sua proximidade com o complexo militar-industrial os impedia de ver tão claramente, como Keynes, a urgência de criar um sistema formal e cooperativa de reciclagem de excedentes. Muitos observadores frisam o profundo abismo que separa a mentalidade do New Deal e a do keynesianismo europeu ou britânico. Para começar, enquanto Keynes havia se convencido de que o capitalismo global exigia um mecanismo global de reciclagem de excedentes cooperativa e não imperial, os *new dealers* não só não queriam como foram obrigados a adaptar seu Plano Global ao contexto dos imperativos da Guerra Fria e, é claro, à busca da hegemonia norte-americana (VAROUFAKIS, 2016, p. 113).

O mundo do pós-guerra e anterior ao fim do chamado sistema Bretton Woods (1944 – 1971) foi marcado pela construção de um arranjo global de regulação dos fluxos financeiros entre as nações e no qual o Japão e a Alemanha puderam desenvolver suas indústrias enquanto aliados chave dos Estados Unidos – na sua disputa geopolítica com a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). As taxas de câmbio fixas, vigentes entre os países do “bloco capitalista” até 1971, se assentavam na possibilidade de o dólar ser convertido em ouro sob um preço estável, subordinando os fluxos de capital às estratégias de desenvolvimento dentro do bloco. Ele se tornou reserva de valor de inúmeras nações e principal moeda do comércio global. Os Estados Unidos passaram a possuir o privilégio de imprimir dinheiro capaz de ser aceito fora de suas

³³ “O mais importante efeito político do keynesianismo nos Estados Unidos pode muito bem ter sido despertar o espírito público em um período crucial da história recente do país – a transição para o status de superpotência” (HIRSCHMAN, 1996, p. 173). A promoção global de políticas de tipo keynesiano teria a ver com a posição (de superpotência) dos EUA e com o fato de que o “país adquiriu, por meio de seus programas de ajuda do pós-guerra, considerável influência direta sobre as políticas econômicas de outros países” (HIRSCHMAN, 1996, p. 16).

fronteiras, “exportando inflação para o resto do mundo” (idem, p. 127). O fim de Bretton Woods, ou seja, o término do sistema de taxas de câmbio fixas, iria caminhar junto com o retorno do ideário da autorregulação dos mercados ao universo das finanças e com uma nova fase da hegemonia global norte-americana, marcada, cada vez mais, pela “globalização” do capital e pela desestruturação do mundo do trabalho.

3. O NEOLIBERALISMO: ENTRE A ACADEMIA, A ECONOMIA E A POLÍTICA

Ao longo da segunda metade do século XX, a ideologia a favor do livre mercado vai migrar dos meios acadêmicos para a economia e a política. Será na relação entre essas três esferas que irá adquirir a força para produzir efeitos na sociedade, enquanto um esquema capaz de orientar o comportamento. O neoliberalismo pode ser pensado como resultado das relações de interdependência entre as elites políticas, econômicas e intelectuais. Antes de adentrar na América Latina como um todo, ele irá se difundir nos países “desenvolvidos”, como referencial para a organização do espaço econômico numa escala transnacional. Não podemos entender sua difusão nessa região se não compreendermos como congregou os interesses das elites num plano global a partir de um poder central constituinte: os EUA.

Após a Segunda Guerra Mundial ocorreu, segundo Fox (2010, p. 45), o “renascimento” acadêmico da “ideologia a favor do livre mercado”. Ela ressurge, diz ele, intercalada com a difusão, nos meios universitários norte-americanos, da teoria sobre os mercados enquanto realidades dotadas de uma racionalidade intrínseca. Tal teoria remonta, de acordo com Fox (2010, p. 38), às ideias de Adam Smith, só que através da mediação da “teoria econômica neoclássica”, surgida no século XIX, e a qual “via a economia como um estudo de pessoas racionais maximizando a utilidade”. Trata-se, no entender desse autor, de uma

tradição de pensamento notadamente dedutiva e que, ao longo do tempo, tem dividido o campo das ciências econômicas norte-americanas com a vertente denominada “institucionalista”³⁴.

A “teoria dos mercados racionais” vai ganhar mais força ao longo dos anos de 1960, através da sua propagação pelos membros da chamada Escola de Chicago, isto é, do departamento de economia da prestigiosa universidade situada nessa cidade. Contudo, aponta Fox, apesar do *establishment* das ciências econômicas ter, a partir da década seguinte, passado a contestar essa teoria, nessa mesma época ela começa a “conquistar” o universo das finanças norte-americano. O autor assinala que a “hipótese dos mercados racionais se fortaleceu e perdeu suas nuances”, ou seja, passou cada vez mais a ser vista como uma descrição literal da realidade, ao migrar da “Chicago da década de 1960 para Wall Street, Washington, e para as mesas de diretoria das empresas americanas” (idem, p. 46). Essa hipótese, diz ele:

Era uma ideia poderosa, que ajudou a inspirar os primeiros fundos de índices, a abordagem de investimento da chamada teoria das carteiras, as medidas de desempenho ajustadas aos riscos que formam o negócio da administração de investimentos, a fé empresarial na geração de valor para o acionista, a ascensão de derivativos e a abordagem liberal da regulamentação dos mercados financeiros que dominaram os Estados Unidos a partir da década de 1970 (idem).

A década de 1980 vai assistir à convergência entre os interesses ligados ao mundo financeiro com as estratégias geopolíticas do governo de Ronald Reagan (1981-1989), no entender de José Luís Fiori (2001, p. 65), e para quem essa imbricação ou relação de interdependência entre os planos econômicos e políticos dos EUA “permitiu a reconstrução mundial de uma finança privada e desregulada que está no epicentro do fenômeno da chamada globalização”. Fiori (1999, 2001), apoiado nas ideias de Polanyi, vê nas elites econômicas, políticas e intelectuais

³⁴ Os institucionalistas, por sua vez, privilegiariam o raciocínio indutivo.

ligadas às potências hegemônicas internacionais - a Inglaterra no século XIX e os Estados Unidos nos séculos XX e XXI - as principais forças por trás da propagação do que ele chama de “credo liberal” (do livre mercado). A difusão desse ideário, de acordo com esse autor, tem se colocado como uma forma de criar uma economia mundial pautada pela “desregulamentação” e “liberalização” dos mercados financeiros e, por conta disso, subordinada ao desenvolvimento material da nação dominante, isto é, daquela que controla a moeda usada globalmente como reserva de valor³⁵.

A capacidade de endividamento e o crédito dos Estados vitoriosos correm sempre na frente da capacidade e dos créditos dos demais Estados concorrentes. No caso dos vitoriosos, sua “dívida pública” pode crescer por cima do produto criado dentro do seu território nacional, ao contrário das demais economias, mesmo das grandes potências que ficam prisioneiras de uma capacidade de endividamento menor, restrita à sua zona limitada de influência monetária e financeira (FIORI, 2004, p. 31).

Por um lado, aponta Fiori (1998), existem aqueles países (como, em especial a Alemanha, o Japão e os Estados Unidos durante o século XIX) que se industrializaram num grau ainda maior do que a potência da época, ao protegerem suas economias da concorrência externa e criarem um sistema de financiamento interno. Esse movimento de “autoproteção” ou rompimento “com as regras liberais em nome de um projeto nacional” teria se dado através de um pacto entre suas elites ao verem suas integridades territoriais ou soberanias ameaçadas de fora para dentro. Tais ameaças não seriam levadas em conta pelas elites da maioria dos países situados na “periferia do capitalismo”, e as quais não colocariam como prioridade a associação da acumulação local de dinheiro e poder

³⁵ Yanis Varoufakis (2016) associa o neoliberalismo com a emergência de um “minotauro global”, ou seja, de um sistema de regulação do fluxo dos excedentes comerciais entre os países, em prol da nação dominante: os EUA. Os Estados Unidos, com base nesses recursos externos, investidos, notadamente no seu mercado acionário e nos seus títulos públicos, foram capazes de financiar seus (exorbitantes) déficits fiscais/orçamentários e comerciais.

com o “desenvolvimento” dessas sociedades como um todo. Segundo Fiori, a adesão dessas elites às regras liberais da potência global (como a desregulamentação dos mercados de trabalho, de terra e de capitais) só pode ser verdadeiramente contestada internamente caso o “povo” ao seu redor se organize em torno de um “projeto nacional” autônomo – capaz, inclusive, de se associar com o projeto nacional de outros países, haja vista a valorização que o autor faz da “integração econômica e política” do Brasil com seus vizinhos como uma estratégia de desenvolvimento.

Pierre Bourdieu (1998, p. 138) também aponta para o fato de que o ideário do livre mercado (identificado por ele como o “neoliberalismo”) “extraí sua força social da força político-econômica daqueles cujos interesses ele exprime”, como é o caso dos “acionistas, operadores financeiros, industriais, políticos conservadores ou social-democratas convertidos às desistências apaziguadoras do *laisser-faire*”. Estaríamos, segundo ele, diante da “universalização das características particulares de uma economia mergulhada numa história e estrutura social particular, a dos Estados Unidos”, os quais “ocupam no campo econômico mundial uma posição dominante que se deve ao fato de concentrarem um conjunto excepcional de vantagens competitivas” e que contam, por exemplo, “com a cumplicidade dos próprios europeus, em uma lógica que não deixa de lembrar a da colonização” (BOURDIEU, 2001, p. 35). A “unificação do campo econômico mundial” se dá, de acordo com o sociólogo (BOURDIEU, 2001 p. 109), “pela imposição do reino absoluto do livre comércio, da livre circulação do capital e do crescimento orientado para a exportação”, e esse campo internacional “se apresenta como um conjunto de subcampos mundiais, cada um deles correspondentes a uma ‘*industry*’, entendida como um conjunto de empresas em concorrência pela produção e a comercialização de uma categoria homogênea de produtos”, sendo que “estes diferentes campos estão hoje estruturalmente submetidos ao campo financeiro mundial”.

O ideal do “mercado autorregulado” é visto por Bourdieu (1998, p. 137) como um “discurso forte” e “que só é tão forte e tão difícil de combater porque tem a favor de si todas as forças de um mundo de relações de força” (conforme exemplificado anteriormente), um mundo que esse ideal “contribui para fazer tal como é, sobretudo orientando as escolhas econômicas daqueles que dominam as relações econômicas e”, continua, “acrescentando assim a sua força própria, propriamente simbólica, a essas relações de força”. Essa força simbólica da qual fala o autor envolve, segundo ele, um “programa científico de conhecimento convertido em programa político de ação” (BOURDIEU, 1998, p. 137). Tal programa está, como dito, ligado à Escola de Chicago e aos centros de pesquisa, dentro e fora dos Estados Unidos, identificados com sua linha de pensamento (a teoria dos mercados racionais). Sua divulgação, por meios dos grandes canais de comunicação, se daria, sobretudo, como mostra Bourdieu (2001), através de um campo jornalístico submetido às pressões das forças econômicas e políticas.

De acordo com Naomi Klein (2008, p. 73), para quem a aplicação do ideário do livre mercado tem como principais beneficiários as grandes empresas multinacionais, “a enorme vantagem de ter os interesses das corporações filtrados por instituições acadêmicas ou quase acadêmicas não só garantiu doações para a Escola de Chicago”, diz, para em seguida ressaltar, “mas gerou a rede global de entidades formadoras do pensamento de direita que abrigaria e alimentaria os soldados contrarrevolucionários pelo mundo todo”. Em outras palavras, o dinheiro dos grandes grupos econômicos – como é o caso, emblemático, do conglomerado global dirigido pelos “irmãos Koch”, dos EUA – vem, em grande medida, sustentando as entidades responsáveis por um discurso, pretensamente científico, em prol da aplicação de políticas orientadas pelo ideal do livre mercado. Algumas dessas entidades proveram “os programas políticos de Reagan ou Thatcher, ou, depois deles, Clinton, Blair, Schröder ou Jospin” (BOURDIEU, 2001, p. 41), ou seja, elaboraram as diretrizes que pautaram a desregulamentação

financeira e o “ataque” ao Estado de bem-estar social, promovidos por muitos governos nos anos de 1980 e 1990, tendo em vista a criação de uma economia supostamente ideal para os investimentos privados.

Assim como Bourdieu, Klein vê na ideologia do livre mercado características semelhantes às encontradas no marxismo outrora em voga dentro e fora dos meios universitários (o chamado, pejorativamente, de “marxismo vulgar”)³⁶. Para o primeiro, “como o marxismo em outros tempos, com o qual, sob esse aspecto, ela tem muitos pontos comuns, essa utopia (neoliberal ou do livre mercado) suscita uma crença formidável, a *Free trade faith*” (BOURDIEU, 1998, p. 233). Porém, afirma ele, essa crença não se dá “só entre aqueles que vivem materialmente dela, como os financistas, os patrões de grandes empresas etc., mas também entre os que tiram dela sua razão de viver”, e cita como exemplo “os altos funcionários e os políticos que sacralizam o poder dos mercados em nome da eficiência econômica” (BOURDIEU, 1998, p. 345). Klein (2008, p. 69), por sua vez, enxerga no ideário do livre mercado “a presença das mesmas qualidades que tornaram o marxismo tão interessante para muitos outros jovens”, e que seriam, no entender da autora, uma “simplicidade com a aparente completude lógica” e um “idealismo combinado com radicalismo”.

Tal “aparente completude lógica” se apoia em pressuposições a respeito do comportamento humano e cuja pretensa universalidade esconde, conforme dito antes, sua relação privilegiada com uma sociedade específica: os Estados Unidos da América. Já seu radicalismo, por sua vez, não deixa de ser, para além da sua retórica, conservador, ao reverter as conquistas dos movimentos sociais (BOURDIEU, 2001). Essa “contrarrevolução” é normalmente conduzida sob a forma de um alegado “choque” (de capitalismo) como uma espécie de remédio

³⁶ Bourdieu e Klein estão chamando a atenção para certos usos sociais das ideias de Marx, e não para elas em si. Florestan Fernandes (1980), por exemplo, assinala o caráter indutivo da metodologia de Marx, algo distante da perspectiva “dedutivista” que costuma acompanhar a vulgarização do seu pensamento.

ou tratamento para um país “em crise” (KLEIN, 2008). Os agentes responsáveis pela elaboração do receituário dessa “terapia”, sejam eles funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI) ou membros de um governo nacional, por exemplo, encontram nos seus diplomas de economistas a autoridade necessária para legitimar “cientificamente” suas ações³⁷. Entretanto, conforme também assinalado anteriormente, no cerne de todo esse processo localizam-se os interesses financeiros e geopolíticos norte-americanos.

4. DAS FINANÇAS À DESESTRUTURAÇÃO DO TRABALHO NA AMÉRICA LATINA

Esses interesses encontraram na “crise da dívida” dos países latino-americanos, deflagrada nos anos de 1980, um contexto privilegiado para “conquistarem” as elites econômicas e políticas dessas nações (FIORI, 2001). Na década de 1990, afirma Fiori (2001, p. 78), “em troca da renegociação de suas dívidas externas, as principais economias da região foram ‘readmitidas’ nos mercados financeiros internacionais” e, ainda segundo o autor, “a negociação da dívida envolveu a aceitação do novo programa de reformas liberalizantes”³⁸. Imagens da época mostram presidentes latino-americanos, como Carlos Salinas, do México, Fernando Collor, do Brasil, Carlos Menen, da Argentina, e Alberto Fujimori, do Peru, por exemplo, sorrindo ao lado de George H. Bush, então mandatário dos Estados Unidos. Seus sorrisos são como o de alguém acolhido por

³⁷ Estudos como o de Marie-France Garcia (2003) e de Ricardo Luiz Cruz (2005) mostram, através de uma perspectiva notadamente etnográfica, como a construção de um “mercado perfeito” é conduzida por pessoas que se valem das suas ligações com as ciências econômicas para conferir uma espécie de neutralidade às suas ações.

³⁸ As dívidas, contraídas nas décadas anteriores, em especial na de 1970, foram feitas por países sob governos autoritários que “optaram por uma estratégia de financiamento internacional que repousava numa crescente dívida externa e na conseqüente amarração das economias nacionais latino-americanas à financeirização do capitalismo, que já se esboçava a partir da desvalorização do dólar empreendida por Nixon em 71” (OLIVEIRA, 2006, p. 33).

um superior. O gozo da subordinação frente aos EUA se revelava nos semblantes dos presidentes latino-americanos³⁹.

Se colocando como representantes do novo, vão pôr em prática o ideário da privatização, da desregulamentação e da liberalização em seus respectivos países, apoiando-se igualmente na legitimidade conferida pelos seus ministros da economia, enquanto membros de uma “nova classe no capitalismo globalizado” (OLIVEIRA, 2003), em contato íntimo com o universo das finanças e com as instituições acadêmicas (dentro e fora de seus Estados) nas quais se reproduz uma visão econômica de corte liberal. Trata-se de uma subordinação à uma forma de organizar a vida social e não apenas ao poder militar e ao mundo das finanças da potência global, apesar de ambos conferirem a força para que esse sistema se espalhe ao redor do mundo. Capitais estrangeiros passam a controlar, cada vez mais, a economia latino-americana, e a orientar o lucro capitalista para o que pode ser chamado de valorização de “ativos”, como ações, empresas, terras, títulos de dívida pública ou privada e moedas, por exemplo, comprados a um dado valor na expectativa de serem revendidos a um valor maior⁴⁰.

Francisco de Oliveira (2003) fala do surgimento de um segmento da classe trabalhadora brasileira, formado por sindicalistas responsáveis pela gestão dos “fundos de pensão”, e os quais veriam os rendimentos desses fundos crescerem com a aplicação de “políticas liberais” - como a desregulamentação do mercado

³⁹ Subordinação cuja aparência se manteria nos governos seguintes. Como assinala Félix Luna (2008, p. 249), sobre as medidas liberais adotadas pelo governo de Carlos Menen: “Estas medidas que el gobierno tomó pertenecían a la inspiración de las fuertes corrientes neoliberales que hacían moda en los países centrales. Clinton y Menen parecieron grandes amigos que compartían una época de despilfarro y vanidades. Esas relaciones fueron entonces caratuladas con el justo adjetivo de ‘carnales’”.

⁴⁰ Como aponta Durand (2004, p. 443), sobre o Peru do começo dos 2000: “El nuevo mapa del poder económico nos indica que la economía se ha reprivatizado, extranjerizado e hiperconcentrado”. Segundo Oliveira (2007, p. 31), no Brasil dessa mesma época, “estimativas sugerem que parte do PIB sob controle de multinacionais é da ordem de 50% a 60% do mesmo PIB, valor nunca alcançado mesmo se comparado à época da República Velha, quando o capital privado estrangeiro predominava nos transportes ferroviários e urbanos e na eletricidade”.

de trabalho e dos fluxos de investimento. O seu exemplo é paradigmático pois mostra como a financeirização das econômicas nacionais alterou o mundo do trabalho. Ele perdeu a sua centralidade como espaço de investimento e acumulação capitalista, conforme havia previsto Karl Marx (2011) ao se referir à tendência de redução ou supressão das relações de assalariamento como meio de reprodução ampliada do capital. Empresas são compradas e vendidas com base em decisões que têm como contraponto a compra e venda de terras, ações, imóveis ou *commodities* agrícolas ou minerais na forma de contratos comercializados em bolsa ou “balcão”, isto é, de maneira descentralizada. “Enxugar” uma companhia, isto é, reduzir os seus custos operacionais como forma de valorizá-la enquanto ativo, negociado num pregão ou a ser transferido “fisicamente”, envolve, fundamentalmente, tornar as relações de trabalho, no seu interior, precarizadas, como é o caso, em especial da difusão do “curto prazo” como horizonte para a definição de contratos, objetivos, vínculos, projetos e identidades entre quem participa dessas relações.

Essa “modernização da economia” encontrou na privatização das empresas telefônicas latino-americanas um dos seus carros chefes. No setor de telecomunicações, sob o comando do capital estrangeiro, a partir dos anos de 1990, adentraram na região novas práticas, como a “terceirização” e os sistemas de “metas”, e que passaram a se fazer presente no cotidiano de seus funcionários, notadamente dos “teleoperadores”, assim como doenças como a depressão e a “lesão por esforço repetitivo”, por exemplo⁴¹. Francisco Durand (2007, p. 132) mostra como os investimentos internacionais chegam no Peru, na década de 1990, encabeçados pela *Telefónica de España* e contando com um Estado (autoritário) que estaria sempre disponível para escutar distintas demandas das empresas, dar-

⁴¹ Antunes (2018) chama a atenção para a relação entre a “terceirização” e o aumento dos acidentes de trabalho e entre a “flexibilização” e o aumento de lesões e de doenças mentais entre os trabalhadores.

lhes garantias e exonerações as mais diversas, “ao mesmo tempo que continha os protestos de seus trabalhadores e usuários”⁴². Essas firmas serviram como paradigmas para a “modernização” dos agentes econômicos, com seus funcionários aparecendo como uma classe emergente de “infoproletários”⁴³. Conforme mostra o relato, de Ricardo Antunes e Ruy Braga (2009), sobre o caso brasileiro:

A desestatização das telecomunicações no Brasil foi acompanhada pela desnacionalização e pela financeirização do setor, isto é, pela submissão deste à lógica rentista de valorização de ativos financeiros, objetivando a remuneração dos proprietários de ações. (...) o ciclo das privatizações, certamente, foi uma das formas encontradas pelo governo Fernando Henrique Cardoso para criar um ciclo de negócios no país apto a potencializar a acumulação de capital em detrimento dos interesses públicos. Não é demais lembrar que a venda do sistema Telebrás para grupos corporativos transnacionais foi financiada, em grande medida, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Um dos grandes paradoxos desse processo, para além das denúncias e dos sucessivos escândalos associados ao favorecimento de grupos empresariais vinculados ao governo FHC, é que o ciclo de privatização do setor de telecomunicações no Brasil – que, a um só tempo, precarizou e eliminou direitos dos trabalhadores, fragilizou os sindicatos e aumentou o desemprego no setor – foi financiado em parte por recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). A busca pela máxima rentabilidade dos ativos nessas empresas produziu um ciclo aprofundado de terceirizações, comportando múltiplas formas de precarização do trabalho, além de modos exacerbados de intensificação dos tempos e movimentos no ato laboral (ANTUNES & BRAGA, 2009, p. 10).

⁴² No Peru, a partir da década de 1990, ocorre um aumento do investimento (estrangeiro, sobretudo) em grandes projetos de mineração, com os capitais privados contando com um estado que não tem se mostrado interessado ou empenhado em garantir às populações locais, vítimas dos impactos ambientais e sociais desses imensos projetos, o reconhecimento de seus direitos (sobre a terra e a água, por exemplo), ao mesmo tempo em que confere uma série de benefícios ou privilégios fiscais ou tributários para as empresas mineradoras.

⁴³ O trabalhador de telemarketing é o exemplo de infoproletário destacado por Antunes e Braga (2009, p. 10) e cujo ofício “articula tecnologias do século XXI com condições de trabalho do século XIX, mescla estratégias de intensa e brutal emulação do teleoperador, ao modo da flexibilidade toyotizada, com técnicas gerenciais tayloristas de controle sobre o trabalhador; associa o serviço em grupo com a individualização das relações trabalhistas, estimula a cooperação ao mesmo tempo que fortalece a concorrência entre os teleoperadores, dentre tantas outras alterações, ampliando as formas mais complexificadas de estranhamento e alienação contemporânea do trabalho”.

5. PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO COMO INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ANOMIA

A legitimidade adquirida pelos “investimentos estrangeiros” na América Latina, enquanto supostos motores do desenvolvimento nacional, aparecendo dentro do que pode ser chamado de uma “utopia liberal” do livre mercado, naturalizou uma forma de regular a vida econômica ao vê-la como um universo autônomo⁴⁴. Os “ajustes fiscais” (das “contas públicas”) são feitos e requisitados abstraindo-se as suas consequências sociais, e tendo como horizonte almejado o que seria a “confiança” dos “investidores” de que os “fundamentos da economia”, como taxas de câmbio, de inflação e dívida estatal “se comportem” dentro do que eles esperam ou aceitam⁴⁵. Mas o que também esperam ou aceitam é uma força de trabalho que tenha adotado um modelo de ação afim com um suposto ambiente competitivo “natural” da vida econômica⁴⁶. A incipiente generalização dos direitos sociais, na América Latina, passa a um segundo plano, dada a emergência da gramática neoliberal que permite sua releitura como “custo” e a legitimação do exercício de ofícios ou atividades sem maiores garantias⁴⁷.

⁴⁴ Estaríamos diante de investimentos que não se concentram em atividades produtivas, mas de serviços e de infraestrutura, com pequena ou negativa contribuição tributária e enquanto fonte de divisas estrangeiras. Em suma, “não há nenhuma possibilidade de que os investimentos estrangeiros cumpram o papel que o Estado desenvolvimentista teve no Brasil entre os anos 30 e 90” (Fiori, 2001, p. 255). Um diagnóstico parecido acompanha a análise de Francisco de Oliveira (2003) sobre a experiência neoliberal no Brasil. Diz ele que o que resta ao país são “transferências de patrimônio”, comandadas pelo capital financeiro, antes do que a construção de dinâmicas mais gerais de acumulação em torno de novas forças produtivas ou técnicas.

⁴⁵ Os grandes meios de comunicação participaram da legitimação/naturalização do ideário neoliberal para o grande público, conforme pode ser percebido no seguinte trecho de uma reportagem de capa de uma das principais revistas em circulação no Brasil em 1998: “o presidente reeleito tem uma missão urgente e vital – por fim ao crônico desequilíbrio das contas públicas” (CAIXETA, 1998, p. 7). Nessa mesma edição da revista, encontramos expressões destacadas que também traduzem e naturalizam o ideário neoliberal, como, por exemplo, “o governo tem de cortar despesas e pronto” e “a empresa teve de aprender a conviver com as incertezas da economia”.

⁴⁶ Segundo Michel Foucault (2008), “os neoliberais” enxergariam na concorrência o essencial do mercado e o princípio que deveria regular a sociedade.

⁴⁷ Diante desse contexto, as políticas neoliberais acabam girando em torno não apenas da privatização de empresas públicas e da liberalização de fluxos financeiros, como também de

Os números revelam que, diferentemente do liberalismo clássico, que postulava *a modernização para todos*, a proposta neoliberal nos leva a *uma modernização seletiva: passa da integração das sociedades à submissão da população às elites empresariais latino-americanas, e destas aos bancos, investidores e credores transnacionais*. Amplos setores perdem o emprego e as garantias sociais básicas, diminui a capacidade de ação pública e esvazia-se o sentido dos projetos nacionais. Para o neoliberalismo, a exclusão é apenas um componente da modernização entregue ao mercado. (CANCLINI, 2008, p. 50 – grifos do autor).

Na América Latina, ao contrário da Europa Ocidental, por exemplo, as políticas neoliberais foram implementadas não tendo como antecedente um Estado de bem-estar social acessível à quase a totalidade da população e uma classe trabalhadora que logrou atingir um nível de vida que a mantinha afastada de uma condição de pobreza material. O risco de decair a uma realidade econômica indigna, ou de permanecer nessa situação, deixou de ser uma experiência comum do proletariado europeu ao longo do século XX, diferentemente do que ocorria com ele no século XIX, de acordo com Hobsbawn (2011). Mas o mundo do trabalho, enquanto lugar de incertezas, nunca deixou de prevalecer na realidade latino-americana, haja vista as tradicionalmente altas taxas de informalidade entre seus trabalhadores, acentuadas em momentos de crise, como foi a década de 1980. Se, na Europa Ocidental, o neoliberalismo colocou em cheque o compromisso geral de ascensão social estabelecido a partir do pós-guerra, segundo apontam os sociólogos franceses Luc Boltanski e Ève Chiapello (2009), na América Latina ele naturalizou ainda mais a situação de insegurança da sua população. Para entender esse último processo é crucial compreender como esse ideário se relaciona com a cooptação moral e libidinal dos sujeitos em prol de ofícios sem maiores garantias.

Boltanski e Chiapello (2009) falam da naturalização ou institucionalização da anomia como um mecanismo de mobilização das classes dominantes dentro

reformas (da previdência, trabalhista, tributária e da administração pública) que implicam em reduzir custos e “flexibilizar” trabalhos.

do neoliberalismo. Analisando os discursos de gestão empresarial dos anos de 1990, em voga na França, eles apontam para a emergência de um “novo espírito do capitalismo” dirigido a agentes menos sujeitos a carências materiais e de cuja cooptação o sistema dependeria para seu gerenciamento. “É, em primeiro lugar, em vista desses executivos, ou futuros executivos, que o capitalismo deve completar seu aparato justificativo” (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009, p. 47). As multinacionais seriam as principais responsáveis pela construção de um ambiente onde eles se sintam seguros para se engajar no novo discurso dominante: o da “realização pessoal” que pode ser obtida graças à participação numa multiplicidade de “projetos”.

A autonomia teria passado ao primeiro plano, como horizonte do capitalismo, frente às ofertas de estabilidade ou de garantias. “O que está em causa”, afirmam Boltanski & Chiapello (2009, p. 421), em relação às novas maneiras de alguém se engajar ideologicamente no sistema, “é sua capacidade de ‘realizar-se’ na realização de uma obra qualquer (travar relações, alcançar status num emprego, formar família etc.)”. O capitalismo teria incorporado as críticas de que inibiria, por conta da sua organização burocrática, as possibilidades de autoexpressão pessoal. Ele se transformou ao valorizar a capacidade dos agentes “serem flexíveis” frente às normas que regulam as relações, movendo-se de situações em situações sem se manterem presos às convenções sociais⁴⁸. Entretanto, “grande parte das pessoas, em vez de se libertar, foi precarizada, submetida a novas formas de dependência sistêmica, e obrigada a enfrentar com mais solidão exigências indefinidas, ilimitadas e torturantes de autorrealização e autonomia” (BOLTANSKI & CHIAPELLO, 2009, p. 438). Restaria a muitos, como saída, uma “libertação pelo consumo”, dado que a experiência de

⁴⁸ Como afirma Vladimir Safatle (2016, p. 143): “O sujeito neoliberal é muito mais um agente calculador de custos e benefícios do que um sujeito a quem se espera a conformação às normas sociais. Ele não segue normas positivas, mas calcula resultados e, por isso, flexibiliza normas continuamente”.

“autenticidade” pode ser adquirida mercantilmente, apesar de que deve ser constantemente refeita diante da sua generalização.

Desempenho e consumo se unem para formar a gramática de reconhecimento no capitalismo em sua fase neoliberal ou atual. Cada um se torna responsável por alcançar ou não a satisfação através da sua autorrealização, de uma mercadoria ou serviço. Consequentemente, nos deprimimos por não gozar, na medida em que esse ato aparece como obrigação que nos coage enquanto o horizonte regulador de nossas condutas, tendo em vista que o sistema não estabelece outras normas que transcendem distintos contextos. A depressão é a forma legítima de “não se conformar”. Ou seja, ela “tornou-se um setor fundamental da estrutura disciplinar contemporânea” (SAFATLE, 2016, p. 191). Diante da incapacidade de expressar a crítica ou o estranhamento frente ao mundo do trabalho, que não através da “recusa depressiva” enquanto afirmação da impotência em alcançar satisfação, “o sentimento de sofrimento em relação ao trabalho fica sem enunciação normativa” (SAFATLE, 2016, p. 191). “Se adaptar”, “se virar” ou “ser flexível” acabam se impondo como condição do trabalho.

Se o neoliberalismo pode contar com o consentimento moral ao risco ligado à precarização resultante de processos de flexibilização próprios a modos intermitentes de trabalho baseados em “projetos”, deslocalizações contínuas e reengenharias infinitas, é porque tal flexibilização parece traduzir a pulsão em seu ponto mais insubmisso. Todo consentimento moral fundamenta-se em um consentimento pulsional mais profundo. Assim fica mais fácil marcar toda recusa a ela como covardia moral e infantilismo. Insistamos num ponto central. Não se trata mais de regular através da determinação institucional de identidades, mas através da internalização do modo empresarial de experiência, com seu regime de intensificação, flexibilidade e concorrência (SAFATLE, 2009, p. 144).

6. O GOZO E A CONCORRÊNCIA NA REGIÃO DA TRANSGRESSÃO

O “modo empresarial de experiência” e a ideologia do consumo adentram na América Latina (des)integrando sua população através da concorrência e do

gozo como elementos fundamentais das relações entre seus habitantes. Isso significa naturalizar situações como a vivida na Colômbia, onde, de acordo com Oliveira (2007, p. 28), “a institucionalidade já nada significa” frente ao reino da violência, e na Argentina, diante da sua “longa desindustrialização” e da aplicação “sem tréguas” ou “radical” do “receituário neoliberal”. “A ponte entre os dois casos”, diz o autor, “é dada pela absolutização do mercado (OLIVEIRA, 2007, p. 28). “O caso brasileiro”, diz ele, “apresenta-se menos espetacular que o da Colômbia e parece não ter chegado ao extremo argentino” (OLIVEIRA, 2007, p. 29). “Mas a piada do ‘efeito Orloff’, segundo a qual somos a Argentina de ontem, não é inapropriada”, afirma o sociólogo assinalando, em seguida, que “os números de assassinatos e controle do narcotráfico sobre favelas e populações pobres nas grandes cidades brasileiras sugerem, de maneira não muito forçada, uma ‘colombianização’ (OLIVEIRA, 2007, p. 29). Francisco Durand (2007, p. 25) fala do Peru como um país “fraturado” entre o formal, o informal e o ilegal, onde o primeiro é limitado e fraco e os dois últimos mostram uma “alarmante vitalidade”⁴⁹. Na América Latina, temos Estados Nacionais que não lograram integrar suas populações no plano dos direitos – e que abdicaram dessa integração frente ao neoliberalismo. Ainda sobre o caso peruano, Durand (2004) tece as seguintes considerações e a partir das quais é possível perceber a presença da gramática neoliberal na regulação das relações sociais:

La explosión demográfica y la escasa oferta de empleo bien pagado y estable hacen del asalariado un sector minoritario de la fuerza laboral. Para sobrevivir, la mayoría se vuelca al autoempleo o a “hacer empresa” con familiares, logrando salir adelante unos pocos. Esos factores acentúan el “empresarismo”. (...) Más por necesidad (falta de alternativas) que por convicción, ha ocurrido un cambio cultural a favor

⁴⁹ “Empecemos por señalar que esta situación ha sido el fruto de múltiples causas: ha sido provocada por diversos factores demográficos, económicos y políticos, y por procesos no solo nacionales sino también económico-globales. Una de sus mayores consecuencias, dentro de las muchas que tiene, es el haberse ido incubando una cultura de transgresión. (...) Ocurre así no solo porque los individuos e instituciones tienen que vivir con la anomia sino porque están constantemente atacados por ella” (DURAND, 2007, p. 43).

del capitalismo. El acceso a bienes o marcas importadas, así sean de contrabando o falsificados, y la integración a una cultura de consumo global, ha reforzado esta popularización mundial de la cultura capitalista. La interacción por el consumo es más fuerte que por el lado de la producción porque el sistema económico emplea poco y los que son empleados tienen bajas remuneraciones (DURAND, 2004, p. 444).

Viveríamos, no entender de Oliveira (2007), numa “era da indeterminação” e cujo início – no caso do Brasil - coincidiria com a eleição de Fernando Collor para a presidência em 1989. Collor seria “a indeterminação elevada à décima potência: seu messianismo revela a impossibilidade de uma política que ligasse classe, interesses e representação” (OLIVEIRA, 2007, p. 24). Tem-se então o começo do que Oliveira (2007, p. 27) chama de “desmanche” da sociabilidade anterior: “a sociabilidade plasmada na época do trabalho como categoria central, do trabalho fixo, previsível a longo prazo, base da produção fordista e do consenso welfarista, dançou”. O governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) “aprofundou, num grau insuspeitado, o desmanche iniciado” (OLIVEIRA, 2007, p. 31), acentuando as práticas de desregulamentação do mercado, abertura comercial, perda de controle cambial, financeirização da dívida pública e consolidando o deslocamento do eixo da acumulação para as multinacionais. O “trabalho sem formas” apareceria como a regra. “A vitória ideológica do capital”, assinala, “transformou-se numa guerra de todos contra todos” (OLIVEIRA, 2007, p. 35). Não haveria mais meios dos interesses dos trabalhadores serem representados e mobilizados sob a perspectivas de classe⁵⁰. A política passaria a girar em torno do “espetáculo”, do marketing, ou seja, da tentativa midiática de congregar interesses difusos e cambiantes.

Num diálogo com Francisco de Oliveira, Vera Telles (2010) vai falar da “porosidade” entre o legal e o ilegal, o forma e o informal, nas regiões pobres e

⁵⁰ “A sociabilidade do individualismo, do êxito, da capacidade empreendedora, do mercado como última *ratio*, como signo dos novos tempos, é aceita acriticamente” (OLIVEIRA, 2007, p. 45).

periféricas da cidade de São Paulo (SP). Entre esses polos se situaria um espaço de incerteza e indeterminação, um campo de lutas, de extorsão e violência, haja vista os comércios de produtos falsificados ou roubados e de drogas. Quase todas as famílias dessas regiões seriam compostas por trabalhadores que transitam entre esses polos e se veem diante da necessidade de negociar com agentes públicos inescrupulosos. Rosana Pinheiro-Machado (2008), também num diálogo com Francisco de Oliveira, focaliza os comerciantes informais de Ciudad del Este (Paraguai), e mostra como eles internalizaram um “ethos empreendedor” enquanto ideologia capitalista, transitando entre o legal e o ilegal com base no desejo de “ser seu próprio patrão”, isto é, de deixar a condição de empregado dada a arbitrariedade que a acompanharia.

Esses exemplos assinalam como a indeterminação do mundo do trabalho, ou seja, como a instabilidade dos conteúdos normativos a seu respeito, que não o da busca da autorrealização num “empreendimento” enquanto uma forma de gozo, se relaciona com a difusão do neoliberalismo na América Latina⁵¹. Estamos falando de uma região onde a violência, o sadismo contra o diferente e outras formas destrutivas de manifestação da “pulsão de morte” fazem parte do cotidiano. Vale lembrar que nela a “acumulação primitiva” nunca se restringiu ao seu passado: formas de extração de valor do trabalho, com base na exploração praticamente sem limites, continuam presentes. A ideologia neoliberal se conectaria com a satisfação em transgredir as regras jurídicas e morais presentes nos mecanismos tradicionais de afirmação de poder, reconhecimento ou posição de destaque acionados por fazendeiros, agentes públicos, políticos, criminosos, empresários e outras figuras da vida social. Paulo Arantes (2004, p. 67) chama atenção para o que passou a ser definido (internacionalmente) como a

⁵¹ Sobre essa ideologia, afirma Safatle (2008, p. 18); “a incitação e a administração do gozo transformaram-se na verdadeira mola propulsora da economia libidinal da sociedade de consumo, isso em vez da repressão própria à sociedade da produção”.

“brasilianização do mundo”: “o capitalismo como lei e cidadania no núcleo orgânico está cada vez mais parecido com nossa malandragem agora ultramoderna”⁵². “De modo geral”, afirma o filósofo brasileiro, “o lusco-fusco malandro, a promíscua alternância do lícito e do ilícito, se deixam reconhecer em estado bruto na delinquência financeira de hoje, possivelmente outro sintoma aparatoso da brasilianização do mundo” (ARANTES, 2004, p. 69)⁵³.

A tradição, como algo afim com o neoliberalismo, parece atravessar a região. Gonzalo Portocarrero (2007) mostra como um comportamento amoral característico das elites peruanas se espalhou para o restantes do Peru⁵⁴. Sua análise se assemelha à de Paulo Arantes sobre as elites e o mundo “sem culpa”, onde situações de extrema desigualdade são vividas como se fossem normais ou naturais, através de um cinismo dos dominantes e um desespero conformista dos dominados. O cenário paradigmático dessa realidade são as metrópoles latino-americanas. “Cidades duais”, por excelência, formadas por distintos “ilegalismos” na sua estrutura fundiária e no âmbito do trabalho⁵⁵. Ainda segundo o cientista social peruano:

⁵² “Veja-se, por exemplo, a análise dos comportamentos ditos ‘oportunistas’ dos *networkers* e suas implicações enquanto modalidade de exploração econômica em rede, à medida que desencadeia processos de exclusão diminuindo a ‘empregabilidade’ dos demais membros de um coletivo de trabalho” (ARANTES, 2004, p. 67).

⁵³ Vale lembrar que as “evasões fiscais” para os “paraísos fiscais” se difundem, a partir da década de 1990, enquanto uma prática corrente entre as elites brasileiras e de outros países latino-americanos.

⁵⁴ “A partir de 1940 la explosión demográfica y las migraciones alteran el centro de gravedad social del Perú. De ser una sociedad rural, andina e indígena, pasa a ser una sociedad costeña y urbana. Para el campesino que migra a la ciudad el primer desafío es el ‘avivarse’. Avivarse significa aprender a transgredir. Dejar atrás esa estructura tradicional y patriarcal de una autoridad fuerte y de sanciones rígidas para comenzar a moverse en un mundo social donde si uno no transgrede se convierte en el ‘lorna’, en víctima permanente de abusos” (PORTOCARRERO, 2007, p. 266).

⁵⁵ “A consumada modernidade flexível, então, é isso que se está vendo no velho laboratório brasileiro da mundialização: esse entra e sai na esfera peculiar dos mais diversos ilegalismos, tanto no plano da mera viração dos despossuídos, quanto no âmbito da alta transgressão que distingue os pilares da sociedade nacional. Acrescido o conjunto de uma outra contribuição igualmente idiossincrática, a aplicação caprichosa da lei, arbitrariedades que, no caso, deveria paradoxalmente regular a produção do espaço urbano” (ARANTES, 2004, p. 75).

No es gratuito que el neoliberalismo haya llegado al poder en medio del autoritarismo y la corrupción del régimen de Alberto Fujimori. El neoliberalismo no se ha articulado con los valores liberales y democráticos. Y esta es la única forma en que puede perdurar (PORTOCARRERO, 2016).

Portocarrero (2001) chama a atenção para a proliferação do discurso do “êxito”, no Peru da década de 1990, quando Fujimori chegou ao poder do país, uma ideologia que teria se tornado “natural” na atmosfera cultural nacional. Alguém de “êxito” seria visto como um sujeito que não tem compromissos para além dos que deliberadamente aceita, não assumindo nenhum dever para com outros ao redor. “O modelo transgressor criado no mundo aristocrático crioulo como uma espécie de defesa contra as pretensões da Coroa”, diz Portocarrero (2007, p. 266), “generalizou-se hoje a praticamente toda sociedade peruana” e. “neste processo um capítulo especialmente importante foi representado pelo Governo de Fujimori”⁵⁶. “Em efeito”, conclui, “foi durante a década de 1990 que a ideia aparentemente ‘pragmática’ de que o único importante é que as coisas funcionem, sem levar em conta os aspectos morais, alcança um auge nunca antes conhecido” (PORTOCARRERO, 2007, p. 267). Trata-se de uma visão de mundo na qual “o gozo” estaria na “transgressão”, em burlar a lei, prevalecendo a “esperteza” – o que, no caso brasileiro, chamaríamos de “malandragem”. O precário, o incerto ou o inseguro é naturalizado como modo de vida ao qual se tem que adaptar, notadamente para as pessoas que não encontram na esfera privada maiores recursos ou garantias.

⁵⁶ A Constituição peruana, de 1993, produzida no ano seguinte ao autogolpe de Fujimori, parece sacralizar o ideário neoliberal enquanto uma espécie de fundamento da “reconstrução” do país, e à qual se somam os inúmeros tratados de livre-comércio que o Peru assinou, desde então, com diversas nações, enquanto uma base jurídica desse modelo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A década de 1990, para muitos de nós, latino-americanos, evoca a transformação. Sob o signo do novo, do moderno ou do necessário, práticas e discursos adentraram em nossas vidas enquanto referenciais para nossas ações. “Curtir a vida” e “ser competitivo”, por exemplo, são expressões que passaram a permear nosso cotidiano e nos guiaram em direção do consumo desenfreado e da interminável obrigação de estarmos cada vez mais “preparados” para disputar “vagas” numa faculdade ou trabalho, “cargos” numa empresa, “clientes” num mercado ou “licitações” em concorrências. Não podemos entender a naturalização dessa situação sem levar em conta a força social que as finanças adquiriram em nossa região através dos conchavos entre as elites econômicas, políticas e intelectuais, como assinalado ao longo das páginas anteriores. Mas como também mostraram, o neoliberalismo, enquanto referencial para essa forma de vida, encontrou um contexto local em que a flexibilidade em relação às normas – como ideal para os sujeitos agirem – aparecia como algo normal sob o prisma da tradição, na medida em que ela se colocava como justificativa secular da transgressão das regras num espaço onde a acumulação se viu frequentemente às voltas com o recurso à violência.

O neoliberalismo, uma “utopia (em vias de realização) de uma exploração sem limites”, nas palavras de Pierre Bourdieu (1998), havia aparecido na região, inicialmente, junto às ditaduras militares que governaram o Chile e a Argentina nos anos de 1970. Dito de outro modo, essa ideologia adentrou na América Latina sob o signo da violência, da transgressão radical das normas e da barbárie. Sua difusão, ao longo da década de 1990, sob os auspícios de governos que tinham sido eleitos nesse período, não deve nos cegar para sua associação com as tradicionais formas de sociabilidade pautadas pela negação de direitos aos trabalhadores e com padrões seculares de desenvolvimento que beneficiam só uma minoria. O novo caráter “descartável” da força de trabalho (diante de um

regime laboral “flexível”), vai se somar à recorrente exclusão de grande parcela da população do mundo da cidadania. Trabalhadores informais, temporários, terceirizados, parciais ou autônomos seriam as definições atuais dos sujeitos pertencentes aos grupos tradicionalmente marginalizados.

Não sem razão, o idioma do consumo vai aparecer como código privilegiado para seus habitantes se pensarem ao longo do tempo, dado que será através dessa esfera que encontrarão os referenciais para serem reconhecidos “como iguais” no espaço público⁵⁷. Zygmunt Bauman (2008) fala da “transformação das pessoas em mercadorias” como fenômeno que atravessaria as sociedades contemporâneas. Num mundo onde os sujeitos aparecem como meios para prover uma satisfação momentânea para um patrão ou cliente, por exemplo, eles buscariam recriar-se continuamente enquanto objetos “desejáveis e desejados”. Trata-se de uma forma de “objetificação” que se relacionaria com uma vida social na qual o Estado delegou aos indivíduos a tarefa de “se adequar” às demandas do “mercado de trabalho”. Ter que se comportar como mercadoria (usável e descartável) seria algo visto como normal para quem foi coagido a se acostumar a se ver fora da esfera de direitos, e na medida em que a luta contra essa condição degradante de vida se mostra fora do seu horizonte de possíveis.

A emergência do neoliberalismo na América Latina parece se mostrar afim com a reprodução de formas de vida ou padrões de sociabilidade pautado pela exclusão do outro do plano de uma humanidade em comum. Estamos falando de uma região onde imperou e ainda impera modalidades violentas de exploração do

⁵⁷ “Somos reunidos à distância por usarmos tênis Nike, passarmos as férias em determinadas praias e nos identificarmos com a mesma marca de carro ou grife de roupa: ‘o que nos une é o que nos vendem’. (...) A festa integradora das marcas tem sua contrapartida na segregação trabalhista das fábricas de Jacarta, El Salvador e México. A ‘internacional’ dos consumidores interage de modo peculiar na América Latina com a desindustrialização e a queda dos salários, com a devastação de direitos sindicais conquistados no passado e, acima de tudo, com relações ilegais desde que a informalidade passou a prevalecer sobre as legislações que protegiam os trabalhadores” (CANCLINI, 2008, p. 32).

trabalho e de expropriação de territórios. Em outras palavras, as lógicas de acumulação na América Latina vêm se valendo de esquemas de pensamento nos quais naturaliza-se o ocultamento do sofrimento do outro enquanto alguém que só é reconhecido no papel de mão de obra à serviço de proprietários – o neoliberalismo seria então uma nova forma de naturalização dessa exclusão secular, nos insensibilizando para a dor ou dificuldades de quem não seria “competitivo”. O rompimento com esse olhar desumanizador ainda não encontrou expressão política numa “grande transformação” que generalizasse a condição de cidadão no plano local. Mas não devemos nos cegar para os desejos – ainda difusos – de mudança social que têm se espalhado pelos distintos países da América Latina. Paralelas à história do credo liberal (e dos tradicionais ideários conservadores que a acompanha), encontramos inúmeras trajetórias de pessoas que lutam para afirmar seu direito de sonhar com uma vida digna sob o seu ponto de vista e de quem esperam ser reconhecidas. O passado nos mostra que a reunião mais geral dessas reações é questão de tempo.

“No início do século XXI”, escreve Fiori (2007, p. 262), “multiplicam-se por todos os lados os sinais de uma nova reversão ou ‘grande transformação’ – nacional e social – provocada pelas desregulações maciças dos mercados nas últimas décadas do século XX” e, continua ele, “por seu impacto destrutivo sobre o mundo do trabalho e sobre a distribuição da riqueza entre as classes e as nações”. “A grande novidade”, ressalta, “é que, desta vez, a reação social e nacional está começando pela América Latina” (FIORI, 2007, p.262). Nos vemos submersos, na segunda década do século XXI, em um contramovimento, pró-mercado, conduzido pelo governo brasileiro e no qual o neoliberalismo se liga maneira explícita com o autoritarismo, conforme aponta Vladimir Safatle (2019). Sua tese é que essa experiência é sintoma das contradições do projeto “populista” que a antecedeu, e no qual tentou-se conciliar interesses das elites do país e da sua população de um modo geral, sem que se rompesse com o modelo econômico

vigente e sua lógica concentradora de renda, onde os ganhos auferidos pelos mais pobres acabam sendo transferidos para as classes proprietárias, em especial as imbricadas na negociação de “ativos financeiros” como ações, moedas e títulos de dívida pública ou privada. Uma mudança radical parece demandar uma luta contra a lógica de reprodução dessas classes, em que a instabilidade que assegura os seus dividendos pressupõe que se torne precária, incerta ou insegura a vida da maioria das pessoas que vive do trabalho. A história dirá se somos o laboratório do fim do neoliberalismo e/ou de sua reinvenção, tendo em vista principalmente quando e como os dominados se encontrem num destino em comum.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo & BRAGA, Ruy. **Infoproletários**. São Paulo: Boitempo, 2009.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- ARANTES, Paulo. **Zero à esquerda**. São Paulo: Conrad, 2004.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida para o consumo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BOLTANSKI, Luc & CHIAPELLO, Éve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos 2**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BRAGA, Ruy. **A política do precariado**. São Paulo: Boitempo, 2012.
- CAIXETA, Nely. Existe luz? Revista Exame. Edição 673, 1998.
- CANCLINI, Néstor García. **Latino-americanos à procura de um lugar neste século**. São Paulo: Iluminuras, 2008.
- CRUZ, Ricardo Luiz. **Breve história de um mercado futuro**. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social – UFRJ/MN, 2005.
-

DURAND, Francisco. **El poder incierto**. Lima: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2004.

DURAND, Francisco. **El Perú fracturado**. Lima: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2007.

FIORI, José Luis. O Capitalismo e suas vias de desenvolvimento. In: HADDAD, Fernando (org.). **Desorganizando o consenso**. Petrópolis: Vozes, 1998.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1980.

FIORI, José Luís. **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

FIORI, José Luís. **Brasil no espaço**. São Paulo: Editora Vozes, 2001.

FIORI, José Luís (org.). **O Poder Americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FIORI, José Luís. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOX, Justin. **O Mito dos Mercados Racionais**. Rio de Janeiro: Best Business, 2010.

GARCIA, Marie-France. A construção social de um mercado perfeito. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Nº 20, abril 2003.

HIRSCHMAN, Albert. **Auto-subversão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

HOBSBAWN, Eric. **A era do capital**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2011.

KLEIN, Naomi. **A Doutrina do Choque**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

LOWY, Michel. **As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Muchhausen**. São Paulo: Busca Vida, 1987.

LUNA, Félix. **Breve historia de los argentinos**. Buenos Aires: Planeta, 2008.

OLIVEIRA, Francisco. **Crítica à Razão Dualista – O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

MARX, Karl. **Grundrisse**. São Paulo: Boitempo editorial, 2011.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. China-Paraguai-Brasil: uma rota para pensar a economia informal. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 23, n. 67, 2008.

POLANYI, Karl. **A Grande Transformação**. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

OLIVEIRA, Francisco de. Fronteiras invisíveis. **In: NOVAES, Adauto (org.). Oito visões da América Latina**. São Paulo: Editora Senac, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. Das invenções à indeterminação. *In: OLIVEIRA, Francisco de & RIZEK, Cibele. A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão Dualista - O Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

PORTOCARRERO, Gonzalo. Nuevos modelos de identidad en la sociedade peruana. **In: PORTOCARRERO, Gonzalo & KOMADINA, Jorge. Modelos de identidad y sentidos de pertenencia en Perú y Bolívia**. Lima: IEP, 2001.

PORTOCARRERO, Gonzalo. Mirando más lejos. *In: DURAND, Francisco. El Perú fracturado*. Lima: Fondo Editorial del Congreso del Perú, 2007.

SAFATLE, Vladimir. Por uma crítica da economia libidinal. **Ide**, v. 31, 2008.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**. São Paulo: Autêntica, 2016.

SAFATLE, Vladimir. “Le Bresil, possible laboratoire du néo-libéralisme autoritaire. **Le Monde**. 02 de setembro de 2019.

SCHWARTZ, Antoine. Liberdade para o capital ou proteção aos capitalistas? **Le Monde Diplomatique**. Ano 7, Nº 83, junho de 2014, p. 16.

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**. Rio de Janeiro: Record, 2012.

SILVER, Beverly. **Forças do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2005.

TELLES, Vera da Silva. Nas dobras do legal e do ilegal: Ilegalismos e jogos de poder nas tramas da cidade. **DILEMAS: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**. Vol. 2 - no 5-6 - JUL/AGO/SET-OUT/NOV/DEZ, 2010.

VAROUFAKIS, Yanis. **O Minotauro Global**. Autonomia Literária, 2016.

VIAS ABERTAS À PRECARIZAÇÃO: O ATAQUE AOS DIREITOS TRABALHISTAS NA AMÉRICA LATINA

Joel Menezes Barreto Junior ⁵⁸

INTRODUÇÃO

Qualquer análise ou consideração sobre as condições do trabalho na América Latina deve ser feita respeitando suas características histórico/estruturais. A condição semi(periférica) como nossa região se insere no sistema interestatal diz muito sobre as suas limitações frente à dinâmica de funcionamento da economia mundial. Em nosso tempo (2021), sob o auge da financeirização do capital e em meio ao aprofundamento da crise estrutural do capitalismo (MÉSZÁROS, 2010; WALLERSTEIN, 2010), cobra-se mais do que nunca que as latino-americanas e os latino-americanos que vivem da venda de sua força de trabalho, desempenhem o papel que a eles foi atribuído sob a vigência da colonialidade do poder.

Destarte, o presente artigo se ocupa em analisar como a dinâmica da reestruturação capitalista, iniciada no centro do sistema interestatal na segunda metade do século XX, tem se desdobrado sobre a semi(periferia) latino-americana e contribuído no processo de intensificação da precarização laboral, sobretudo no que diz respeito à retirada de direitos e introdução de formas atípicas e flexibilizadas de trabalho, através do desmonte da legislação trabalhista.

Em primeiro plano, é importante frisar que a condição dos trabalhadores latino-americanos nunca foi marcada pela segurança, remuneração digna, e pleno

⁵⁸ Mestre em Integração Contemporânea da América Latina, Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Docente da Universidade Internacional do Cuanza. E-mail: barretoo.jr@gmail.com.

gozo de direitos. É certo que em alguns momentos a conjuntura se mostrou mais favorável aos seus interesses, mas nunca ao ponto de mudar a característica principal das relações laborais na região: a precariedade.

Nesse sentido, os caminhos trilhados pela nossa classe trabalhadora, para a consecução dos seus direitos, têm sido tortuosos. Entre crises econômicas, mudança nos paradigmas produtivos e golpes, os incipientes direitos alcançados são constantemente atacados em prol dos interesses patronais. As críticas ao redor da eficiência das nossas legislações trabalhistas nunca têm fim, estas sempre são taxadas de retrógradas e ineficientes no estímulo à geração de empregos formais e tem, frequentemente, se traduzido em “reformas modernizadoras”. Em outras palavras, de um lado tem-se a demanda dos grandes empresários, para obterem maior flexibilidade para gerir a força de trabalho e diminuir os custos e, por outro, tem-se o Estado agindo como ente legalizador da precarização das condições laborais (USECHE; CASTELLANO, 2002).

Para atender o objetivo aqui proposto, esta pesquisa partiu de uma abordagem qualitativa do problema, uma vez que buscou-se entender se/como as “reformas” trabalhistas têm contribuído para exponenciar a precarização das condições de trabalho na região latino-americana. Trata-se de um estudo bibliográfico e documental, uma vez que se utilizou de produção científica especializada, disponível em livros, artigos, anais de eventos, teses e dissertações, e nas notas técnicas disponibilizadas pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

A fim de elucidar o processo de precarização do trabalho na região latino-americana, buscou-se fazer um apanhado geral do tema, basicamente em duas partes: primeiro tratou-se como a dinâmica da reestruturação produtiva, os golpes e a ascensão neoliberal afetaram os direitos dos trabalhadores na semi(periferia) latino-americana na segunda metade do século XX e, posteriormente, se dedicou

a analisar a questão pós anos 2000, entre o “giro à esquerda” e a ofensiva conservadora/neoliberal.

2. UM APANHADO SOBRE O TRABALHO NA (SEMI)PERIFERIA LATINO-AMERICANA

Após o ciclo das ditaduras, entre fim dos anos 1970 e começo dos anos 1980, os ventos democráticos voltaram a soprar sobre a região. No entanto, em paralelo à recuperação das instituições da democracia, assistiu-se à ascensão neoliberal na região, tornando essa nova etapa paradoxal, sobretudo no campo dos direitos sociais. Com diferentes intensidades, os países latino-americanos passaram a adotar uma série de ajustes estruturais que giravam em torno das “recomendações” do Consenso de Washington, tais como a liberalização e abertura comercial e financeira (a qual o ciclo das ditaduras foi a antessala), a privatização das empresas estatais, *achicamiento* do Estado nos gastos sociais, e na regulação dos mercados (GOLDIN, 2007).

Em um cenário de crise econômica e desequilíbrio do mercado de trabalho, os países latino-americanos – em maior ou menor grau – viram sua capacidade de gerar empregos seriamente prejudicada (SALAS, 2000). Nesse contexto, os apologistas do neoliberalismo passaram a argumentar que as mudanças estruturais iriam impulsionar o desenvolvimento econômico e, conseqüentemente, destravar a geração de empregos. Para atingir esse objetivo, alegavam que era necessário flexibilizar⁵⁹ as normas laborais, uma vez que eram excessivas, infundadas e que interferiam na capacidade de ajuste dos mercados,

⁵⁹ Em termos teóricos, o problema da flexibilização do trabalho foi apoiado por três perspectivas teóricas que, guardando suas diferenças, coincidem na necessidade de que as relações laborais sejam mais flexíveis frente às novas condições de abertura e globalização: neoliberais, a doutrina da “nova onda” do *management* e os intelectuais pós-fordistas (DE LA GARZA, 1997, tradução nossa).

causando, como reflexo, o crescimento da informalidade, do desemprego e da subocupação (GOLDIN, 2007).

A realidade sobre as críticas às normas laborais pode ser desvelada quando se analisa a conjuntura do período. Sánchez (*et al.*, 1992) aponta que no cenário de desequilíbrio econômico externo e interno e da intensificação da concorrência em escala mundial, mais pressões foram postas para a redefinição das relações laborais em prol da flexibilização dos processos de trabalho. A crescente liberalização do comércio desembocou em novos métodos de produção e processos de trabalho, lastreados na busca pela redução dos custos (CACCIAMALI, 2002). Nesse contexto, o setor empresarial latino-americano embarcou no processo de implementação de medidas “modernizadoras”, para incrementar sua competitividade e atrair investimentos (USECHE; CASTELLANO, 2002).

Para os empresários, conforme Weller (1998), as regulações vigentes encareciam a mão de obra acima do equilíbrio, seja de forma direta (pelo salário-mínimo) ou de forma indireta (pelas contribuições sociais). Além disso, reduziam a capacidade de ajuste do mercado, uma vez que, para o empregado, a legislação premiaria a permanência em um posto específico e puniria a mobilidade para outras funções, e já para o empregador, os custos diretos e indiretos de uma contratação/dispensa desestimularia a contratação. A regulação trabalhista supostamente engessada limitaria a flexibilidade do trabalho basicamente sobre dois aspectos:

[...] a flexibilidade dos custos laborais, já que os salários não podem ajustar-se rapidamente às mudanças na oferta e demanda (absoluta ou relativa) e os encargos não salariais que encarecem os custos da mão de obra, com o efeito de causar desemprego, sobretudo para grupos “à margem” (baixa qualificação, jovens) ou afetados por contrações setoriais (WELLER, 1998, p. 25, tradução nossa).

Simultâneo ao processo de crítica negativa ao peso da regulamentação estatal sobre o trabalho, começavam a ser implementadas novas formas de gestão

nas empresas da região⁶⁰. Conforme Antunes (2011), em praticamente todos os países da América Latina que possuíam áreas industrializadas, suas empresas passaram a adotar processos de *downsizing*. Em distinção ao período do fordismo/taylorismo ou “a era do operário massa”, momento em que as empresas empregavam grande número de operários no processo produtivo, passou-se para uma nova lógica: “a empresa enxuta”, baseada na “reengenharia, *lean production*, *team work*, eliminação de postos de trabalho, aumento da produtividade, qualidade total, envolvimento, terceirização ampliada” (ANTUNES; DRUCK, 2013, p. 216).

Em linhas gerais, essa transição se deu através da readaptação das legislações laborais, ou seja, com a implementação de “reformas” também no âmbito jurídico-formal (BENSUSÁN, 2007). Entre as décadas de 1970 e 1990 registraram-se profundas reformas trabalhistas em grande parte dos países da região. Em detrimento das legislações anteriores, de caráter mais protecionista, que priorizava o contrato de duração indefinida, e onde os contratos temporais eram exceção, as novas legislações passaram a outorgar maior facilidade legal para recorrer a tipos de contratações atípicas (AQUEVEDO, 2000)

Bensusán (2007) analisa mais de perto essas mutações na proteção laboral da região, e ressalta os diferentes graus de intensidade: no caso do Brasil e da Colômbia, onde a democratização política se traduziu em mudanças constitucionais, pôde-se observar o paradoxo entre avanços no reconhecimento dos direitos coletivos, enquanto na legislação secundária, sobretudo em matéria de direitos individuais, predominava o enfoque flexibilizador. Em vários países – como o Chile, governado por Pinochet, e o Peru, governado por Fujimori – houve

⁶⁰ Vale recordar que expressiva parte dessas indústrias atuantes na região eram transnacionais, que conseguiram através da liberalização, uma maior mobilidade para distintos territórios, objetivando obter o maior valor adicionado em cada etapa do processo produtivo (CACCIAMALI, 2001).

drásticas mudanças que proporcionaram a desregulamentação dos mercados de trabalho.

Outros países introduziram mudanças pontuais na regulação trabalhista e instituíram “reformas” de menor intensidade, mas que ainda assim contribuíram na flexibilização, como no caso da Argentina, Brasil, Colômbia, Equador, Guatemala, Nicarágua e Panamá. “Em poucos casos se aplicaram reformas amplas sem este enfoque (Paraguai e El Salvador), e alguns não realizaram mudanças (Bolívia, Honduras, México e Uruguai) (BENSUSAN, 2007, p. 14, tradução nossa). Cacciamali (2002), em estudo contemplando 18 países latino-americanos, indica que a maioria deles adotou mudanças no contrato individual de trabalho agregando formas atípicas.

Sendo assim, por mais que a reestruturação produtiva tenha sido de responsabilidade direta das empresas, o Estado latino-americano não ficou ausente de dita reestruturação, seja de forma direta ou indireta, sobretudo no sentido de garantir as vias para “indução da flexibilidade no mercado de trabalho” (DE LA GARZA, 1997, p. 131, tradução nossa). Tal como aponta Antunes (2011), a avalanche neoliberal lançada sobre a América Latina tem deixado como seu rastro de destruição o desmonte dos direitos sociais do trabalho e o seu viés precarizador.

2.1 Impactos da flexibilização na regulação trabalhista

A alteração no papel do Estado e as novas configurações das empresas implicaram em importantes mudanças no mercado de trabalho latino-americano. Por um lado, as políticas de combate à inflação e a ênfase na redução do *déficit* público causaram, consecutivamente, a diminuição dos salários reais e a minimização do gasto social, por outro, com a reestruturação produtiva, as empresas passaram a pressionar para a flexibilidade laboral, mudanças contratuais e nas leis trabalhistas. “Essas políticas vêm sendo efetivadas com

intensidade e velocidade distintas nos diferentes países da região, observando-se um elevado grau de instabilidade nas taxas de crescimento econômico e de criação de empregos” (CACCIAMALI, 2000, p. 159).

Como já mencionado, a maior parte dos defensores das “reformas” flexibilizadoras argumentavam que elas removeriam as travas para a geração de empregos formais, no entanto, quando se analisa a realidade, ela não condiz com o argumento. Segundo dados do “*informe laboral*” da CEPAL (2000), os programas de ajustes e reformas estruturais não foram eficientes na geração de empregos e nem causaram melhora significativa nos salários em termos reais, não alcançando sequer o patamar existente anteriormente à crise da dívida.

O alto contingente de força de trabalho sem ser absorvida pelo mercado, no quadro da recessão dos anos 1980, não foi superado na década seguinte. As reduzidas taxas de expansão econômica combinada com a transformação da estrutura ocupacional dos anos 1990 se traduziram na ampliação de atividades de baixa produtividade e uma maior taxa de desemprego aberto⁶¹.

Em um cenário de desemprego crescente e, em consequência da débil proteção social da região, intensificada no bojo do neoliberalismo, os trabalhadores passaram a aceitar a inserção em atividades precárias, com pouca ou nenhuma regulamentação/proteção laboral (CEPAL, 2004).

Diante dessa insuficiente oferta de novos postos de trabalho em setores organizados, e a inviabilidade da subsistência no desemprego, um amplo grupo de trabalhadores sujeitaram-se a atividades produtivas que se desenvolvem fora dos marcos legais de regulação, a fim de garantir – pelo menos – os padrões mínimos de vida pessoal e de sua família. “Neles se encontram microempresários,

⁶¹ A taxa de desemprego aberto (TDA) corresponde à população desocupada (PDES) urbana de 15 anos ou mais, expressada como porcentagem da população economicamente ativa (PEA) urbana de 15 anos ou mais (CEPAL, 2008, p. 15, tradução nossa).

trabalhadores por conta própria, assalariados nessas empresas e familiares não remunerados” (TOKMAN, 2007, p. 21, tradução nossa).

[...] Informe da CEPAL confirma esse quadro: “de cada 100 empregos gerados durante 1990/95, 84 correspondem ao setor informal. De cerca de 16 milhões de empregos criados na América Latina no período 1990/94, cerca de 14,4 milhões corresponderam ao dito setor, que agrupou, assim, 56% do total dos ocupados da região, (incluídos os que trabalham no serviço doméstico). O setor informal mais dinâmico é das microempresas (52% do crescimento anual para 1990/95), setor que hoje representa 22,5% do emprego total da região, frente a 20,2% em 1990. Os trabalhadores informais por conta própria também aumentaram (44%) e representam agora 26,5% do total de ocupados na região, quase dois pontos percentuais a mais que em 1990. A ocupação no serviço doméstico aumentou em 3,9%, empregando-se aqui 7,1% (em 1996) do total dos ocupados frente aos 6,7% de 1990 (CACCIAMALI, 2000, p. 159).

Em se tratando da questão da vulnerabilidade laboral, Tokman (2007) aponta que, apesar de, em linhas gerais, ela ser uma característica subjacente aos trabalhadores do setor informal⁶², deve-se atentar ao fato de que ela abarca também os trabalhadores que desempenham atividades dentro dos marcos da regulação trabalhista. Aqui é importante ratificar que as reformas promovidas criaram ou institucionalizaram condições precárias de contratação, estabelecendo assim, uma situação de precarização legalizada (USECHE; CASTELLANO, 2002). O conteúdo dessas “reformas” buscou atender os interesses empresariais em basicamente três pontos: (1) dando possibilidade de o empregador ajustar sem maiores custos a planta de trabalhadores; (2) reduzindo o custo de contratação; (3) ampliando a possibilidade de contratos temporais (AQUEVEDO, 2000).

⁶² O termo “setor informal” foi cunhado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) [...] Posteriormente, outros termos passaram a ser utilizados para identificar as ocupações informais, como “setor não-estruturado”, “setor não organizado” ou “setor não-protégido”, [...] Segundo o Programa Regional de Emprego para a América Latina e Caribe (PREALC) da OIT, o setor informal é composto por pequenas atividades urbanas, geradoras de renda, que se desenvolvem fora do âmbito normativo oficial, em mercados desregulamentados e competitivos, em que é difícil distinguir a diferença entre capital e trabalho (JAKOBSEN, 2000, p. 14).

Uma dessas formas precárias de contratação, que merece destaque pela ampla aplicação na região, é a terceirização (*outsourcing*). Nos anos 1990, na conjuntura de instabilidade e de crise, as empresas justificavam a adoção da terceirização como ferramenta ou estratégia para sobreviverem à reestruturação e redefinir os pilares da competitividade internacional (DRUCK, 2011).

A estratégia do *outsourcing* é uma das mais conhecidas pelas empresas nacionais e estrangeiras para aumentar a produtividade e garantir os lucros (TERRA, 2008). Useche e Castellano (2002) frisam que as empresas latino-americanas, centradas na necessidade de reduzir a burocracia, sua organização e os custos neles implicados, passaram a terceirizar grande parte de suas funções, com o objetivo de reduzir custos e gastos salariais diretos e indiretos.

Esponda e Basualdo (2014) em um estudo sobre a terceirização na América Latina, apesar de alegarem a dificuldade em traçar um diagnóstico sobre a realidade da região, devido à escassez e a heterogeneidade dos dados, destacam os seguintes pontos: os trabalhadores inseridos nessa modalidade possuem menos proteção pela legislação em relação aos trabalhadores regulares, ou estão incluídas em um regime de menores direitos; em matéria salarial, a remuneração desses trabalhadores é, em quase todos os casos, inferiores aos trabalhadores permanentes. Há de agregar também o fato de que esses empregados estão expostos a funções menos seguras, o que os expõe a altos riscos de acidentes e doenças, são submetidos a jornadas de trabalho mais extensas, e são excluídos de distintos benefícios sociais. Além de todos esses pontos, a terceirização afeta a organização dos trabalhadores, uma vez que a segmenta e fraciona.

No que tange especificamente ao quesito organização dos trabalhadores, é importante notar que, se até meados da década de 1970 houve o aumento do número de trabalhadores, sobretudo na indústria e, paralelamente à sindicalização, com a reconversão da economia e a reestruturação produtiva, incrementou-se a ofensiva dos capitalistas contra a participação dos trabalhadores

na distribuição da renda nacional. “O desenho desta ofensiva incorporou políticas para desarticular até as formas mais tradicionais das organizações sindicais e [...] diminuir a taxa de sindicalização em todas as partes” (ALMEYRA; SUÁREZ, 2009, p. 79, tradução nossa). Os autores também pontuam que a competição para inserção no mercado de trabalho, com constante rebaixamento do valor e parcos direitos, ajudou o capital a impor uma grande derrota aos trabalhadores organizados.

[...] é especialmente a partir da década de 1980 que o sindicalismo latino-americano começa a sentir os efeitos negativos do neoliberalismo e das tendências essencialmente regressivas da reestruturação produtiva imposta pelo capital, com todo seu corolário ideológico e político. Esse duplo processo, desenvolvido em escala mundial a partir dos anos 1970, forçou uma redefinição da América Latina frente à nova divisão Internacional do trabalho, em uma fase em que o capital financeiro começava a ampliar sua hegemonia no mundo do capital (ANTUNES, 2011, p. 38).

Pesou sobre a organização dos trabalhadores a supracitada concorrência por postos de trabalho, a heterogeneidade, divisão e pulverização dos sindicatos, causada, sobretudo, pela terceirização (DRUCK, 2011) e pelo significativo aumento da informalidade (TOKMAN, 2007). Nesse contexto, o poder de atuação dos sindicatos foi comprometido (com as devidas ressalvas a cada país da região), limitou-se o direito a greves e diminuiu-se sua capacidade de negociação, dentre outras imposições.

De maneira geral, pode-se afirmar que no curso dos anos 1990 ocorreram diversas e significativas mudanças nas condições de trabalho na América Latina (CEPAL, 2004). Em suma, dentre as tendências da última década do século passado, pode-se destacar:

[...] i) maiores taxas de desemprego; ii) intermitência entre inatividade e participação no mercado de trabalho; iii) novas modalidades de contrato coletivo e individual para a mão de obra assalariada; iv) práticas de sub-contratação ou de terceirização [...]; v) contratos não registrados [...]; vi) expansão de pequenos estabelecimentos sem

delimitação da relação capital-trabalho; e vii) e trabalhos por conta própria (CACCIAMALI, 2001, p. 5).

É importante salientar, contudo, que as condições precárias e a superexploração do trabalho na América Latina fazem parte do caráter histórico/estrutural da nossa região⁶³. Com isso em mente, pode-se inferir que “o produto da estrutura da organização do trabalho na América Latina é o desgaste acentuado na condição de vida da classe trabalhadora” (CARRARO, 2017, p. 2).

O processo de reestruturação, desregulamentação, flexibilização e precarização do trabalho neste continente, traz consigo um traço particular resultante da superexploração da força de trabalho, aliado a baixos níveis salariais, articulados, com a presença de um razoável padrão tecnológico em determinados ramos (ANTUNES, 2011). Dessa forma, as medidas empregadas nas últimas décadas não partiram para o dismantelamento de um quadro anteriormente promissor à classe trabalhadora (direitos sociais assegurados, salários dignos etc.), mas sim para a exacerbação das contradições preexistentes.

3 DO “GIRO À ESQUERDA” À ASCENSÃO CONSERVADORA/NEOLIBERAL: AVANÇOS, LIMITES E RETROCESSOS NOS DIREITOS DOS TRABALHADORES

Como aponta Bensusán (2007), a intensidade das reformas flexibilizadoras declinou até fins dos anos 1990 e, a partir de então, começou um novo período em que os argumentos neoliberais tenderam a se debilitar, e as reformas retornaram a um viés mais protetor. Esse desvio se deu em meio ao que se

⁶³ A experiência de trabalho de uma proporção majoritária de trabalhadores assalariados em alguns países latino-americanos antes da crise da dívida dos anos 1980 pode ser assimilada a um grau de falta de proteção ou informalidade trabalhista equivalente a estar sujeito a um regime flexível. Isso significa que a flexibilização “de fato”, produto da desarticulação do regime de trabalho ocorrida durante a crise, nada mais fez do que ampliar essas práticas no setor empresarial (CEPAL, 2000, p. 39, tradução nossa).

costuma chamar de “giro à esquerda”, o qual ganhou forças desde o início dos anos 2000⁶⁴.

Assim, passo a passo, a América Latina se desprendia do neoliberalismo duro da década de 1990 e começava a estabelecer um período com governos, considerados por muitos como “progressistas”, “pós-neoliberais” ou “neodesenvolvimentistas” – não cabe no âmbito dessa pesquisa analisar a profundidade desses conceitos, mas é preciso registrar que, por vezes, carregam concepções antagônicas e apresentam elementos diversos para compreender a realidade social estabelecida. Conforme Santos (2016), ao que parecia, estava se estabelecendo na região um conjunto de governos com inclinação anti-imperialista, que rechaçavam as diretrizes do Consenso de Washington e recobravam a soberania⁶⁵ do Estado, reforçando seu papel intervencionista e direcionando políticas públicas para ressarcir a enorme dívida social.

A conjuntura econômica também se mostrou mais favorável que a da década anterior. Miguéz (2019) argumenta que as conquistas desse primeiro decêndio do século devem ser compreendidas dentro dos movimentos das grandes massas de capitais financeiros especulativos, que em sua fuga em busca de oportunidades de valorização, abandonaram os países centrais rumo a outras

⁶⁴ Esse movimento foi desencadeado ainda no fim da década de 1990, com a ascensão de Hugo Chávez (1999) ao governo da Venezuela, e posteriormente pode-se mencionar a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil (2002), e Néstor Kirchner na Argentina, em 2003, seguidos de Tabaré Vázquez (2005) no Uruguai, Evo Morales (2006) na Bolívia, Rafael Correa no Equador (2006), Daniel Ortega na Nicarágua em (2007), e Fernando Lugo (2008) no Paraguai.

⁶⁵ Santos (2016), ao tratar sobre a soberania e a tendência anti-imperialista, menciona como o avanço da esquerda na América Latina barrou o estabelecimento da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Nesse mesmo sentido, é possível recordar da contribuição de Souza (2012), ele aponta que com o fracasso do projeto da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) diversos projetos integracionistas foram iniciados, sendo os três mais relevantes: a União das Nações Sul-americanas (UNASUL), a Aliança Bolivariana dos Povos de Nossa América (ALBA) e a Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). Essas iniciativas foram pensadas como propostas de integração para ir além dos acordos comerciais, onde o viés político, social e cultural fosse também contemplado.

zonas, facilitaram a liquidez, alguns investimentos diretos e o *boom* nos preços das *commodities*, ao se refugiarem nas matérias primas.

[...] a elevação dos preços [...] esteve influenciada pela sua financeirização, caracterizada pela transformação das *commodities* numa classe de ativo financeiro, cujo preço é determinado simultânea e sucessivamente pelos fundamentos e pela especulação nos mercados futuros. Essa financeirização certamente potencializou os impulsos à elevação de preços oriunda do plano estrutural, exacerbando a trajetória altista, ampliando também sua volatilidade e correlação (CEPAL, 2012, p. 42).

Assim, para Cacciamali (*et al.*, 2012) a expansão da economia mundial dos anos 2000 viabilizou o crescimento das economias latino-americanas, concedeu aos seus governos a possibilidade de realizar mudanças na política econômica, e permitiu a implementação de programas bem-sucedidos de inclusão social, consoante com uma agenda redistributiva e reconhecendo propostas das minorias indenitárias.

Nesse quadro mais favorável, passemos a uma breve revista das condições do trabalho na região:

Weller (2014) aponta que esse período foi marcado por três tendências: (1) redução da taxa de desemprego aberto, de 11,2% em 2002 para 6,4% em 2012, essa tendência teve maior acentuação entre 2003 e 2009, que marca os efeitos da crise econômica e financeira global; (2) melhora na qualidade do emprego, com exceção do aumento das relações trabalhistas temporárias, que incide em maior instabilidade, pode-se falar, também, que durante o decênio 2003-2012 em muitos países o emprego formal se expandiu mais que a década anterior; (3) redução das brechas salariais. Mais uma vez, é importante salientar que essas tendências variam em intensidade entre os países latino-americanos.

Segundo Weller (*et al.*, 2009), na década de 2000, no geral, não foram implementadas profundas reformas flexibilizadoras, pelo contrário, algumas reformas do período privilegiaram o ajuste à normativa da Organização Mundial

do Trabalho (OIT) e o reforço da negociação coletiva. “Os países que introduziram as reformas flexibilizadoras mais profundas, como a Argentina, Chile e o Peru, em alguns casos em um contexto institucional de exceção, modificaram estas reformas e voltaram a reforçar alguns aspectos da proteção” (WELLER et al, 2009, p. 28, tradução nossa).

No entanto, apesar dos avanços, os países da região não conseguiram romper com a tendência estrutural de *déficit* em matéria laboral e na geração e distribuição de renda, assim como a elevada informalidade, soma-se a isso a presença de formas não típicas de emprego (MAURIZIO et al, 2016). As características dos mercados de trabalho pós-reformas estruturais são permeadas com limites concretos, como o do próprio modelo danoso da flexibilidade. O estabelecimento de um sistema de proteção universal, bem como o estabelecimento de uma formalização plena da força de trabalho nos países da região já pareciam difíceis no curto prazo, com o estabelecimento da crise internacional e a tendência à deterioração, voltou a se intensificar (CEPAL, 2010).

3.1 O “giro à direita”: retrocesso nos direitos trabalhistas

A crise financeira internacional de 2008 pôs fim ao período de relativa bonança na América Latina (CEPAL, 2010). A partir desse momento, os governos progressistas da região passaram a enfrentar uma série de dificuldades estruturais e, somado a esse problema, em países como o Brasil, Argentina, Colômbia e Peru, explodiram escândalos de corrupção, com ampla repercussão midiática e “crescente sentimento de indignação por parte da população, especialmente dos segmentos de renda média e alta” (MONTEIRO, 2018, p. 59).

Esse processo foi ganhando profundidade com o passar dos anos. Conforme Irusta (2016), a partir de 2012 é possível notar profundas mudanças no

mapa regional, sob dois eixos: o da recessão econômica como efeito da crise mundial, e o da avalanche da direita ou “giro conservador”.

Em meio a esse movimento, é possível agregar mais uma faceta dessa reconfiguração regional, a qual observa Monteiro (2018): se na época de bonança a política externa norte-americana estava direcionada para a “guerra contra o terrorismo” e dando menos atenção aos assuntos latino-americanos, o cenário pós crise internacional é outro. Desde então, a conjuntura internacional está marcada pela intensa disputa de poder entre grandes potências e, conseqüentemente, uma maior atenção norte-americana para recobrar o poder em sua histórica zona de influência. Para isso, foi evidente o seu reposicionamento no tabuleiro das alianças e, nesse sentido:

[...] deram vigor novo às elites políticas, sociais e econômicas que eram rivais aos governos progressistas em vários países latino-americanos – muitas delas, até aquele momento, enfraquecidas e desestimuladas devido às derrotas eleitorais e à perda de prestígio nos anos anteriores. Vigor novo que as estimulou a novas articulações sociais e à recuperação do espaço político há anos perdido (MONTEIRO, 2018, p. 60).

Antes de nos aproximarmos dos desdobramentos desse processo que está em pleno movimento, faz-se necessário abrir um parêntese sobre as limitações dos governos progressistas, bem como da própria estrutura histórica/estrutural da região. Focar-se-á em dois pontos: as insuficientes mudanças da ordem capitalista, pelos governos progressistas, e a questão da democracia na região.

O primeiro ponto diz respeito à ineficiência que esses governos tiveram para alterar significativamente as estruturas econômicas existentes. Para Fuser (2018), ao chegar ao poder, os governos não conseguiram romper com a inserção subalternizada de seus países no âmbito da Divisão Internacional do Trabalho. Ainda, para Gambina (2017), a maioria desses governos sequer se propôs a transpassar as relações econômicas e sociais da ordem capitalista, quando muito, buscaram inserir a sociedade empobrecida como consumidora no mercado

capitalista. As propostas anticapitalistas e anti-imperialistas não constituíram o essencial do discurso naquele período, salvo nos casos específicos da Venezuela e Bolívia.

O segundo aspecto é o caráter da democracia na região. Conforme as contribuições de Oliveira (2017), o reconhecimento da história e das facetas da modernidade/colonialidade – aqui fazendo referência a Quijano (2005) – é um requisito para o entendimento da democracia latino-americana. Para a autora, a questão democrática é uma problemática central da política latino-americana desde a sua independência e, nesse movimento, o pacto estabelecido foi entre as elites, com apoio das classes médias em nome da garantia de privilégios, nunca havendo assim, um pacto com a democracia.

[A] organização aristocrática ou plutocrática da sociedade sempre concentrou extremamente a riqueza, o prestígio social e o poder em alguns estratos privilegiados. Em consequência, a institucionalização política do poder era realizada com a exclusão permanente do povo e o sacrifício consciente de um estilo democrático de vida. [...] Os interesses particularistas das camadas privilegiadas, em todas as situações, podiam ser tratados como “interesses supremos da Nação”, estabelecendo uma conexão estrutural interna para as piores manipulações do exterior. (FERNANDES, 1981, p. 12).

Esses setores afortunados comungam de uma cultura política impregnada, essencialmente, de práticas autoritárias. Em se tratando da revolução burguesa na América Latina, ela não só não produziu a consolidação da democracia, como acarretou na consolidação de um Estado autoritário, intimamente acoplado ao poder econômico e expressivamente vinculado aos interesses externos (IANNI, 1998).

Para Oliveira (2017), a existência de regimes excludentes, oligárquicos e autoritários foram mais frequentes do que de regimes democráticos na região. A notável dificuldade das democracias latino-americanas estaria no enfrentamento entre o componente democrático e oligárquico de nossas repúblicas.

No que diz respeito ao ciclo de governos de esquerda, Oliveira (2017) pondera que a perda de base de sustentação se deu de forma ampla. Por um lado, os setores populares estariam ávidos para ampliação da cidadania; por outro, as classes médias e as elites, em um ambiente econômico desfavorável, não podiam mais conviver com um esboço de concretização da cidadania, onde a seu ver, já havia avançado suficientemente.

Esse comportamento das elites já fora constatado por Fernandes (1981), quando observou a evolução política paralela ao desenvolvimento do capitalismo dependente. “À medida que os interesses, as posições e as formas de solidariedade das classes “altas” e “médias” se viram ameaçadas pela classificação, mobilidade social e violência dos setores assalariados, pobres ou despossuídos, passou-se da conciliação para o endurecimento” (FERNANDES, 1981, p. 105).

Tendo em vista esses pontos, é possível compreender melhor a ascensão da direita-conservadora e como ela tem sido operacionalizada na América Latina. A expulsão das esquerdas foi um dos requisitos para o reestabelecimento do alinhamento incontestável dos países da região ao poder hegemônico norte-americano, no entanto, apesar das incontestáveis evidências do imperialismo *yankee* nesse processo, ele não tem utilizado os métodos que empregou no Iraque ou na Líbia (FUSER, 2018). Todavia, as pressões do FMI, outrora utilizados na região, ao que parece, não foram descartadas na nova ofensiva norte-americana sobre a região, com maior ou menor intensidade ela tem aparecido nos países latino-americanos. Como apontam Nemiña e Larralde (2018), é provável que a maior intervenção do FMI na América Latina tenha reforçado o giro político conservador na região sobre os governos progressistas que caracterizaram a década de 2000. Com exceção da Venezuela, os países da região têm mostrado uma relação mais estreita a esse organismo internacional, o que tem refletido no

crecente reconhecimento da necessidade de implementar ajustes econômicos para reestabelecer a confiança no setor privado e atrair investimentos financeiros.

O giro conservador, por sua vez, vem sendo estabelecido por um viés golpista. A partir da organização de uma elite que não possui um “projeto nacional a implementar ou defender”, tem se estabelecido uma estratégia de alinhamento ao capital externo que despreza qualquer premissa de autonomia ao desenvolvimento nacional e regional, e que busca reforçar o posto de dependência da América Latina no âmbito do sistema interestatal (FUSER, 2018, p. 86).

É importante mencionar que se trata de um golpismo diferente do vivenciado com as ditaduras militares. As classes dominantes têm utilizado o mecanismo do *impeachment* para a deposição de governos que já não atendem mais seus interesses, estratégia essa que tem se mostrado exitosa e vem recentemente ganhando espaço na região. Nessa direção, “as deposições de governos latino-americanos “inconvenientes” não têm resultado na instalação de ditaduras apoiadas nas forças militares, e são feitas com rasgados discursos que apelam ao “republicanismo” e, claro, à democracia” (BRAZ, 2017, p. 89).

O apelo ao republicanismo e as declarações de intenções democráticas não é novidade na prática antidemocrática:

Não há golpe de Estado que não esteja acompanhado de um discurso sobre a necessidade de restaurar a democracia, criar partidos livres, promover eleições, convocar uma constituinte, promover a reforma agrária, retomar o desenvolvimento econômico, acabar com desemprego, reduzir a inflação, rolar a dívida externa, restaurar a soberania nacional e estabelecer a felicidade geral (IANNI, 1998, p. 18).

Se, na época do estudo de Ianni (1988), havíamos acabado de sair de um período de ditaduras militares e do rompimento das instituições democráticas, na

nossa experiência recente, temos assistido a “golpes democráticos”⁶⁶, no âmbito na democracia burguesa em funcionamento.

A democracia tem seus limites [...] a democracia é democracia burguesa! Que por ser restrita ao âmbito da sociedade capitalista não propicia uma participação real da massa do povo na direção/gestão do Estado, porque se esgota nos seus limites formais. É uma das formas políticas dessa sociedade. É capaz de promover alguns níveis de socialização da política, mas jamais poderá levar à socialização do poder político (BRAZ, 2017, p. 90).

Na conjunção entre os interesses – entreguistas – das classes dominantes e do imperialismo, que não admite nenhum processo com pretensão à autonomia dos países latino-americanos no desenvolvimento dos seus próprios planos de promoção da ordem capitalista, vemos emergir práticas reacionárias na América Latina, seja na presença de tropas militares no Haiti, como nos golpes de Honduras, Paraguai e do Brasil (GAMBINA, 2017).

Em 28 junho de 2009 foi deposto o presidente constitucionalmente eleito Manuel Zelaya, numa manobra pseudo-legal, com apoio do Ministério da Justiça e do Parlamento, e os militares retomaram o controle político de Honduras (AGUILAR, 2009). Soma-se ao processo de golpe, a aliança entre as elites nacionais e as estrangeiras, bem como o apoio midiático para a expulsão do governo (CARDOSO, 2016). Desde então, vem se desmantelando os incipientes avanços conseguidos na época progressista.

O golpe hondurenho se projetou especialmente no sentido de precarizar e subordinar a força de trabalho às exigências do capital. Nesse sentido, pode-se mencionar: em 2010, o governo pôs em prática o “programa especial de

⁶⁶ Um deputado desclassificado (Heráclito Fortes, ex-DEM, hoje PSB!) deu-nos uma contribuição insólita. Quando perguntado se houve golpe, ele saiu-se com uma pérola da cretinice parlamentar: disse que “se houve golpe, foi um golpe democrático”. Sem querer, deu-nos talvez uma expressão paradoxal que na sua contradição revela o contraditório. Foi, assim, um golpe nas ilusões democráticas geradas pelos limites próprios da ordem burguesa (e de sua democracia), cuja condição cria suas próprias ilusões (BRAZ, 2017, p. 90).

emergência”, que permitiu às empresas contratarem trabalhadores por horas ou a tempo parcial, possibilitando o estabelecimento de contratos de até duas horas (Programa Nacional de Empleo por Horas de novembro de 2010, Decreto 230-2010) (LEFEBVRE, 2015); “O número de trabalhadores em situação de desemprego aumentou de 6,8% em 2008 para 14,1% em 2012” (JOHNSTON; LEFEBVRE, 2013, p. 27, tradução nossa). Entre outras coisas, também é possível constatar os baixos ajustes dos salários frente à inflação, o que tem diminuído o poder aquisitivo dos trabalhadores.

No Paraguai, em um golpe rápido, destituíram o presidente legitimamente eleito Fernando Lugo, em 2012. O golpe abriu caminho para o retorno ao poder do Partido Colorado, que após 61 anos teve sua hegemonia quebrada com a eleição de Lugo. É importante ressaltar que o golpe contemplou as classes dominantes do país – baseadas no controle de terras – que sempre mantiveram seus privilégios através de políticas marcadamente conservadoras. Essas oligarquias se sentiram acuadas pelas frequentes referências à necessidade de uma reforma agrária (FOGEL, 2015).

No que tange aos impactos do golpe sobre as condições de trabalho nesse país, existe uma dificuldade para sua constatação direta, uma vez que não há expressiva produção acadêmica sobre a temática. No entanto, é possível constatar que, apesar de no governo luguista ter tido alguns avanços sociais, esses não impactaram de forma incisiva sobre as condições precarizantes do mercado de trabalho, como aponta Molinier (2018), os direitos trabalhistas e sindicais são constantemente violados no Paraguai. Ainda para esse autor, com a chegada de Horácio Cartes à presidência em 2013, a situação tendeu a piorar. Outro ponto a destacar é que o expressivo crescimento econômico do país nos últimos anos não foi acompanhado pela garantia de condições e indicadores de emprego dignas. Nesse cenário, despontam grandes índices de subemprego, desemprego e trabalho

informal, aliadas a uma pífia cobertura de seguridade social e baixos níveis de salário (VIÑALES, 2016).

No Brasil, a crise política e econômica estabelecida nos últimos anos possibilitou, com déficit democrático, o avanço de agendas de interesse das elites minoritárias consubstanciada ao ideário neoliberal (DRUCK *et. al*, 2019). A articulação dos setores dominantes para contornar a crise, diga-se, assegurar a constante acumulação de capital, reaqueceu o debate sobre a “reforma” trabalhista (TRINDADE, 2019).

Para os defensores da contrarreforma brasileira, a legislação trabalhista seria excessiva em normas, com demasiada rigidez e “fora do seu tempo”. Em decorrência desse fato, os empregadores se sentiriam juridicamente inseguros para contratar trabalhadores. Com a flexibilização ou “modernização” da legislação trabalhista, supostamente haveria a ampliação do mercado de trabalho, abrindo oportunidades para “os que nada têm” e garantindo “melhores” condições para os que já ocupam uma vaga de emprego formal. Nesse sentido, em 2017 foram aprovadas as Leis nº 13.429/2017 e nº 13.467/2017, juntas elas alteraram mais de uma centena de artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)⁶⁷.

A contrarreforma trabalhista brasileira ampliou e legalizou relações de trabalho que abertamente privilegiam os empregadores, seja pela remuneração, pela flexibilidade de jornada ou, até mesmo por não constituir vínculo empregatício. Apesar das promessas, pode-se constatar que após as mudanças na legislação trabalhista, não houve melhoria nos índices de geração de empregos formais. Pelo contrário, o reforço dos interesses patronais, a falta de políticas de incentivo ao emprego por parte do governo, e os desdobramentos da pandemia do Covid-19, têm gerado um cenário caótico no mercado de trabalho brasileiro,

⁶⁷ A Consolidação das Leis do Trabalho foi criada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e sancionada pelo presidente Getúlio Vargas, durante o período do Estado Novo.

chegando ao patamar de 14,4 milhões de desempregados no 2º trimestre de 2021 (IBGE, 2021)⁶⁸.

Desta maneira, pode-se inferir que o movimento de instabilidades na região é o movimento próprio da crise da economia mundial na qual estamos submergidos. Nesse cenário, assiste-se, a todo custo, a mudança nos rumos da região em direção ao aprofundamento do neoliberalismo extremamente duro, cabendo aos países, adotarem novas reformas estruturais aliadas a uma política econômica recessiva e ortodoxa, que em seu conjunto, deterioraram os direitos arduamente conseguidos pela classe trabalhadora (CARCANHOLO, 2017).

Na região, o autoritarismo e conservadorismo, que permeiam as nossas elites, se aliaram à falácia neoliberal para travar uma batalha contra os projetos denominados democráticos populares. Frutos desse processo, os governos golpistas têm buscado cada vez mais adotar medidas duras em resposta à crise (GOMES; ROJAS, 2017). Tal como aponta Corsi (2018), a proposta das renovadas forças neoliberais na América Latina é a austeridade, que busca recobrar a lucratividade e competitividade através do arrocho salarial, da degradação das condições de vida e dos direitos sociais. Como bem aponta Sampaio (2020, p. 259):

A ascensão de uma nova direita na América Latina é consequência direta da resposta regressiva e autoritária da burguesia à polarização da luta de classes provocada pelo impacto devastador da crise capitalista sobre a economia da região. Sem projeto nacional para enfrentar o novo momento histórico, as burguesias latino-americanas submeteram-se docilmente à “solução americana”, cuja essência reside na aceitação de uma posição ainda mais rebaixada da região na divisão internacional do trabalho. O afã de recompor a qualquer custo a taxa de lucro e abrir frentes de acumulação colocou o ajuste neoliberal na ordem do dia. A retomada do crescimento da renda ficou condicionada à retirada de direitos trabalhistas e à maior precarização das condições de trabalho (SAMPAIO, 2020, p. 259).

⁶⁸ Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>. Acesso em 30 de outubro de 2021.

Em suma, mais do que provocar o retrocesso em relação à conjuntura anterior consideravelmente favorável, a crise que se debate sobre a economia mundial tem agravado os determinantes estruturais da dependência da América Latina (CARCANHOLO, 2017). “Novamente o cenário da região volta a ser tingido de saqueio e espoliação” (IRUSTA, 2016, p. 86, tradução nossa).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A insegurança nos direitos e a condição precarizada é uma realidade histórica enfrentada pela força de trabalho latino-americana. Como foi possível constatar, nos momentos em que a região buscou um desenvolvimento mais autônomo frente ao centro do sistema – a Industrialização por Substituição e Importações e o “giro à esquerda” – foi possibilitado um incipiente, porém significativo, avanço social, sobretudo na consecução de uma legislação trabalhista mais protetiva.

Por sua vez, os momentos em que a região passou pela desvelada investida dos interesses do centro do sistema capitalista, se traduziram em políticas de austeridade e ataques aos direitos duramente conquistados pela classe trabalhadora. Essa realidade é a que a América Latina vem vivenciando nos últimos anos, em face aos interesses do capital financeirizado aliado a uma elite entreguista, vem sendo posto em prática, por um viés golpista, um retrocesso civilizatório que atinge todos os setores da sociedade, sobretudo a classe trabalhadora.

Argumentos como a falta de eficiência da legislação trabalhista ou a alegação da necessidade de legalização de formas atípicas de trabalho, presentes nas últimas décadas do século XX para o combate ao desemprego, voltam agora com toda força. Apesar de não existirem evidências de que a flexibilização contribua na criação de novos postos de trabalho, esse é um mantra constante

entoado por uma classe política atrelada aos interesses das grandes elites nacionais e internacionais.

O efeito danoso desse processo tem se exacerbado com a pandemia do Covid-19, que vem assolando a humanidade desde 2020. Dados da Cepal (2020) mostram a perda de aproximadamente 47 milhões de empregos no conjunto da região latino-americana no segundo trimestre de 2020. Como aponta o relatório, essas pessoas que perderam seu emprego já não encontram oportunidades para uma reinserção no mercado de trabalho. Além disso, os trabalhadores que mantiveram seus postos sofreram uma queda na sua renda, através de acordos com o empregador pela redução nas horas trabalhadas.

Desta forma, a conjuntura vigente apresenta apenas uma saída para a classe trabalhadora latino-americana: a mobilização – de forma organizada/articulada. Somente assim pode-se confrontar a investida neoliberal/conservadora, que a todo custo quer transferir descomedidamente os efeitos catastróficos da crise estrutural do capitalismo, atualmente acentuados pela pandemia do Covid-19, para a força de trabalho.

REFERÊNCIAS

AGUILAR, Carlos. ¿Cómo y por qué del Golpe de Estado en Honduras? La sinopsis de un proceso de pacificación y democratización fallido en la región. **Realidad**: Revista de Ciencias Sociales y Humanidades, n. 121, p. 699-707, 2009.

ALMEYRA, Guillermo; SUÁREZ, Carlos Abel. Sindicalización, sindicatos y experiencias extrasindicales actuales en algunos países de América Latina. **OSAL**, v. 10, n. 26, p. 77-91, 2009.

AMARAL, Marisa. **Breves considerações acerca das teorias do imperialismo e da dependência ante a financeirização do capitalismo contemporâneo**. Dossiê: O papel da Teoria Marxista da Dependência no Pensamento Social Latino-Americano, p. 80, 2013.

ANTUNES, Ricardo. **A era das contrarrevoluções e o novo estado de exceção.** In LUCENA, Carlos et al. A crise da democracia brasileira, Editora Navegando, v 1. p. 53, 2017.

ANTUNES, Ricardo. **O Continente do Labor.** São Paulo: Boitempo. 2011.

ANTUNES, Ricardo; DRUCK, Graça. A terceirização como regra. **Rev TST**, v. 79, n. 3, p. 214-31, 2013.

AQUEVEDO, Eduardo S. Reestructuración, flexibilidad y trabajo en América Latina. **Papeles de población**, v. 6, n. 26, p. 89-107, 2000.

BARBIERO, Alan; CHALOULT, Yves. **O Mercosul e a nova ordem econômica internacional.** Revista Brasileira de Política Internacional, v. 44, n. 1, p. 22-42, 2001.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga De Mello. **O capital e suas metamorfoses.** SciELO-Editora UNESP, 2016.

BENSUSÁN, Graciela. **La efectividad de la legislación laboral en América Latina.** Genebra: Instituto Internacional de Estudios Laborales, 2007.

BRAZ, Marcelo. O golpe nas ilusões democráticas e a ascensão do conservadorismo reacionário. **Serv. soc.**, n. 128, p. 85-103, 2017.

CACCIAMALI, Maria Cristina. Princípios e direitos fundamentais no trabalho na América Latina. **São Paulo em Perspectiva**, v. 16, n. 2, p. 64-75, 2002.

CACCIAMALI, Maria Cristina. **Processo de informalidade, flexibilização das relações de trabalho e proteção social na América Latina.** O setor informal, 2001.

CACCIAMALI, Maria Cristina; BOBIK, Marcio; JR, Umberto Celli. Em busca de uma nova inserção da América Latina na economia global. **Estudos avançados**, v. 26, n. 75, p. 91-110, 2012.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Auge y declinación de los gobiernos progresistas en américa latina. **La experiencia de los gobiernos progresistas en debate: la contradicción capital trabajo**, CLACSO, 2017.

CARDOSO, Silvia Alvarez. **Golpe de Estado no século XXI: o caso de Honduras (2009) e a recomposição hegemônica neoliberal.** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade de Brasília, Centro de Estudos Comparados sobre as Américas. Brasília, 128 p., 2016.

CEPAL. **Commodities, choques externos e crescimento: reflexões sobre a América Latina.** Cepal, 2012.

CEPAL. **La flexibilidad laboral en América Latina: las reformas pasadas y las perspectivas futuras.** Cepal, 2010.

CEPAL. **Un sistema de indicadores para el seguimiento de la cohesión social en América Latina.** Cepal, 2008.

CEPAL.. **Mujer y trabajo en las reformas estructurales latinoamericanas durante las décadas de 1980 y 1990.** Cepal, 2000.

CEPAL.. **Una década de desarrollo social en América Latina, 1990-1999.** Cepal, 2004.

CEPAL.. **Coyuntura Laboral en América Latina y el Caribe. La dinámica laboral en una crisis de características inéditas: desafíos de política.** Cepal, 2020.

CORSI, Francisco Luiz. **A América Latina diante da crise do capitalismo global e do esgotamento do ciclo de commodities: os desafios do desenvolvimento sustentado e inclusivo.** In: Anais do XXX Congresso da Associação Latino-Americana de Sociologia (ALAS). 2018.

DE LA GARZA, E. La flexibilidad del trabajo en América Latina. **Revista Latino-Americana de Estudos do Trabalho**, São Paulo, ano 3, n.5, p.129-157, 1997.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno Crh**, v. 24, n. SPE1, p. 37-57, 2011.

DRUCK, Graça; DUTRA, Renata; SILVA, Selma Cristina. A contrarreforma neoliberal e a terceirização: a precarização como regra. **Caderno CRH**, v. 32, n. 86, p. 289-306, 2019.

ESPONDA, María Alejandra; BASUALDO, Victoria. Abordajes sobre la tercerización laboral en América Latina: aportes y perspectivas. In: **VIII Jornadas de Sociología de la UNLP** 3 al 5 de diciembre de 2014 Ensenada, Argentina. Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. Departamento de Sociología, 2014.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e as classes sociais na América Latina.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

FILIPPO, Armando di; FRANCO, Rolando. **Las dimensiones sociales de la integración regional en América Latina.** Cepal, 1999.

FLEURY, Sonia. **Estado sem cidadãos: seguridade social na América Latina**. SciELO-Editora FIOCRUZ, 1994.

FOGEL, Ramón. **Clases sociales y poder político en Paraguay**. Novapolis, n. 8, p. 103-116, 2015.

FUSER, Igor. **América Latina: progressismo, retrocesso e resistência**. Saúde em Debate, v. 42, p. 78-89, 2018.

GAMBINA, Julio Cesar. Crisis mundial, ofensiva capitalista y el papel de los pueblos de Nuestramérica. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, v. 9, n. 3, p. 7-19, 2017.

GOLDIN, Adrián. **Los derechos sociales en el marco de las reformas laborales en América Latina**. Instituto Internacional de Estudios Laborales, 2007.

GOMES, Cláudia Maria Costa; ROJAS, Gonzalo Adrián. Crise orgânica, governos e seus impactos na América Latina. **Revista Em Pauta**, v. 15, n. 39, 2017.

IANNI, Octavio. Raíces da anti-democracia na América Latina. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 14, p. 17-22, 1988.

IRUSTA, Silvina Mercedes. Los desafíos de la región frente a la restauración conservadora. **Sociales Investiga**, n. 2, p. 81-97, 2016.

JOHNSTON, Jake; LEFEBVRE, Stephan. **Honduras desde el golpe: Resultados económicos y sociales**. Center for Economic and Policy Research, 2013.

LAURELL, Asa Cristina. Para um novo estado de bem-estar na América Latina. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 45, p. 187-204, 1998.

LEFEBVRE, Stephan. Honduras: **la austeridad del FMI, la política macroeconómica y la inversión extranjera**. CEPR, 2015.

MÉSZÁROS, István. **Atualidade histórica da ofensiva socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar**. Boitempo, 1º ed. São Paulo, 2010.

MÍGUEZ, Pablo. Estado, desarrollo e integration regional en los países del MERCOSUR: dinâmicas y balance del ciclo pos-neoliberal 2003-2015. **Revista Debates**, v. 13, n. 2, 2019.

MOLINIER, Lila. Paraguay. la fragmentación del movimiento obrero y la falta de libertad sindical. **Periferias, Revista de Ciencias Sociales**, 2018.

MONTEIRO, Leonardo Valente. Os neogolpes e as interrupções de mandatos presidenciais na AL. Fortaleza: **Revista de Ciências Sociais**, v.49, n. 1, p.55-97, 2018.

NEMIÑA, Pablo; LARRALDE, Juan. Etapas históricas de la relación entre el Fondo Monetario Internacional y América Latina (1944-2015). **América Latina en la historia económica**, v. 25, n. 1, p. 275-313, 2018.

OLIVEIRA, Renata Peixoto de. Muito além de direitas e esquerdas: os giros e a densidade dos regimes democráticos na América do Sul. **Revista Debates**, v. 11, n. 2, p. 37, 2017.

PIÑERO, Fernando. **El modo de desarrollo industrial fordista-keynesiano: características, crisis y reestructuración del capitalismo**. Contribuciones a la economía, 2004.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do saber, eurocentrismo e América Latina. In LANDER, Edgard org. **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas Latino-americanas**. Clasco Livros, Buenos Aires, 2005.

SALAS, Carlos. El modelo de acumulación y el empleo en América Latina. In: TOLEDO, Enrique de la Garza et al. **Reestructuración productiva, mercado de trabajo y sindicatos en América Latina**, Clasco, Buenos Aires, p. 187, 2000.

SAMPAIO, Plinio de Arruda. Ascenso da “nova direita” na América Latina. In: ÁLVAREZ, Jairo Estrada; MARTÍN, Carolina Jimenez; PUELLO-SOCARRÁS, José Francisco (orgs.). **Contra Nuestra America: estrategias de la derecha en el siglo XXI**. Buenos Aires, CLACSO, 2020.

SÁNCHEZ, Marcelo P. *et al.* Precarización del empleo y actores sociales. Estado, empresarios, sindicatos y trabajadores jóvenes en América Latina. **Nueva sociedad**, v. 17, p. 120, 1992.

SANTOS, Wagner Martins dos. Fortalecimento ou derrocada da «onda rosa» na América Latina? **Relações Internacionais (R: I)**, n. 52, p. 107-110, 2016.

SOUZA, Nilson Araujo de; SILVA, Luisa Maria Nunes de Moura. Integração Contemporânea da América Latina: Teoria e Prática. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 2, n. 3, p. 144-165, 2013.

SPOSATI, Aldaíza. Tendências latino-americanas da política social pública no século 21. **Revista Katálysis**, v. 14, n. 1, p. 104-115, 2011.

TERRA, Leticia Muñiz. Los eslabones invisibles de la reestructuración productiva: las empresas subcontratistas de Repsol YPF y sus trabajadores.

Trabajo y sociedad: Indagaciones sobre el empleo, la cultura y las prácticas políticas en sociedades segmentadas, n. 10, p. 3, 2008

TOKMAN, Víctor E. Informalidad, inseguridad y cohesión social en América Latina. **Revista internacional del trabajo**, v. 126, n. 1-2, p. 93-120, 2007.

TRINDADE, Hiago. **O precariado no Brasil contemporâneo**. Tese (doutorado em Serviço Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 250 p. 2019.

USECHE, María C.; CASTELLANO, Alberto. Cambios implantados por el sector empresarial y su incidencia en el mercado de trabajo en América Latina. **Revista venezolana de análisis de coyuntura**, v. 8, n. 1, p. 53-63, 2002.

VALENCIA, Adrián Sotelo. La precarización del trabajo: ¿premisas de la globalización?. **Papeles de población**, v. 4, n. 18, p. 82-98, 1998.

VIÑALES, Ana Teresa Rojas. La economía paraguaya que crece y que excluye: Implicancias para el Mercado Laboral. **Población y Desarrollo**, n. 42, p. 23-35, 2016.

WALLERSTEIN, Immanuel. Crisis estructurales. **New Left Review**, v. 62, p. 127-136, 2010.

WELLER, Jürgen et al. **Avances y retos para el perfeccionamiento de la institucionalidad laboral en América Latina**. Copublicaciones, 2009.

WELLER, Jürgen. Aspectos de la evolución reciente de los mercados laborales de América Latina y el Caribe. **Revista Cepal**, 2014.

WELLER, Jürgen. Los retos de la institucionalidad laboral en el marco de la transformación de la modalidad de desarrollo en América Latina. **Revista Cepal**, 1998.

A PLATAFORMIZAÇÃO DO TRABALHO COMO PRODUTO DA ORTODOXIA NEOLIBERAL

Nívea Maria Santos Souto Maior⁶⁹

José Aurício Lopes Araújo⁷⁰

INTRODUÇÃO

Os vinte anos dolorosos (BOYER, 2004) - que sucederam aos trinta anos gloriosos - foram caracterizados pela guinada neoliberal como resposta à crise estrutural ocorrida no final dos anos de 1970, colocando fim à hegemonia do modelo Taylorista-Fordista de produção em massa e consumo de bens duráveis. O modelo Toyotista de produção que já era experienciado há alguns anos no Japão, vai aperfeiçoando, paulatinamente, o obsoleto e agora insustentável padrão Keynesiano-Fordista, ocasionando com isso profusas transformações no *modus operandi* capitalista.

Esse novo modelo de gestão econômica e política deixa de lado o processo de ganho salarial e proteção social construído após a esgotamento do liberalismo na década de 1920, culminado na grande depressão de 1929. Percebeu-se que, em certa medida, a intervenção estatal era necessária já que, como provado no período supradito, o mercado é incapaz de autorregular-se. Nessa tessitura, o Estado se (re)funcionaliza, haja vista:

A aplicação das políticas econômicas neoliberais [que] efetuou mudanças significativas nos aspectos jurídicos das relações de trabalho, dando garantias legais às empresas para admitir e demitir

⁶⁹ Mestre em Direito Público pela Universidade Estácio de Sá/RJ. Mestre em Serviço Social – Universidade Estadual da Paraíba Especialista em Direito do Trabalho pela Universidade Cândido Mendes/RJ. Advogada. Professora. *E-mail*: legaliteadv@yahoo.com.br

⁷⁰ Graduando do Curso de Bacharelado em Serviço Social do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do estado do Ceará – IFCE Campus Iguatu. *E-mail*: auricioaraujo8@gmail.com

trabalhadores de acordo com os seus interesses (ALVES; ALMEIDA; 2009, p. 242).

O Neoliberalismo, para além de uma mudança na forma de produção, passou a requisitar um novo perfil de trabalhador. Agora não mais aquele técnico de chão de fábrica, que realizava apenas uma única função como no fordismo. Era necessário, um trabalhador polivalente capaz de atender às novas tendências do mercado, apto a realizar as mais diferentes atividades no menor período de tempo possível. Ou noutros termos, as relações sociais decorrentes da sua realização mudam drasticamente após a reviravolta causada pelo neoliberalismo.

Nesse panorama, se faz necessário um olhar crítico para a realidade social que ora se apresenta, no sentido de capturar como se tem consubstanciado socialmente essas mudanças no mundo do trabalho, mais especificamente, a sua plataformização na era do capitalismo informacional-financeiro-especulativo. É preciso também fazer um resgate histórico para que seja possível a real compreensão do momento pelo qual estamos passando, bem como a sua relação com a crise estrutural do capital e, não menos importante, também se faz necessário uma investigação de como as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) tem dado as cartas no atual momento no jogo do capitalismo mundial.

Para que alcancemos tais objetivos, é indispensável a orientação metodológica do materialismo histórico, com meio de não descolarmos a nossa análise da realidade social que se apresenta e que não caiamos nem na mera abstração, ou então, na discussão esvaziada de uma teoria, levando em consideração que “a teoria, sendo um instrumento da ciência, é utilizada para conceituar os tipos de dados a serem analisados” (MARCONI; LAKATOS, 2002, p. 17).

Sendo assim, nós utilizamos de fontes que tratam das questões propostas a serem analisadas à luz da teoria social crítica de Marx, considerando e

problematizando os contornos de uma sociedade capitalista que visa primordialmente a manutenção das condições gerais de acumulação de riqueza. Portanto, o presente trabalho visa contribuir para a análise dessa nova gestão de plataformização do trabalho, como sendo um sistema produtivo que intensifica mais ainda as condições flexíveis e precárias da classe trabalhadora.

2. A CRISE DO FORDISMO E A IMPLEMENTAÇÃO DO NEOLIBERALISMO

Não é possível analisamos o momento atual do capitalismo sem que façamos um resgate do que precedeu o vigente estágio. Para tanto, precisaremos voltar os nossos olhos para a crise do liberalismo clássico de 1929 e a sua consequente reestruturação produtiva, e como esses fenômenos na época afetaram a classe trabalhadora, para termos o subsídio teórico suficiente para discutir a plataformização do trabalho como produto do descalabro neoliberal.

No início do século XX ainda perdurava a ideia de que o mercado era capaz de se autorregular através do que chamavam de mão invisível, pressuposto clássico do liberalismo ortodoxo que tem como seus expoentes David Ricardo e Adam Smith que justificara o liberalismo como “cada indivíduo agindo em seu próprio interesse econômico, quando atuando junto a uma coletividade de indivíduos, maximizaria o bem-estar coletivo. É o funcionamento livre e ilimitado do mercado que asseguraria o bem-estar” (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 56).

Entretanto, esse modelo entra em colapso, passava então o capitalismo por uma crise histórica conhecida como o *Crash* de 1929. Corroídas as suas bases ideológicas e materiais, via-se a necessidade de buscar estratégias de superação dessa crise. Entra em cena então o modelo de produção Fordista, aliado a teoria Keynesiana visando colocar em prática uma forma de reestruturar-se produtivamente no qual caberia ao Estado um papel novo, como um produto da

divisão social do trabalho. Surgiu da autonomia crescente de certas atividades superestruturais, mediando a produção material, cujo papel era sustentar uma estrutura de classe e relações de produção” (MANDEL, 1982; p. 333).

Dentro desse prisma, o Estado agora teria um papel fundamental. Segundo a teoria Keynesiana, antes de evitar as crises – aqui levando em consideração que as crises cíclicas são inerentes ao sistema capitalista de produção – o Estado deveria, portanto, amortecê-las, dessa forma os seus impactos seriam sentidos de maneira mais leve, como podemos observar:

Cabe ao Estado, a partir de sua visão de conjunto, o papel de reestabelecer o equilíbrio econômico, por meio de uma política fiscal, creditícia e de gastos, realizando investimentos ou inversões reais que atuem nos períodos de depressão como estímulo à economia. A política Keynesiana, portanto, a partir da ação do Estado, deve elevar a demanda global, antes de evitar a crise, vai amortecê-la através de alguns mecanismos, que seriam impensáveis pela burguesia liberal stricto sensu (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 85-86).

Aliado a isso, o modelo de produção fabril de Henry Ford, que tinha como filosofia a produção em massa para consumo de massa de bens duráveis, parecia uma receita infalível para a superação da crise. Destarte, como podemos perceber que:

A separação entre gerencia, concepção, controle e execução (e tudo o que isso significava em termos de relações sociais hierárquicas e de desabilitação dentro do processo de trabalho) também já estava bem avançada em muitas indústrias. O que havia de especial em Ford (e que, em última análise, distingue o fordismo do taylorismo) era a sua visão, seu reconhecimento explícito de que produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma, um novo tipo de sociedade tecnocrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 1992, p. 121).

Vale aqui destacar alguns fatores, o primeiro deles é a capacidade do capital sempre se reproduzir em dois níveis, no da materialidade e no da subjetividade. Para além das condições gerais de acumulação, o capitalismo

precisa criar uma ideologia e fazer com que ela seja introjetada na classe trabalhadora de forma que justifique as suas práticas cada vez mais escusas. No caso do Fordismo, o trabalhador não precisava saber a motivação de realização de determinada atividade, ele precisava apenas fazê-la, o que também podemos chamar de um esvaziamento da subjetividade humana.

Nesse sentido, temos uma mudança nas relações de trabalho, tendo em vista que o tempo de sua execução era controlado rigidamente, o perfil de trabalhador exigido era agora mais técnico, especialista em realizar determinada atividade, uma maior divisão social e técnica do trabalho, separando dessa maneira quem pensa e quem produz. Vale também destacar que, se ocorreu uma mudança nas relações de trabalho, essas mudanças perpassam os demais espaços do cotidiano desse trabalhador, mudando dessa maneira também as relações sociais que do trabalho decorrem. Nesse sentido:

[...] um princípio geral de organização da produção (compreendendo paradigma tecnológico, forma de organização do trabalho e estilo de gestão). Neste plano, podem ser destacados os seguintes traços característicos ou princípios constitutivos do paradigma fordista: a) racionalização taylorista do trabalho: profunda divisão — tanto horizontal (parcelamento das tarefas) quanto vertical (separação entre concepção e execução) — e especialização do trabalho; b) desenvolvimento da mecanização através de equipamentos altamente especializados; c) produção em massa de bens padronizados; d) a norma fordista de salários: salários relativamente elevados e crescentes — incorporando ganhos de produtividade — para compensar o tipo de processo de trabalho predominante (FERREIRA *et al.*, 1997, 169-170).

Outro fator que não podemos esquecer de destacar na nossa análise, é que de fato por um período, a cartilha Keynesiana-Fordista de fato deu certo pois este regime de produção por quase 30 anos tentou atenuar os desequilíbrios da acumulação capitalista. Para além do capital ter se reestruturado produtivamente, a classe trabalhadora também conseguiu significativos ganhos salariais, aumento no poder de consumo, melhora nas condições de vida e de trabalho dentre outras coisas. Esses fatos deixam claro que, quando necessário, o capitalismo concede

melhorias salariais a classe trabalhadora, desde que o seu poder de acumulação seja assim beneficiado. Não podemos esquecer também o cenário político da época, tínhamos uma alternativa socialista que se apresentava como opção ao capitalismo e temos que levar em consideração que se essas melhorias que ocorreram, também sofreram influência da alternativa da URSS.

O resultado dessa reestruturação produtiva ficou conhecida como *Welfare State*. Os trinta anos de ouro do capitalismo como ficou conhecido o período, foi possível graças ao incremento de novas tecnologias nas cadeias produtivas, instituição de políticas de saúde, educação e habitação para a classe trabalhadora, além de um significativo aumento da industrialização. Cabe destacar que, esse fenômeno ficou restrito apenas aos países de capitalismo central, chegando à periferia do capital desacompanhado de desenvolvimento social, como é o caso do Brasil. Destarte:

No contexto do pós-guerra a teoria de Keynes ganhou força, impulsionando Estados mais fortes. Estes se valiam de políticas macroeconômicas expansionistas, as quais prezavam pela manutenção do padrão de acumulação fordista, baseado em consumo e produção em massa, e dos Estados de Bem-estar Social, mantendo o padrão de vida da população. Essas ideias mantiveram certo prestígio por um tempo, mantendo como resultado um crescimento e estabilidade - vide a denominação “trinta gloriosos” usada para se referir a esse período (LIMA; STERNICK; 2017, p. 8-9).

Nesse sentido, entre limites e possibilidade ainda cabe o destaque de que mesmo restrito aos países de capitalismo central, o *Welfare State* não foi vivenciado por todos eles da mesma maneira, como também “o Estado Social capitalista jamais conseguiu (e nunca teve a intencionalidade) assegurar o bem-estar ou o bem comum” (BOSCHETTI, 2018, p. 132).

Evidencia-se ainda que apesar dos ganhos da classe trabalhadora nesse período, isso não significou uma diminuição da pobreza ou ainda do distanciamento entre as duas classes fundamentais do capitalismo. Ao contrário, esse período serve para elucidar o que nós conhecemos como a Lei Geral da

Acumulação Capitalista, que se traduz no fato de que na medida em que a sociedade produz riqueza, inversamente produz pobreza na mesma medida:

Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não ter acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente (NETTO, 2001, p. 42).

Em suma, ratifica-se as crises cíclicas como inerente ao capitalismo e, após viver 30 anos de uma onda expansiva, o modelo Keynesiano-Fordista começou a apresentar sinais de esgotamento ao final dos anos de 1960. O capitalismo passou, portanto, por uma crise estrutural, essa que nós conhecemos como de superprodução; os fatores dessa nova crise estavam postos e via de consequência eclodiram novas formas de gestão de trabalho, inclusive a plataformização.

3. A EMERGÊNCIA DA PLATAFORMIZAÇÃO E A UBERIZAÇÃO DO TRABALHO

Como no fordismo a produção era de bens duráveis, chegou um momento e que as pessoas não precisavam mais comprar determinados produtos, destarte a produção começou a acumular-se. Esse modelo torna-se nitidamente insustentável diante das novas determinações impostas pelo capitalismo tardio.

A saída para tanto foi a adoção do modelo japonês de produção e a consequente implementação da cartilha neoliberal de gestão política e econômica. A partir de uma análise perfunctória, é fácil perceber as principais mudanças de um modelo para o outro, a produção que antes era concentrada agora se espraia a nível mundial, o perfil de trabalhador requisitado não é mais aquele técnico, mas sim, um trabalhador capaz de desempenhar múltiplas tarefas, as formas de contratação também sofrem mudanças profundas, dando mais liberdade aos empregadores, detentores dos meios de produção e das condições materiais de

produzir na hora de admitir ou demitir os seus empregados. Nesse direcionamento:

O neoliberalismo é mais um movimento de internacionalização capitalista, levado a cabo pela fração financeira da burguesia, instalada nos aparelhos de Estado, subordinado às grandes corporações transnacionais, gigantescas associações monopolistas. Trata-se de um fenômeno circunscrito, do ponto de vista histórico, ao fim da II Guerra Mundial; da ótica econômico-financeira, como de recomposição sistêmica; e da esfera político-militar, como de transição de um mundo multipolar para uma conformação unipolar - passando por uma configuração bipolar (EUA/URSS), desde a segunda década do século XX até o fim da Guerra Fria. Nesse contexto, registra-se uma crise mais geral no seio do capitalismo, evidenciada desde o início dos anos 1970, que acabou impelindo o sistema a forjar uma reestruturação tipificada nas adequações econômicas das políticas neoliberais, sem que seus ajustes estruturais implicassem, tanto nas sociedades de economias periféricas quanto nas centrais, uma ruptura em sua inter-relação e na relação com os centros capitalistas (ALVES; ALMEIDA, 2009, p. 241).

Diferentemente do que pudemos observar ao analisar o modelo de produção e gestão do trabalho no período supracitado na seção anterior, onde os ganhos reais ficaram restritos aos capitalistas centrais, a guinada neoliberal leva toda a perversidade do capitalismo para o mundo. Ou noutros termo, a periferia capitalista, que não vivenciou uma melhoria na qualidade de vida, tinha agora uma nova agenda política e econômica a ser colocada em prática.

Outra mudança perceptível nesse novo modelo de gestão política e econômica que é a retórica neoliberal como discurso usado pelo capitalista, se antes o trabalhador era tratado como empregado subordinado às ordens do seu superior, agora, apesar de permanecer nessa condição, ele não é mais tratado dessa maneira, mas sim como “parceiro” ou ainda “colaborador”, sendo introjetado nele a ideia de que ele tem que “vestir a camisa da empresa” afinal o discurso capitalista prega que “são uma família”. Essa prática nada mais é do que uma forma de acobertar e disfarçar a forte retirada de direitos trabalhistas que a classe proletária duramente adquiriu no período anterior. Sendo assim: “essa nova

planta produtiva, baseada no Toyotismo, combina ampliação do maquinário técnico-científico informacional, intensa exploração do trabalho, aumento da informalidade e perda de direitos” (EDITOR, 2011, p. 196).

A chegada do novo milênio e a consequente revolução tecnológica que acontece, proporciona ao capital a capacidade de criar formas de exploração. Nesse cenário entram em cena as TIC's que materializam o sonho capitalista de trabalho por apenas um tempo (*just in time*), onde tem-se um aumento de lucratividade e, conseqüentemente da exploração do trabalho, em detrimento de uma maior exploração da classe que vive do trabalho e a consequente precarização salarial. Então:

Trata-se de uma espécie de trabalho sem contrato, no qual não há previsibilidade de horas a cumprir nem direitos assegurados. Quando há demanda, basta uma chamada e os trabalhadores e as trabalhadoras devem estar on-line para atender o trabalho intermitente (ANTUNES; 2018, p.27-28).

O cenário atual mostra uma nova metamorfose no mundo do trabalho, uma acelerada transição advinda do fluxo migratório de trabalhadores assalariados formais com garantias mínimas de proteção social para – doravante - o novo setor de serviços intermediados pelas plataformas digitais, levando uma imensa quantidade de trabalhadores à informalidade; trazendo como principal consequência o aumento dos desamparados do sistema de previdência social e a marginalização dos direitos.

Essa transformação foi evidenciada principalmente nos últimos três anos, mais especificamente, após a vigência da Lei nº 13.467/2017 (contrarreforma trabalhista)⁷¹, no qual a plataformização do trabalho evidenciou uma cultura do

⁷¹ A Reforma Trabalhista/2017 trouxe como uma das seguintes consequências: “em cinco anos (entre 2014 e 2019), o contingente de desocupados no Brasil aumentou de 6,7 para 12,6 milhões, elevação de quase 90%” (DIEESE, 2020, p. 01). Mais recentemente, os últimos dados registram um recorde de informais em toda a série histórica da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), melhor explicando, mais da metade dos brasileiros em idade de trabalhar (população economicamente ativa) está sem emprego formal (IBGE, 2020).

empreendedorismo, uma forma disfarçada para caracterizar os trabalhadores uberizados como gerentes de si mesmo, por intermédio de *softwares* e dos algoritmos: um novo mecanismo da era digital para intensificação da desvalorização da força de trabalho.

Conjugando o rótulo do trabalho autônomo (ou a negação da própria relação de trabalho) com o contrato por tarefa, o/as trabalhadores/as, além de não terem salário, renda ou jornada garantida em seus contratos, não gozam de qualquer direito, mesmo quando conseguem um serviço. Assim, a grande novidade na organização do trabalho introduzida pelas novas TIC é, além de potencializar exponencialmente as formas de obtenção de lucros e até mesmo de extração do mais valor, é o de permitir que as empresas utilizem essas ferramentas como instrumental sofisticado de controle da força de trabalho, de que são exemplos o registro em tempo real da realização de cada tarefa, velocidade, local e movimentos realizados; a mensuração das avaliações; tudo sob o aparente comando dos algoritmos (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020, p. 33).

Portanto, no *gig economy* – setor de forte expansão no país – o trabalhador passa a ser chamado de infoproletariado como aquele que depende diretamente do maquinário digital e informacional para desempenhar suas atividades, com o agravante de ficarem à margem de qualquer lei que imponha limites mínimos de remuneração e máximos de jornada.

A reorganização na base produtiva, ora analisada e sob a égide da Indústria 4.0, faz parte da lógica do capital financeirizado, onde tem como principal interesse uma maior apropriação do fundo público, advinda do aumento de desempregados e informais, cujo milhões de invisíveis são paradoxalmente a base social do capitalismo e os excluídos da proteção social.

Sob a ótica neoliberal estamos assistindo uma mudança significativa das condições de vida e de trabalho da classe proletária. O neoliberalismo e sua franca política de arrocho fiscal torna flagrante que a necessidade do capital nesse momento é a manutenção do padrão de acumulação a qualquer custo, seja sob a lógica financeira, terceirização do trabalho, precarização ou ainda a sua

plataformização, tendo por objetivo final a concentração de riqueza na mão dos poucos que já possuem muito mais que a grande massa da população que vive do trabalho, ou seja, “a ordem do capital é hoje, reconhecidamente, a ordem do desemprego e da insegurança no trabalho” (NETTO, 2012, p. 210). Destarte:

É sob a mundialização do capital que assistimos, portanto, à vigência do capitalismo parasitário e rentista. É o desenvolvimento desta lógica da financeirização que irá instaurar um novo perfil do Toyotismo, depurando-o, em sua “ocidentalização”, tão-somente como técnica (e princípio) de manipulação universal do “trabalho vivo” subsumido à lógica do capital (ALVES, 1999, p.131).

É a partir dessas novas condições impostas e de novas demandas requisitadas pelo capital que começa a acontecer, de forma paulatina e gradual a plataformização do trabalho, que trataremos a partir de agora como “Uberismo”. Esse fenômeno, em suma, é a materialização do sonho capitalista na contemporaneidade. Como o neoliberalismo impôs que milhares de pessoas perdessem a sua segurança trabalhista pautada em leis e contratos, e a imposição de trabalho intermitente dentre outros elementos, esses trabalhadores, agora desprovidos das condições que anteriormente dispunham, se aglomeram na alameda da informalidade.

O aumento do trabalho informal é substancialmente grande na era neoliberal e, sob o novo discurso capitalista de que “você pode ser o seu próprio chefe” ou ainda “ fazer a sua própria jornada de trabalho” essas pessoas, na obrigação de suprir as suas necessidades mais elementares, estão cada vez mais aderindo as formas de trabalho plataformizado. Essas plataformas se tratam de *Startups* que, disfarçam de maneira descarada a exploração da classe trabalhadora.

A chamada uberização do trabalho somente pode ser compreendida e utilizada como expressão de modos de ser do trabalho que se expandem nas plataformas digitais, onde as relações de trabalho são cada vez mais individualizadas (sempre que isso for possível) e invisibilizadas, de

modo a assumir a aparência de prestação de serviços (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020, p. 32).

Essa uberização do trabalho diz respeito, sumariamente a uma fração da sociedade que na nossa análise é conhecida como o “Setor Informal”, ou seja, elas não possuem nenhum vínculo empregatício, mas precisam trabalhar. A fração do fundo público que antes era destinada a essa classe que possuía políticas de seguridade social, agora é destinada à fração da burguesia financeira-especulativa-informacional, tendo em vista que o atendimento exclusivo somente aos seus interesses e em detrimento resta as “quotas de sacrifícios”⁷² para os trabalhadores. Isto posto, elas se submetem a formas de exploração cada vez mais perversas e precárias, como podemos observar:

O processo de informalidade se dá mediante contratações consensuais e mesmo legais, em razão de mudanças na legislação trabalhista realizadas para permitir o estabelecimento de vínculos de trabalho flexíveis, assim como por meio da transferência de atividades, pela terceirização, para “a ponta inferior” das cadeias produtivas, ou seja, para pequenas oficinas, microempresas ou para o trabalho totalmente desprotegido. Entram nesta categoria formas de trabalho que indicam um processo intenso de precarização, como as cooperativas de trabalho, as empreiteiras de mão de obra, agências de trabalho temporário, locadoras de mão de obra e as variadas formas de prestação de serviço, dissimuladas sob o nome de trabalho autônomo, que é também um assalariamento disfarçado (ARAÚJO; LOMBARDI, 2013, p. 458).

As TIC’s não podem ser esquecidas na nossa análise, pois temos que levar em consideração que elas não se colocam como empresas que ofertam postos formais de trabalho mas sim, ressaltando que são: “1) são empresas de tecnologias digitais; 2) fazem a intermediação de atividades nas quais trabalhadores/as oferecem serviços de forma autônoma; 3) convertem a força de trabalho em

⁷² A expressão é de autoria de Evilásio da Silva Salvador, em *Desmonte do financiamento da seguridade social em contexto de ajuste fiscal* (2017, p. 428). Em síntese, refere-se ao orçamento público como instrumento de natureza política, sendo resultado da luta de classes e orientado pela correlação de forças sociais.

clientes; 4) eliminam a subordinação, alegando liberdade para trabalhar quando, onde e como quisessem” (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020, p. 32).

Apesar do discurso neoliberal ortodoxo exalar aos quatro cantos do mundo e de forma idílica, que nessa modalidade o proletário tem mais liberdade, a coisa não funciona bem assim. Ao aceitar os termos de uso dos aplicativos que oferecem essa modalidade de “não trabalho”, o proletário se submete a uma maior e nunca antes vista na história da sociedade capitalista, a regulação do seu trabalho, tendo em vista que ele tem metas a cumprir ou será desligado do app. A introdução da tecnologia não trouxe a tão sonhada liberdade para os trabalhadores fazerem a sua própria jornada de trabalho ou serem seus próprios chefes, ao contrário:

O controle e a subordinação são ainda mais exacerbados pela transferência dos riscos a/os assalariados/as, que inclui a assunção de custos, como a aquisição de carros, celulares, computadores, bem como a sua manutenção. As empresas conseguem, então, transformar instrumentos de trabalho em capital constante, sem nenhum risco e sem necessidade de terem sua propriedade formal (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020, p. 34-35).

Os autores ainda complementam:

Ademais, o controle do capital se reforça e se reproduz com a ideia de que os/as trabalhadores/ as estão se autogerindo. Mas, contrariamente, as plataformas digitais controlam todo o processo, determinam os formatos exatos dos contratos de trabalho, pagam, mobilizam, ameaçam e dispensam. Os/as trabalhadores/as são induzidos a adotar estes comportamentos e estas atitudes, não lhes cabendo outra alternativa, se querem permanecer exercendo o seu labor. O fato de serem submetidos a estas condições, então, não significa que a iniciativa, o controle e a autonomia das atividades estejam em suas mãos (idem, 2020, p. 38).

Outro fator que comprova que a enrascada que o capitalismo contemporâneo está nos colocando parece não ter fim, é o fato de que, com essas novas tecnologias, em tese, poderia existir uma maior fiscalização das condições de trabalho bem como desenvolver formas de assegurar direitos para essa classe. No entanto, o que acontece é inverso disso, ou seja, alega-se que é muito difícil

criar normativas legais que deem subsídio para a melhora das condições de realização da atividade laborativa.

Forma-se, então, uma situação aparentemente contraditória: poucas vezes o trabalho foi tão estritamente controlado (agora pela via informacional-digital), enquanto o discurso apologético não para de propagandar as benesses do trabalho autônomo, livre, do empreendedorismo etc. (ANTUNES; FILGUEIRAS, 2020, p.35).

Esse tipo de atividade laborativa disfarçada de não trabalho tem se tornado a cada dia que passa mais comum. Ou seja, o capitalismo contemporâneo encontrou no uberismo uma saída para a necessidade de sempre acumular mais. Nesse sentido, a classe trabalhadora passa a ter baixíssimos ganhos, nenhuma estabilidade, além de ter as suas condições de existência precarizadas.

Urge destacar, que no período de elaboração desse referido texto, a passagem pela pandemia COVID-19 (SARS-Cov-2), que de forma brutal e impiedosa escancarou a face mais perversa dessas novas formas de exploração do capitalismo, materializadas na sua conseqüente plataformização do trabalho. A respeito desse “capitalismo virótico” (ANTUNES, 2020, p. 21), observa-se o achatamento da renda e as longas jornadas do motofretistas neste modelo de economia digital (entregadores da *Uber Eats*, 99, Ifood, Rappi etc), como prova a seguinte estatística:

O tempo de trabalho dos entregadores continuou elevado durante a pandemia da COVID-19. A indicação de 56,7% trabalhar mais de nove horas diárias, combinado ao fato de 78,1% desempenhar atividades de entrega em seis dias ou mais por semana, aponta para uma elevada carga horária. Os longos tempos de trabalho, entretanto, tiveram repercussão inversa na remuneração, indicada pela redução de trabalhadores nas faixas remuneratórias mais altas (ABÍLIO *et al.*, 2020, p. 15).

A classe proletária submetida a essas condições de labor em plena pandemia global, enfrenta agora o risco iminente de morte diante da ameaça invisível aos nossos olhos que apareceu, a situação piora ainda mais, em razão do

descaso das ditas *startups* a essas novas imposições da realidade social; a tendência é uma intensificação na luta de classes com a reinvenção das formas de enfrentamento pelos movimentos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No tangente a esse novo quadro, há de se convir que, essa forma de exploração do trabalho digital espreada a nível mundial, ainda está se consubstanciando e ganhando características específicas de acordo com cada região do globo terrestre. Entretanto, nem tudo é trágico.

Apesar do cenário não parecer nada fácil para a classe trabalhadora perante as novas imposições do capital financeiro-especulativo-informacional contemporâneo, a classe que vive dessas novas formas de trabalho, ou de “não trabalho”, para usar a narrativa ideológica capitalista, de certa maneira, tem conseguido se organizar, e se fazer ser notada. Fato comprobatório do supradito foi o novo movimento grevista *#BrequeApps* dos trabalhadores plataformizados que prestam serviços a essas empresas, que por um dia resolveram parar as suas atividades, protestando dessa maneira contra toda a exploração, baixo assalariamento, condições de trabalho precárias etc.

Se levarmos em consideração que todo o cenário mundial tem influenciado diretamente no desmonte da organização sindical da classe que vive do trabalho, bem como de uma luta por pauta unívoca, o *#BrequeApps* sinaliza que a classe trabalhadora também é capaz de se reorganizar social e politicamente frente às imposições do capital. Perante isso, parece ainda haver saída para um novo cenário, para uma nova sociabilidade livre dessas formas de exploração, para tanto, a classe trabalhadora precisa mais do que nunca entender a necessidade da frase “*trabalhadores do mundo, uni-vos*”.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek *et al.* Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a Covid-19. **Revista Jurídica Trabalho e Desenvolvimento Humano**, Campinas, edição especial –dossiê covid-19, p. 1-21, 2020.

ALVES, Ana Elizabeth Santos; ALMEIDA, José Rubens Mascarenhas de. Trabalho informal em tempos “globalizacionistas”. **Revista HISTEDBR On-Line**, Campinas, v. 9, n. 33, p. 238-250, 2009.

ALVES, Giovani. **Trabalho e Mundialização do Capital: a nova degradação do trabalho na era da globalização**. 2. ed. Londrina: Práxis, 1999.

ANTUNES, Ricardo; FILGUEIRAS, Vitor. Plataformas digitais, Uberização do trabalho e regulação no Capitalismo contemporâneo. **Revista Contracampo**, Niterói, v. 39, n. 1, p. 27-43, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado** [recurso eletrônico]. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do início do século XXI. **Cadernos de pesquisa**, v. 43, n. 149, p. 452-477, 2013.

BERING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. 9.ed. São Paulo: Cortez, 2011. v.2.

BOSCHETTI, Ivanete. **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

BOYER, Robert. **La théorie de la régulation**. Paris: La Découverte, 2004.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIEESE). **Boletim de conjuntura número 23: brasil em crise. qual será o futuro?** São Paulo: DIEESE, jul/ago 2020.

EDITOR, Rea. Resenhas & livros ALVES, Giovanni. Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. In: **Revista Espaço Acadêmico**, Maringá, v. 11, n. 121, p. 196-197, 2011.

FERREIRA, Cândido Guerra *et al.* O "fordismo", sua crise e algumas considerações sobre o caso brasileiro. **Nova economia**, v. 7, n. 2, p. 165-201, 1997.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. 17. ed. São Paulo: Loyola, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua):** Trimestre Móvel ABR. - JUN. 2020. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Acesso em: 13 set. 2020.

LIMA, Ana Carolina Bottega de; STERNICK, Ivan Prates. Teoria da Regulação e Crise do Fordismo. **Revista Multiface Online**, Belo Horizonte, v. 5, n. 2, p. 7-21, 2017.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

NETTO, José Paulo. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, Vitória, v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012

NETTO, José Paulo. Cinco notas sobre a questão social. **Temporalis**, Brasília, n. 3, p. 41-49, jan./jul. 2001.

TRANSNACIONALISMO, AGRONEGÓCIO E AGRICULTURA 4.0: NOVA ACUMULAÇÃO SOB NOVO MODO DE PRODUÇÃO E SEUS IMPACTOS NO MUNDO DO TRABALHO

Fabiana Scoleso⁷³

INTRODUÇÃO

No período em que se revela o maior grau de letalidade do capitalismo, a hegemonia do capital financeiro continua fazendo fortuna. Dentre as 10 pessoas mais ricas do mundo estão: Jeff Bezos, Bill Gates, Warren Buffett, acionistas de empresas como a Amazon, Microsoft, Berkshire Hathaway e Oracle; todos ligados à tecnologia e ao importante jogo financista da Bolsa de Valores Nasdaq. Não há dúvidas de que durante o período no qual a pandemia da COVID-19 assombrou (e continua assombrando) as vidas de trabalhadoras e trabalhadores de todo o mundo de modo *strictu sensu*, esses grandes e poderosos empresários tiveram seus lucros ainda mais potencializados. Todos os governos do mundo, com raras exceções, são dependentes desses fluxos de capital, seja de origem nacional ou internacional, e a sua linha de convergência tem sido o transnacionalismo – fio condutor e subordinador das relações econômicas e dos princípios de integração da economia global.

O ideário neoliberal da década de 1970 foi paulatinamente consolidando uma nova rede de relações políticas e econômicas com a adição de novos organismos internacionais e instituições supranacionais. Isto é, o referido ideário

⁷³ Pós doutora em Sociologia do Trabalho pelo IFCH-UNICAMP, professora adjunta do curso de Relações Internacionais da UFT e coordenadora do Observa-TO fscoleso@uft.edu.br

*Este capítulo está relacionado com uma série de estudos realizados durante processo de qualificação de pós-doutorado no IFCH-UNICAMP na área de Sociologia do Trabalho no período de 2020/2021.

produziu extensões lógicas da dinâmica de acumulação do capital que impulsionou o comércio exterior por meio de um novo metabolismo de produção, circulação e acumulação. Além dos novos princípios dessa relação, também foi necessário projetar toda uma nova ideologia das liberdades econômicas acentuando a noção de que o socialismo era um entrave ao desenvolvimento assim como o sindicalismo, um inimigo das corporações, como expresso por Friedrich Hayek Hayek (2010) em *O caminho da servidão*.

As atualizações das questões descritas acima e seus impactos podem ser observados na forma potencializada da pandemia que deixou evidente a destruição do sistema universal de saúde pública em todo o mundo. O pesadelo norte-americano no princípio da pandemia foi de descobrir que não havia possibilidade real de se fazer testes rápidos e que o sistema público era incapaz de atender a demanda, especialmente dos mais vulneráveis. Já morreram mais norte-americanos vítimas do novo Corona vírus do que na Segunda Guerra Mundial que durou 4 anos. No Brasil, a grotesca figura à frente da presidência da república nega, desde o primeiro dia, a existência da pandemia e os efeitos nocivos do coronavírus. Além disso, ele continua tratando a vida das brasileiras e brasileiros com descaso à medida em que o Ministério da Saúde não tem uma política central efetiva de combate à pandemia e não dialoga de maneira integrada e coesa com estados e municípios.

Os veículos de imprensa constituíram uma força-tarefa para manter atualizados os números da pandemia, já que o governo federal interveio diversas vezes na tentativa de modificar metodologias para contabilizar em menor quantidade o número exponencialmente crescente de infectados e mortos. Subestimar a ciência também têm sido elemento recorrente nos pronunciamentos do presidente da República. Portanto, a subnotificação, o negacionismo e a irracionalidade que estiveram presentes no Brasil ao longo dos 21 anos em que esteve sob uma ferrenha ditadura voltaram a nos assombrar.

O negacionismo e o anticientificismo como projeto político cumpriram seu papel diante da pressão feitas pelos grupos econômicos que queriam suas atividades produtivas ativas apesar do grande problema de saúde coletiva e pública que estávamos (e ainda estamos) passando.

Atividades laborais estratégicas, fundamentalmente de áreas correlatas ao agronegócio, foram consideradas essenciais para que sua cadeia produtiva não fosse paralisada (MUNIZ, 2020). O decreto de número 10.282 publicado no dia 20 de março de 2020 regulamentou a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020 redefinindo a atuação dos serviços públicos e das atividades essenciais (BRASIL, 2020a). Esse rol de atividades foi ainda ampliando pelo decreto 10.329 de 28 de abril de 2020 (BRASIL, 2020b) e pela portaria 116 do dia 26/03/2020 em que Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) fez indicativos sobre os serviços, atividades e produtos do setor de alimentos e bebidas à condição de atividade essencial e para o funcionamento pleno das suas cadeias produtivas.

Por outro lado, uma massa de trabalhadores desenvolveu suas atividades laborativas por meio de novas modalidades de trabalho – especialmente o setor de serviços e os terceirizados – e não foram alvo da preocupação do governo federal quanto aos riscos aos quais estariam expostos, como é o caso da atividade de entrega/delivery e que tem crescido exponencialmente.

Ao observar essa classe de trabalhadoras e trabalhadores que não pôde renunciar a suas atividades laborais ao longo da pandemia, é possível perceber a dimensão da omissão, do abandono, o vilipêndio das relações de trabalhos vividas por esses grupos. O trabalho terceirizado tem se amplificado nos últimos 25 anos no Brasil e foi sobre essa modalidade que os maiores impactos aconteceram, como destaca de forma contextual Graça Druck (2020, p. 1).

Nos últimos 25 anos, as pesquisas sobre terceirização no Brasil e em outras regiões do mundo, atestam que os trabalhadores terceirizados são muito mais precários que os demais. É notória a desigualdade em todos os indicadores: os terceirizados recebem menos, trabalham mais, tem menos direitos e benefícios, são mais instáveis, se acidentam e morrem mais e estão crescendo mais do que os demais trabalhadores. E, para completar esse quadro, decorrente desse grau de precariedade, tem maiores dificuldades de organização sindical. A precarização social do trabalho é um processo mais geral que passou a ser central na dinâmica do capitalismo flexível. Eu a compreendo como um processo econômico, social e político que se tornou hegemônico e central na atual dinâmica do novo padrão de desenvolvimento capitalista – a acumulação flexível –, no contexto de mundialização do capital e das políticas de cunho neoliberal. Trata-se de uma estratégia patronal, em geral apoiada pelo Estado e seus governos, que tem sido implementada em todo o mundo, cujos resultados se diferenciam por conta da história passada de cada país, refletindo os níveis de democracia e de conquistas dos trabalhadores, mas que, na história presente, se impõe como regra e como estratégia de dominação, assumindo um caráter cada vez mais internacionalizado⁷⁴.

Nesse quadro, o mundo do trabalho, as formas como o capitalismo molda o desenvolvimento tecnológico, as novas modalidades de trabalho desprovidas de direitos e a forma como o estado tem conduzido a Reforma Trabalhista são elementos essenciais para a manutenção da dinâmica de produção e acumulação engendradas no Brasil, considerando as particularidades nacionais. Esses elementos compõe a integração subordinada do Brasil à nova configuração do poder global marcado por um capitalismo cada vez mais destrutivo e predatório.

Este capítulo procura oferecer linhas de debate acerca do tripé teórico *transnacionalismo, agronegócio e agricultura 4.0* como forma de compreender o atual modelo produtivo do agronegócio e a inserção da Agricultura 4.0 na lógica da organização capitalista de produção como elemento “modernizador” e “inovador”, caracterizado como Reestruturação Produtiva Permanente (RPP) e

⁷⁴ Ainda de acordo com a autora, entre os que permaneceram trabalhando em atividades consideradas essenciais na pandemia, uma grande parte é de terceirizados (DRUCK, 2020). Entrevista disponível em: <https://www.dntemdebate.com.br/entre-os-que-permaneceram-trabalhando-em-atividades-consideradas-essenciais-na-pandemia-uma-grande-parte-e-de-terceirizados-entrevista-com-graca-druck/>.

presente em vários elos da cadeia de valor do agro. Seus impactos no mundo do trabalho revelam uma trípole destrutiva e perigosa: *Natureza* (a absorção de elementos vitais pelo capital), *Território* (a expropriação de terras, novas expulsões, deslocamentos), e *Trabalho* (divisão territorial do trabalho, trabalho altamente técnico e ampliação do trabalho informal). Essa trípole se apresenta na incansável busca de novos espaços geográficos que permitam a expansão da fronteira agrícola, na progressiva mudança das paisagens e nas relações espaciais enquanto dinâmica de acumulação do capital.

2.1 Transnacionalismo, agronegócio e agricultura 4.0: os elos da reprodução ampliada do capital na questão agrária

A crise instalada no mundo pré-pandemia estava diretamente relacionada com a crise de sobreacumulação. Nos últimos anos, ela foi responsável por desencadear uma nova e violenta expansão capitalista em busca de oportunidades e territórios para decantar seus excedentes de capital e evitar sua paralisia, demonstrando sua incontrolabilidade de natureza ontológica. Vários países da América Latina estão inseridos nessa nova dinâmica das políticas de mundialização capitalista que, em seu conjunto, representam, nos últimos anos, em especial na virada conservadora do continente, o adensamento das práticas e variantes neoliberais de integração subordinada a uma nova geração de elites transnacionais.

Essas mesmas elites foram responsáveis por revitalizar a hegemonia neoliberal e ela própria é a fração hegemônica do capital em escala global que atua decisivamente na ampliação dos programas de privatizações – em especial na América Latina –, liberalizações, desregulamentações e consequente austeridade que agravaram a pobreza, a miséria, produziram renovadas formas de expulsão, insegurança econômica, alimentar, deslocamentos e exclusões de toda ordem.

O mundo do trabalho foi corroído e devastado em seus direitos, alavancando altos índices de desemprego, subemprego, desigualdades. A classe trabalhadora, desprovida de proteção social, transita, nesse cenário, entre a formalidade e a informalidade que produz o surgimento de um exército de prestadores de serviço. Essa é a expressão da nova fase do processo de subsunção, degradação e precarização; embora permeada de uma ideologia empreendedorista e meritocrática que tem servido para mascarar sua verdadeira face.

Como necessidade igualmente inevitável sob o sistema do capital, não basta que se imponha a divisão social hierárquica do trabalho, como relacionamento determinado de poder, sobre os aspectos funcionais/técnicos do processo de trabalho. É também forçoso que ela seja representada como justificativa ideológica absolutamente inquestionável e pilar de reforço da ordem estabelecida. Para esta finalidade, as duas categorias claramente diferentes da ‘divisão do trabalho’ devem ser fundidas, de modo que possam caracterizar a condição, historicamente contingente e imposta pela força, de hierarquia e subordinação como inalterável ditame da ‘própria natureza’, pelo qual a desigualdade estruturalmente reforçada seja conciliada com a mitologia de ‘igualdade e liberdade’ – ‘livre opção econômica’ e ‘livre escolha política’ segundo a terminologia de *The Economist* – e ainda santificada como nada menos que ditame da própria Razão (MÉSZÁROS, 2002, p. 99, grifos do autor).

A crise estrutural do capital não constituiu na América Latina uma nova classe trabalhadora, embora esta esteja inserida nesse contexto da economia global. A reestruturação do Estado, da economia e da produção, integrada subordinadamente ao sistema de produção global amplificou a superexploração de sua força. Aumentou ainda o desemprego, a informalidade, a terceirização e a flexibilização, redesenhando e recolocando trabalhadoras e trabalhadores sob distintas configurações. Esse processo é denominado pelo sociólogo Ricardo Antunes (1999) como uma nova morfologia da *classe-que-vive-do-trabalho*.

A classe trabalhadora, em sua nova morfologia, participa cada vez mais do processo de valorização do capital e da geração de mais-valor nas

cadeias produtivas globais. As formas de intensificação do trabalho, a burla dos direitos e a superexploração, a vivência entre a formalidade e a informalidade, as exigências de metas, a rotinização do trabalho, o despotismo dos chefes, coordenadores e supervisores, os salários degradantes, os trabalhos intermitentes, os assédios, os adoecimentos, padecimentos e mortes decorrentes das condições de trabalho indicam claro processo de proletarização dos assalariados de serviços que se encontram em expansão pelo Brasil e em várias partes do mundo, dada a importância das informações no capitalismo financeiro global. Constitui, portanto, numa nova parcela que amplia e diversifica a classe trabalhadora (ANTUNES, 2020b, p. 66).

O mundo do trabalho passou a ter um léxico bastante amplo que multiplica sua aparência embora, na essência, estejam sempre presentes a lógica destrutiva do capital e seu vigoroso processo de precarização estrutural do trabalho. A precarização faz parte da gênese do capitalismo. Combatê-la está diretamente relacionado com a capacidade de organização e resistência da classe trabalhadora que precisa compreender que novas formas de poder demandam novas formas de resistência.

O processo de precarização do trabalho, sua morfologia, as distintas formas de assalariamento e seus mecanismos sofisticados de regulação político-jurídico-econômico correspondem a uma forma ampliada de acumulação de capital que resulta, para as trabalhadoras e trabalhadores, na sua precarização, miséria e desumanização. Esse processo compõe ainda o universo das formas de integração do capitalismo global que delineiam a relação capital/trabalho subordinando o trabalho local, a extração de riquezas atuando, inclusive, como instituições de estado transnacional para facilitar a exploração do trabalho local pelo capital global. A assimilação de programas de ajustes estruturais por parte do Estado abre caminhos para a penetração de capitais transnacionais e suas formas de operação e controle.

O poder estrutural do capital, caracterizado atualmente pela classe capitalista transnacional (SKLAIR, 2001) e seus mercados financeiros globais, está intrinsecamente ligado, e exerce forte influência, aos fatores de produção que

correspondem a sua nova lógica de acumulação e divisão internacional do trabalho. É sobre a governança e seus arranjos institucionais mediados pelo Estado, sobre as tecnologias, sobre os territórios e suas questões ambientais, sobre o grau de produtividade do trabalho social no sistema de metabolismo do capital, que se assentam os princípios que tornam realizáveis sua cadeia global e de seus diversos elos na extração de valor que se sustenta a acumulação e a reprodução ampliada (MARX, 2017b)⁷⁵.

A expansão dos megaprojetos de mineração sobre as áreas da Amazônia Legal e a expansão da fronteira agrícola do agronegócio sobre os biomas do cerrado e do pantanal são provas do poder estrutural dos mercados globais na lógica da organização capitalista da produção e reorganização da divisão técnica do trabalho. Esse processo ainda traz o gravame da estratificação e intersecções interna: raça, classe, gênero, etnia, migrações, entre outros.

A expansão da acumulação neoextrativista diz respeito também a reestruturação produtiva como processo permanente e fruto de um capitalismo multiforme que cria mecanismos para a preservação e ampliação de valor através do capital monetário e das novas condições de expansão do capital constante. Esse mesmo capitalismo multiforme produz a expropriação violenta e intermitente da terra ajustando a força de trabalho e os territórios à disciplina do agronegócio e arrancando os povos das florestas, dos rios, dos campos os seus modos de vida, servilizando e marginalizando suas populações.

As relações de trabalho e de produção de valor no agronegócio têm sido potencializadas pela chamada Agricultura 4.0, também conhecida como Agricultura de Precisão. Um universo digital com poderosos sistemas e plataformas que atuam diretamente na organização do trabalho e em toda a cadeia de produção de valor do agro. O capitalismo de plataforma vislumbrado na

⁷⁵ Sobre este processo, ver especialmente o capítulo 21 da obra supracitada que trata da acumulação e reprodução ampliada.

maquinaria⁷⁶ em sua forma mais avançada constitui condições distintas de ampliar as formas geradoras de valor intensificando mecanismos de extração de trabalho e, conseqüentemente, de subordinação e exclusão da *classe-que-vive-do-trabalho*⁷⁷.

Na Agricultura 4.0, assim como na Indústria 4.0, há uma nova engenharia de produção que não se limita ao território ou ao espaço fabril. Ela é composta de uma série de elos, conexões e componentes político-econômico-jurídicos; muito embora sua base esteja consolidada na intensificação dos processos produtivos automatizados/tecnologizados e nas mudanças contínuas na cadeia geradora de valor e logística. É na política, nas reformas e na flexibilização das leis que estão dadas a capacidade de ampliação extra de acumulação pelo caráter avalista do estado neoliberal na mediação das regras do jogo econômico e financeiro.

A ciberagricultura do século XXI (ou *e-agriculture*) está submetida à mesma lógica que ampliou o uso do trabalho morto por meio do maquinário digital ao substituir as atividades de análise de solo, plantio e colheita por ferramentas automatizadas, robotizadas, supervisionadas e controladas remotamente com uso de drones e *smart rovers*⁷⁸. Modo de produção que estão cada vez mais indubitável ao observarmos o crescimento do uso das plataformas de serviços, da small data e da big data, dos instrumentos tecnológicos e remotos de análise de solo, dentre outros, que tem contribuído com significativa alteração das atividades laborais na agroindústria.

O Brasil figura como campeão da informalidade: 77% dos trabalhadores eram informais, segundo dados de 2018 do IBGE compilados pela McKinsey. Na construção civil e no comércio, os índices são respectivamente 57% e 35%

⁷⁶ Sobre a Maquinaria, os efeitos da produção mecanizada sobre o trabalhador e a intensificação do trabalho ver Karl Marx (2017), especialmente o capítulo 13.

⁷⁷ Expressão adotada pelo sociólogo do trabalho Ricardo Antunes (1999).

⁷⁸ *Smart rovers* são veículos não tripulados que coletam imagens das lavouras, analisam e fazem a predição das ações que o agricultor deve tomar em sua cultura.

(RIVEIRA, 2019). Em texto recente publicado para discussão pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), os pesquisadores destacaram o seguinte ponto:

É importante observar, contudo, que com o processo de modernização agrícola existe a preocupação decorrente da realocação da mão de obra existente e das desigualdades salariais no campo. Por isso, é importante fornecer meios para que as comunidades rurais tenham acesso a um maior nível de escolaridade, pontos de assistência técnica e extensão rural, bem como de escolas técnicas agrícolas, a fim de contribuir para o combate da informalidade e da desigualdade salarial, uma vez que trabalhadores rurais com maior escolaridade tendem a receber maiores salários. Essa constatação fica evidente ao se perceber uma associação positiva entre nível de escolaridade e trabalho formal, e negativa entre nível de escolaridade e número de ocupações totais (BERNARDELLI et al, 2020, p. 2).

A informalidade é um mecanismo de ampliação da lei do valor e é expressão da nova regulamentação do trabalho e, conseqüentemente, da regulação social, que submete trabalhadores, formais ou informais, a trabalharem para o capital (MARX, 2017a). maioria das vezes as camponesas e camponeses não possuem a educação básica, o que não corresponde ao nível de qualificação exigida pela agricultura de precisão. A maior parte das vagas em atividades desse tipo requerem maior nível de qualificação e são ocupadas por pessoas oriundas de outros estados ou são substituídas por tecnologias digitais, aplicativos de gerenciamento, que cumprem a função de um técnico agrônomo, por exemplo. A tecnologia ou o nível de escolaridade podem criar atividades profissionais e consolidar a permanência de um sujeito com boa qualificação; entretanto, está muito longe de alterar a informalidade, a precarização e os níveis de materialidade e imaterialidade do trabalho responsáveis por ampliar a lei do valor.

A intensificação dos mecanismos de extração de trabalho criadas e controladas por grandes corporações globais tem contribuído sensivelmente para flexibilização do trabalho. A Agricultura 4.0, além do domínio e controle de toda

a cadeia de produção de valor, tem também a sua trípode destrutiva: natureza, território e trabalho. Ela determina, portanto, as questões ambientais, a sociabilidade (ou a insociabilidade do capital) e a atividade vital de mulheres e homens. E, além disso, exerce a reprodução ampliada do capital em sua unidade dialética entre trabalho formal e informal, tecnologia, expansão territorial nas suas formas de produção e em seus elos.

A expropriação camponesa no bioma cerrado está relacionada com as terras convertidas para a monocultura da soja e do milho, na estrangeirização, com a regulação fundiária controlada pelo Estado (SCOLESO, 2020b), e com as formas de integração, muitas vezes forçada, da agricultura familiar ao sistema de cooperativas e à agricultura digital (SCOLESO, 2020a). Ambas são submetidas a sistemas de plataformas controladas pelo grande capital e pelas grandes corporações.

Esse é, portanto, um modelo que atende aos interesses da classe capitalista transnacional; consolida Zonas Específicas de Intensa Acumulação (ZEIA's) – como tem sido a Amazônia legal para o Agronegócio e para os megaprojetos de mineração, garantindo níveis excepcionais de exportação –; e, ao mesmo tempo, comprometem e ameaçam a segurança alimentar, os povos que vivem das águas, florestas e campos e mesmo daquelas e daqueles que vivem nas cidades com a intermitente degradação ambiental, com a elevação dos preços dos alimentos no mercado interno, desemprego, entre tantos outros componentes do caráter antissocial do capital.

De acordo com o Instituto de Proteção Ambiental o cerrado perdeu quase 30 milhões de hectares de vegetação nativa em 34 anos (IPAM, 2020). Isso corresponde ao período da “transição democrática” (1985), da nova Constituição Cidadã (1988), da criação do Estado do Tocantins (1988) e a efetivação da integração Brasileira à era neoliberal. Passados mais de 30 anos, a destruição ambiental e o mundo do trabalho em toda sua transversalidade sofreram com

reformas e flexibilizações de toda ordem mostrando que, de fato, a Carta Magna é uma legislação do capital para o capital, expressão da burguesia e de uma democracia restrita (TÓTORA, 1990), a única possível na sua lógica dominadora, expansionista e destruidora.

Os dados são da Coleção 5 do MapBiomas (mapbiomas.org), iniciativa multi-institucional que envolve universidades, ONGs e empresas de tecnologia, focada em monitorar as transformações na cobertura e no uso da terra no Brasil, e foram recém-divulgados em um evento para pesquisadores e público em geral no Dia do Cerrado (11 de setembro). O MapBiomas também mostra que atualmente 44% da área do Cerrado é ocupada por atividades agropecuárias, com um incremento de 25 milhões de hectares em 35 anos: 72% desse aumento foi para a agricultura, especialmente de grãos (IPAM, 2020, p. 1).

A globalização, a mundialização do capital, a exploração, acumulação por despossessão e o conseqüente empobrecimento das massas populares, são parte integrante do processo no qual o Estado cumpre papel ativo na regulação fundiária e *estrangeirização* da terra para o manejo do *Agro* arquitetada de toda destruição dos direitos sociais que colocam, mais uma vez, mulheres e homens em posição servil diante do sistema. De acordo com a socióloga Saskia Sassen

A aquisição de terras de um país por governos e empresas estrangeiros é processo que ocorre há vários séculos em boa parte do mundo. Porém, podemos detectar fases específicas nas diferentes histórias e geografias dessas aquisições. Uma mudança importante teve início em 2006 e foi marcada por um rápido aumento no volume e na expansão geográfica das aquisições estrangeiras. Estima-se que mais de 200 milhões de hectares de terras tenham sido adquiridos entre 2006 e 2011 (SASSEN, 2016, p. 99).

Recentemente, o senado aprovou um projeto de lei que pretende facilitar a aquisição de terras agricultáveis para investidores estrangeiros. Apresentado por Irajá Abreu (PSD) (ISTOÉ, 2020), senador da República pelo Estado do Tocantins, o projeto torna a venda ou o arrendamento de propriedades rurais a empresas do exterior mais flexível dispensando autorização ou licença para

aquisição ou qualquer modalidade de posse por estrangeiros quando se tratar de imóveis com áreas de até 15 módulos fiscais⁷⁹. A soma pode representar a venda de cerca de 25% do território de um município, impactando severamente as formas de existências das populações constituídas, alterando dinâmicas e subordinando seu conjunto.

De acordo com dados da organização Grain⁸⁰, referentes ao ano de 2016, mais de 30 milhões de hectares pelo mundo foram adquiridos por apenas 490 proprietários. O Brasil é um dos principais protagonistas: o total de terras controladas direta e indiretamente no território brasileiro pelos 20 grupos estrangeiros chega a cerca de 2,74 milhões de hectares. Isso é o equivalente ao tamanho do Haiti ou a metade da Croácia. São os 20 grupos:

1) A BrasilAgro, com capital da argentina *Cresud* – que já foi um investimento de George Soros e tem aporte chinês – possui 166 mil hectares para cana, grãos e pecuária.

2) O fundo canadense *Brookfield Asset Management* possui 97.127 hectares para produção de soja e cana de açúcar em terras brasileiras. E está interessado na aquisição de mais usinas.

3) A empresa Universo Verde Agronegócios, que também atende pelo nome de *Chongqing Grain Group*, é a maior empresa estatal chinesa do setor de grãos. No Brasil, segundo o relatório da Grain (a ONG, não a empresa), o grupo possui 100 mil hectares, mais da metade deles “como se fossem de brasileiros”. O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) ocupou em 2015 uma área de 750 hectares em Porto Alegre, definindo-a como improdutiva.

⁷⁹ Não é possível precisar o tamanho de um nódulo fiscal porque eles variam de acordo com os estados brasileiros. Em média, um nódulo tem aproximadamente 300 hectares

⁸⁰ Para dados mais completos ver <https://grain.org/es/article/entries/5607-el-acaparamiento-global-de-tierras-en-el-2016-sigue-creciendo-y-sigue-siendo-malo>.

4) Outra empresa estatal chinesa, a *Cofco*, aparece com 145 mil hectares de cana no relatório. A estatal conta com capital de Singapura, do fundo de *private equity Hopu Investment Management* e do Banco Mundial.

5) A empresa francesa *Louis Dreyfus Commodities* aparece no relatório sobre *land grabbing* com posse de 430 mil hectares no Brasil com as culturas de cana, arroz, laranjas e laticínios. Ela opera ainda mais 500 mil hectares, sem direito de propriedade. O grupo controla 10% do mercado mundial de matérias primas agrícolas, informa a Grain, e está em 12 estados brasileiros.

6) A Índia também já se faz presente no Brasil. A *Shree Renuka Sugars* – aqui, Renuka do Brasil – possui 139 mil hectares de cana de açúcar, a partir da compra, nos últimos anos, de usinas brasileiras. O grupo Equipav possui 49,7% das ações.

7) A japonesa *Mitsubishi* atua em terras brasileiras pela Agrex do Brasil. São 70 mil hectares de soja nos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Goiás. O brasileiro Paulo Fachin tem 20% de participação no grupo.

8) Outras duas empresas japonesas estão no relatório da Grain. A *Sojitz Corporation* – chamada de Contagalo no Brasil – produz 150 mil hectares de soja, milho e trigo. Os planos são de triplicar a produção e adquirir mais 200 mil hectares.

9) A *Mitsui & Co*, mais uma empresa japonesa, possui 87 mil hectares de grãos na Bahia, no Maranhão e em Minas Gerais. A face brasileira do grupo é a SLC-MIT Empreendimentos Agrícolas.

10) A Holanda entra na lista com o Grupo Iowa, na matriz BXR Group. São 12 mil hectares de grãos na Bahia. O BXR pertence ao tcheco Zdenek Bakala, em parceria com o Credit Suisse, o que sinaliza fortemente para o processo de globalização.

11) A Nova Zelândia aparece com 850 hectares de terra em Goiás e figura como a maior exportadora do mundo de produtos lácteos. A empresa abastece com essa atividade a *Dairy Partners America*, parceira da suíça Nestlé.

12) A antiga metrópole também faz parte dessa nova colonização: Portugal está na lista brasileira de *land grabbing* com a Nutre, ou Prio Foods no Brasil, com 29.528 hectares. Um terço dessa área fica no Maranhão, onde a empresa pretende adquirir mais 14 mil hectares.

13) Outro país marcado pelo histórico de metrópole, o Reino Unido, compõe esse cenário com o fundo de investimentos *Altima Partners* ou, regionalmente, *El Tejar*, com 130 mil hectares para pecuária e grãos, principalmente no Mato Grosso.

14) Novamente na lista, aparece o investidor estadunidense, George Soros quem controla 127 mil hectares no Brasil, segundo a Grain, por meio da Adecoagro, em parceria com um fundo de pensão holandês. O leque de culturas é variado: café, cana, grãos; e ainda desenvolve atividades da pecuária.

15) Os seis últimos investidores da lista são estadunidenses. Archer Daniels Midland possui 12 mil hectares no Pará para produção de óleo de palma.

16) A multinacional Bunge administra 230 mil hectares de cana de açúcar no Brasil por meio de parcerias, e ainda tem 10 mil hectares da usina Guarani (nome que não deixa de conter uma ironia).

17) *Galtère*, um fundo de investimentos criado por ex-vendedor da Cargill, possui 25 mil hectares que produzem arroz e soja. O grupo pretende adquirir mais 22 mil hectares.

18) A cana de açúcar volta a aparecer no relatório com 35 mil hectares da Cargill. A *Proterra Investment Partners* investiu, em 2015, US\$ 175 milhões em usinas no Brasil.

19) O *Teachers Insurance and Annuity Association* (TIAA), fundo de pensão de professores estadunidenses, administra, em parceria com a brasileira

Cosan, uma das fatias mais representativas entre os investidores estrangeiros: 424 mil hectares⁸¹.

20) Finalmente, e reiterando que esta lista trata apenas dos investimentos mencionados pela Grain no relatório de 2016, a YBY Agro controla 320 mil hectares de terras no Brasil. A empresa foi criada por dois ex-executivos brasileiros do *Bank of America*. 45% da companhia pertence a fundos privados dos Estados Unidos e os outros 35% ficam com o grupo brasileiro *Francioni Brothers y Golin*. As terras ficam no cerrado⁸².

Até 2016, como aponta a Grain (2016), a instalação e o controle direto ou indireto da cadeia de produção do agronegócio já territorializava interesses no Pantanal e na Amazônia legal de maneira exponencial. Isso acontecia por meio de Investimentos Estrangeiros Diretos (IED) e pela criação de operações como: a abertura de filial estrangeira, aquisição de partes de empresas, fusões e aquisições, construção de novas instalações, além do papel ativo de comitês comerciais de negociação internacional e facilitação (COMEX e CONFAC).

A classe capitalista transnacional está muito bem explicitada nos exemplos mencionados acima. Um dos fatores que explicam essa expansão é a demanda internacional crescente por biocombustíveis e por alimentos. No que tange a propriedade da terra, essa tem papel chave na nova acumulação e se transformou em ativo financeiro desejado por essa classe. A escalada da aquisição ou arrendamento de terras por estrangeiros e a consequente implantação de um processo de produção provocam expulsões, expropriações, despossessões e submete parte da população aos seus sistemas. O controle e a forma de produção do espaço, seus ajustes sociotemporais – que estão integrados nas próprias contradições internas da acumulação capitalista –, são objetos de análise pontuados por David Harvey.

⁸¹ Mais informações, Cf. De olho nos ruralistas (2016).

⁸² Mais informações, Cf. Castilho (2017) e Grain (2016).

O argumento só faz sentido quando relacionados a uma tendência generalizada do capitalismo de produzir crises de sobreacumulação. Tais crises são registradas como situações marcadas pela presença de excedentes de capital e de mão-de-obra, lado a lado, sem que haja aparentemente qualquer meio de recombina-los de maneira rentável para realizar tarefas socialmente úteis. Para que disso não decorram desvalorizações sistêmicas (e até mesmo destruição) de capital e de trabalho, é preciso que se encontre formas de absorver esses excedentes. A expansão geográfica e a reorganização espacial fornecem uma alternativa, porém, isso tampouco pode ser dissociado de certos ajustes temporais, visto que a expansão geográfica com frequência implica em investimentos em infraestruturas físicas e sociais de longa duração (em redes de transportes e comunicações e em educação e pesquisa, por exemplo) que levam muitos anos para reverter seu valor à circulação por meio da atividade produtiva que sustentam (HARVEY, 2020, p. 281-282).

Esse é o caso de diversos município do cerrado tocantinense como, por exemplo, o município de Tocantinópolis, localizado ao norte do Tocantins na região conhecida como Bico do Papagaio. Lá, historicamente, as quebradeiras de coco babaçu, grupo extrativista que representa as comunidades tradicionais da região, enfrentam inúmeras tensões e conflitos principalmente no que diz respeito aos direitos territoriais de extração de recursos naturais.

A convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) integrada ao ordenamento jurídico brasileiro por meio do decreto nº 5051/2004, define como territórios tradicionais aqueles necessários para a reprodução cultural, social e econômica dos povos e comunidades tradicionais (BRASIL, 2004). Mesmo com a criação da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins⁸³, a Resex, por meio do decreto 535/1992, a área ficou por anos nas mãos de fazendeiros e sem receber regularização fundiária.

Nos últimos 20 anos, na região dos Babaçuais (Maranhão, Pará, Piauí e Tocantins), houve uma expansão das atividades das bioindústrias e siderúrgicas

⁸³ A Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins possui uma área que de 9.280 hectares, localizada na região do Bico do Papagaio do Estado do Tocantins - Brasil, compreendendo o território dos municípios de Carrasco Bonito (97% da área da Reserva), Buriti do Tocantins (2%) e Sampaio (1%). Para mais informações acessar, Cf. Sousa (2015).

e dos interesses econômicos em torno da região no sentido de contestar a extração do coco pelas quebradeiras. Essa contestação, foi/é elaborada no sentido da propriedade privada. A Lei do Babaçu Livre (SILVA NETO, 2012), forma legal de proteger a atividade tradicional de inúmeras mulheres quebradeiras de coco e não as transformar em criminosas, continua sendo contestada. A inexistência de um zoneamento ecológico-econômico e de fiscalização adequados continua gerando conflitos entre as diversas atividades que disputam aquele território, especialmente o neoextrativismo. Por analogia, podemos fazer referência às análises de Marx (2017c) a respeito da Lei referente ao furto da madeira:

Não podemos forçar alguém a acreditar que há crime onde não há crime, os senhores vão transformar o próprio crime em ato legal. Os senhores borraram os limites entre uma coisa e outra, mas estão enganados se acreditam que eles foram borrados somente no seu interesse. A população vê a pena, mas não vê o crime onde houver a pena. Ao aplicar a categoria de furto onde ela não pode ser aplicada, os senhores a abrandam onde ela tem de ser aplicada. E acaso esse ponto de vista brutal, que registra apenas uma determinação comum em atos diferentes e ignora a diferença, não revoga a si próprio? Se todo atentado contra a propriedade, se qualquer distinção, sem determinação mais precisa, for considerada furto, não seria furto também toda propriedade privada? Não estou, portanto, violando seu direito à propriedade? (MARX, 2017c, p. 82).

O direito sobre o uso da terra e a propriedade fundiária continuam como questões fundamentais no impulso da expansão capitalista da nossa época, especialmente nos processos de expansão das fronteiras econômicas. A lógica neoextrativista, a expansão das fronteiras do agronegócio e as suas formas de produção e acumulação têm desempenhado papel chave nas despossessões, exclusões, envenenamento das águas, dos solos por meio do uso indiscriminado de agrotóxicos. Incutindo, com isso, uma disciplina de uso do território e da força de trabalho que subordina e serviliza municípios e microrregiões convertendo

esses espaços em Zonas Especiais de Intensa Acumulação como estratégia dos mercados globais em expansão.

A filósofa e economista marxista Rosa Luxemburgo contribuiu para esse debate quando desenvolveu a teoria do imperialismo. Para ela, a despossessão era a incorporação de regiões ainda não penetradas pelas relações capitalistas. Já no pensamento atualizado por David Harvey (2005; 2011), o autor afirma que a globalização capitalista chegou a uma era de acumulação por despossessão caracterizada pela mercantilização imposta pelo neoliberalismo, que reforça o controle social e institui a disciplina do trabalho flexível que são próprias também das atividades neoextrativista e do agronegócio.

Como indica David Harvey (2011), a “acumulação por despossessão” é responsável por conflitos de ordem territorial que provocam despovoamento, novas expulsões e a subordinação de municípios e microrregiões e de trabalhadoras e trabalhadores à sua lógica de produção. Esses são fundamentos teóricos e metodológicos para a análise do desenvolvimento desigual e combinado do modo de produção capitalista e da sua reprodução ampliada.

Dirigida por corporações transnacionais e pela classe capitalista transnacional, a Agricultura 4.0 produz espaços dinâmicos de acumulação de capital – pelo ciclo do capital monetário, produtivo e do capital mercadoria – territorializando seus investimentos e mediando outros na cadeia de produção de valor do agronegócio. No campo dos arranjos institucionais, a Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) se coloca como mediadora do processo ao conduzir às cadeiras parlamentares os representantes de seus interesses, ao mesmo tempo em que trabalhadoras e trabalhadores dependem do arbítrio deste mesmo Estado.

A usurpação da terra por meio da grilagem, dos desmatamentos e das queimadas também são parte integrante do agronegócio e dos megaprojetos de mineração em andamento na Amazônia Legal. Violações e atos de violência marcam a história dos movimentos sociais e das comunidades originárias que

vivem e lutam pela terra (MANZI, 2020). Nesse processo de expansão geográfica, de ajuste espaço temporal e produção do espaço, o agronegócio tem constituído seu espaço de produção no sentido de sustentar a reprodução ampliada pela acumulação por despossessão com projetos de longo prazo de capital, abertura de novos mercados e novas capacidades produtivas como a Agricultura 4.0 projeta.

Esses, são processos altamente combinados de construção de um ambiente composto por inúmeros elos da cadeia de produção de valor; e podem absorver quantias imensas de capital e trabalho, em especial sob condições de rápida expansão geográfica (HARVEY, 2020). É neste sentido e com esses argumentos que a formação de uma Zona Específica de Intensa Acumulação (ZEIA) é o reflexo da criação desses centros novos e dinâmicos de acumulação (MORTON, 2007).

Dados do IBGE (2020) revelam que hoje são mais de 40 milhões de trabalhadoras e trabalhadores brasileiros que vivem da informalidade. Só no primeiro trimestre de 2020, o desemprego atingiu a marca de 12,9 milhões de pessoas. Ao final do segundo semestre do ano, a marca já estava em 14,6% (UOL, 2020). O trabalho, embora reduzido ao máximo por muitas tecnologias, é imprescindível para os elos produtivos que compõem as cadeias globais de valor. Caso contrário, o governo brasileiro não teria utilizado de toda sua retórica e instrumentos legais para considerar mais de 60 atividades laborativas como essenciais no período de pandemia de COVID-19. Parte delas corresponde a cadeia de valor do agronegócio que vai desde a produção, considerada estratégica na “segurança alimentar”, e toda logística de armazenagem, circulação, atividades portuárias, exportação.

Os dados da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) demonstram que a produção de soja no Brasil e sua exportação cresceu em relação à safra de 2019 (CONAB, 2020). Diante disso, questionamos: como em plena

pandemia esse setor da economia brasileira continuou em elevação e batendo recorde de produção? Esses dados são importantes para salientar a premissa já descrita acima acerca da absorção de capital e trabalho no processo de expansão e intensificação da acumulação nos vários elos que compõem a cadeia de valor do agronegócio.

O trabalho, embora prescindível em alguns desses elos, como por exemplo nos grandes latifúndios – onde a intensificação do uso de tecnologias da informação e comunicação é latente e aumenta exponencialmente –, tem um potencial de absorção e demanda uma força de trabalho qualificada ou precarizada nos seus correspondentes elos.

2.2 As Corporações Transnacionais (CT) e a Classe Capitalista Transnacional (CCT) no controle dos processos: o Corolário da Reestruturação Produtiva Permanente no Agro

Nos parece essencial tratar do neoliberalismo e da sua capacidade de reorganização, recolocação e como promotor das expansões geográficas e dinamização dos novos espaços de acumulação do capital atualmente através das corporações transnacionais para entender quem está no controle e na mediação desses movimentos. Os arranjos institucionais para exercer poder sobre o espaço, como afirma Harvey (2020), são de fundamental importância para se pensar na reestruturação radical do capitalismo internacional pós-1973 que criou um grande regime financeiro global. Essa estrutura manteve e consolidou a posição hegemônica norte-americana nas questões em torno da economia mundial. O impulso “globalizador”, que de fato é a mundialização do capital, como afirma o filósofo húngaro István Mészáros (2002), expõe as formas, engrenagens, mecanismos de funcionamento do capital, suas formas de controle social que formam a ordem de reprodução socio metabólica do capital.

Assim, a ‘globalização’ (tendência que emana da natureza do capital desde o seu início), muito idealizada em nossos dias, na realidade significa: o desenvolvimento necessário de um sistema internacional de dominação e subordinação. No plano da política totalizadora, ela corresponde ao estabelecimento de uma hierarquia de Estados nacionais mais ou menos, poderosos que gozem – ou padeçam – da posição a eles atribuída pela relação de forças em vigor (mas de vez em quando, é inevitável, violentamente contestada) na ordem de poder do capital global. Também é importante enfatizar que a operação relativamente simples desse ‘duplo padrão’ não se destina a permanecer como um aspecto permanente do ordenamento global do capital. Sua duração se limita às condições de ascendência histórica do sistema, enquanto a expansão e a acumulação tranquilas proporcionarem margem de lucro necessárias que permita um índice de exploração relativamente favorável da força de trabalho nos países ‘metropolitanos’, em relação às condições de existência da força de trabalho no resto do mundo (MÉSZÁROS, 2002, p. 111).

O surgimento ou aprimoramento de instrumentos de governança associados às instituições financeiras globais, como é o caso do FMI e do Banco Mundial, exerceram pressão, especialmente sobre a América Latina, para uma Abertura Comercial coordenada pelos ajustes estruturais determinados pela cartilha neoliberal elaborada pelo Consenso de Washington⁸⁴ e regulada por esse sistema financeiro norte-americano.

Hoje, o controle sobre setores estratégicos dessa economia em expansão está nas mãos de grandes corporações transnacionais que representam o poder de monopólios e oligopólios que influenciam o desempenho de outras empresas no mercado e contribuem para uma concorrência imperfeita. Válido enfatizar que a ortodoxia neoliberal instituiu o regime de capital financeiro, peça central da nova configuração do poder global que reforçou a dinâmica estabelecida por *Wall Street*⁸⁵ e forçou a abertura de capitais de inúmeras grandes empresas.

Assim, a acumulação por despossessão tonou-se central no capitalismo global por meio de novos arranjos institucionais e financeiros, como pontua

⁸⁴ Para compreender a integração brasileira na Era Neoliberal, Cf. Paulani (2008).

⁸⁵ Mais informação, Cf. Gowan (2003).

Harvey (2020). Ela sofisticou ainda a participação do capital externo e os investimentos transnacionais e, com isso, garantiu uma reestruturação produtiva cada vez mais permanente que pressiona governos e altera significativa e brutalmente as relações sociais de produção.

No entanto, o sistema, embora fosse centrado no complexo de Wall Street-Tesouro, tinha muitos vínculos multilaterais com os centros financeiros de Tóquio, Londres e Frankfurt e várias outras cidades globais participantes. Ele estava ligado ao surgimento de corporações capitalistas transnacionais que, embora pudessem ser sediadas em um ou outro Estado-nação, se espalharam por todo o mapa mundial de maneiras que seriam impensáveis nas fases anteriores do imperialismo (os trustes e cartéis que Lênin descreveu eram todos muito vinculados a Estado-nação particulares). Era esse o mundo que a Casa Branca de Clinton, com seu todo-poderoso secretário do Tesouro Robert Rubin, oriundo do lado especulador de Wall Street, buscou administrar por meio de multilateralismo centrado (cuja síntese foi o chamado Consenso de Washington de meados da década de 1990) (HARVEY, 2020, p. 303).

A financeirização têm sido a força motriz do sistema e das políticas de acumulação por despossessão, motor implacável da nova acumulação e das formas predatórias do capitalismo para solucionar os problemas atuais de sobreacumulação. Essas forças mediam as relações entre capital e trabalho, na sua divisão social dentro do metabolismo do capital, e desferem seus interesses sobre a natureza, os territórios e a organização social do trabalho.

O transnacionalismo é composto por uma variedade de forças em movimento que, no Brasil, têm se posicionado nos megaprojetos de mineração (neoextrativismo), na apropriação de terras (territorialização), na questão energética (controle estratégico) e nos diversos elos da cadeia do agronegócio. Isso leva a um acelerado processo de reprimarização e torna a Amazônia Legal em um *hotpoint* da geopolítica global.

Por isso, é passo importante compreender a geografia histórica do capitalismo e seus aspectos atuais no quadro da reestruturação permanente da

divisão internacional e regional do trabalho. Assim como, na natureza, nos territórios, no papel do Estado e nos impactos causados nas comunidades por meio da nova força de produção da simbiose entre transnacionalismo, agronegócio e Agricultura 4.0.

No caso específico do agronegócio, tratado neste capítulo, grande parte das empresas transnacionais são de fato grandes oligopólios que controlam diversos setores como o de sementes, fertilizantes, softwares, produtos farmacêuticos, derivados de petróleo e uma gama complexa de investimentos em setores de bio e nanotecnologias. Exemplos disso são empresas como *Bayer*, *DuPont Pioneer* e a *Syngenta*. De acordo com Harvey (2020, p. 282),

Sob tais condições, a criação de novas aberturas de mercado não convoca a concorrência, apenas incentiva a proliferação de poderes monopólicos, com todo tipo de consequência social, ecológica e política. O fato de que quase dois terços do comércio exterior agora se resumem a transações no interior das e entre as principais corporações transnacionais é um indício dessa situação.

Concentrações e novas dependências, expressões de um desenvolvimento desigual e combinado que tem aumentado consideravelmente a riqueza agrária e permitido a entrada de cada vez maior do capital transnacional nos elos da cadeia de produção de valor. Esse processo tem determinado poder e controle sob territórios, provocado colapso ambiental, balizado o modo de produção e definindo o nível dos empregos e da empregabilidade da classe trabalhadora.

A classe capitalista transnacional tem atuado precisamente nas questões energéticas; no modelo de produção, por meio das tecnologias empregadas na produção e controle do mercado de sementes e agrotóxicos; na logística; e no controle de rodovias, portos e hidrovias por meio de contratos de concessão capazes de demonstrar as linhas gerais e específicas da sua nova configuração. Isso eleva a condição da atuação transnacional e multidimensional. O

neoliberalismo e suas variantes têm sido fios indutores de mudanças no papel e atuação do Estado conduzidas por quebras de barreiras e orientadas pelos relatórios do Banco Mundial e FMI. Esse processo, que integra de maneira subordinada o Brasil ao modelo global, vem consolidando o domínio transnacional por meio de um ordenamento jurídico que concretiza e efetiva suas estratégias de governança, regulação e intervenção⁸⁶.

O ingresso de empresas chinesas na América Latina, em especial no território brasileiro, com o objetivo de instituir a inserção e ampliação de seus interesses na nova acumulação, podem ser representadas pelas empresas estratégicas e altamente tecnológicas instaladas no Estado de Mato Grosso (ZANINI, 2020). Empresas como a COFCO que armazena, processa e transporta soja, a DAKANG que atua no setor de insumos e sementes, a ZHURAI que desenvolve drones para a agricultura, a CHENCHINA que em 2017 comprou a Syngenta e o GRUPO SINO que nada mais é do que um grande centro tecnológico para o agronegócio e que atua em seus circuitos globalizados de acumulação. A produção do espaço global influencia os processos produtivos, as dinâmicas de produção de valor do agronegócio e compõe zonas especiais de intensa acumulação que já citamos ao longo deste capítulo.

A classe capitalista transnacional é responsável também por instituir novos circuitos financeiros; além das transações com as bolsas de valores representadas hoje por *startups* de grande valor de mercado que atuam como *fintechs*, *agtechs* e *logtechs*. Elas dinamizam o sistema produtivo e criam uma sinergia de mercados e, com isso, combinam o processo de expansão com a modernização das atividades agroindustriais por meio de diversos vetores de desenvolvimento. Todo esse processo permite a expansão constante do capital. Na segunda edição do Censo AgTech Startups Brasil (AGTECHGARAGE, 2018), realizou-se o

⁸⁶ Sobre ordenamento jurídico transnacional, indicamos Cruz e Bodnar (2009).

maior levantamento de startups do agronegócio já realizado no Brasil. Isso nos deu dimensão dos investimentos, da movimentação de interesses em torno do agronegócio e dos seus potenciais de acumulação.

A atividade agroindustrial na Amazônia Legal conta com pelo menos 5 setores comandados por grupos hegemônicos: 1) Exploração de madeira; 2) Produção Energética; 3) Complexo mineiro-metálico; 4) Polo Industrial da Zona Franca de Manaus; 5) Bio e Agroindústrias responsáveis pela transformação das matérias primas. Esses circuitos e sistemas espaciais são controlados pela classe capitalista transnacional através de um amplo, acelerado e combinado processo de modernização/ inovação das suas atividades. Isso acelerou as mudanças nos padrões tecnológicos: a Agricultura 4.0, seu sistema produtivo, sua cadeia de produção, seus sistemas integrados e toda a disciplina jurídica do Agro; bem como a intensa participação do Estado brasileiro como avalista das regras.

Certamente, o BNDES, o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e o Desenvolvimento da Amazônia (FNO) têm cumprido esse papel de avalista das regras. Outra instituição que compõe esse processo são os Fundos de Investimentos da Amazônia (FINAM), recursos que são administrados pelo Banco da Amazônia, vinculados ao Ministério da Economia e integrados ao Plano Plurianual para a Amazônia Legal (PPA). Eles influem no corolário de investimentos e inovação do agro: tecnologias, negócios, gestão, controle, produção e logística. A arquitetura financeira internacional está estruturada em um arcabouço de instituições governamentais e supranacionais, e ancorados em organizações internacionais que sustentam e apoiam a reprodução ampliada, como afirma Harvey (2020):

Esse complexo de arranjos institucionais deveria, no melhor dos mundos capitalistas, ser mobilizado para sustentar e apoiar a reprodução ampliada (crescimento). Todavia, tal como a guerra em relação á diplomacia, a intervenção do capital financeiro amparada pelo poder estatal pode frequentemente se tornar acumulação por outros

meios. Uma aliança profana entre poderes estatais e os aspectos predatórios do capital financeiro configura a linha de frente de um ‘capitalismo abutre’, dedicado não à construção de ativos por meio de investimentos produtivos, mas à apropriação e desvalorização deles” (HARVEY, 2020, p. 294).

Compreender o papel da classe capitalista transnacional é uma tarefa importante para aquelas e aqueles interessados em estudar a lógica do neoliberalismo. Afinal, é ela que, no atual momento, permite e orienta avanços decisivos do neoextrativismo e do agronegócio sobre a Amazônia Legal. É também a classe capitalista transnacional que conduz o país a um processo de reprimarização, integrando subordinadamente o Brasil através de um novo sistema de governança e pela produção de *commodities*.

A tendência mundial de inserção da classe capitalista transnacional tem se dado a partir de Fusões e Aquisições e de reorganizações societárias que se transformaram em um grande negócio à medida em que ainda vigoram controles fundiários sobre a compra de terras por estrangeiros. As empresas transnacionais estão presentes nos elos da cadeia de produção de valor e consolidam sua presença tanto na escalada da produção como da financeirização e no constructo das suas posições fundamentais que determinam as novas dependências e as novas formas de subordinação.

2.3 América Latina e o Brasil na batalha tecnológica pela agricultura

Não é de hoje que a maneira como produzimos e como vendemos mercadoria se transforma; assim como não é recente a dominação de poucas empresas no ramo de sementes e agrotóxicos sob a produção e o controle da sua dinâmica no mundo. Empresas como Cargil, Monsanto-Bayer, Basf, Dupont, Dreyfus a tempos ocupam este lugar preferencial na modificação e produção de sementes ramificando suas atividades nos diversos países, especialmente na América Latina. No Brasil, em particular, a Amazônia Legal se transformou em

uma Zonas Especiais de Intensa Acumulação e que hoje entrelaça seus modos de produção e seus elos produtivos em uma intensa cadeia de acumulação e de múltiplas devastações.

As empresas transnacionais agrícolas e a classe capitalista transnacional nelas atuante direta e indiretamente, forjaram, nos últimos anos, um verdadeiro “ecossistema agrotecnológico” fruto de parcerias governamentais e norteados por inúmeros fóruns e relatórios. A agricultura 4.0 é a soma de uma indústria computacional e de um conjunto de instrumentos de telecomunicação que absorve e converge dados massivos (Big Data) com a Inteligência Artificial (AI). O resultado disso é um sistema complexo que monitora e fornece dados sobre questões climáticas, umidade do solo, melhor uso dos recursos hídricos, entre outros. Para que, como isso, se efetive uma agricultura de precisão.

Esse processo, no entanto, não se limita a isso: o uso de dados se converte em novos negócios. Eles criam um “sistema de preferências”. E surge, de fato, uma ramificação de sistemas informacionais para tornar todos os elos da cadeia de produção do agronegócio vantajosos e integrados. É importante destacar que os Estados exercem funções estratégicas neste processo. Eles são responsáveis por regular a atuação dessas empresas em seus territórios, pois há uma tendência ao monopólio sobre decisões da agricultura global e que impactam sobremaneira todas as sociedades.

Em 2018, foi lançado, na Cúpula Mundial de Governos⁸⁷, o relatório *The future of farming technology* (CLERCQ; VATS; BIEL, 2018) no qual foram apontados alertas sobre a questão climática, suas secas prolongadas, o empobrecimento do solo, a redução da produtividade, o desperdício de alimentos

⁸⁷ A 5ª Cúpula Global da OGP foi realizada entre os dias 17 e 19 de julho de 2018 na cidade de Tbilisi, na Geórgia. A Cúpula é um organismo não governamental que apresenta tendências em serviços governamentais, liderança e inovação. É também a maior plataforma global dedicada à exploração do futuro dos governos, impulsionada pelos avanços tecnológicos e a evolução das expectativas dos cidadãos.

e a demanda crescente por eles no mundo. Concluiu-se também que há forte tendência à fome. A solução apontada no relatório é a expansão da Agricultura 4.0.

Ao mesmo tempo em que governos se reúnem para discutir a tecnologização da agricultura e os investimentos necessários para evitar que a crescente demanda por alimentos desencadeie a fome, Pat Mooney (2019), em parceria com o ETC Group, Glocon, Inkota e Rosa Luxemburg Stiftung, elaboraram um relatório intitulado *La insostenible agricultura 4.0: digitalización y poder corporativo en la cadena alimentaria*⁸⁸. Nele, os pesquisadores ressaltam os perigos da concentração corporativa e das plataformas massivas de dados.

Sin embargo, impacto de esta nueva plataforma Big Data en la cadena alimentaria industrial puede ser muy directo y devastador. Si Nestlé se fusiona con Carrefour o si la empresa fusionada Bayer-Monsanto se junta con Yara (corporación noruega de fertilizantes, la segunda más grande del mundo), la cadena alimentaria industrial podría reducirse a un duopolio de empresas de insumos y productos, apostando todo a una plataforma tecnológica que puede no llegar a funcionar. Es tan ingenuo para los reguladores de competencia juzgar hoy en día las fusiones y adquisiciones intersectoriales de la cadena alimentaria de manera aislada de otros sucesos en la plataforma Big Data como lo fue hace 40 años ignorar la toma de control de los fitomejoradores por parte de los fabricantes de pesticidas. Lo trágico es que, en los últimos 40 años, las empresas y las tecnologías han cambiado mucho, pero los reguladores no. La integración vertical y horizontal continúa, pero los reguladores siguen sin tener la capacidad de monitorearla ni las herramientas legales para controlarla (MOONEY; ETC, 2019, p. 7-8).

A tendência de concentração de poder no uso de dados agrícolas, a falta de controle público e a atuação direta dos governos impactam diretamente a soberania nacional, a segurança alimentar e os modos de vidas de homens e mulheres que vivem nos campos, nas florestas e rios.

⁸⁸ O acesso ao relatório está disponível em: http://www.etcgroup.org/sites/www.etcgroup.org/files/files/la_insostenible_agricultura_4.0_web26oct.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

Um exemplo da velocidade das iniciativas, foi a reunião da empresa chinesa de telecomunicações *Huawei* com outras empresas agrícolas e de informática dos Estados Unidos e da Europa na disputa pelo terreno da agricultura 4.0. Outro exemplo, é a parceria da China Telecon com a *Yinchuan Aotoso Information Technology Co. Ltda* que executou um projeto piloto na cidade chinesa de Yinchuan. Na oportunidade, pendurou-se um dispositivo de internet em 50.000 vacas para monitorar seus movimentos e condições de saúde – a “internet das vacas”.

Em 2017, a Telefônica e a *Huawei* anunciaram a criação de um laboratório no Chile para promover a plataforma na região. A Microsoft desenvolveu as chamadas *Farmbeats*, um sistema de monitoramento permanente das condições do solo e umidade. Além disso, a Microsoft se uniu à Global Hitss – filial mexicana da América Móvil, de propriedade de Carlos Slim, o homem mais rico do México – e tem se expandido como empresa transnacional no campo agrícola. Muitos desses novos negócios e que têm chegado ao México são frutos de um programa de fomento à agricultura lançado em 2019 e que configura o respaldo governamental ao avanço Agricultura 4.0⁸⁹ na região.

No Brasil, a questão do 5G ainda não ultrapassou a fase de testes das empresas e sua regulamentação pelo Estado ainda acontece de forma lenta. A Lei 14.108/2020 representa um passo, ainda que curto, neste sentido, assim como as experiências com a nova tecnologia têm sido práticas constantes das empresas do setor em solo brasileiro. Certamente, o posicionamento das transnacionais interessadas no desenvolvimento dessa tecnologia será permeado de pressões e tensões no campo político-institucional.

⁸⁹ Mais informações, Cf. Godoy e Cuéllar (2020).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Agricultura 4.0 representa uma nova engenharia de produção que não se limita ao território ou ao espaço fabril. Ela é composta de uma série de elos, conexões e componentes político-econômico-jurídicos, muito embora sua base esteja consolidada na intensificação dos processos produtivos automatizados/tecnologizados e nas mudanças contínuas na cadeia geradora de valor e logística. É na política, nas reformas e na flexibilização das leis que estão dadas as capacidades de ampliação extra de acumulação, especialmente pelo papel avalista que o estado neoliberal brasileiro tem se ocupado mediando interesses e as regras do jogo econômico e financeiro nacional e internacional.

Estamos falando de uma agricultura que está no marco das mudanças tecnológicas e de gestão e que impõe uma reestruturação produtiva permanente. A cadeia de valor do Agro e todos os elementos a ela vinculados como a nano e biotecnologias (ramo das sementes transgênicas), além das Agtechs, Fintechs e Logtechs, formam esse complexo universo que otimiza a produção agrícola em todas as suas etapas e que tem seus processos e decisões orientados a partir de dados climáticos, condições do solo, características da lavoura, entre outros (small e big data).

No que tange a tecnologia na produção, gestão, circulação e negociação de commodities a experiência dos últimos anos representa bem sua capacidade produtiva de precisão. Sob controle do capital essa tecnologia tem determinado processos e garantido alta produtividade ao mesmo tempo que sua capacidade geradora de emprego não segue o mesmo ritmo e mantém o status de ser a agricultura juntamente com a pecuárias setores com altos índices de trabalho informal, como já destacava estudos realizados pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 2018.

Por outro lado, não se pode ignorar a incontrollabilidade do capital e sua crise estrutural que, sob a hegemonia neoliberal e influência da classe capitalista

transnacional e de seus mercados financeiros globais, influenciam fatores de produção, conduzem a expansão de seus interesses e determinam uma nova lógica de acumulação e divisão internacional do trabalho. Juntamente com o já mencionado ativo papel que o estado brasileiro exerce na mediação desses interesses e na atualizada integração subordinada que tem conduzido o país a um processo acelerado de reprimarização da nossa economia. O que temos visto nos últimos anos com o avanço deste modelo expansionista é a predominância de três elementos que revelam a capacidade deletéria do sistema do capital sobre a natureza, os territórios e os mundos do trabalho, o que temos chamado de *Trípode Destrutiva do Capital*. O colapso ambiental, as constantes ameaças aos povos e comunidades tradicionais e a influência dos capitais transnacionais e dos mercados globais sobre os fatores de produção e divisão internacional do trabalho são determinantes para compreender a crise estrutural do capital e seu metabolismo essencialmente antissocial, gerador de exclusões e múltiplas misérias.

Que este texto seja um ponto de partida para compreendermos o grau de estruturação do atualizado modelo de expansão da agricultura, sobretudo na Amazônia Legal que, sob o discurso dissimulado do “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo” procuram legitimar suas ações, seu poder e domínio, tornando-se também elemento imperativo de construção de debate e vias de superação pelos movimentos sociais.

REFERÊNCIAS

AGTECHGARAGE. **2º Censo AgTech Startups Brasil**. Piracicaba: AgTech Garage, 2018. Disponível em: <https://www.agtechgarage.com/censo/>. Acesso em: 09 ago. 2021.

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BERNARDELLI, Luan Vinicius; CASTRO, Gustavo Henrique Leite de; GOBI, José Rodrigo; MICHELLON, Ednaldo; VIEIRA FILHO, José Eustáquio Ribeiro. Formalidade do Mercado de Trabalho e Produção Agrícola no Brasil. **Ipea**: Sumário Executivo, Rio de Janeiro, n. 2561, p. 1-2, maio 2020. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_2561_sumex.pdf. Acesso em: 09 ago. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 10282, de 20 de março de 2020**. Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Brasília, 20 mar. 2020a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10282.htm. Acesso em: 09 ago. 2021.

BRASIL. Decreto no 5.051, de 19 de abril de 2004. Promulga a Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre povos indígenas e tribais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 abr. 2004.

BRASIL. **Decreto nº10329, de 28 de abril de 2020**. Altera o Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020, que regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Brasília, 28 abr. 2020b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Decreto/D10329.htm#art1. Acesso em: 09 ago. 2021.

CASTILHO, Alceu Luís. 20 grupos estrangeiros têm 3 milhões de ha de terras no Brasil. **De Olhos nos Ruralistas**: Observatório do agronegócio no Brasil. São Paulo, p. 1-1. 09 jan. 2017. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2017/01/09/20-grupos-estrangeiros-tem-3-milhoes-de-ha-de-terras-no-brasil/>. Acesso em: 09 ago. 2021.

CLERCQ, Matthieu de; VATS, Anshu; BIEL, Alvaro. **Agriculture 4.0**: The Future of Farming Technology. [S. l.]: World Government Summit, 2018. 30 p. Disponível em: <https://www.oliverwyman.com/content/dam/oliverwyman/v2/publications/2021/apr/agriculture-4-0-the-future-of-farming-technology.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2021.

CONAB. Último levantamento consolida safra recorde de grãos em 257,8 milhões de toneladas. **Conab**. Brasília. 10 set. 2020. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/ultimas-noticias/3608-ultimo-levantamento-consolida-safra-recorde-de-graos-em-257-8-milhoes-de-toneladas>. Acesso em: 09 ago. 2021.

CRUZ, Paulo Márcio, BODNAR, Zenildo. Transnacionalidade e a emergência do Estado e do Direito transnacionais. **In:** CRUZ, Paulo Márcio, STELZER, Joana. **Direito e transnacionalidade**. Editora Juruá: Curitiba, 2009.

DE OLHO NOS RURALISTAS. Fundo americano de professores passa a controlar 270 mil hectares no Brasil. **De Olhos nos Ruralistas**: Observatório do agronegócio no Brasil. São Paulo, p. 1-1. 06 out. 2016. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2016/10/06/fundo-americano-de-professores-passa-controlar-270-mil-hectares-no-brasil/>. Acesso em: 09 ago. 2021.

DRUCK, Graça. Entre os que permaneceram trabalhando em atividades consideradas essenciais na pandemia, uma grande parte é de terceirizados. **Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio**. Rio de Janeiro. 08 out. 2020. Entrevistada por: Viviane Tavares. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/entre-os-que-permaneceram-trabalhando-em-atividades-consideradas-essenciais-na>. Acesso em: 09 ago. 2021.

GARCIA, Diego. Informalidade supera 50% em 11 estados do país, diz IBGE. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 1-1. 14 fev. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/02/informalidade-atinge-recorde-em-19-estados-e-no-df-diz-ibge.shtml>. Acesso em: 09 ago. 2021.

GODOY, Emilio; CUÉLLAR, Alejandra. A batalha tecnológica pela agricultura. **Diálogo Chino**. Londres, p. 1-1. 08 jan. 2020. Disponível em: <https://dialogochino.net/pt-br/agricultura-pt-br/32645-a-batalha-tecnologica-pela-agricultura/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

GOWAN, Peter. **A roleta global**: uma aposta faustiana de Washington para a dominação do mundo. Rio de Janeiro: Record, 2003.

GRAIN. **El acaparamiento global de tierras en el 2016: sigue creciendo y sigue siendo malo**. Grain. [S. l.], p. 1-1. 28 nov. 2016. Disponível em: <https://grain.org/e/5607>. Acesso em: 09 ago. 2021.

HARVEY, David. A geografia da acumulação capitalista: uma reconstrução da teoria marxiana. **In:** HARVEY, David. **Os sentidos do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2020a.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. O “novo” imperialismo. **In:** HARVEY, David. **Os sentidos do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2020.

HARVEY, David. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HAYEK, F. A. **O caminho da servidão**. 6 ed. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

HUWS, Ursula. **Labor in the global digital economy: the cybertariat comes age**. Londres: Merlin, 2014.

IPAM. Cerrado perdeu quase 30 milhões de ha em vegetação nativa em 35 anos. **IPAM Amazônia**. 15 set. 2020. Disponível em: <https://ipam.org.br/cerrado-perdeu-quase-30-milhoes-de-hectares-em-vegetacao-nativa-em-35-anos/>. Acesso em: 09 ago. 2021.

ISTOÉ (Brasil). Senado aprova PL que facilita compra de terras por estrangeiros. **Istoé**. São Paulo, p. 1-1. 17 dez. 2020. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/senado-aprova-pl-que-facilita-compra-de-terras-por-estrangeiros/>. Acesso em: 09 ago. 2021.

LUXEMBURGO, Rosa. **A Acumulação de capital**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação de capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

MANZI, Mário. Atlas de conflitos Pan-Amazônico será lançado nesta quarta-feira. **CPT**. Goiânia, p. 1-1. 22 set. 2020. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/publicacoes/noticias/articulacao-cpt-s-da-amazonia/5390-atlas-de-conflitos-pan-amazonico-sera-lancado-nesta-quarta-feira>. Acesso em: 09 ago. 2021.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. **O capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017a, v. 1.

MARX, Karl. **O capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2017b, v. 2.

MARX, Karl. **Os despossuídos**. São Paulo: Boitempo, 2017c.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MOONEY, Pat; ETC, Grupo. **La insostenible Agricultura 4.0: digitalización y poder corporativo en la cadena alimentaria**. Cidade do México: Zoe Goldstein, 2019. 52 p. Disponível em: https://www.etcgroup.org/sites/www.etcgroup.org/files/files/la_insostenible_agricultura_4.0_web26oct.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021.

MORTON, Adam D. A geopolítica do sistema de estados e o capitalismo global em questão. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, n. 29, nov., 2007. p. 45-62.

MUNIZ, Laila. Decreto define produção e distribuição de alimentos como atividades essenciais. **Canal Rural**. Brasília, p. 1-1. 21 mar. 2020. Disponível em: <https://www.canalrural.com.br/agronegocio/decreto-producao-distribuicao-alimentos-atividades-essenciais/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

OIT. Mulheres e homens na economia informal: uma foto estatística. Disponível em https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_626831/lang--pt/index.htm/. Acesso em: 10 ago. 2021.

PAULANI, Leda. **Brasil delivery**. São Paulo: Boitempo, 2008.

RIVEIRA, Carolina. Como a alta informalidade no Brasil freia a produtividade das empresas. **Exame**. São Paulo, p. 1-1. 30 dez. 2019. Disponível em: <https://exame.com/negocios/como-a-alta-informalidade-no-brasil-pode-frear-a-produtividade/>. Acesso em: 09 ago. 2021.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SCOLESO, Fabiana. Agricultura Familiar na Mira do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Boletim Maria Antonia – Gmarx -USP**, ano 01, n° 45, 2020. Link de acesso: <http://gmarx.fflch.usp.br/boletim45>

SCOLESO, Fabiana. O Metabolismo Antissocial do Capital, seus Impactos sobre os Territórios, a Produção de Alimentos e os Mundos do Trabalho: 10 meses de COVID-19. **Boletim Maria Antonia – Gmarx -USP**, ano 01, n° 61, 2020b. Link de acesso: <http://gmarx.fflch.usp.br/boletim61>

SILVA NETO, Nirson Medeiros da. A Lei Do Babaçu Livre: usos e representações jurídicos das quebradeiras de coco babaçu. **Perspectiva Amazônica**, Santarém, v. 3, n. 3, p. 7-18, jan. 2012.

SKLAIR, Leslie. **The transnational capitalist class**. Oxford: Blackwell, 2001.

SOUSA, Dayane Rouse Neves. A Luta Pela Terra, Até Quando? Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins. **Movimento Regional Por La Tierra**. [S. l.], p. 1-34. maio 2015. Disponível em: <https://porlatierra.org/docs/ce1ed5942522a66ffcd7a750831ca1f9.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2021.

TÓTORA, Silvana. A questão democrática em Florestan Fernandes. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. n° 48, São Paulo, dezembro, 1990. pp. 110-126.

UOL. Desemprego no Brasil sobe a 14,6%, novo recorde histórico. **UOL**. São Paulo, p. 1-1. 27 nov. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/afp/2020/11/27/desemprego-no-brasil-sobe-a-146-novo-recorde-historico.htm>. Acesso em: 09 ago. 2021.

ZANINI, Fábio. Com armazéns e fábricas, China amplia presença no agronegócio. **Folha de São Paulo**. São Paulo, p. 1-1. 27 jul. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/07/com-armazens-e-fabricas-china-amplia-presenca-no-agronegocio.shtml>. Acesso em: 09 ago. 2021.

REFLEXÕES SOBRE O (SUB)DESENVOLVIMENTO DAS REGIÕES DE FRONTEIRA

Ana Carolina de Moraes Colombaroli ⁹⁰
Leandro Fontes Corrêa ⁹¹

INTRODUÇÃO

À medida que o sistema econômico internacional se tornava mais complexo durante o século XX, atingindo maiores níveis de comércio exterior e um crescente grau de interpenetração da produção, os países da América Latina buscaram, de diversas formas, superar a subserviência ao mercado global derivada do colonialismo ainda recente. Entre as tratativas para o aumento da renda dos países e, esperançosamente, do bem-estar de suas populações, foram articulados mecanismos de controle das relações financeiras, com políticas fiscais e cambiais, para reduzir os impactos das assimetrias externas, e, em meados do século XX, mais contundentemente, explorou-se políticas industriais para acelerar o crescimento econômico e a inserção no comércio internacional.

Dentre os modelos produtivos, observou-se, fundamentalmente, a substituição de importações, voltada ao mercado interno, e, ocasionalmente, a promoção das exportações. Com foco neste segundo modelo, a análise da Indústria Maquiladora de Exportações (IME) em países como México e Paraguai permite evidenciar fatores tanto internos, quanto externos, que remontam ao sistema de centro-periferia, amplamente trabalhado pela Comissão Econômica

⁹⁰ Bacharel e Mestre em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Doutoranda no Programa de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (USP).

⁹¹ Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestrando no Programa de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (USP).

para a América Latina (CEPAL), das Nações Unidas, e pela Teoria da Dependência.

No México, o processo de promoção das exportações industriais data da década de 1960, com a instalação de parques industriais na fronteira norte - onde surgiram as primeiras empresas maquiladoras de exportação (EME) no final da década. Salazar (2014) argumenta que o aumento significativo das EMEs no país nos anos de 1980 coincidiram com o contexto de liberalização da economia promovido pelo Fundo Monetário Internacional, e com ratificação de países ao General Agreement on Trade and Tariffs (GATT), precursor da Organização Mundial do Comércio. Já no Paraguai, em julho de 2000 foi regulamentada a Lei da Maquilla em um evidente paralelo com o modelo mexicano de aumento do acesso a mercados e capitais estrangeiros (MATHIAS, 2012). A Lei paraguaia sinaliza, portanto, que o processo histórico de formação economia e política dos países latino-americanos continua no século XXI.

De modo geral, as *Maquillas*, como são chamadas as fábricas, são postos de manufatura parcial, encaixe ou empacotamento de mercadorias sem ser, todavia, as fabricantes originais do bem produzido (ARRIETAS, 2006). Tanto no México, como no Paraguai, estas empresas são recebidas com incentivos fiscais, mão de obra barata, maior flexibilização das leis ambientais e, devido a sua localização em regiões de fronteira entre os países, garante-se ainda baixos custos de serviços logísticos de exportação. Em função destas vantagens comparativas, houve um grande deslocamento de etapas da produção para estes países, sendo, desta forma, a atração do Investimento Estrangeiro Direto (IED)⁹² o núcleo propulsor deste modelo industrial.

⁹² Celso Furtado, em *A Economia Latino Americana* (2007) define o Investimento Externo Direto (IED) como o acesso a recursos locais por meio de investimento estrangeiro. As filiais das empresas que surgem a partir deste investimento, tem vantagens de mercado, porque, para Furtado, as empresas que investem em outros países comumente têm ampla experiência industrial e fácil acesso às fontes de financiamento, o que as tornam mais competitivas e lucrativas em países estrangeiros.

Por um lado, então, esse tipo de investimento externo justifica-se pelas condições favoráveis às leis do mercado. Já do ponto de vista das economias domésticas que teceram políticas de incentivo à instalação das maquiladoras, questiona-se a validade do argumento que sugere este modelo industrial como via de integração produtiva e desenvolvimento. Este trabalho busca apresentar, neste sentido, a IME enquanto um sintoma histórico próprio da periferia global. O problema examinado reside na principal finalidade da indústria maquiladora: baratear o custo total de produção com a exploração do trabalho e das regiões de fronteira como territórios estratégicos para sua instalação.

Com vistas ao desenvolvimento amplo, autônomo e soberano dos países e dos seus sistemas políticos, pautado em justiça social, na primeira parte desta comunicação será feita uma breve análise da inserção da América Latina na economia internacional, de modo a contextualizar o debate sobre as assimetrias regionais. Em seguida, na próxima seção, serão feitos apontamentos em relação à indústria maquiladora como produto das cadeias regionais de valor. Uma vez propostas estas reflexões, será discutida mais especificamente a questão do trabalho e das regiões de fronteira. As considerações finais expressam algumas conclusões a este respeito.

2 AS ESTRUTURAS COLONIAIS E O PROBLEMA DA MODERNIZAÇÃO

CARMEN: Tu como ves la globalizacion de Tijuana en estos ultimos años?

AXA: Lo que hacen las maquiladoras es que conviertan a Tijuana en una ciudad de mano de obra barata. Es una mano obra que no viene capacitada. Los explotan, y yo por eso digo que las maquiladoras son como las haciendas como en los principios de siglo en Mexico. Pero si seguimos el ejemplo de Tijuana en convertimos en un pueblo de haciendas como yo les digo, nunca vamos a salir (MAQUILAPOLIS, 2016, 02:03:37;00)

2.1. A inserção subalterna da América Latina na economia internacional

O posicionamento da América Latina no Sistema Internacional está diretamente relacionado ao processo de formação política e econômica dos seus Estados Nacionais. Isto é, as estruturas produtivas e as instituições engendradas na experiência do colonialismo vincularam a região às dinâmicas globais de forma subalterna. Neste sentido, a superação do subdesenvolvimento passa, necessariamente, pela conquista da autonomia. Contudo, durante o século XX, ao mesmo tempo que diversas correntes de pensamento passaram a teorizar a dependência, e sinalizar modelos de desenvolvimento alternativos, o pensamento liberal, por outro lado, hegemonizou a disciplina econômica mundial (ADELMAN, 2002).

O liberalismo político-econômico do final do século XX, chamado por David Harvey (2011) de *neoliberalismo*, ganhou força no cenário internacional como a projeção mais atual do pensamento capitalista. Nesta revisão do liberalismo clássico, a reprodução do sistema capitalista toma, reiteradamente, da política e da cultura, elementos que fundamentam a ideia de desenvolvimento, legitimando a livre iniciativa privada. Com isso, o papel do Estado, cada vez mais, confunde-se com a dinâmica do Mercado internacional.

Observou-se, durante a década de 1980, nos governos de Margareth Thatcher, no Reino Unido, e no de Ronald Reagan, nos Estados Unidos da América, a ascensão ostensiva do neoliberalismo enquanto política de Estado. Apoiados em teses de economistas como Friedrich Hayek e Milton Friedman, os governantes destas duas potências mundiais dedicaram muito de seus campos de ação à promoção de austeridade, privatizações e internacionalização da produção e do capital nacional. Deste modo, o Estado voltou-se à economia para assegurar a sua livre atividade. Contudo, os esforços em garantir a mobilidade do capital e

o crescimento do produto econômico causaram importantes desdobramentos para a seguridade social e para as políticas públicas na América Latina.

Assim como proposto por Harvey (2011), a globalização, dada na internacionalização do capital, produtivo ou financeiro, faz com que as transformações locais estejam relacionadas a tendências gerais de âmbito global, orquestradas por poucos epicentros de poder econômico. E a imposição deste modelo econômico forjado em países centrais no Sistema Internacional ocasiona um desenvolvimento geográfico desigual, conforme a capacidade de absorção deste modelo pelas instituições e estruturas dos demais países.

Entretanto, a persistência do subdesenvolvimento latino-americano foi percebida e algumas leis econômicas pretensiosamente universais passaram a ser questionadas. Nesta perspectiva, algumas escolas de pensamento, tais como o estruturalismo latino-americano, formulado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), das Nações Unidas, bem como a Teoria da Dependência, ficaram conhecidas por oferecer ferramentas de análise mais adequadas à região. Desde a posição teórico-metodológica histórico-estrutural, o conteúdo generalizante das teorias hegemônicas foi criticado à luz das particularidades históricas. As hipóteses, assim, passaram a ser validadas na constatação de movimentos existentes nos ciclos econômicos da região (SUNKEL; PAZ, 1970).

Florestan Fernandes, intelectual e político brasileiro, teceu críticas à agenda liberal, demonstrando, para tanto, que a modernidade não trouxe consigo o rompimento com o regime social gestado na organização econômica colonial. Segundo Florestan, senhores rurais coloniais figuram hoje que corresponde a “aristocracia agrária” dona do latifúndio agroexportador, a escravidão, por sua vez, longe de ter sido superada, deixou seu legado na exploração intensiva do trabalho, e no racismo, e a terra, abundante em recursos na América Latina, segue sendo expropriada de acordo com demandas externas de países centrais

(FERNANDES, 2009). O autor sustenta, assim, que a produção agrária e exportadora, baseada no latifúndio, acarreta a) concentração de terra, b) exploração da mão-de-obra e, conseqüentemente, c) poder concentrado em pequena parcela da população.

Segundo o autor, estas estruturas coloniais determinam nossas economias como heterônomas. Isto é, economias sujeitas ao *capitalismo dependente*. O subdesenvolvimento de países periféricos no Sistema Internacional, sob a ótica da dependência, é condição *sine qua non* para o desenvolvimento dos países centrais, uma vez que a autonomia doméstica de países subalternizados é usurpada pelos interesses internacionais.

Florestan nega, portanto, que a superação do subdesenvolvimento virá através da modernização pautada no liberalismo e na aceleração do crescimento do produto econômico, uma vez que a economia é apenas uma das variáveis neste cenário de dominação. No seguinte excerto, o autor explicita como os EUA é um grande, se não o principal, exemplo deste tipo de dominação:

Em consequência, o processo de modernização, iniciado sob a influência e o controle dos Estados Unidos, aparece como uma rendição total e incondicional, propagando-se por todos os níveis da economia, da segurança e da política nacionais, da educação e da cultura, da comunicação em massa e da opinião pública, e das aspirações ideais com relação ao futuro e ao estilo de vida desejável (FERNANDES, 2009. p. 23).

É neste passo que a produção de conhecimento comprometida com as demandas sociais da América Latina representa um grande avanço para um projeto de modernização autônoma e soberana. Principalmente a partir da década 1950, o estruturalismo-latino-americano, e a Teoria da Dependência, têm feito importantes aportes sobre a política econômica da região.

O pensamento cepalino explora a ideia de desenvolvimento centrando-se no debate acerca das estruturas produtivas e do crescimento econômico, focando na figura do Estado como agente gestor do planejamento da modernização. Para

tanto, trouxe à tona, fundamentalmente, duas premissas em relação ao desenvolvimento da região: 1) a ineficiência do modelo econômico pautado na exportação de produtos primários e 2) a necessidade modernização das estruturas produtivas por meio da industrialização.

A CEPAL, portanto, contrapõe, de um lado, o desenvolvimento dos centros industriais apoiado no progresso tecnológico, com uma rápida acumulação de capital e, de outro lado, o desenvolvimento das chamadas regiões periféricas, de produção extensiva, que expandia as exportações sem contudo alterar as técnicas de produção e dinamizar a economia doméstica (TAVARES, 1977).

O esquema de centro-periferia criticado pela CEPAL também aparece enquanto categoria analítica na Teoria da Dependência. Theotônio dos Santos, um dos mais renomados teóricos da dependência, avança na leitura da modernização e alega que o crescimento econômico dos países periféricos pautado na industrialização “parecia destinado a acumular miséria, analfabetismo e uma distribuição de renda desastrosa” (SANTOS, 2000, p. 16). Na sequência, explica: “o subdesenvolvimento não pode ser considerado como a condição primeira para um processo evolucionista” uma vez que “a expansão industrial da América Latina não resultou na sua passagem para o campo dos países industriais desenvolvidos” (SANTOS, 2000, p. 19). O subdesenvolvimento, nesta lógica, portanto, não é estágio de um processo de evolução linear e universal, mas sim condição inerente aos países que participam de forma subalterna na economia global.

Apesar de ambas analisarem a região a partir de uma perspectiva histórica e também estrutural, essas duas correntes de estudo da economia latino-americana apresentam algumas divergências em relação ao método mais adequado para superar o modelo de centro-periferia. No que diz respeito aos atores que devem conduzir as plataformas de governo, a CEPAL se associa à burguesia nacional, enquanto a Teoria da Dependência, em um desprendimento crítico da primeira,

traz para o centro do debate o potencial que reside nas camadas populares para a formulação de um modelo de desenvolvimento pautado na soberania e na justiça social. De todo modo, tanto a CEPAL quanto a Teoria de Dependência concordam que problemas historicamente compartilhados podem encontrar soluções compartilhadas. A importância da integração regional dos países latino-americanos é, nesta esteira de pensamento, um consenso.

2.2. O comércio externo e as cadeias regionais de valor

Os sinais de esgotamento da industrialização da América Latina durante a década de 1950 indicaram que o modelo pautado na substituição de importações não era suficiente para modernizar as estruturas produtivas. A política de incentivos econômicos à produção nacional de setores estratégicos encontrava dificuldades na demanda de mercado e no acesso à capital produtivo (FURTADO, 2007). Neste contexto, o comércio intrarregional revelou-se como uma grande oportunidade para dinamizar as economias domésticas.

Em *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico*, obra originalmente publicada em 1966, Furtado faz considerações ao comércio regional no que diz respeito a oportunidade de criação de novos mercados:

No estudo do desenvolvimento, cabe considerar o comércio exterior de três ângulos diferentes: a) como fator de elevação da produtividade econômica, mediante a expansão dos mercados e especialização; b) como força motora capaz de provocar transformações das estruturas e c) como canal de transmissão do progresso técnico (FURTADO, 1983, p. 165).

Raul Prebisch, outro expoente do estruturalismo latino-americano, em *El Mercado Común Latinoamericano*, defendeu também que a maior integração produtiva, com sinergia entre as cadeias produtivas da região, poderia mudar o perfil produtivo da América Latina (PREBISCH, 1982).

No escopo da Teoria da Dependência, Ruy Mauro Marini, sobre o processo de integração regional, escreve:

A integração deve deixar de ser um mero negócio, destinado somente a assegurar áreas de investimento e mercados, para converter-se num grande projeto político e cultural, na melhor tradição da esquerda latino-americana. Isso supõe que operários, estudantes, intelectuais, mulheres, organizações sociais e políticas dos países latino-americanos forjem os instrumentos hábeis para a uniformização de suas demandas e para a coordenação de suas lutas no plano reivindicativo e da legislação laboral, da política educacional e das plataformas programáticas, e se empenhem na inclusão de representantes seus nos órgãos existentes ou por criar no marco do processo de integração (MARINI, 1992, p.61).

Assim, torna-se interessante o estudo das cadeias globais de valor como processo que concretiza a Divisão Internacional do Trabalho. A integração regional faz sentido para a América Latina uma vez que o comércio global, de modo geral, posiciona estes países em elos de cadeias globais de valor de pouco valor agregado e pouco avanço científico-tecnológico, o que causa desdobramentos sociais negativos. Apesar da compreensão de que as cadeias regionais de valor propiciam um comércio mais dinâmico, é necessário que esta modernização seja acompanhada de justiça social, de forma a não tirar proveito das assimetrias entre os países e, com isso, aprofundá-las.

Portanto, é de suma importância que se analise a maneira com que participa um território específico em uma cadeia produtiva que cruza a fronteira e se integra com o vizinho e, mais importante, como é feita a distribuição de benefícios que derivam das diferentes atividades da cadeia (ODDONE et. al., 2014).

O território de fronteira, destacado neste trabalho, é essencial para a consolidação das cadeias regionais de valor, pois é território da passagem ou até mesmo de assentamento, como no caso da Indústria Maquiladora na América Latina. Como veremos a seguir, as *Maquillas*, como são chamadas as fábricas, concentraram-se na América Latina, na região fronteira do México com os EUA, e também são encontradas na fronteira do Paraguai com a Argentina e o Brasil. No caso das maquiladoras do México, a maioria das empresas são de origem norte-americana; já no Paraguai os investimentos neste tipo de negócio

advém quase em sua totalidade do Brasil. O contexto territorial, isto é, sociopolítico e econômico, que envolve estas fábricas torna nítidas as contradições do binômio capital-trabalho.

3 AS MAQUILADORAS E OS TRABALHADORES

O primeiro aspecto a ser analisado sobre este tipo de empresa é o seu posicionamento nas cadeias globais de valor. É dizer, as maquiladoras ocupam um estágio na internacionalização da produção que não agrega valor notável ao produto. Pelo contrário: Maquiladoras são indústrias que fazem uso da mão de obra barata presente no território no qual se instala para realizar a montagem de produtos que não são produzidos naquela empresa e tampouco são comercializados naquela região.

O primeiro e mais evidente problema do modelo maquilador refere-se à insustentabilidade de sua balança de pagamentos, uma vez que tais plantas suscitam um aumento contínuo de importação de bens intermediários, nem sempre superado pelas exportações de produtos finais. Além disso, os baixos salários pagos proporcionam crescimento limitado da renda nacional, resultando em uma estratégia de inserção econômica tida por Mostafa (2009) como "subalterna". (SALOMÃO; SILVA, 2018).

As *Maquillas* são, deste modo, empresas que entram na cadeia produtiva para oferecer capital humano para a montagem de produtos, não finalizados, destinados a exportação. Neste primeiro aspecto, portanto, não há muitos ganhos para o país receptor destas empresas além da oferta de empregos. E é justamente nas relações de trabalho que este empreendimento apresenta as maiores problemáticas.

O que mais chama atenção sobre o perfil do trabalho é que são empregadas, na sua maioria, mulheres e mães solteiras (CARRILLO; GOMIS, 2013). Essa questão merece relevo, pois o mundo do trabalho é perpassado por complexas questões de gênero. Segundo Hirata e Kergoat (2007, p. 599), a divisão sexual do

trabalho “tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher)”. Assim, o aumento da inserção das mulheres no mercado de trabalho não se traduz em emancipação feminina, uma vez que tal inserção se dá principalmente em empregos precários, com menor remuneração, se comparada com a mão-de-obra masculina, e com prevalência dos abusos, assédios morais e sexuais sobre as mulheres.

Nessas empresas maquiladoras os relatos das trabalhadoras apontam para o serviço de caráter ininterrupto e desgastante ao qual são submetidas: não podem parar o serviço para irem ao banheiro e exercem funções motoras repetitivas, como máquinas. Trabalham em esteiras de produção como meras engrenagens de um processo maior que desconhecem. Muitas trabalhadoras adquirem doenças pulmonares e dermatológicas por serem expostas a materiais e ambientes que exalam elementos químicos tóxicos. E quando estas trabalhadoras recorrem ao aparato burocrático-institucional do Estado para reivindicarem seus direitos trabalhistas, deparam-se com grande descaso com suas pautas. Dentro do ambiente jurídico, as empresas, segundo os relatos das trabalhadoras, sempre saem ganhando nas tentativas de conciliação (HUMANS RIGHT WATCH, 1996).

Importa destacar também que, além das péssimas condições de trabalho daqueles que atuam no “chão da fábrica”, as empresas maquiladoras têm se valido dos processos de terceirização e flexibilização das leis trabalhistas para exercer uma exploração ainda maior, empregando terceirizados que trabalham em casa e são remunerados conforme a produção, recebendo o pagamento por peça (MAZIN, 2016). A terceirização, o pagamento por peça e o deslocamento do trabalho para a residência dos trabalhadores implicam, o mais das vezes, em jornadas de trabalho que ultrapassam o limite legal sem o pagamento de horas extras e, constantemente, no emprego de mão-de-obra infantil.

Já no que diz respeito ao aspecto ambiental, há um grande descuido com o descarte dos resíduos da produção. Ao redor das empresas maquiladoras em Tijuana podem ser observados vários tipos de resíduos sendo despejados nos rios e ao ar livre, sem qualquer tipo de tratamento. E, mais uma vez, quando os moradores dos arredores, que são os trabalhadores das fábricas e seus familiares, recorrem ao Estado para que este tome as devidas providências de controle ambiental, pois isto tem os afetado diretamente, inclusive os causando doenças, o Estado se omite em protegê-los.

OLGA: - La Ciudad Industrial es como una mesita, la mesita del cerro y nosotros estamos en un pozo, como quien dice, abajo de la mesita que hay, donde está la ciudad industrial. Es todo lo que son químicos, o lo que ellos usen en las fábricas vienen a dar para acá a la colonia y aquí se queda. Aquí sí, aquí sí ha habido gente que en los pies, en las piernas, les han salido granitos, mas o menos como los de ellas, por eso pensamos nosotros que son del agua pues. (MAQUILAPOLIS, 01:10:31;00, 2006)

Milton Santos, geógrafo brasileiro, em análise sobre a globalização fragmentadora dos nossos territórios, atenta para a perturbação que as empresas podem causar em determinado território :

Cada empresa, porém, utiliza o território em função dos seus fins próprios e exclusivamente em função desses fins. As empresas apenas têm olhos para os seus próprios objetivos e são cegas para tudo o mais. Desse modo, quanto mais racionais forem as regras de sua ação individual, tanto menos tais regras serão respeitadas do entorno econômico, social, político, cultural, moral ou geográfico, funcionando, as mais das vezes, como um elemento de perturbação e mesmo de desordem. Nesse movimento, tudo que existia anteriormente à instalação dessas empresas hegemônicas é convidado a adaptar-se às suas formas de ser e de agir, mesmo que provoque, no entorno preexistente, grandes distorções, inclusive a quebra da solidariedade social (SANTOS, 2001, p. 85).

A flexibilização das leis trabalhistas e ambientais são políticas de incentivo que servem como atrativos para o deslocamento industrial às regiões mais lucrativas. Contudo, este modelo econômico não se apresenta nos países centrais.

As potências econômicas, por sua vez, impõem aos países subdesenvolvidos um projeto que elas mesmas não efetivam em seus territórios; a saber, são protecionistas nas suas políticas domésticas e forçam o liberalismo na política econômica internacional.

4 A “MAQUILAPOLIS”: A INDÚSTRIA MAQUILADORA E AS REGIÕES DE FRONTEIRA

Na América do Norte, em 1965 foi firmada a Política de Fomento à Indústria Maquiladora de Exportação, entre México e Estados Unidos. Esta política estava associada ao Programa Nacional Fronterizo (PRONAF), que tinha como objetivo estimular a economia local e melhorar as condições socioeconômicas nas cidades fronteiriças ao norte. Ambas as políticas foram criadas no contexto de um profundo caso de desemprego em massa na região da fronteira sul dos Estados Unidos, resultado do fim do Acordo Internacional sobre Trabalhadores Migratórios (AITM) assinado com o México. Estima-se que havia uma população de quase 200 mil trabalhadores desempregados na região naquele então (SALOMÃO; SILVA, 2018).

Na América do Sul, o Paraguai é o país com maior concentração deste tipo de indústria. A lei paraguaia N° 1.064/97, regulamentada no ano 2000, conhecida como Lei de Maquila, estabeleceu as condições oferecidas para incentivar este empreendimento. O pano de fundo neste país para a implementação da política de incentivo a IME foi o aumento da fiscalização na fronteira com o Brasil, no marco do combate ao tráfico de drogas e contrabando de mercadorias, o que acabou por inibir o transporte de mercadorias característico entre as cidades de Ciudad del Leste no lado paraguaio e Foz do Iguaçu pelo brasileiro (KLEINSCHMITT, 2016). A comercialização de mercadorias na fronteira do Brasil com o Paraguai representava a quarta principal fonte de divisas do país, e

a queda deste comércio fez com que o Paraguai buscasse novas formas de inserção no mercado regional.

As regiões fronteiriças são as que mais têm plantas maquiladoras, no México, 59,6% destas estão ao longo da fronteira com os EUA (COSTA, 2016). De acordo com o Banco Nacional de Comércio Exterior do México (apud WISE; CYPHER, 2007, p. 125), em 2005, havia mais de três centenas de empresas maquiladoras ao longo da fronteira Estados Unidos-México, com mais de 1,2 milhão de trabalhadores, gerando 55% das exportações de manufaturados do país em 2004. Dados mais recentes indicam que, em 2015, a IME ainda concentrava por volta de 25,5% do emprego manufatureiro nacional e perto de 3% do total de trabalhadores no México (ARRIETAS, 2016). No Paraguai, 89% das plantas estão localizadas nas fronteiras com a Argentina e com o Brasil, e quando se observa apenas as fronteiras com o Brasil, tem-se 48% das plantas (COSTA, 2016). A rede Jornal Contábil, em notícia publicada em 2019, completa a informação trazendo mais dados sobre o IED brasileiro:

A movimentação de empresários nacionais se intensificou a partir de 2013, quando uma grande campanha em torno deste regime de incentivo foi feita pelo Paraguai. Entre os nomes de peso que chegaram por lá estão: JBS (Friboi), Riachuelo, Vale, Bourbon, Camargo Correa, Eurofarma, Buddemeyer, Cargill, X-Plast e Estrela. A análise do próprio governo estrangeiro é de que, entre 2013 e 2018, sete em cada dez novas fábricas maquiladoras são do Brasil. Até 2017 já eram 124 empresas e, segundo a embaixada brasileira, o total de companhias que pediram instruções de como se mudar para lá cresceu 64% em 2017. Foram 445 consultas ano passado, contra 272 em 2016 (JORNAL CONTÁBIL, 2019).

Segundo Dell’Agnese (2003, p. 80), nas regiões de fronteira “la intensidad suele ser acentuada por la diversidad contrastante en términos de contexto económico general, mercado de trabajo, régimen fiscal, disponibilidad de bienes de consumo, y hasta por la disponibilidad del suelo edificable”. A proximidade territorial, com o contrastante ordenamento jurídico, facilita a produção e o

transporte de insumos e produtos, devido aos baixos custos de produção e de transporte dos produtos de volta para as empresas matrizes.

Na mesma esteira do pensamento do autor cevalino Raul Prebisch (1979) a respeito da situação de centro-periferia entre Estados e regiões, Stella Juste & Nahuel Oddone (2017) propõem o esquema de dupla periferia para caracterizar a situação das regiões de fronteira. Isto é, por conta do afastamento com os centros econômicos nacionais, o quadro de subdesenvolvimento destas regiões configura uma dupla dependência: uma região periférica dentro de um Estado periférico no Sistema Internacional.

A exploração, ou negligência, deste território, aqui exemplificada com a Indústria Maquiladora, promovida pela agenda internacional, e assimilada pelos países, parece apresentar senão uma situação de dupla-periferia, um duplo-interesse. Por que relegar a região de fronteira o subemprego e o ambiente inóspito? Por que ali se conforma a *Maquilapolis*? Estar distante dos centros econômicos nacionais é um fator que certamente influencia no subdesenvolvimento das regiões de fronteira. Outrossim, a proximidade geográfica com os países vizinhos que investem seu capital facilita este tipo de mercado.

Contudo, apesar de ser óbvia a lógica do território de fronteira como espaço geográfico de primeira aproximação entre os países, há um quadro histórico de distanciamento e uso destas regiões para fins de defesa e segurança nacional. Estas regiões poderiam ter sido pensadas para a experimentação da integração regional, mas, no sentido oposto, foram historicamente estruturadas para proteção da soberania e para demarcação entre regimentos distintos. Sendo, desta forma, território, mas também, com referência na nação, a representação abstrata do seu próprio limite, a fronteira se torna um importante ponto de inflexão para a análise do relacionamento entre os Estado no nível regional, ou subregional.

As pesquisas em *border studies* concordam que o princípio de Soberania dos países resultou na ideia do território enquanto uma instituição política que resguarda resguarda a faceta de (des)conexões de espaços sociais, políticos e culturais (MOREIRA, 2018). A fronteirização (*bordering*), neste sentido, e a institucionalização da ideia de rupturas (ZAPATA-BARRERO, 2012). Desta forma, a porosidade da fronteira, enquanto território permeável, é vista como nociva aos limites da ordem. De volta ao pensamento cepalino, por outro lado, o autor Celso Furtado (2011) defende que justamente nesta permeabilidade do território reside também uma grande oportunidade para aplicação de políticas de desenvolvimento, em função das trocas que são possíveis nestes espaços. Segundo o autor, para além da perspectiva reducionista de fronteiras enquanto local estratégico para a segurança militar, este território limdeiro pode alavancar a integração nacional e regional, com projetos de convergência estrutural que possibilitem câmbios entre os países.

Diante do exposto, este trabalho busca somar reflexões a tantos outros que buscaram examinar o processo histórico de formação econômica e política dos países da América Latina e, neste marco, problematizar o tratamento inadequado das regiões de fronteira e da cidadania fronteiriça. A Indústria Maquiladora aparece aqui em destaque, mas certamente não é um caso isolado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“América, século 21, tem fogo no céu da cidade, não são fogos de artifício” é o verso que dá início à música *America 21*, do rapper brasileiro Gustavo de Almeida Ribeiro, mais conhecido como Black Alien. Com efeito, a letra recorda que a América Latina do século XXI permanece com desafios históricos que deixam pouca margem para comemoração. Evidentemente, nos anos 2000 pudemos contabilizar alguns avanços de governos progressistas, que, a muito custo, obtiveram um importante protagonismo na política regional e se

levantaram contra a subserviência da região ao Sistema Internacional. Fato que ilustra este contexto foi a recusa, em 2005, do Acordo de Livre-Comércio das Américas (ALCA), que viria a favorecer dinâmicas de exploração dos corpos e territórios latino-americanos. Contudo, na década seguinte, experimentou-se um refluxo deste movimento regional, coletivamente denominado pela literatura científica como Onda Rosa. Mais recentemente, alguns dos governos progressistas latino-americanos voltaram ao poder e podem se colocar novamente contra o imperialismo.

De todo modo, a agenda econômica internacional tem a capacidade, por meio de mecanismos de controle financeiro, de hegemonizar o debate e impor o liberalismo sobre as economias domésticas. As forças dirigentes da América Latina precisam estar atentas e conscientes a respeito dos mitos e falácias desse tipo de desenvolvimento, para poder se contrapor a este projeto. Este trabalho dedicou-se, por exemplo, a compreender a relação que se estabelece entre internacionalização da agenda neoliberal e a promoção das indústrias maquiladoras.

A liberalização econômica, se não analisada criticamente, passa despercebida em suas tratativas mais impiedosas: impõem medidas a países que elas mesmos não estão dispostas a executar. No caso das maquiladoras, as fronteiras são fechadas para a passagem de trabalhadores, mas abrem-se para as empresas. O trabalho atravessa a fronteira, em forma de mercadoria produzida com baixo custo, mas o trabalhador não. Essa é apenas uma das contradições deste modelo.

Entre as justificativas para impulsionar este modelo produtivo, elenca-se: estimular as exportações, acelerar a industrialização, arrecadar divisas, gerar empregos e transferência de tecnologia para o desenvolvimento interno. Na contramão do desenvolvimento, entretanto, o que se observa depois de anos deste tipo de incentivo é a falta de integração produtiva doméstica, e, mais importante,

a situação de dupla dependência das regiões de fronteira e os relatos sobre o subemprego nestas fábricas.

Entendida aqui como produto direto da agenda do liberalismo econômico enquanto política de Estado, a Indústria Maquiladora é um tipo de empreendimento que não corrige as assimetrias do comércio internacional. Pelo contrário, reproduz a lógica das cadeias globais de valor no projeto de integração regional. As *Maquillas*, ao fim e ao cabo, estão à serviço dos interesses das empresas globais e causam retração dos direitos e da seguridade social. Não entram nas cadeias nacionais de produção, isto é, não auxilia a movimentar a produção nacional, pois os insumos são na grande maioria estrangeiros, bem como a tecnologia - que não se transfere para o nacional.

A conexão com a economia nacional ocorre de forma mais significativa na criação de postos de trabalho. Mas tendo em perspectiva os processos de precarização a que os trabalhadores e as trabalhadoras das empresas maquiladoras são submetidos, provavelmente esta não seja também uma vantagem. A negligência com a seguridade social destas pessoas vem por meio da precarização nas condições de trabalho dentro das indústrias, com as baixas remunerações, com o descuido no despejo de materiais usados na produção (que muitas das vezes são descartados ao ar livre, em meio às habitações dos trabalhadores – o que tem causado fortes intoxicações nos mesmo), e, não raro, com a transferência súbita da empresa para lugares que oferecem melhores custos de produção – situação na qual milhares de trabalhadores são demitidos sem os devidos acertos de contas ou garantia de outros postos de trabalho.

Mesmo ao nível de desenvolvimento industrial do país, ainda assim, estaríamos em prejuízo. Como já exposto, estes empreendimentos não colocam nossos países em momentos fulcrais da produção tecnológica. Este tipo de cadeia de valor, que fragmenta a produção e a aloca conforme os custos e competências de determinados locais, aproveitando as assimetrias entre os

países, situam diversos territórios em estágios primários e sem desenvolvimento tecnológico. Desta forma, não avançamos em justiça social, tampouco em tecnocracia.

REFERÊNCIAS

ADELMAN, Irma. **Falacias en la teoría del desarrollo y sus implicaciones en política**. En Meier, Gerald & Stiglitz, Joseph (editores), *Fronteras de la economía del desarrollo. El futuro en perspectiva*. Alfaomega, México, 2002.

ARRIETAS, Irma Balderas. *Maquiladoras Mexicanas*. In: **Latinoamericana**: enciclopédia contemporânea da América Latina e do Caribe. [S.l: s.n.], 2006.

BASTOS PEIXOTO, Alexandre. **Fronteira e integração regional**. In: PÊGO, Bolívar; MOURA, Rosa; et al. *Fronteiras do Brasil : diagnóstico e agenda de pesquisa para política pública*, v. 2. Brasília: Ipea : MI, 2017. 276 p.

CARRILLO, Jorge; GOMIS, Redi. **El empleo femenino en multinacionales maquiladoras y no maquiladoras de México**. 2013. Disponível em: <<http://www.colef.mx/jorgecarrillo/wp-content/uploads/2013/09/PU388.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

COSTA, Francielly da Fonseca. **Lei de Maquila: impactos no desenvolvimento econômico do Paraguai de 2003 a 2016**. 2018. 115 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2018.

DELL'AGNESE, Elena. **Geografía Política**. *Appunti critici*, CUEM, Milán. 2003.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**, 4 ed. São Paulo: Global, 2009.

FURTADO, Celso. **A Economia Latino-Americana**. 4ª. Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. Coleção os Economistas, Editora Abril Cultural. São Paulo, 1983.

HARVEY, David. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo, Edições Loyola, 2011.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007, p. 595-609. Disponível em: <<http://scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0537132>>. Acesso em: 13 mai. 2021.

HUMANS RIGHT WATCH. **México, no guarantees: Sex Discrimination in Mexico's Maquiladora Sector.** 1996. Disponível em: <<https://www.hrw.org/reports/pdfs/m/mexico/mexi0896.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2015.

JORNAL CONTÁBIL. **Lei de Maquila: como o Brasil está perdendo empresas, empregos e renda para o Paraguai.** 16 de maio 2019. <<https://www.jornalcontabil.com.br/>>. Disponível em: <https://www.jornalcontabil.com.br/lei-de-maquila-como-o-brasil-esta-perdendo-empresas-empregos-e-renda-para-o-paraguai/>. Acesso em: 15 de marco de 2021.

JUSTE, Stella Maris. La condición de doble periferia en unidades subestatales. **Interações (Campo Grande)**, Campo Grande, v. 18, n. 4, p. 169-184, Dec. 2017 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-70122017000400169&lng=en&nrm=iso>. access on 03 Aug. 2020.

Kay, T. **NAFTA and the politics of labor transnationalism.** Nova Iorque: Cambridge University Press, 2011.

KLEINSCHMITT, Sandra Cristiana. O que as políticas de controle para as fronteiras brasileiras e o projeto maquila do Paraguai têm em comum? **Século XXI**, v.7, n.2, 2016.

MAQUILAPOLIS City of Factories. Direção: Vicky Funari, Sergio De La Torre. Tijuana. 2006. 1h10min.

MARINI, Ruy Mauro. **América Latina: dependência e integração.** São Paulo: Brasil Urgente, 1992.

MATHIAS, Meire. O desenvolvimento sob impacto das reformas na América Latina: o legado dos anos 1990. **Novos Rumos**, Marília, v. 49, n. 2, p. 121-134, Jul.-Dez., 2012.

MAZIN, Angelo Diogo. **A exportação dos capitais brasileiros 2012-2014:** estudo sobre as “maquiladoras” brasileiras no Paraguai. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de

Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL). São Paulo: 2016.

NEWSREEL. **MAQUILAPOLIS Transcript (with subtitles)**.
<<http://newsreel.org/>>. Disponível em:
<http://newsreel.org/transcripts/maquilapolis.htm>. Acesso em: 15 de marco de 2021.

ODDONE, Nahuel; PADILLA, Ramón y ANTUNES, Bruno. **Metodología del Proyecto CEPAL-GIZ para el diseño de estrategias de fortalecimiento de cadenas de valor**. In: PADILLA PEREZ, Ramon (ed.), Fortalecimiento de las cadenas de valor como instrumento de la Política Industrial, Livros de la CEPAL N° 123, CEPAL y GIZ, Santiago de Chile, 2014.

PREBISCH, Raúl. **El mercado común latinoamericano** (1982d). In Gurrieri, 1982.

SALAZAR, Jorge Alfonso C. **20 años del TLCAN: su impacto en la balanza de pagos, agricultura y vulnerabilidad externa de la economía mexicana**. Ciudad de México: Maporrúa, 2014.

SALOMAO, Ivan & SILVA, Eduardo. Da substituição de importações à promoção das exportações: notas sobre a industrialização mexicana. **Rev. FAE**, Curitiba, v. 21, n. 2, p. 117 - 130, jul./dez. 2018.

SANTOS, Theotônio dos. **A teoria da dependência: balanço e perspectivas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 5 ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SUNKEL, Osvaldo & PAZ, Pedro. **El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo**. Ed. Siglo XXI. México. 1970.

TAVARES, M. Conceição. **Ensaio sobre a economia brasileira**. In: Da substituição de importações ao capitalismo financeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1977.

WISE, R. D.; CYPHER, J. M. 'The strategic role of mexican labor under nafta: critical perspectives on current economic integration' In: **Anais da American Academy of Political and Social Science**, v. 610, mar/2007.

.

ACUMULACIÓN POR DESPOSESIÓN Y MIGRACIÓN EN AMÉRICA LATINA: EL CASO DE TRABAJADORES PARAGUAYOS EN EL SECTOR DE LA CONSTRUCCIÓN DE LA CIUDAD DE ROSARIO (SANTA FE, ARGENTINA)

Juliana Carpinetti ⁹³

INTRODUCCIÓN

El texto que presentamos a continuación tiene por principal objetivo analizar las características que asume, en América Latina en general y en el Cono Sur en particular, la vinculación entre las prácticas propias de la acumulación por desposesión y las dinámicas migratorias contemporáneas.

Para alcanzarlo se articula sobre la hipótesis general de que el *Consenso de las Commodities* establece para toda la región y a través de los diferentes territorios nacionales, un entramado particular de satélites y metrópolis. En aquellas áreas identificadas como periféricas, se consolidan y aceleran de manera paralela las prácticas de la acumulación por despojo y las dinámicas expulsoras de la población. Esto es, la emigración. Mientras que, en las áreas centrales, la acumulación por despojo pierde espacio frente a la acumulación por reproducción ampliada, al tiempo que la inmigración contribuye a esta última a través de la explotación diferencial de su fuerza de trabajo.

⁹³ Licenciada en Relaciones Internacionales (Universidad Nacional de Rosario, Argentina). Magister en Migraciones Internacionales, Fenómenos Migratorios y Transformaciones Sociales (Universidad Ca' Foscari de Venecia, Italia). Doctora en Ciencia Política (Universidad Nacional de Rosario, Argentina). Doctora en Sociología (Universidad de París, Francia). Profesora Asociada en la Universidad Nacional de Rafaela, Argentina. Becaria posdoctoral de CONICET en el Centro de Investigación y Transferencia Rafaela, Argentina.

Procurando contrastar esta respuesta tentativa, se presentan los resultados empíricos obtenidos en el marco de una investigación doctoral de más largo alcance. Esto a los fines de ilustrar la vinculación existente entre el binomio acumulación por desposesión-emigración, por un lado; y acumulación por reproducción – inmigración, por el otro; a la luz del caso de los trabajadores inmigrantes empleados en el sector de la construcción de la ciudad de Rosario, Santa Fe, Argentina.

Dichos resultados fueron obtenidos a través de la movilización de dos técnicas fundamentales de recolección de datos: la revisión documental y la entrevista. Entre los años 2013 y 2018 se realizaron más de 30 entrevistas personales a inmigrantes paraguayos empleados en el sector de la construcción de la ciudad de Rosario, que sumaron más de 25 horas de grabación. Las respuestas obtenidas fueron analizadas a la luz de dos grandes corpus teóricos: la teoría de las migraciones y los estudios del trabajo.

El texto se articula en tres partes. En el inicio de la primera parte se ofrecen una serie de precisiones conceptuales, respecto de las categorías de acumulación por desposesión y acumulación por reproducción ampliada. Posteriormente se proponen elementos de tipo contextuales, a partir de su vinculación con la historia reciente latinoamericana, particularmente a partir de la instauración del *Consenso de las Commodities* y su vigencia en el marco del denominado “giro a la izquierda”.

En la segunda parte se recuperan diferentes aportes teóricos que destacan la necesidad de desarrollar un abordaje global de los fenómenos migratorios, que contemple su doble componente de emigración e inmigración, a la luz de los desequilibrios estructurales generados a escala global por la expansión de las relaciones de producción capitalistas y su penetración en las periferias mundiales.

En la tercera parte se presentan los datos empíricos seleccionados a los fines de responder a la pregunta de investigación. La misma se encuentra

articulada en torno a dos ejes. El primero se encuentra abocado a la presentación de las condiciones estructurales que configuraron a la emigración como estrategia en el universo de posibles de ese campesinado paraguayo y su vinculación con las prácticas propias de la acumulación por despojo. El segundo se ocupa de reconstruir las características que asume su incorporación al mercado de trabajo en la sociedad de destino y su contribución a la acumulación por reproducción ampliada a través de la explotación diferencial de su fuerza de trabajo.

Por último, se presentan algunas reflexiones finales respecto de los resultados obtenidos.

2 ACUMULACIÓN POR DESPOSESIÓN Y *CONSENSO DE LAS COMMODITIES*

David Harvey ha elaborado el concepto de “acumulación por desposesión” en diálogo con la teoría general de la acumulación desarrollada por K. Marx. Este último establece una clara distinción entre la acumulación capitalista, basada en la reproducción ampliada a través de la explotación del trabajo vivo en el proceso productivo, por un lado; y la acumulación primitiva, fundada en la depredación, el fraude y la violencia que forma parte de su prehistoria y condición de posibilidad para su surgimiento, por el otro.

La descripción que hace Marx de la acumulación primitiva u originaria reúne una multiplicidad de procesos que incluyen “la mercantilización y privatización de la tierra y la expulsión forzosa de las poblaciones campesinas; la conversión de diversas formas de derechos de propiedad -común, colectiva, estatal, etc.- en derechos de propiedad exclusivos; la supresión del derecho a los bienes comunes; la transformación de la fuerza de trabajo en mercancía y la supresión de formas de producción y consumo alternativas; los procesos coloniales, neocoloniales e imperiales de apropiación de activos, incluyendo los recursos naturales; la monetización de los intercambios y la recaudación de

impuestos, particularmente de la tierra; el tráfico de esclavos; y la usura, la deuda pública y, finalmente, el sistema de crédito” (Harvey, 2005: 113).

David Harvey desarrolla el concepto de acumulación por desposesión para destacar que estas prácticas depredadoras que Marx define como propias de la acumulación primitiva, han desempeñado un rol permanente y determinante a lo largo de toda la geografía histórica de la acumulación de capital y que, de hecho, lo siguen haciendo. Es por eso que reemplaza la adjetivación de “primitiva” u “originaria” para señalar que se trata de un proceso actualmente en curso, que no sólo ha conservado los rasgos arriba descritos, sino que incluso ha incorporado nuevas variantes, tales como la depredación y degradación de bienes ambientales globales como la tierra, el aire y el agua; la mercantilización de las formas culturales, las historias y la creatividad intelectual populares; la privatización del agua y otros servicios públicos, entre otras.

Si bien la acumulación por desposesión se manifiesta de diferentes formas, el autor reconoce dos elementos que se mantienen constantes: es omnipresente, en tanto se trata de procesos que encontramos en cualquier etapa histórica del capital; y se acelera cuando ocurren crisis de sobreacumulación en la reproducción ampliada. Frente a la tendencia del capitalismo a producir este tipo de crisis, las formaciones sociales capitalistas usualmente dominadas por algún centro hegemónico, se involucran en prácticas cuasi-imperialistas que buscan ajustes espacio-temporales para sus problemas de sobreacumulación. Desde la década de 1970, el capitalismo global ha entrado en una nueva fase en la que experimenta un problema crónico y duradero de sobreacumulación. Harvey afirma que la incapacidad de acumular a través de la reproducción ampliada sobre una base sustentable, ha sido acompañada por crecientes intentos de acumular mediante la desposesión. Esta es, desde su perspectiva, la marca del “nuevo imperialismo”.

Seoane, Tadei y Alegranati (2011) afirman que esto se tradujo en la recolonización de América Latina bajo una renovada aplicación de las doctrinas Monroe y del destino manifiesto, que permitió a las élites estadounidenses defender en la competencia interimperialista el derecho al control sobre todo el continente y sus recursos. La acumulación basada en la desposesión de la periferia latinoamericana, que permitió palear la crisis de reproducción ampliada de la economía norteamericana, adquirió diferentes formatos a lo largo del período. En los '80 las economías de la región fueron despojadas a través del endeudamiento externo, el incremento inusitado de las tasas de interés y la implementación de programas de ajuste comandados por los organismos internacionales de crédito. En los '90 la aplicación hemisférica de las políticas del *Consenso de Washington* permitió la apropiación privada de bienes comunes o sociales a través de la privatización de empresas y servicios que, hasta entonces, eran de tipo público-estatales.

Svampa (2013) sostiene que, en el cambio de milenio, América Latina realizó el pasaje del Consenso de Washington, asentado sobre la valorización financiera, al *Consenso de los Commodities*⁹⁴, basado en la exportación en gran escala de bienes primarios. En términos económicos, esto se tradujo en un importante proceso de reprimarización de las economías latinoamericanas, que acentúan su reorientación hacia actividades primarias extractivas o con escaso valor agregado, monoproductivas y/o de escasa diversificación. Pero además en la profundización de las dinámicas de desposesión o despojo de tierras, recursos y territorios. Es por ello que la literatura crítica refiere a la consolidación de un *estilo de desarrollo neoextractivista* basado en la sobreexplotación de recursos

⁹⁴ Svampa utiliza el término *commodities* para aludir tanto a productos indiferenciados cuyos precios se fijan internacionalmente, como a productos de fabricación, disponibilidad y demanda mundial, que tienen un rango de precios internacional y no requieren tecnología avanzada para su fabricación y procesamiento. Ambas definiciones incluyen desde materias primas a granel hasta productos semielaborados o industriales.

naturales, en gran parte no renovables, y en la expansión de las fronteras hacia territorios antes considerados como “improductivos”.

En términos sociales, la autora sostiene que la escala de los emprendimientos da cuenta no sólo de la envergadura de las inversiones, que son en general capital-intensivas; sino también de la magnitud de los actores involucrados, que son en su mayoría corporaciones transnacionales. Es por ello que Svampa sostiene que los mismos tienden a consolidar enclaves de exportación asociados a una lógica neocolonial. Estos, de manera similar al pasado, van configurando espacios socioproductivos dependientes del mercado internacional, que generan escasos encadenamientos productivos endógenos y operan una fuerte fragmentación social y regional.

Por último, con el uso de la expresión *Consenso de los Commodities* la autora pretende destacar los elementos políticos que le sirven de sustento. Esto es, la existencia de un acuerdo tácito acerca del carácter irrevocable o irresistible de la actual dinámica extractivista que, con matices, alcanza a todos los espectros de la política latinoamericana. Dicho consenso, basado en la conjunción entre la creciente demanda global de bienes primarios y la supuesta abundancia de riquezas naturales en América Latina, funciona como un umbral respecto de la producción de alternativas: “la confirmación de América Latina como una “economía adaptativa” respecto de los diferentes ciclos de acumulación y, por ende, la aceptación del lugar que la región ocupa en la división global del trabajo constituyen uno de los núcleos duros que atraviesan sin solución de continuidad el Consenso de Washington y el Consenso de los Commodities” (Svampa, 2013: 36).

Diferentes trabajos se han ocupado de abordar los elementos de continuidad y ruptura subyacentes al *Consenso de las Commodities* en el marco del denominado “giro a la izquierda” latinoamericano producido en la primera década del siglo XXI (González Casanova, 2002; Gudynas, 2011; Katz, 2008;

Seoane, Tadei y Algranati, 2011; Svampa, 2013). Si bien todos ellos coinciden en destacar que el modelo extractivo exportador basado en la explotación de los bienes comunes de la naturaleza fue un pilar fundamental de las estrategias de desarrollo implementadas por los gobiernos de corte progresistas, también se ocupan de poner en relieve importantes variaciones respecto de lo actuado en el mismo período histórico por gobiernos conservadores y ortodoxos.

Los elementos distintivos se articulan en torno a una serie de variables. La primera de ellas refiere al tipo de intervención que se le reserva al Estado y, en vinculación con esto, a su participación en la producción y distribución de las ganancias extraordinarias devenidas de este sector primario exportador. En la visión progresista -referidas por los citados autores como “neodesarrollismo”, “neoextractivismo” o “extractivismo progresista”- el Estado vuelve a erigirse como un actor relevante respecto de la producción, regulación y redistribución. Con matices que van desde la nacionalización-estatización de sectores estratégicos vinculados a la explotación de los bienes comunes de la naturaleza - como ocurrió con la nacionalización de los hidrocarburos en Bolivia-; hasta la apropiación estatal de una parte de los beneficios generados por la explotación y exportación privada de dichos bienes –como ocurrió con la fijación de derechos a la exportación en Argentina-; lo que surge es un intento estatal por orientar el proceso económico-productivo ponderando el mercado interno, promocionando otros sectores productivos e implementando políticas sociales universalistas y de distribución progresiva del ingreso sobre la base misma de la renta extractivista. Esto, a diferencia de lo que ocurre en su versión “neoliberal” u “ortodoxa”, que busca consolidar y profundizar el proceso de mercantilización y transnacionalización de estos bienes bajo creciente control de las corporaciones transnacionales, orientando masivamente la producción hacia el mercado externo.

La segunda distinción se articula en torno a la forma en que se gestionan los asuntos públicos. El modelo extractivista de vertiente ortodoxa favorece la

militarización de las relaciones sociales y se expresa en la profundización de una política represiva y en la criminalización de la protesta en nombre del supuesto crecimiento de la violencia y la delincuencia. En su vertiente progresista, en cambio, el Estado se ocupa de propiciar instancias democráticas de discusión y decisión -sean de tipo representativas, a través de la representación partidaria de fracciones de las clases subalternas o de parte de sus cuadros dirigentes; como directas, tales como la creación de Asambleas Constituyentes conformadas por referentes de movimientos sociales, sobre todo los indígenas y campesinos-. En este sentido, Svampa (2013) destaca los límites y las contradicciones que supuso, por un lado, la promoción de fuertes procesos participativos que otorgaron jerarquía constitucional a conceptos como los de “buen vivir” o “derechos de la naturaleza”; y por el otro, la promoción de un modelo socioeconómico depredador del medio ambiente.

La tercera y última diferencia refiere a su concepción de la integración regional y la relación con el mercado mundial. La versión conservadora defiende la integración subordinada al mercado mundial, hecho que se materializa en la firma de tratados de libre comercio con socios desiguales. Mientras que la versión progresista prioriza la integración de países latinoamericanos que faciliten una inclusión en mejores condiciones en el marco global y que trasciendan lo económico-comercial para avanzar en instancias de concertación política.

Independientemente de estos matices, tal como lo mencionamos previamente, el *Consenso de las Commodities* -articulado sobre la aceptación de un modelo de desarrollo extractivista, basado en la apropiación y explotación de los bienes comunes- se ha afirmado en la totalidad del territorio latinoamericano. En buena parte del Cono Sur, el ícono más emblemático de este proceso ha sido la expansión del cultivo de soja transgénica en la denominada “República de la Soja”, territorio que se extiende entre el centro y sur de Brasil, el centro y norte de Argentina, Paraguay y Uruguay.

Según el Atlas del Agronegocio (2018) el 75% del comercio mundial de aceite y harina de soja es de origen sudamericano y las proyecciones indican que de cada diez toneladas adicionales de soja que se cosechen en 2025, 8 provendrán de esta misma región. Entre 2012 y 2017, la industria procesadora de oleaginosas de estos países incrementó en un 18% su capacidad instalada, por lo que industrializa en la actualidad el 32% (93,2 Mt) del crushing mundial. Los planes de integración regional como el IIRSA (Iniciativa para la integración de la infraestructura regional de América del Sur), promovidos por el Fondo Financiero para el Desarrollo de la Cuenca del Plata (FONPLATA), tienen a la Hidrovía Paraguay-Paraná como la principal arteria de salida para esta producción. El complejo portuario ubicado en el corredor Rosario-Santa Fe, en el que quedan comprendidas las localidades de Puerto San Martín, San Lorenzo y Timbúes es, en cuanto al volumen de exportación, el más importante de América. Los puertos allí reunidos -en su totalidad privados y propiedad de empresas transnacionales tales como COFCO (China), Cargill (EE.UU.), Bunge (EE.UU.), Dreyfus (Francia)- recibieron en promedio en los últimos 5 años más de 2200 buques de ultramar (:27).

3 MIGRACIÓN, CENTRO Y PERIFERIA

Abdelmalek Sayad (2010) afirma que “es una constante del discurso sobre el inmigrante y sobre las condiciones de vida de la inmigración, hacer abstracción del emigrado y de las condiciones sociales generadoras de la emigración” (1987b: 27). Frente a ello, insiste en la necesidad de desarrollar una ciencia global del fenómeno migratorio, que contemple su doble componente de emigración e inmigración, permitiendo de ese modo una intelección total del fenómeno. Para lograrlo, sostiene que la reflexión sobre la cuestión migratoria no debería comenzar con la llegada de los inmigrantes a las sociedades de acogida, sino con

el análisis de las estructuras y las condiciones que los convirtieron en emigrantes en sus sociedades de origen (Bourdieu y Wacquant, 2000).

Invariablemente esa pregunta conduce al análisis de las relaciones de dominación que prevalecen a escala internacional. Tal como sintetizan Portes y Walton (1981: 3), “las investigaciones sobre el desarrollo, guiadas por la perspectiva de la modernización, tienden a concentrarse exclusivamente en los problemas internos de los países del Tercer Mundo, antes que en los mecanismos que los vinculan con las naciones avanzadas [...]. La literatura teórica más reciente [...] ha redefinido el concepto de desarrollo como un proceso anclado en la estructura de la economía mundial, teniendo consecuencias tanto en las sociedades desarrolladas como aquellas en vías de desarrollo”. Desde esta perspectiva ambos procesos, desarrollo y subdesarrollo junto con los movimientos migratorios a ellos vinculados, deberían analizarse como parte de los desequilibrios estructurales generados por la expansión de las relaciones de producción capitalistas y su progresiva penetración en las periferias mundiales (Sassen, 1988).

Si bien Portes y Walton analizan estas relaciones en términos nacionales, la mediación que introduce en el esquema de “centro” y “periferia” la lógica de “metrópolis” y “satélites” desarrollada por Andre Gunder Frank (1966), resulta interesante para comprender las características que asume la migración como sistema al interior de las periferias. Este autor afirma que, así como la capital colonial y su sector exportador se convierten en el satélite de las metrópolis del sistema económico mundial, este satélite se convierte a su vez inmediatamente en una metrópoli respecto a los demás sectores productivos y a la población del interior. De manera más reciente, los trabajos de Sassen (2006) refuerzan esta perspectiva al señalar que los procesos geopolíticos en curso configuran nuevas geografías transfronterizas de centralidad y marginalidad. Es por eso que afirma

que centro y periferia ya no pueden ser entendidas como categorías nacionales, en la medida en que ambas conviven al interior de cada Estado.

En el marco de esta red de metrópolis y satélites que vinculan al sistema mundo en su conjunto a través de los territorios nacionales, las zonas de emigración pueden ser referenciadas como aquellas que, en función de la división internacional del trabajo imperante, se ven expropiadas de sus excedentes por las zonas de inmigración, que son, al mismo tiempo, las que se ocupan de su posterior transferencia hacia los centros metropolitanos para los que ofician de satélites.

El *Consenso de las Commodities* establece en América Latina su propio entramado regional de satélites y metrópolis. En aquellos territorios identificados como periféricos -a los que se asume como “sacrificables” en el altar de sus necesidades- se consolidan y aceleran de manera paralela las prácticas de la acumulación por despojo y las dinámicas expulsoras de la población. Esto es, la emigración. Mientras que en las áreas centrales -enclaves necesarios de la exportación- la acumulación por despojo pierde espacio frente a la acumulación por reproducción ampliada, al tiempo que la inmigración contribuye a esta última a través de la explotación diferencial de su fuerza de trabajo.

Sayad afirma que, en el momento de su llegada a la sociedad de destino, el inmigrante “sólo existe por el trabajo, para el trabajo, en el trabajo” (2010: 252) y por eso “desaparece si desaparece el trabajo”, tal como ocurre con el inmigrante desocupado, el inmigrante accidentado o el inmigrante enfermo (1987b: 36). Esto en la medida en que su primera forma de integración, que es a la vez la que se impone a todas las demás, es la integración al mercado de trabajo asalariado en la sociedad de inmigración, de individuos que hasta entonces vivían al margen del mismo y de todo el sistema económico que lo sostiene.

Las mismas investigaciones que cuestionaron desde la teoría crítica las investigaciones realizadas al amparo de la teoría neoclásica, la modernización y el desarrollo económico, discuten el principal supuesto que les sirve de punto de

partida. Esto es, la existencia de un sector económico moderno, con buenos salarios, que atrae a los trabajadores en la sociedad de inmigración; y otro tradicional, con bajos salarios, que los expulsa de las sociedades de emigración. Plantean, por el contrario, la idea de un mercado de trabajo fragmentado, en el que trabajos calificados y de calidad, por un lado; y trabajos no calificados y precarios, por el otro; no sólo conviven al interior de sectores económicos modernos en las sociedades de inmigración, sino que lejos de ser una “desviación”, son una parte fundamental y constitutiva de estos últimos (Castles y Kosak, 1973; Piore, 1979; Sassen 1988).

En este contexto, tal como señalan Castles y Kosack (1973), “los inmigrantes deberían ser considerados, no a la luz de sus características específicas como grupo -étnicas, sociales y culturales- sino en términos de su posición social de hecho” (: 5). En función de ello, estos autores analizan su posición en los mercados de trabajo y en las estructuras de clase de los países avanzados, así como también su distribución en los diferentes sectores de la economía y las características de los trabajos para los cuáles eran empleados. De dicho análisis se desprende que la función del trabajo migrante no ha sido, como sugiere la economía tradicional, la de incrementar la oferta de mano de obra a secas, sino la de incrementar la oferta de mano de obra barata, a bajo costo (Portes y Walton, 1981). En función de lo expuesto, concluyen en que los trabajadores inmigrantes representan el último estrato del mercado de trabajo en las sociedades analizadas, que sus ocupaciones y posiciones socioeconómicas suelen ser inferiores a las de la población nativa y que tienden a ocupar los trabajos más indeseables, con peores salarios y condiciones de trabajo.

4 EL CASO DE LOS TRABAJADORES PARAGUAYOS EN EL SECTOR DE LA CONSTRUCCIÓN EN LA CIUDAD DE ROSARIO

En este apartado intentaremos ilustrar la vinculación existente entre el binomio acumulación por desposesión-emigración, por un lado; y acumulación por reproducción-inmigración; por el otro en el territorio latinoamericano. Lo haremos a partir de la presentación de resultados empíricos obtenidos en el marco de una investigación doctoral de más largo alcance. Las técnicas de recolección de datos movilizadas durante esta última fueron la revisión documental y la entrevista. Entre los años 2013 y 2018 se realizaron más de 30 entrevistas personales a inmigrantes paraguayos empleados en el sector de la construcción de la ciudad de Rosario, que sumaron más de 25 horas de grabación. Las respuestas obtenidas por este medio fueron analizadas a la luz de la literatura existente para el área de estudios de las migraciones y del trabajo.

4.1 La emigración del campo paraguayo

Por fuera de la diversidad de respuestas obtenidas para la pregunta sobre el lugar de nacimiento, pueden establecerse al menos dos conclusiones respecto de la procedencia geográfica de los entrevistados. La primera es que ninguno de ellos había nacido en Asunción -ciudad capital de Paraguay- y que sólo uno lo hizo en una ciudad de importancia como Ciudad del Este. El resto de los entrevistados declararon haber nacido en zonas rurales, caseríos, colonias, pueblos y/o pequeñas ciudades con poblaciones menores a los 50.000 habitantes. Independientemente de que la residencia se fije en una zona rural o urbana, lo que nos interesa destacar es el elemento de continuidad que atraviesa a ambos espacios geográficos en tanto se trata de territorios ligados al desarrollo de la producción agrícola. Tal como señalara Hobsbawm (2009) respecto de las capitales provincianas europeas de finales del siglo XVIII, aun cuando fueran

ciudades prósperas, se trataba de una prosperidad que permanecía anclada al desempeño de la actividad agrícola de la comarca.

La mayoría de los trabajadores entrevistados conformaban allí hogares numerosos, integrados por entre 4 y 6 hijos, que funcionan como unidades productivas. En el caso de quienes declararon vivir en las zonas rurales, el principal objetivo de las labores era el de garantizar la reproducción de la vida doméstica. Es decir, se trata de un patrón productivo anclado en la agricultura familiar, orientado hacia el autoconsumo y a la comercialización de excedentes. En general, las familias son propietarias de las pequeñas extensiones de tierra que trabajan, aunque también aparecen referidas otras relaciones contractuales, como por ejemplo el arriendo. En muchos de estos relatos se evidencia que esta actividad principal suele ser complementada con los ingresos obtenidos por los distintos integrantes de la familia, a través de la realización de actividades secundarias como, por ejemplo, la instalación en el hogar de una proveeduría que recluta sus clientes entre las familias de los campos vecinos.

Lejos de ser específico de la zona rural, este patrón también se repite en las zonas urbanas. De esto nos hablan los trabajadores entrevistados al destacar que en sus localidades de origen combinaban el trabajo en el comercio familiar, con empleos en relación de dependencia por fuera del mismo. Es tan fuerte el elemento de continuidad que atraviesa el espacio rural y el urbano en estas regiones, que predomina la mixtura antes que una separación tajante entre ambos territorios. Es por ello que resultan frecuentes casos como el de uno de los entrevistados que trabajaba en el campo con su familia y, complementariamente, se ocupaba del reparto de mercaderías de un almacén del pueblo.

Si bien el análisis de las causas profundas de la emigración del campo paraguayo excede los objetivos de este trabajo, es posible reconocer algunas vinculaciones entre las principales conclusiones obtenidas por diferentes investigaciones académicas que se han ocupado del abordaje de esta temática, por

un lado; y las características demográficas y socio laborales de los trabajadores entrevistados arriba mencionadas, por el otro.

Gerardo Halpern (2009) afirma que Paraguay es el país con mayor proporción de población rural en América Latina: mientras que en este país la población campesina representa el 43% de la población total, en el resto de los países esta cifra se ubica, en promedio, en torno al 27%. Es por ello que considera que el rol que desempeñan en la emigración paraguaya la profundización de los procesos de concentración de tierras y de descampesinización de la población, es insoslayable.

En cuanto al primero de estos fenómenos, el autor sostiene que, si bien ha sido una constante a lo largo de la historia de este país, desde la finalización de la Guerra de la Triple Alianza, se evidencian dos momentos históricos que han acelerado notablemente este proceso. El primero de ellos coincide con el inicio del régimen dictatorial de Alfredo Stroessner en 1954. Durante este período se implementaron una serie de programas de colonización, con el objetivo explícito de promover la ocupación, tanto pública como privada, de las áreas periféricas. Para llevarla adelante el gobierno de Stroessner tomó préstamos del Banco Interamericano de Desarrollo y del Banco Mundial para la compra de tierras y su posterior distribución entre la población (Yaluff, 2006).

Sin embargo, empíricamente las cosas sucedieron de manera diferente respecto de lo enunciado en los documentos oficiales. Por un lado, las tierras a colonizar no estaban vacías de población, sino que estaban ocupadas por pobladores originarios que se vieron sometidos desde entonces a todo tipo de persecuciones. Por el otro, el reparto de tierras se llevó adelante siguiendo un criterio eminentemente político, por lo que derivó en la entrega masiva de tierras a latifundistas, nacionales y extranjeros, en detrimento de los pequeños campesinos paraguayos (Palau et al. 2007; Palau, 2012; Barreto, 2013).

El segundo momento histórico coincide con el cambio de milenio, la consolidación del *Consenso de las Commodities* en todo el territorio latinoamericano y la expansión de la República de la Soja en el Cono Sur. T. Palau (et al. 2007 y 2012) estudia las implicancias de estas transformaciones sobre la emigración paraguaya. Según este autor, en los 27 años transcurridos entre 1973 y el año 2000, un millón de hectáreas de campo paraguayo estuvieron abocadas al cultivo de soja; mientras que, en la década transcurrida entre el año 2000 y el 2010, este cultivo se expandió hasta alcanzar los 2.6 millones de hectáreas.

Esta expansión ha resultado posible a través del arriendo o la compra de lotes y parcelas de reducidas dimensiones, que hasta entonces habían pertenecido a pequeñas familias campesinas. Sus compradores y/o arrendatarios son en su mayoría medianos propietarios brasileños y, en menor medida, empresarios paraguayos de la zona. Los primeros ocuparon las mejores tierras en el margen derecha del Río Alto Paraná, mientras que los segundos suelen officiar de testafellos de los primeros, con el objetivo de acercarse a potenciales vendedores de la comunidad.

Las cifras que ofrece Marta Barreto (2013) son muy ilustrativas respecto de los alcances del proceso de concentración de la tierra que acabamos de reseñar. Según los datos obtenidos a través del Censo Agropecuario realizado en el año 2008, Paraguay dispone de 32.527.075 hectáreas de tierras productivas. De estas, 30.566.963 se encuentran en manos de 24.844 fincas, mientras que las 1.960.112 hectáreas restantes se encuentran distribuidas entre 264.822 fincas. De esto se deduce que el 94% de las tierras productivas se encuentra en manos del 9% de las fincas. Mientras que el otro 6% se haya distribuido entre el 91% de las fincas

restantes. Es por ello que tal como lo señala el mismo Censo, el Índice Gini ubica al Paraguay a niveles muy próximos a la desigualdad perfecta.⁹⁵

Sin lugar a dudas esto ejerce una influencia decisiva en el proceso de descampesinización al que hacíamos alusión en los párrafos precedentes. Este proceso se nutre de dos vertientes. Por un lado, la mecanización de las actividades productivas trajo como correlato una reducción muy drástica en la demanda de mano de obra del sector primario. Si entre las décadas de 1970 y 1990 la agricultura capitalista integraba al campesino, en la actualidad esa capacidad se ha reducido dramáticamente, puesto que no se necesitan más de dos personas para cultivar 1000 hectáreas de monocultivo sojero. Por el otro, la descampesinización no sólo alcanza a los trabajadores asalariados sino también a los pequeños propietarios. Como los costos productivos son muy elevados, estas actividades sólo resultan rentables a gran escala porque en las pequeñas parcelas no llegan a ser amortizados. Mientras que, el encarecimiento del precio de las tierras, hace que la compra de nuevos lotes para anexar a su explotación, no resulte viable para estos actores (Palau et al., 2007).

Estas tensiones recrudecen con la llegada de nuevas generaciones, puesto que las parcelas familiares, en su mayoría pequeñas, no producen lo suficiente como para alojarlas. Tal como lo describieron Bourdieu y Sayad (1964) para el caso de la agricultura argelina, ante el incremento de la presión demográfica la actividad agrícola deja de tener otra finalidad que la de asegurar la satisfacción directa de las necesidades inmediatas del grupo familiar. No es que los campesinos desconozcan la superioridad de los métodos de explotación racional o rechacen el uso de las tecnologías por razones culturales, sino porque la producción para el mercado aparece como un riesgo imposible de asumir, en un

⁹⁵ El Índice de Gini se utiliza para medir la desigualdad. Toma el valor de 0 para expresar la igualdad total y el valor de 1 para la máxima desigualdad. En el caso de Paraguay el índice alcanza el valor de 0,93.

contexto en el que sus necesidades más urgentes no se encuentran totalmente cubiertas. Muestra de esto son las estadísticas. Según un informe recuperado por G. Halpern, es en el campo donde se dan los porcentajes más elevados de la pobreza extrema, ya que en promedio los ingresos en zonas rurales logran cubrir únicamente el 50% de la canasta básica (2009: 79).

Son estos elementos los que conducen a la progresiva descampesinización de las jóvenes generaciones. Este proceso suele iniciarse con su ocupación intermitente en actividades complementarias, experiencia que oficia de un primer estadio en la subsiguiente secuencia de proletarización. Esta puede ser procedida por una migración rural-rural de tipo estacional en función del calendario de cosechas, o de un desplazamiento interno rural-urbano hacia las principales ciudades del país en busca de empleo en el sector secundario o de servicios. Pero este último, escasamente desarrollado y atravesado por un elevado grado de informalidad, no logra absorber tales demandas. Es por eso que finalmente, puede que esta búsqueda concluya con la emigración hacia España y Argentina, destinos más frecuentes de estos colectivos.

En función de lo expuesto podemos afirmar que, en el marco del *Consenso de las Commodities*, el campo paraguayo se consolida como la periferia dentro de la periferia. Allí, la acumulación se produce a fuerza de despojo. Murillo (2011) utiliza el concepto de *limpieza de tierras* para referir al proceso de expulsión de trabajadores y pequeños productores de sus tierras a través de la compra, toma o expropiación de territorios, en algunos casos de manera ilegal y con violencia, en función de las necesidades y los intereses del agronegocio.

Están quienes se quedan y resisten. Son los que sostienen desde hace décadas un conflicto por la tierra ampliamente documentado por la literatura

académica (Kretschmer, 2011; Abante-Brun, 2012; Areco y Palau, 2016; Winer 2018; Yampey Díaz, 2019; entre otros)⁹⁶.

Y están los que se van. Frantz Fanon (2007: 101) denomina “condenados de la tierra” a aquellos hombres obligados a abandonar la tierra familiar y a “girar incansablemente en torno a las distintas ciudades, esperando que un día u otro se les permita entrar”. Solo después de haber sido arrojado a la desposesión de sus tierras primero y al incremento de la presión demográfica sobre su producto después, la emigración irrumpe como estrategia en el universo de posibles de ese campesinado paraguayo en pleno proceso de proletarización (Bourdieu y Sayad, 1964).

4.2 La inmigración a la ciudad de Rosario

Decíamos más arriba que las zonas de emigración se ven expropiadas de sus excedentes por las zonas de inmigración. Y que, en estas últimas, la acumulación por despojo pierde espacio frente a la acumulación por reproducción ampliada a la que la inmigración contribuye a través de la explotación diferencial de su fuerza de trabajo. Veremos en este apartado como se desarrollan ambos procesos.

En la mayoría de los relatos de los entrevistados, la decisión de migrar a la ciudad de Rosario aparece como una respuesta apresurada a una propuesta laboral concreta en el sector económico de la construcción. Estas últimas se concentraron en el período comprendido entre los años 2006 y 2008. Es decir, en el momento

⁹⁶ Dicho conflicto ha tenido de momentos, costos muy altos para el movimiento campesino. Un ejemplo de ellos ha sido la “masacre de Curuguaty” del 2012. En mayo de ese año un centenar de campesinos ocuparon la finca Campos Morumbí de la localidad de Curuguaty, 240 km al noreste de Asunción, para protestar por la escasez de tierras agrícolas. Se trataba de un terreno en litigio entre Blas N. Riquelme (expresidente del Partido Colorado) y el Estado Paraguayo. El 15 de junio de 2012 el Ministerio del Interior ordenó el desalojo de la propiedad, lo que resultó en enfrentamientos violentos entre los ocupantes y la fuerza policial que dejaron como saldo 11 trabajadores del campo y seis policías muertos.

en el que el sector de la construcción experimentó su mayor expansión, tanto a nivel nacional como local. Aruj (2012) afirma respecto de este punto que entre los años 2005 y 2008, el porcentaje de empresas del sector con demanda laboral insatisfecha esto es, que buscaban incrementar su personal y no lo consiguieron, aumentó del 5% al 16,74%.

En términos estrictamente productivos, la salida del esquema de convertibilidad cambiaria⁹⁷ si bien profundizó la crisis durante los primeros meses del año 2002, creó las condiciones para una recuperación de los sectores productivos orientados al mercado interno y un mejoramiento de la competitividad para los sectores exportadores. Ambos elementos fueron los que posibilitaron la emergencia del llamado “boom inmobiliario” que tuvo lugar en los años posteriores y que marcó, aún con recurrentes altibajos, un despegue sostenido de la actividad (Del Rio, Landarg y Arturi, 2014; Fernández Massi, 2014).

Por el lado de la oferta del sector, el abandono de la paridad cambiaria con su doble componente de devaluación y pesificación, se tradujo en una acentuada reducción de los costos de los factores de producción -tales como el suelo, la mano de obra y los materiales de construcción-, sin que ello encontrara su correlato en los valores inmobiliarios que, por el contrario, se mantuvieron a precio dólar. Esto permitió a las empresas, particularmente en los primeros años que siguieron a la crisis, obtener elevadas tasas de beneficios (Baer, 2008).

Por el lado de la demanda, la obtención de ganancias extraordinarias de parte de los sectores exportadores en un contexto de tasas de interés negativas, escepticismo hacia el sistema financiero y escasez de alternativas de inversión; impulsaron y sostuvieron la expansión del sector. La canalización de la renta extraordinaria obtenida a través de los elevados precios internacionales de las

⁹⁷ Estuvo vigente entre 1991 y el año 2002 y establecía la convertibilidad de la moneda nacional al dólar, al tiempo que establecía un tipo de cambio fijo con esta divisa.

materias primas, se volcó masivamente al sector de la construcción bajo la forma de inversiones, tanto productivas como de Real Estate.

En cuanto a las segundas, la ciudad de Rosario fue el distrito del interior del país en el que más rápidamente se incrementó la demanda inmobiliaria desarrollada bajo el patrón de inversión (IERIC, 2012). En el período comprendido entre el año 2002 y 2013, la Municipalidad de Rosario otorgó 10.369 permisos de edificación, por un total de 6.111.407 m² de superficie cubierta, destinados a la ejecución de nuevas construcciones. Casi tres cuartas partes de dicha superficie estuvo destinada a la construcción de edificios de departamentos. Y, contrariamente a lo esperable en el marco de los patrones de la economía neoclásica, ese incremento estrepitoso de la oferta de viviendas disponibles en el área urbana, convivió con un abrupto y progresivo acrecentamiento del valor de las mismas (Carpinetti, 2020).

Las inversiones productivas, por su parte, se concentraron en el Gran Rosario. Particularmente en las 30 terminales que conforman el complejo portuario que se extiende sobre la costa del Río Paraná. Muchas de estas terminales no sólo despachan granos y subproductos, sino que tienen anexadas sus propias plantas de molienda de oleaginosas. Las inversiones allí realizadas para incrementar su capacidad de molienda -tales como la construcción de nuevas celdas, silos, muelles, etc.- supusieron según datos de la Bolsa de Comercio de Rosario, un incremento del 30% en los buques tanques que transportan aceite de soja, girasol y biodiesel entre 1996 y 2015 (Diario La Nación, 2017).

A partir de lo anteriormente expuesto se evidencia la forma en que los excedentes generados a fuerza de prácticas del despojo en las zonas de emigración, contribuyen a la acumulación por reproducción ampliada en las zonas de inmigración. Resta entonces desarrollar de qué manera la inmigración contribuye a esta última, a través de la explotación diferencial de su fuerza de trabajo.

Si bien muchos de los trabajadores entrevistados ya atravesaban procesos de proletarización parciales, secundarios e intermitentes al momento de su emigración, tras su llegada a la Argentina se convirtieron en asalariados a tiempo completo. Sin embargo, tal como lo mencionábamos más arriba, los trabajadores inmigrantes no se distribuyen de manera aleatoria en el mercado de trabajo del país de inmigración. Muy por el contrario, diversas investigaciones realizadas a nivel nacional, coinciden en afirmar que, mientras que la población nativa tiene una presencia sumamente diversificada en las diferentes ramas de la economía, la población migrante se encuentra sobrerrepresentada en sectores como en las industrias ligeras de escaso componente tecnológico -como la textil, de confección y de calzado-, la construcción, y el servicio doméstico (Maguid, s/f; Cerrutti y Maguid, 2006; Perera, 2010; Espinola, 2013 y Benencia, 2017)⁹⁸. Estas actividades económicas ofrecen mayoritariamente empleos de baja calidad, con remuneraciones que se concentran en el extremo inferior de la escala salarial, con pocas posibilidades de movilidad social y elevados niveles de informalidad.

En nuestro caso centramos el análisis en los trabajadores inmigrantes empleados en el sector de la construcción de la ciudad de Rosario. Para el mes de mayo de 2018 el empleo en el sector registraba en la ciudad un total de 32.606 puestos de trabajo. De estos, 3.254 eran ocupados por trabajadores inmigrantes. Es decir, casi el 10% del total. Este dato parece coincidir con el obtenido a través del análisis del registro de afiliados de la Delegación Rosario de la Unión de Trabajadores de la Construcción de Argentina (UOCRA). Si bien no se dispuso del registro completo sino solo de una parte del mismo, se constató que, sobre un total de 4366 afiliados en el Departamento Rosario, 3792 eran argentinos y 564

⁹⁸ Según datos de la OIT (2011) el 46,5% de las trabajadoras inmigrantes se emplean en el rubro de servicios domésticos contra el 17,2% de las trabajadoras nativas. Mientras que el 34,3% de los varones inmigrantes se concentran en el rubro de la construcción, contra el 14% que representan en el caso de los nativos.

extranjeros. Es decir que, en el caso de los afiliados al sindicato, los trabajadores extranjeros representan el 13% del total de inscriptos (Carpinetti, 2020).

Esta cifra da cuenta de que al igual que ocurre en el ámbito nacional, estos trabajadores se encuentran sobrerrepresentados en este sector productivo. Esto en la medida en que, según los datos obtenidos a partir del último Censo de Población, en el Departamento Rosario las personas nacidas en un país distinto de la Argentina representan apenas un 2,9% del total de la población: hablamos de 24.962 inmigrantes sobre una población total de 1.193.605 personas, el 64.5% de las cuales proviene de países limítrofes y de otros países de la región.

Si, teniendo en cuenta que la actividad analizada es profundamente masculina, excluimos de la población total inmigrante residente en el departamento a las 13.093 mujeres registradas por el Censo del año 2010, el porcentaje de varones empleados en el sector asciende al 27,4%. Esto significa uno de cada cuatro de los trabajadores inmigrantes del Departamento Rosario se emplean en esta actividad. Pero si, además marginamos de este análisis a las poblaciones menores de 15 años y mayores de 65, considerando exclusivamente a los varones que se encuentran en términos etarios en la franja de las personas laboralmente activas, la cifra asciende al 41,7%. Es decir: de un total de 7.793 varones inmigrantes de entre 15 y 65 años, 3254 se emplean en el sector de la construcción.

A partir de las entrevistas realizadas podemos afirmar que, en el momento de su llegada al país, los trabajadores consultados se incorporaron en los niveles inferiores de la escala ocupacional de estos rubros productivos. Este se debe a que, siendo la construcción un oficio que se aprende en el hacer, cualquier persona -local o inmigrante- que no disponga de experiencia previa en el rubro, será ubicada en dicha base. Es lo que ocurrió con la mayoría de los entrevistados que, debido tanto a su juventud como a su origen rural, nunca antes se habían desempeñado en tareas afines al sector en el momento de su llegada al país.

Pero, a su vez, se produjo una concentración de estos trabajadores en los rubros más duros y peligrosos de la actividad, tales como la carpintería o la albañilería. Esto resultó posible gracias al efecto multiplicador que ejercen las propuestas laborales formuladas a través de las redes migratorias. Los mecanismos de arrastre activados por estas últimas terminan configurando al interior del sector un patrón nacional de división del trabajo, en función del cual a cada colectivo de trabajadores inmigrantes le viene asignada una determinada tarea en el universo productivo.

Es necesario agregar a lo anteriormente dicho, el status jurídico diferencial asignado por su propia condición migratoria. Aun cuando la mayoría de los entrevistados llegaron a la Argentina en un contexto jurídico-político que simplificaba la regularización administrativa de sus residencias, todos reconocieron haber trabajado de manera informal en el período transcurrido entre su llegada al país y su incorporación inmediata al mercado laboral, por un lado y la obtención efectiva del título de residencia permanente, por el otro.

Es sobre la base de estos elementos -su sobre-representación en este sector productivo, su incorporación en los niveles inferiores de la escala ocupacional, su concentración en los rubros más duros y peligrosos de la actividad y la precariedad de su condición jurídico/administrativa- que se consolida la explotación diferencial de la fuerza de trabajo inmigrante respecto de la local.

Del relato de los trabajadores entrevistados se desprende que, esta última, lejos de ser periférica y ocasional, fue un insumo fundamental para el sostenimiento del ciclo expansivo de la actividad. Esto en la medida que, en la mayoría de los casos, estos trabajadores llegaron al país tras ser convocados para trabajar tanto en la construcción de edificios emblemáticos del *boom inmobiliario* de la ciudad, como en la ejecución de las principales obras de infraestructura del complejo portuario en su área metropolitana. Así, los “condenados de la tierra”, expulsados de sus territorios de origen por las prácticas del despojo, contribuyen

en la sociedad de destino a la creación de valor a través de la explotación diferencial de su fuerza de trabajo.

REFLEXIONES FINALES

El diagrama que dibuja el *Consenso de las Commodities* en los territorios latinoamericanos, evidencia periferias cada vez más amplias. Allí, las consecuencias de la avanzada de las prácticas del despojo, sean estas legales o ilegales, crecen en intensidad y en magnitud. Centrando la atención en el tema de las migraciones que es el que compete a este escrito -y dejando a un lado cuestiones urgentes como las ecológico-ambientales-, podemos afirmar que sus efectos sobre la expulsión de las poblaciones son innegables.

El avance de monocultivos de exportación sobre territorios anteriormente excluidos de los circuitos productivos -como los bosques, las selvas y los montes- y sobre las pequeñas chacras familiares previamente abocadas a la agricultura y ganadería de subsistencia; tiene como correlato la creación de nuevas masas de individuos obligados a integrarse plenamente a un sistema económico del que hasta entonces habían vivido en los márgenes. Esta integración supone para ellos un doble nacimiento: en tanto que trabajadores dispuestos a vender su fuerza de trabajo y en tanto que consumidores obligados a comprar los bienes que solían producir.

En cuanto a la primera de estas dimensiones, los “condenados de la tierra” enfrentan un escollo que es cada vez más difícil de sortear: en los centros, el mercado laboral es cada vez más estrecho y más precario. Es cierto que los mecanismos de explotación diferencial arriba descritos, permiten que el trabajo inmigrante desempeñe en las sociedades de destino, las funciones propias del *ejército de reserva*: el disciplinamiento y el abaratamiento de la fuerza de trabajo. Sin embargo, tal como lo señalara José Nun (1969), contingentes nada desdeñables de desplazados no establecen siquiera relaciones funcionales con el

proceso de acumulación hegemónica en América Latina: se convierten en esa mano de obra superflua e inútil que el autor denomina como *masa marginal*.

Frente a este estado de situación y en estricta vinculación con la segunda de las dimensiones arriba mencionadas, los gobiernos progresistas despliegan políticas universalistas de distribución del ingreso, a los fines de garantizar la cobertura de necesidades básicas a los sectores más empobrecidos de la población. Sin embargo, mientras no se propicien fracturas materiales y de sentido al *Consenso de las Commodities*, las políticas paliativas frente a sus efectos adversos no serán más que eso. Un intento siempre insuficiente por curar lo que mejor convenía prevenir.

REFERENCIAS

ABENTE-BRUN, Diego. “Paraguay: Crecimiento económico, conflicto social e incertidumbre política”. **Revista de Ciencia Política**, N°1, Vol. 32, pp. 229-244, 2012.

ARECO, Abel y PALAU, Marielle. **Judicialización y violencia contra la lucha campesina. Casos de criminalización en el período 2013-2015**. Asunción: BASE, 2016.

ARUJ, Roberto. Los trabajadores migrantes en la construcción. Su aporte y significación. En GRIFFA, Norberto (comp.), **Las migraciones actuales en Argentina**. Buenos Aires: Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2012.

Fundación Heinrich Böll, Fundación Rosa de Luxemburgo, Amigos de la tierra Alemania (bund), Oxfam Alemania, Germanwatch, Le Monde Diplomatique, 2018. **Atlas del Agronegocio**. GráficoAndes Ltda., 2018.

BAER, Luis. Precio del suelo, actividad inmobiliaria y acceso a la vivienda. Algunas reflexiones sobre el caso de la ciudad de Buenos Aires luego de la crisis de 2001/2002. **Revista Ciudad y Territorio**, N° 40, pp. 345-359, 2008.

BARRETO, Mirta. **La lucha por la tierra frente a las corporaciones y el mercado**. Asunción: CSER, 2013.

BENENCIA, Roberto. **Inmigración y economías étnicas**. Horticultores bolivianos en Argentina. Saarbrücken: Editorial Académica Española, 2017.

BOURDIEU, Pierre y SAYAD, Abdelmalek. **Le déracinement. La crise de l'agriculture traditionnelle en Algérie**. Paris: Minuit, 1964.

BOURDIEU, Pierre y WACQUANT, Loïc. "The Organic Ethnologist of Algerian Migration". **Sage Journals**, Vol. 1 N° 2, diciembre, pp. 173-182, 2000.

CARPINETTI, Juliana. **Las prácticas políticas de los trabajadores inmigrantes en el campo de la construcción de la ciudad de Rosario**. Tesis presentada para obtener el título de Doctora en Ciencia Política por la Universidad Nacional de Rosario, 2020.

CASTLES, Stephen y KOSACK, Godula. **Immigrant workers and Class Structure in Western Europe**. Londres: Oxford University Press, 1973.

CERRUTTI, Marcela y MAGUID, Alicia. "Inserción laboral e ingresos de los migrantes de países limítrofes y peruanos en el gran Buenos Aires". **Notas de Población**, N° 83, CEPAL, 2006.

DEL RIO, Juan Pablo, LANDARG, Federico y ARTURI, Diego. La impronta del mercado inmobiliario en el período neodesarrollista. **Revista Realidad Económica**, N° 283, pp. 77-101. Buenos Aires: IADE, 2014.

ESPINOLA, Natalia. **Mercado laboral argentino: segregación ocupacional e integración de los inmigrantes provenientes de los países del Mercosur**. Premio Jóvenes Economistas de la Red Mercosur, 2013.

FANON, Frantz. **Los condenados de la tierra**. México: Fondo de Cultura Económica, 2007.

FERNÁNDEZ MASSI, Mariana. Dimensiones de la precariedad laboral: un mapa de las características del empleo sectorial en la Argentina. **Cuadernos de Economía**, n° 33, Vol. 62, pp. 231-257, 2014.

GONZÁLEZ CASANOVA, Pablo. Democracia, liberación y socialismo: tres alternativas en una. **Revista OSAL** N° 8, septiembre. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

GUDYNAS, Eduardo. El nuevo extractivismo progresista en América del Sur. Tesis sobre un viejo problema bajo nuevas expresiones. pp 75-92. **Colonialismos del siglo XXI**. Negocios extractivos y defensa del territorio en América Latina. Barcelona: Icaria Editorial, 2011.

GUNDER FRANK, Andre. The Development of Underdevelopment. **Monthly Review**, septiembre, 1966.

HALPERN, Gerardo. **Etnicidad, inmigración y política. Representaciones y cultura política de exiliados paraguayos en Argentina**. Buenos Aires: Prometeo, 2009 .

HARVEY, David. **El “nuevo” imperialismo: acumulación por desposesión**. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

HOBSBAWM, Eric. **La era de la revolución: 1789-1848**. Buenos Aires: Crítica, 2009.

INSTITUTO de Estadísticas y Registro de la Industria de la Construcción. **Informe de coyuntura de la construcción**. Informe anual correspondiente al año 2010. Buenos Aires, 2012.

IGLESIAS, Liliana. Reformas. Avanza la adjudicación de obras para renovar los puertos en el país. **Diario La Nación**, 2017. Disponible en: <https://www.lanacion.com.ar/economia/comercio-exterior/avanza-la-adjudicacion-de-obras-para-renovar-los-puertos-en-el-pais-nid2067003/> Consultado el 05 de mayo de 2021.

KATZ, Claudio. **Las disyuntivas de la izquierda en América Latina**. Buenos Aires: Ed. Luxemburg, 2008.

KRETSCHMER, Regina. Conflictos territoriales en las regiones de frontera en Paraguay Oriental. **Revista Geografia em Questão**, N°2, Vol. 4, pp. 41-55, 2011.

MAGUID, Alicia. Migraciones limítrofes en la Argentina: su inserción e impacto en el mercado de trabajo. **Revista de Estudios del Trabajo**, N°10, Buenos Aires: ASET, s/f.

MURILLO, Susana. La nueva cuestión social y el arte neoliberal de gobierno. **Revista Cátedra Paralela**, N° 8, 2011.

NUN, José. Superpoblacion relativa, ejercito industrial de reserva y masa marginal. **Revista Latinoamericana de Sociología del Centro de Investigaciones Sociales del Instituto Torcuato Di Tella**, Vol. 5, N° 2, julio, 1969.

ORGANIZACIÓN Internacional del Trabajo. **La inmigración laboral de sudamericanos en Argentina**. Buenos Aires: OIT, 2011.

PALAU, Tomás; CABELLO, Daniel; MAEYENS, An; RULLI, Javiera; SEGOVIA, Diego. **Los refugiados del modelo agroexportador**. Asunción: BASE, 2007.

PALAU, Tomás. Los procesos socioeconómicos determinantes de los movimientos migratorios. La emigración paraguaya a la Argentina. En GRIFFA, Norberto (comp.). **Las migraciones actuales en Argentina**. Buenos Aires: Editorial de la Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2012.

PERERA, Marcelo. **La Movilidad del factor trabajo en el MERCOSUR**. Proyecto de Cooperación Técnica y Financiera UE MERCOSUR. Grupo de Monitoreo Macroeconómico MERCOSUR CINVE, 2010.

PIORE, Michael. **Birds of passage**. Migrant labor and industrial societies. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

PORTES, Alejandro y WALTON, John. **Labor, Class and the International System**. Nueva York: Academic Press, 1981.

SASSEN, Saskia. **The mobility of labor and capital: a study in international investment and labor force**. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

SASSEN, Saskia. **Una sociología de la globalización**. Buenos Aires: Katz, 2006.

SAYAD, Abdelmalek. Le discours sur l'immigration: un discours de domination et de contradictions. **Revue Internationale d'AS.E.P.S.I**, 4º Trimestre, 1987.

SAYAD, Abdelmalek. **La doble ausencia**: de las ilusiones del emigrado a los padecimientos del inmigrado. Madrid: Anthropos, 2010.

SEOANE, José, TADEI, Emilio y ALEGRANATI, Clara. Movimientos sociales y bienes comunes de la naturaleza: características, significación y proyección de la conflictividad sociopolítica en América Latina. **IX Jornadas de Sociología de la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de Buenos Aires**. Buenos Aires, 2011.

SVAMPA, Maristella. 'Consenso de los **Commodities**' y lenguajes de valoración en América Latina". **Revista Nueva Sociedad**, N° 244, marzo-abril, pp. 30-46, 2013.

WINER, Sonia. La "masacre de Curuguaty", el conflicto agrario y la criminalización de la protesta en Paraguay. **Revista Theomai**, N° 37, primer semestre pp. 72-93, 2018.

YALUFF, Yamili. Las dinámicas territoriales del Paraguay Oriental. Configuraciones y movimientos actuales. **Revista Población y Desarrollo**, N°31, año 17, julio, 2006.

YAMPEY DÍAZ, Omar. Conflicto por la tierra y movimiento campesino. Un estudio de caso: Colonia Guahory del Distrito de Tembiaporá del Departamento de Caaguazú, Paraguay (2016-2017). **Revista Kera Yvoty: reflexiones sobre la cuestión social**. N° 4, pp. 17-27, 2019.

MERCADO DE TRABAJO Y DESIGUALDADES DE GÉNERO EN EL NORTE ARGENTINO)⁹⁹

CONCILIACIÓN DEL TRABAJO REMUNERADO Y NO REMUNERADO DE MUJERES DE SECTORES POPULARES

Lucas Emanuel Torres¹⁰⁰

Eliana Gabriela Sayago Peralta¹⁰¹

INTRODUCCIÓN

Según el Informe “Las mujeres en el mundo del trabajo” del Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social de la Nación (2017:6) “*la inserción de las mujeres en el mercado laboral a lo largo de los últimos 20 años, en todas las regiones del mundo, ha sido masiva y creciente*”. Sin embargo, Goren y Díaz (2013) afirman que tal situación de la oferta laboral femenina no se ha traducido en una mejora equivalente del lugar que ocupan dentro del mercado de trabajo.

Estudios recientes, revelan las diferentes dimensiones que conciernen a las desigualdades de género en el mercado laboral. En este sentido, Micha y Pereyra (2019) afirman que, tanto las dificultades de acceso como las características de la inserción laboral de las mujeres son producto de sistemáticos procesos de segregación. Cuestiones tales como la sobrerrepresentación de las mujeres en empleos informales y precarios y las diferencias salariales, se explican, según las autoras, por las relaciones asimétricas que se dan en el mercado de trabajo entendiendo a este último como reproductor de desigualdades.

⁹⁹ Una versión de este artículo fue publicada en el N°7 Enero/Julio 2020 de la *Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo*. CIESAS-CEIL

¹⁰⁰ Director de la Revista Trabajo y Sociedad. Coordinador del Grupo Estudios del Trabajo INDES (FHCSyS-UNSE/CONICET).

¹⁰¹ INDES/FHCSYS/UNSE.

A su vez, desde finales del siglo XX asistimos a una diversificación de los modos de ser familia (Segalen, 2013) que cuestiona de hecho y de derecho el carácter hegemónico del hogar conyugal heterosexual. Los cambios en la estructura social de Argentina conformaron una pirámide socioeconómica desigual con familias monoparentales o ensambladas y con jefas mujeres o con hogares unipersonales (Torrado; 2010). Esta transformación confluye con una “reorientación hacia el mercado” (Bértola y Ocampo, 2010) que agudizó las tensiones sociales y consolidó desigualdades estructurales instauradas. La población asalariada fue expulsada o precarizada afectando a casi el 30% de la Población Económicamente Activa (PEA) del país (Ferrer, 1995).

Para el Observatorio de Coyuntura Económica y Políticas Públicas (OCEPP, 2017), cuando se analizan problemas a partir de dimensiones macroeconómicas, uno de los temas más invisibilizados en el análisis suele ser la situación de las mujeres en términos de desempleo y pobreza. Es decir, la discriminación por género no suele ser una variable presente en los análisis que realizan los países de la región, por lo que se carece de una perspectiva que evidencie las desigualdades laborales, sociales, políticas y de género que sufren las mujeres respecto de los varones.

La perspectiva de género se ha ido incorporando al debate sobre el desarrollo y las políticas sociales, y en ese sentido, la feminización de la pobreza problematiza la situación desigual en la que se encuentran las mujeres ante la posibilidad de obtención de ingresos y aspectos relacionados con la discriminación de género (falta de acceso a recursos, créditos, tierras, etc). Este concepto heterogéneo según Aguilar (2011), debe ser entendido como un proceso y no un simple estado de cosas en una coyuntura particular que incluya al análisis de la pobreza el modo en que las relaciones jerárquicas entre varones y mujeres en el interior de los hogares, construyen condiciones desiguales de vida.

La división sexual del trabajo, tal como lo señalan distintos enfoques teóricos, es el mecanismo central mediante el cual se producen sistemáticamente diferencias en la participación laboral y en los salarios entre varones y mujeres. Dicha división hace referencia al reparto social de tareas o actividades según sexo-género. En ese sentido, considera Goren (2017), que al análisis de la división sexual del trabajo debe agregarse la categoría género. Esta nos permite entender que *“no es la anatomía lo que posiciona a mujeres y hombres en ámbitos y jerarquías distintos, sino la simbolización que las sociedades hacen de ella”* (Lamas, 1999:3); y se configura como una categoría social estructural que explica el fenómeno, porque además nos remite a la asignación de roles y espacios para lo femenino y lo masculino, entendiendo esto último como la construcción social de responsabilidades e identidades de varones y mujeres (Goren, 2017).

Federici (2014) afirma que la división sexual del trabajo está construida, además, sobre la base de la diferencia entre salario y no salario. Según Goren, Trajtemberg y Díaz (2011) el trabajo productivo se refiere al *“trabajo remunerado que se realiza para producir bienes y servicios, así como la transformación de productos primarios para generar ingresos económicos”* (p.22), mientras que el INDEC (2014) define el trabajo doméstico no remunerado como:

todas las actividades no remuneradas realizadas para prestar servicios para uso final propio en el hogar (...) y comprende los quehaceres domésticos (limpieza de casa, aseo y arreglo de ropa; preparación y cocción de alimentos, compras para el hogar; reparación y mantenimiento de bienes de uso doméstico) y las actividades de cuidado de niños, enfermos o adultos mayores miembros del hogar. Asimismo, incluye las actividades dedicadas al apoyo escolar y/o de aprendizaje a miembros del hogar.

Mientras que, en el mercado de trabajo las mujeres no sólo acceden a empleos más precarios, sino que también ganan menos salario (perciben en promedio 24% menos que los hombres), también realizan tareas de cuidado y

garantizan las economías domésticas. En contextos de desigualdad, el peso recae fuertemente sobre ellas, debiendo aumentar, según D'Alessandro (2016), la participación laboral en el mercado de trabajo remunerado y asumir las horas de trabajo no remunerado. En este sentido, la Encuesta Sobre Trabajo No Remunerado y Uso del Tiempo realizada por el INDEC en 2013, reveló que, en Argentina el 76,4% del tiempo total dedicado al trabajo doméstico no remunerado lo realizan las mujeres.

En el caso de la provincia de Santiago del Estero, las horas promedio dedicadas a actividades que componen el trabajo doméstico no remunerado según sexo manifiestan desigualdades expresadas en los siguientes puntos: mientras que los varones dedican en tiempo promedio 2,5 horas al trabajo no remunerado, las mujeres lo hacen en un 5,4 (esto es, sin discriminar las tasas de participación, grupos de edad, situación conyugal, presencia de menores en el hogar, relación de parentesco con la jefatura del hogar, etc).

En una provincia que históricamente ha sido expulsora de población y que según Dargoltz en su obra clásica (1983) sobre el drama de Santiago del Estero, luego de la expoliación de los vastos recursos forestales por parte de los obreros madereros durante la expansión del ferrocarril en el país, luego de la desaparición de los ingenios azucareros (el último en 1893 con la trágica muerte de su dueño) producto del aniquilamiento de la industria, el fallido proyecto de navegación del río Salado y la impune entrega de la tierra pública a manos privadas “*el santiagueño...convertido en un paria, sin esperanzas de redención, inició su interminable trashumancia*” (p.168).

Esa cualidad del “santiagueño” ha llevado a que haya más personas nacidas en Santiago del Estero viviendo fuera de la provincia que en ella. El ciclo capitalista iniciado en 1870-80 provoca cambios en los itinerarios migratorios, el tipo de producción y los oficios. Cuando llega el ferrocarril a Tucumán en 1876 se instalan los primeros ingenios azucareros movidos a vapor. Al mismo tiempo

surgen los ‘obrajes’ forestales dedicados a la extracción de madera para “durmientes” (traviesas) de vía férrea, postes de alambrado, rollizos para extracción de tanino, leña y carbón. Hacia 1920 se difunde el cultivo del algodón en el norte argentino, especialmente Chaco y Santiago del Estero (Tasso y Zurita, 2013).

Asimismo, Zurita (1999) afirma que, en el lapso comprendido entre 1947 y 1997, se torna ostensible que, en razón del escaso dinamismo económico de la provincia, de la exigüidad relativa del sector productivo privado y la consecuente alta dependencia del financiamiento de la provincia de los aportes del Tesoro nacional y de los fondos de Coparticipación Federal, el Estado se muestra como el gran asignador de posiciones sociales y ocupacionales.

Algunos autores, que han analizado la estructura social y económica santiagueña en distintos momentos (Zurita, 1999; Diaz y Zurita, 2000; Ledesma, Paz y Tasso, 2011; Silveti, Gurmendi y Salvatierra, 2017) coinciden en que el mercado de trabajo se caracteriza por la baja productividad de sus actividades, un sector terciario o de servicios ampliado, con escasa ocupación en la industria manufacturera y un notorio crecimiento de un sector informal urbano.

Sumado a aquellas características, el mercado de trabajo local está fuertemente atravesado por desigualdades de género. Ruíz y Zurita (2002) mostraban cómo la presencia desfavorable de las mujeres en el mundo laboral santiagueño se torna evidente en la precariedad de sus ocupaciones, con una significativa concentración en actividades informales. Algunos indicadores de esta desigualdad son, entre otros, la concentración de mujeres en ocupaciones mal remuneradas en el sector público (docencia, maestranza, enfermería), en el comercio informal y en los servicios personales, particularmente en el servicio doméstico.

Por lo tanto, algunos de los interrogantes que motivaron este trabajo giran en torno a cuál es la situación actual de las mujeres en el mercado de trabajo

remunerado en Santiago del Estero, cuáles son las desigualdades existentes entre varones y mujeres, de qué manera y en qué condiciones se insertan ellas, y, sobre todo, cómo logran conciliar las tareas remuneradas con las no remuneradas en los hogares de sectores populares.

2 METODOLOGÍA

El artículo reúne los resultados de dos investigaciones que forman parte del corpus de trabajo del Grupo de Estudios del Trabajo del INDES. Los datos cuantitativos corresponden al Proyecto de Promoción del CICyT-UNSE titulado “Dinámicas del mercado laboral en Santiago del Estero: perspectivas y debates actuales en torno al trabajo y trabajadores” (Cod. 23/D209) que tiene por objetivo general analizar la situación del trabajo y de los/as trabajadores, en Santiago del Estero en los últimos 10 años, teniendo en cuenta condiciones y características propias de la región en torno a tres ejes fundamentales, el trabajo urbano, el rural y el surgimiento de actores de la economía popular, los cuales, fueron procesados mediante REDATAM (REcuperación de DATos para Áreas pequeñas por Microcomputador, desarrollado por CELADE - División de Población de la CEPAL) y SPSS (Paquete Estadístico para las Ciencias Sociales) a partir de la base de microdatos de la Encuesta Permanente de Hogares del Instituto Nacional de Estadísticas y Censos.

Este instrumento, que según Bertranou y Casanova (2014) es la principal fuente de datos para el monitoreo de la situación ocupacional, se implementa en grandes aglomerados urbanos y cuenta con una cobertura aproximada del 70% de la población urbana y del 62% de la población total. Para el análisis del mercado de trabajo santiagueño y sus desigualdades se tendrán en cuenta principalmente la participación laboral de varones y mujeres; tasas de actividad, empleo y desocupación, calificación de la ocupación, tasa de informalidad y nivel de salarios.

La encuesta se realiza trimestralmente en 31 conglomerados urbanos del país. Para el caso en estudio se toma solo el IV trimestre de 2019 del conglomerado Santiago del Estero-La Banda¹⁰², con una muestra de 1873 casos individuales, en un total de 1974 hogares.

Los datos cualitativos forman parte del corpus de entrevistas etnográficas realizadas por la autora para su tesis de grado, en donde indaga las estrategias de reproducción social de las mujeres trabajadoras de una feria de la economía popular en Santiago del Estero. Las mismas fueron realizadas entre fines de 2016 y principios de 2019, en la feria denominada “La Saladita” de la ciudad capital de Santiago del Estero.

La selección de las mujeres se justifica a partir de la identificación de características similares entre un estudio y otro: se cristaliza un devenir común en el trabajo doméstico y de cuidado remunerado y no remunerado. Las mujeres feriantes pertenecen a un sector en el que se recrean constantemente prácticas de la economía popular como continuidad o complemento de trabajos asalariados, en los que ni el salario ni los derechos sociales y laborales aseguran el bienestar de ellas y sus familias¹⁰³. El abordaje de este sector, sus protagonistas y prácticas resultan relevantes si consideramos, sobre todo, que la existencia de la economía popular no debería empujarnos a renunciar a la necesidad de repensar los procesos de distribución de la riqueza y organización social del trabajo, así como la hegemonía del trabajo asalariado formal como único medio legítimo de acceso a derechos. En contextos de desigualdad social, económica y laboral, sus experiencias invitan a repensar no sólo los diferentes tipos de trabajo actuales, su

¹⁰² Durante el desarrollo del trabajo nombraremos conglomerado Santiago del Estero-La Banda o simplemente Santiago del Estero.

¹⁰³ Se seleccionaron cinco mujeres feriantes, a partir de los siguientes criterios: participación en la feria desde los inicios de la misma, es decir, a partir de su antigüedad como feriantes, experiencias que las convirtieron en referentes del espacio y, la conciliación de sus actividades en el trabajo remunerado como feriantes y sus tareas en el trabajo no remunerado.

conciliación y remuneración percibida (o no), sino las condiciones en las que se acceden a ellos en relación al género.

Es preciso aclarar, que durante el proceso de investigación, recurrimos en reiteradas oportunidades a entrevistas y charlas informales con un número mayor de informantes, pero a los fines de este artículo seleccionamos aquellas entrevistas que proporcionaron datos referidos exclusivamente a las siguientes dimensiones: conciliación del trabajo remunerado como feriantes con la cantidad de horas dedicadas al trabajo no remunerado en las tareas destinadas a garantizar el bienestar físico y psíquico de los miembros del grupo familiar, y a las tareas de cuidado del entorno y de las personas (incluidas las personas dependientes, niños/as y ancianos/as). Como resultado de las constantes reflexiones teórico-empíricas, se desprenden categorías de análisis, tales como: Simultaneidad, dedicación y afectividad, características vinculadas al trabajo no remunerado. La manera en que administran el tiempo y concilian actividades, suelen ser indicadores y preocupaciones centrales en los estudios que buscan develar desigualdades entre los géneros.

Se considera a la etnografía feminista¹⁰⁴ una metodología acorde que constituye un aporte central porque “desprivatiza” el mundo de las mujeres¹⁰⁵ y ubica en el centro de la elaboración epistemológica el lugar que ocupan las mujeres en el mundo y lo que se considera femenino en una cultura particular. Según Blazquez Graf (2012) la epistemología feminista cuestiona la posibilidad y el deseo de la objetividad como una meta de la investigación y critica la utilización de la objetividad como medio patriarcal de control, el desapego emocional y la suposición de que hay un mundo social que puede ser observado

¹⁰⁴ Desde 1980, se constituyó como una de las disciplinas pioneras en el abordaje del concepto de género.

¹⁰⁵ La idea es sostenida por Castañeda Salgado (2012) al afirmar que la etnografía centra la investigación en experiencias que fueron invisibilizadas por la etnografía convencional durante décadas y es por ello que se la considera una de las aportaciones más recientes de la antropología a las ciencias sociales.

de manera externa a la conciencia de las personas. En ese sentido, los testimonios de las mujeres construidos a partir de las entrevistas y sus experiencias vitales, se transforman en aportes significativos para entender cómo es que el género (entendido como categoría política que interactúa con otras como clase, etnia, edad, preferencia sexual) sitúa a las personas a determinadas actividades y tipos de trabajo. Por tanto, el conocimiento generado es situado y refleja las perspectivas particulares de las personas que conforman el estudio.

3 DESIGUALDADES DE GÉNERO PRESENTES EN EL MERCADO DE TRABAJO

En el presente apartado nos proponemos analizar, a partir de los datos cuantitativos, la situación de las mujeres respecto de su participación en actividades remuneradas en el mercado laboral del conglomerado, teniendo en cuenta la inserción diferenciada entre varones y mujeres, y las formas en que la división sexual del trabajo las afecta.

El mercado de trabajo santiaguense se estructura en torno a cuatro actividades que emplean a más de la mitad de los trabajadores y trabajadoras del conglomerado. En líneas generales el comercio con un 15,75%, la construcción y la administración pública con 14,19% respectivamente y el servicio doméstico con 10,67%. La construcción, en la mayoría de los casos ligada fuertemente a políticas estatales, ha tenido un notable crecimiento en la última década, tanto a nivel nacional como provincial. También encontramos dos actividades fuertemente ligadas a la gestión estatal como la Educación con un 9,63% y la Salud con un 5,33%. Finalmente, se encuentra la industria manufacturera, con tan solo el 4,42% de personas empleadas. Estas siete actividades concentran casi el 75% del empleo en el conglomerado, lo que confirma la caracterización del mismo como tradicional (en términos económicos), con una baja

industrialización y alta dependencia del sector público y del comercio (Zurita, 1999).

Por un lado, según Silveti, Gurmendi y Salvatierra (2017), la baja industrialización es un rasgo distintivo del mercado de trabajo en provincias “atrasadas”, reflejado en la antedicha división social del trabajo. Por el otro, la situación del mercado laboral local se caracteriza, además, por una fuerte segregación por géneros, lo que nos habla de una división sexual de las tareas.

El mercado de trabajo santiagueño tiene una fuerte presencia masculina entre su población ocupada, con un 58% de varones en actividad, contra un 42% de mujeres. La situación de mujeres y varones en Santiago del Estero se contrapone a la de ciudades centrales, como la Ciudad Autónoma de Buenos Aires (CABA), en donde los varones representan el 50,55% y las mujeres el 49,45% del total de trabajadores; y se acerca más a la de ciudades intermedias, como Córdoba, que presenta un 44,32% mujeres trabajadoras frente a un 55,68% de varones ocupados. Es decir que, en nuestra provincia, la segregación por género representa un acceso diferenciado al mercado y establece las posiciones a las que se puede aspirar. Cabe aclarar que, estas mediciones no diferencian estratificación alguna, ya que de acuerdo a estudios sobre la temática (Goren y Díaz, 2013; Micha y Pereyra, 2019), son las mujeres de sectores bajos las que tienen menor participación en el mercado de trabajo en Argentina.

Ahora bien, si tomamos las siete grandes ramas de actividad antes mencionadas y analizamos su composición por género nos encontramos con un panorama polarizado. Existen dos ocupaciones que concentran a la mayoría de las personas de cada género, a saber: la construcción, con un 100% de trabajadores varones y el servicio doméstico, con casi el 95% de mujeres. Ambas actividades se caracterizan por tener una alta tasa de informalidad. La industria es la segunda actividad con más varones entre sus filas, con cerca de un 90% de trabajadores varones, mientras que la enseñanza es la segunda actividad que

muestra una mayoría de mujeres, con poco más del 65% de trabajadoras. El comercio y la administración pública son los rubros en los que las mujeres no alcanzan a representar el 40% del personal ocupado.

Asimismo, podemos decir que el servicio doméstico, emplea a más del 25% del total de mujeres que trabajan en el conglomerado. Teniendo en cuenta las características que asume esta actividad podemos decir que un cuarto de las trabajadoras santiagueñas se desempeña en una de las actividades más invisibilizadas, con más baja registración a la seguridad social (6% aproximadamente) y con los salarios más bajos del mercado (aproximadamente un 35% del salario promedio) (Torres, 2018).

A su vez, esta desigual participación se va a ver reflejada en las tasas de actividad, empleo y desocupación. De acuerdo a la tasa de actividad¹⁰⁶, el 51,55% de los varones están ocupados o buscan empleo activamente, mientras que en el caso de las mujeres solo el 35,32% se encuentran en esta situación.

En cuanto a la tasa de empleo¹⁰⁷ del total de varones en Santiago del Estero, el 49,22% se encuentra ocupado mientras que, del total de mujeres, solo el 33,36% de ellas está trabajando. Respecto de la tasa de desocupación¹⁰⁸, vemos que el 2,3% de los varones se encuentra en esta situación, mientras que las mujeres representan el 3,9%.

Finalmente, de acuerdo al total de personas de ambos géneros que se encuentran inactivas¹⁰⁹, el 32,15% son varones, mientras que el 50,66% son mujeres. Esto nos revela que: por un lado, son las mujeres sin empleo las que más

¹⁰⁶ La tasa de actividad, posibilita medir la situación de empleo de la población económicamente activa. La integran las personas que tienen una ocupación o que sin tenerla la están buscando activamente. Está compuesta por la población ocupada más la población desocupada. Eguía et.al. 2007.

¹⁰⁷ Porcentaje de la población ocupada en relación a la población total (Eguía et.al., 2007).

¹⁰⁸ Personas desocupadas pero que buscan activamente un empleo (Eguía et.al., 2007).

¹⁰⁹ Dentro del total de la población económicamente activa, aquellas que no están ocupadas ni buscan estarlo (Eguía, et.al., 2007).

activamente están buscando una ocupación remunerada, al tiempo que un gran porcentaje de mujeres se encuentra en la inactividad. Por lo general, este tipo de prácticas está asociada a cierto desaliento para ingresar al mercado de trabajo en ocupaciones precarias y mal pagadas, además de que las actividades de cuidado y reproducción han sido asignadas históricamente a las mujeres (Goren y Díaz, 2013; Torres, 2018a).

La literatura especializada (Goren y Díaz, 2013; Faur y Tizziani, 2017) nos indica que son las mujeres las encargadas del trabajo doméstico no remunerado (los cuidados y el mantenimiento de la familia y el hogar propios) en mayor proporción que los varones (en términos de horas dedicadas a estas tareas). Son ellas quienes renuncian a horas de trabajo remunerado o puestos laborales, para hacerse cargo del hogar, elección que los varones no suelen hacer.

A esto se suma la naturalización de las responsabilidades de cuidado por parte de las mujeres, quienes pueden llegar a desestimar trabajos a tiempo completo o mejores puestos de trabajo para poder destinar tiempo al trabajo doméstico no remunerado. Incluso se puede llegar a pensar en una invisibilización de trabajos remunerados que no son considerados trabajo como la venta por catálogo, venta de comida casera, etc.

Por otro lado, si observamos la calificación de las ocupaciones entre varones y mujeres, podemos apreciar que, tanto en la calificación de Profesional (3,01% de varones y 5,45% de las mujeres) y Técnica (12,79% y 25,26% respectivamente), son las mujeres quienes llevan ventaja sobre los varones, teniendo en cuenta que ambos géneros participan de forma diferente. Estas diferencias se vuelven más marcadas cuanto más baja sea la calificación de la ocupación.

Los varones presentan una ventaja significativa por sobre las mujeres en ocupaciones operativas¹¹⁰ (66,41% a 29,69%). Mientras tanto, las mujeres son mayoría en las ocupaciones No calificadas¹¹¹ (39,59% a 17,77%). Es decir que, de acuerdo a las definiciones encontradas en el Clasificador Nacional de las Ocupaciones (INDEC, 2018), son las mujeres con trabajos no calificados las que, en la mayoría de los casos, utilizan su cuerpo para realizar las tareas asignadas.

Ahora bien, de acuerdo al Mapa Nacional de la Discriminación¹¹² (INADI, 2013) el ámbito laboral es el principal contexto en donde se sufre discriminación por ser mujer. Además de la participación diferencial por géneros en el mercado de trabajo, como ya se dijo, la distribución de actividades también es desigual. La sobrerrepresentación del género femenino en actividades no calificadas (servicio doméstico, venta callejera, etc.), pesa más que la representación de las mismas en ocupaciones profesionales o técnicas en donde la diferencia con los varones es menor, y es aquel segmento el más desprotegido en términos de derechos laborales.

Por otro lado, la literatura sobre el tema muestra que las mujeres perciben un salario muy inferior al de los varones (Eguía, et. al. 2007; Pereyra y Tizziani, 2014 y Kessler, 2014; Faur y Tizziani, 2017). En términos de trabajo remunerado, la segregación por géneros no solo afecta el acceso de las mujeres al empleo, sino que, también, abre una brecha salarial, esto es, la diferencia entre el salario promedio de los varones y el salario promedio de las mujeres (Eguía, et. al. 2007).

¹¹⁰ Son aquellas tareas que requieren de atención, capacidad para responder rápidamente y de ciertas habilidades manipulativas, conocimientos específicos sobre las propiedades de los objetos o los instrumentos a utilizar, por lo que suelen necesitar de una capacitación o de experiencia previa (Indec, 2018)

¹¹¹ En las que realizan tareas de poca diversidad, empleando objetos o instrumentos simples e incluso, el propio cuerpo. Para las mismas, no se precisan habilidades o conocimientos previos, bastando algunas instrucciones al comenzar a realizarlas (Indec, 2018)

¹¹² Estudio realizado sobre la base de una muestra de 14.800 casos, con investigaciones locales en la CABA y en las 23 provincias de la República Argentina (en la que participaron 23 universidades nacionales), y abarca un rango etario poblacional de entre 18 y 74 años de edad.

En este sentido, la misma, en Santiago del Estero, es de 29,69% en detrimento de las mujeres.

Finalmente, una de las características prevalentes en el mercado de trabajo del conglomerado Santiago del Estero-La Banda es la alta tasa de informalidad entre sus trabajadores y trabajadoras, ya que, en el período estudiado, esta alcanzó al 37,84% del total de personas ocupadas. Sin embargo, este fenómeno afecta de manera desigual a varones y mujeres, encontramos que el 36,26% de los varones ocupados trabaja de manera informal, mientras que el 40,12% de las mujeres se encuentra en esta situación.

Por lo tanto, podemos decir que no solo la participación de las mujeres es desigual (menor) a la de los varones en el mercado de trabajo local, sino que los modos en que se da esa participación siempre las perjudica. Son ellas las que tienen mayor presencia en actividades informales, de menor calificación, y asociadas a tareas asignadas a su género por la división sexual del trabajo (como ya expresamos anteriormente, más del 25% de las mujeres que trabajan lo hacen en el servicio doméstico). A esto, se les suma el trabajo no remunerado en sus hogares, invirtiendo una carga horaria superior a la que invierten los varones en estas tareas (Faur y Tizziani, 2017).

En Santiago del Estero, de acuerdo a la Encuesta de Trabajo No Remunerado y Uso del Tiempo (INDEC, 2014), la distribución porcentual del tiempo dedicado al trabajo doméstico no remunerado muestra que las mujeres representan un 78,6% mientras que los varones un 21,4%. Si tenemos en cuenta la condición de actividad, las mujeres ocupadas que dedican su tiempo a tareas domésticas no remuneradas representan un 94,3% mientras que los varones ocupados el 60%.

4 USO DEL TIEMPO EMPLEADO EN EL TRABAJO NO REMUNERADO

Considerando que las mujeres están sobrerrepresentadas en actividades no calificadas, informales y precarias (Zurita, 1999; Ruiz y Zurita, 2000; Torres, 2019) y que dedican en general más tiempo a las tareas domésticas no remuneradas (D'Alessandro, 2016), en esta sección, se expondrán los testimonios en primera persona de las entrevistadas a los fines de poder desentramar las formas en que estas mujeres logran conciliar sus actividades remuneradas en la feria¹¹³ con las actividades no remuneradas al interior de sus hogares, teniendo en cuenta las dimensiones de análisis expuestas más arriba y la teoría existente sobre la temática.

El uso del tiempo empleado en los trabajos no remunerados, realizado por las mujeres feriantes, se vuelve aquí nuestro foco de atención e indagación. El trabajo de campo realizado en la feria, las entrevistas, junto al ejercicio de una reflexividad constante desde el método etnográfico nos permitieron construir datos acerca de la realidad que atraviesan las mujeres. La etnografía feminista, según Castañeda Salgado (2012), nos advierte la posibilidad de interpretar la cotidianeidad de las mujeres, sin ser intrusivos en las maneras de conocer esas realidades subalternas, pero desde una mirada sensible que problematiza la relación entre los géneros.

En base al análisis de sus testimonios fuimos identificando que gran parte de las horas del día, las dedican al trabajo no remunerado. En este sentido, no pretendemos “cuantificar” las horas destinadas a cada una de estas actividades, sino por el contrario, queremos describir las situaciones que conducen a las mujeres a realizarlas. La manera en que administran el tiempo y priorizan

¹¹³ Como veremos en el desarrollo, si bien la actividad en la feria no es la única (ya que muchas son además empleadas domésticas) si es identificada como la principal.

actividades, suelen ser indicadores y preocupaciones centrales en los estudios que buscan develar desigualdades entre los géneros.

4.1 Simultaneidad, dedicación y afectividad

Al identificar las tareas que realizan las mujeres entrevistadas, encontramos que éstas se llevan a cabo de manera simultánea, organizadas de acuerdo a la dedicación que requieren y con una alta carga de afectividad. Tal simultaneidad, congrega actividades que superan la dicotomía producción vs reproducción, y se basa, sobre todo, en el factor remuneración vs no remuneración, cuestión que además nos permite comprenderlas en referencia al uso del tiempo. D'Alessandro (2016) nos dice: *“Las mujeres hacen todo, y al mismo tiempo, lo hacen a costa de su propia sobreexplotación o de distintas formas de empobrecimiento de su vida cotidiana”* (p.19).

Al respecto, Mirta y Margarita nos comentan cómo empiezan sus días:

“Un día en mi casa es levantarme a las 6 y media de la mañana, lo levanto a mi nieto que va al colegio. Se le hace el desayuno y se va. Y bueno, después ya comienzo con los quehaceres de la casa para acomodar un poco. Yo tengo a mi papá, que le tengo que servir el desayuno a las 8 am, darles sus remedios. Voy ordenando, limpiando, hasta que llega la hora de la cocina, y de mi padre que tiene que tomar sus vitaminas a las 10 am; siempre es así horarios, horarios y horarios todos los días como toda ama de casa”.

Mientras Margarita comentó:

“Me levanto a las cinco y media de la mañana, todos los días. Si tengo que lavar ropa, lavo, y a las siete y cuarto salgo a trabajar en casa de familia. Vuelvo once y media o doce y vuelvo a cocinar, a lavar las cosas, acostarme un rato porque a la tarde voy a jugar a la lotería. Pero si está el chiquito me quedo”.

El horario en el que comienzan sus jornadas, puede interpretarse como una “constante” que se extiende al resto de los casos. Todas comienzan su día entre

las 5 y 8am, con actividades principalmente destinadas a “lo doméstico” y “de cuidado”, como vimos en estos primeros casos. Sobre este punto, estudios recientes (D’Alessandro, 2016; Faur y Tizziani, 2017) demuestran que en la Argentina, 9 de cada 10 mujeres hacen labores domésticas (trabajen fuera del hogar o no) mientras que 4 de cada 10 varones no hace absolutamente nada en la casa (a pesar de estar desempleados). Esto les demanda a ellas, una media de 6,4 horas al día convirtiéndose, en una fuente central de desigualdad de género concentrando todas las tareas que quedan invisibilizadas en los hogares y que, a pesar de no tener paga, conllevan tiempo y esfuerzo.

Limpiar, barrer, lavar la ropa, cocinar, planchar, llevar a la tía al médico “*aparecen como tareas que les corresponden a las mujeres por el solo hecho de serlo, como si fuera parte de su naturaleza, una especie de atributo de su feminidad*” sostiene D’Alessandro (2016:18). Actividades asociadas como “tareas propias” a las que destinan tiempo, esfuerzo y dedicación, realizadas en forma simultánea y densificada por un ritmo ya establecido que configura “rutinas diarias”. Todas las tareas que realizan forman parte de esa rutina que se repite incansable y cotidianamente.

En preciso aclarar lo siguiente: la totalidad de experiencias de las mujeres parte de nuestro estudio, realizan o realizaron trabajo doméstico remunerado fuera del hogar. Algunas de forma temporal –como Fabiana, Mirta y Nora- y otras aún lo siguen haciendo –como Maria y Margarita-. Las condiciones en las que desarrollaron este tipo de trabajo fuera del hogar fueron: en relaciones laborales, tipos de remuneraciones y con beneficios de seguridad social diferentes. Sin embargo, todas aún siguen realizando las mismas tareas domésticas hacia el interior de sus hogares, a pesar de tener o haber tenido otros tipos de trabajos remunerados y realizados fuera del hogar. Pretendemos seguir describiendo las primeras, haciendo la salvedad de que el caso de Margarita, merece especial atención, dado que actualmente sigue realizando trabajo doméstico remunerado

fuera del hogar, como así también hacia el interior de su propio hogar sin percibir salario.

“A mí no me cuesta mucho trabajar de esto, porque lo hice siempre en casa. Y aparte me pagan ya tengo experiencia porque sé los gustos de mis patrones”, relató Margarita, empleada doméstica de una familia de médicos profesionales, la misma que antes de salir a trabajar lava o limpia en su casa “para ganar tiempo”.

La situación de Margarita ejemplifica que: “un segundo trabajo no solo incrementa su explotación, sino que únicamente reproduce el rol de la mujer de diferentes maneras. Donde sea que miremos podemos observar que los trabajos llevados a cabo por mujeres son meras extensiones de la labor de amas de casa” (Federici, 2013: 42).

Estudios sobre el servicio doméstico en nuestra ciudad (Ruiz y Zurita, 2002; Torres, 2018a) afirman que se trata de una actividad que está en el límite mismo entre mercado de trabajo y el ámbito doméstico, donde las líneas divisorias entre estos se difuminan, generando una naturalización de las actividades, más allá de las tareas por las que se emplea en principio por lo cual no dejan de ser trabajo “reproductivo”, puesto que contribuyen al mantenimiento de la fuerza de trabajo y a la reproducción social.

Benería (2006) sostiene que a pesar de que sean las mujeres quienes se concentran en el trabajo no remunerado, a medida que un país se desarrolla y los salarios aumentan, se incrementan los costos en los que muchas familias incurren para emplear a terceras personas que realicen algunas tareas del hogar. Tal es el caso de Mirta, que al aumentar su capital económico proporcionado por su venta de ropa en la feria y en su domicilio-, contrató a otra mujer para que “la ayudara” con las tareas domésticas en su hogar. En esa línea, sostuvo:

"Tengo una señora que me viene a ayudar hace unos años, nada más que viene los lunes y los jueves, después yo lo mantengo al orden, a la limpieza y todo. Porque para más no se puede, porque yo tengo desviamiento de la columna y se me inflama y comienzo con los mareos".

El caso de Mirta, refleja la situación que se vive a nivel país, donde algunas mujeres pueden costear las tareas de sus hogares, a costa de que la persona que realice este trabajo sea, en definitiva, otra mujer. En este sentido se puede afirmar (Torres, 2018b) que las personas contratadas para realizar ese tipo de trabajo, en el 97% de los casos serán mujeres, generalmente de bajos ingresos, poca calificación o calificación media, y a veces migrante. Estos indicios, nos invitan a pensar nuevamente en que este tipo de actividades siguen recayendo asimétricamente sobre las mujeres, cuestión que profundiza las diferencias entre unas y otras.

4.2 “Eso que llaman amor, es trabajo no pago”

El tiempo que destinan mujeres y varones a las labores domésticas está, en palabras de D’Alessandro (2016) *muy desbalanceado*: ellos dedican más tiempo a los trabajos pagos mientras que ellas son quienes hacen el trabajo no pago del hogar. Así lo asegura Nora, al relatar cómo sigue su día (y el de sus hijas) después de su trabajo –remunerado– por la mañana:

“Y después de trabajar vengo a casa con mi hija y nos ponemos a preparar algo para comer, cosa que dos, dos y media estamos comiendo si es que no dejamos algo hecho el día anterior. La mayoría de las veces dejamos algo listo casi para calentar y comer. Cuando podemos lavamos, cada una de mis hijas lava su ropa y yo la de mi marido porque el tiempo del trabajo no lo deja a él. Yo les enseño a mis hijas que lo fundamental es que ellas sepan lavar y cocinar, eso sin falta”.

En ese mismo sentido, Fabiana afirma:

“Cada una de mis hijas limpia sus cosas, su piecita. El asunto de cocina nos repartimos: lunes, miércoles y viernes me ocupo yo de lavar los platos y la cocina, los martes y jueves mi hija mayor. Ya sería lavar los platos, la mesada, barrer y dejar limpio después de comer. Y así nos repartimos entre nosotras porque los chicos no hacen este tipo de cosas”.

Por su parte Margarita, que convive con dos de sus hijos mayores de edad y algunos de sus nietos, afirmó: *“Y nadie cocina al mediodía porque todos trabajan, cuando vuelvo yo recién lo hago”, “Como son varones, las cosas de la casa las hago yo”.* Ella realiza *“algo de comida”* por las noches para dejar una preparación, así al regresar, al día siguiente, de su trabajo y de buscar a su nieto del jardín, ya tiene una parte del almuerzo realizada.

Lavar la ropa del marido porque el tiempo de *“su trabajo no lo deja”*, enseñarles a sus hijas que lavar y cocinar *“es fundamental”*, repartir las tareas domésticas exclusivamente entre ellas, *“porque son varones”, “porque los chicos no hacen este tipo de cosas”* son algunas de las representaciones que sobresalen en sus testimonios con creciente fervor. Las concepciones que tienen sobre las *“tareas de las chicas”* y *“las tareas de los chicos”* manifiestan que no se practica una redistribución más equitativa de las tareas hogareñas.

Sin embargo, sólo María mencionó a su esposo a la hora de detallar las actividades que realiza durante el día:

“Con quien más realizo las tareas del hogar es con mi esposo. Con él siempre nos dividimos las tareas porque a pesar de que tenemos hijos grandes, no contamos con su ayuda. Por ejemplo, si yo no puedo lavar hasta hoy, mañana lava él que está en la casa. Y así, nos turnamos, o él cocina un domingo y yo lavo, él me ayuda porque es bastante compañero” (...) *“Pero eso fue siempre,*

porque en momentos en que no tuve buena salud él se tuvo que encargar de todo, además aprendió a lavar recién cuando se casó conmigo”.

A pesar de que los hombres actualmente están más comprometidos con las tareas del hogar y realizan actividades que antes eran impensadas, aún muchas mujeres sostienen orgullosamente la idea de que ellos o sus hijos “ayudan en la casa” (D’Alessandro, 2016). Esta frase reproduce la idea de que son tareas que les tocan a ellas y que son afortunadas porque el o los varones del hogar colaboren. Esta autora sostiene que “aún con esa ayuda amorosa que fue creciendo en las últimas décadas gracias a cambios culturales, la brecha de la participación en el trabajo doméstico sigue siendo alta y las mujeres siguen encabezando la lista” (p. 50), y son percibidas por ellas mismas, las familias, el entorno y las políticas económicas como actos de entrega y amor.

Mencionar las experiencias laborales de los compañeros de las mujeres feriantes nos parece importante porque se trata de ocupaciones “atadas” a la volatilidad de la economía, lo que condiciona su permanencia en el mercado de trabajo. Es decir, cuando la desocupación los agobia, se apoyan fundamentalmente en las tareas que desarrollan sus compañeras, pero no así, en una redistribución igualitaria de las tareas hogareñas. Por otra parte, son consideradas tradicionalmente como “masculinas” y se encuentran sobrerrepresentados como: obreros de la construcción, empleados de las fuerzas de seguridad estatal, zapateros, diareros, cartoneros y, aunque “se está modificando la organización de la sociedad en base a los roles rígidos de género, lo cierto es que todavía sigue recayendo mayoritariamente sobre las mujeres las actividades domésticas” (Goren, Trajtemberg, Díaz, 2011, p.).

Mirta afirmó: *“Realmente hoy en día nosotros nos estamos manejando con lo que vendemos en la feria. Todo porque su trabajo en la obra de construcción está parado, entonces venimos a vender aquí”.* Esto demuestra que el ingreso al

mercado de trabajo por parte de las mujeres, a pesar de las condiciones laborales precarias en las que se realizan, engrosan la fuerza de trabajo del mercado y sus ingresos económicos son indispensables para el sostenimiento económico de sus respectivas familias.

El censo 2010 muestra que más de 4 millones de mujeres en el país son jefas de hogar y el 70 por ciento de ellas está al frente de un hogar monoparental, es decir, son el único sustento económico de la familia (D'Alessandro, 2016). La situación evidencia de esta manera, diversas contradicciones: si bien las mujeres con la inserción al mercado de trabajo lograron conquistar el espacio público - antes relegadas a los ámbitos privados y domésticos- ahora se encuentran sobre exigidas, y expuestas a lo que se considera “doble/triple jornada laboral”.

Para Federici (2013) hoy muchas mujeres trabajan fuera de la casa lo que supone una pequeña fuente de mayor autonomía, pero se adaptan a condiciones precarias en la mayoría de los casos y a un régimen que está pensado en el trabajo tradicional masculino.

Esto nos conduce a pensar, en que además de trabajar en la feria y de tener otros tipos de trabajos remunerados, las mujeres soportan tareas domésticas, de cuidado y hasta comunitarias. Es decir, trabajan en el servicio doméstico, trabajan en la economía popular, trabajan en su hogar sin salario y, sin embargo, permanecen en una condición de ciudadanía social dependiente de sus cónyuges, a través de quienes pueden, en el mejor de los casos, acceder a los derechos que sus múltiples aportes a la reproducción social no les confiere.

Sus posibilidades se encuentran condicionadas no sólo por la cantidad de tareas que realizan y el tiempo destinado a cada una de ellas, sino por la carga emocional, psicológica, afectiva que recae sobre sus cuerpos en forma de responsabilidades consideradas exclusivamente “femeninas”.

Así lo expresó María:

“Antes venía los domingos a vender en la feria, pero como tengo que lavar y dejar las cosas preparadas para la semana, ya no hay tiempo; pero la verdad es que termino cansada. Porque es lavar y dejar todo acomodado para salir a trabajar toda la semana, así que no hay tiempo”.

La asistencia a su trabajo como feriante se encuentra condicionado por la realización de las tareas de su hogar, la misma que nos contó la experiencia de sus compañeras de feria, sometidas a similares jornadas de trabajo:

“Ellas también trabajan en casa de familia, venden empanadas, vienen a la feria y algunas tienen kiosco o cosas así (...) todas somos gente que vive así de esto, hacemos miles de cosas para que no nos falte nada”.

María, a su vez, realiza tareas comunitarias para niños y niñas en una Iglesia Evangélica hace ya varios años. Su trabajo como tallerista no es rentado, y a su criterio: “se involucró porque ella quiere ayudar y que la ayuden”. La “ayuda” por parte de la Iglesia, se encuentra materializada en la donación de ropa, ya que conocen la situación de María como feriante y sus maneras de recolectar prendas para seguir asistiendo a la feria (esta se configura como una de las estrategias de inversión social principal de María).

Son ellas las que encuentran las maneras de conciliar sus tiempos para el desarrollo de sus actividades, como Mirta, quién afirmó vender ropa en su casa mientras hace sus quehaceres, los cuales se realizan “sin horarios” porque sus clientes pueden llegarse cuando deseen. Mirta parece no tener descanso, otro factor que sirve para el análisis de la administración de los tiempos en trabajos no remunerados. Dicha administración, se encuentra condicionada por “la función de mujer” socialmente aceptada, organizada a partir de su trabajo de reproducción y de cuidado, a partir de roles y mandatos sociales establecidos. Mirta afirmó que no puede realizar otro tipo de actividad que no sea la feria o su venta en la casa

debido a que cuida de su papá y su nieto, y que anteriormente lo hacía con su mamá.

Fabiana, sostuvo:

“Tenía cuatro hijos en la primaria, y como yo no quería dejarlos a ellos solos, los cargaba y salía a vender con ellos. No podía entrar a trabajar en la administración ni hacer política ni nada por el miedo a dejarlos solos, aparte que iba a decir la gente (...) He preferido dedicarme a ellos, y ahora están todos recibidos”.

A partir de la afirmación de Fabiana, es posible dimensionar lo que cargan las mujeres y la manera en que se expresan las desigualdades de género como condiciones estructurales en la que se inscribe, por ejemplo, la maternidad. Concebida a su vez, como una tarea a cargo exclusivamente de ellas, que son quienes asumen la responsabilidad de la crianza de sus niños/as.

“Soy sobreprotectora de los chicos hasta el día de hoy, los cuido más a los varones porque mi marido está poco tiempo en la casa por el trabajo. Yo también he sido empleada domestica, he trabajado un tiempo, pero al ver que iban naciendo los chicos ya no quería trabajar porque quería estar más tiempo con ellos (...) No puedes dejarlos en otra parte porque toman otra crianza, otros hábitos así que yo prefería criarlos yo y criarlos bien”.

D’Alessandro (2016) afirma que, “entre los roles y mandatos sociales de la mujer, el de ser madre es uno de los más fuertes y enraizados” (p.77). La elección de trabajar en la feria, quizás pueda explicarse a partir de la flexibilidad que caracteriza este tipo de trabajo, lo que les permite conciliar y hacer equilibrio en sus múltiples actividades y compatibilizar las horas de trabajo fuera del hogar y “ser madres” al mismo tiempo. La misma autora afirma que esa noción de “ser

madre” aparece como destino inexorable de las mujeres, reforzada por la idea de que las mujeres son la “especie” más apta para ocuparse de la crianza de los niños.

El componente afectivo-amoroso que generalmente se utiliza para justificar las extensas jornadas de trabajo de las mujeres, -en particular el trabajo de cuidado de los/as hijos/as y ancianos- disfraza la idea misma de lo que se considera trabajo. Federici (2013) afirma:

“eso que llaman amor, es trabajo no pago. Disfrazar el trabajo como un acto de amor esconde que estas tareas son trabajo propiamente dicho y de este modo se realiza una actividad indispensable para el funcionamiento de toda la sociedad de manera gratuita” (p.57).

El cuidado se feminiza en el ámbito de la familia heteronormada, cuya estructura permite asegurar el trabajo gratuito de las mujeres (Rodríguez y Cooper, 2005; Federici, 2018), por ende, el bienestar de otros miembros del hogar siempre es una prioridad en la administración del tiempo de las feriantes. Mirta, cuida de su papá y su nieto, Margarita también cuida de sus nietos por las tardes (mientras realiza otras tareas domésticas como: barrer la vereda, limpiar las piezas, lavar los platos que quedaron del almuerzo), al igual que Fabiana (que tiene a su cargo 3 nietos en los horarios en los que sus hijas trabajan) y Nora, que atiende su kiosco junto a sus hijas mientras cuida a una de sus sobrinas para que su prima asista a la escuela. La ausencia de horas de descanso reiteramos, cobran relevancia en la descripción de los días de las mujeres.

Para Federici (2013) no se han cambiado las relaciones entre hombres y mujeres, y mucho menos entre mujeres y capitalismo, porque “ahora las mujeres tienen dos trabajos – o tres- y aún menos tiempo para, entre otras cosas, luchar o participar en movimientos políticos. En este sentido, Fabiana, afirmó:

“Yo no sé lo que es darme un privilegio. Nunca, nunca he tenido una vacación. Siempre he trabajado en los rayos del sol con todas mis compañeras que eran muchas y llevaban a sus hijos y ahora también a nuestros nietos”.

“Si lo dejan a mi nieto ya no salgo a jugar a la lotería”, “No puedo dedicarme a otra cosa porque lo tengo que cuidar a mi papá” o “No pude venir antes porque estaba esperando que llegue mi hija a buscar a mi nieto que lo estaba cuidando”, son expresiones que demuestran la manera en que priorizan el cuidado de un/os otro/s por sobre sus deseos de ocio, y bloquean las posibilidades de proyectar su participación en otros espacios diferentes a los habituales.

Liberarse del trabajo de cuidado, no está entre los deseos y prioridades de las mujeres. Al entrevistarlas identificamos que este tipo de tareas son realizadas “desde el amor”; porque aman a sus hijos, nietos o padres y asumen la crianza o cuidado como una responsabilidad que les confiere exclusivamente a ellas o a sus hijas. Benería (2006) plantea que el feminismo ha destacado la importancia de la economía del cuidado para el funcionamiento de una sociedad, en tiempos en los que se demanda con urgencia el tratamiento de desigualdades perpetradas. Para asistir a la feria, por ejemplo, las feriantes se aseguran que las tareas del hogar ya estén realizadas, o asignan a sus hijas los cuidados y recomendaciones domésticas hasta su regreso. Volver de la feria temprano para poder cocinar, levantarse dos horas antes de asistir al trabajo para lavar y “ganar tiempo”, participar sólo los días sábados de la feria porque los domingos son exclusivos para lavar y dejar todo preparado para la semana, son indicadores de una administración del tiempo “desbalanceada” que actúa en desventaja para ellas. De todas maneras, como dijimos, estas tareas no impiden su participación en tareas remuneradas funcionales al mercado de trabajo, sólo que el tiempo dedicado a las mismas se encuentra condicionado por la jornada doméstica.

REFLEXIONES FINALES

Para finalizar, es preciso señalar que los testimonios expuestos, son un pequeño ejemplo (pero que aportan riqueza al análisis) de la situación de miles de mujeres de sectores populares en el mercado de trabajo santiaguense. Un espacio que está atravesado estructuralmente por las desigualdades de género, que como vimos, no solo restringe el ingreso condicionando su participación, sino que para aquellas que sí forman parte, asigna actividades asociadas a su género (como el servicio doméstico) de manera natural.

Por otro lado, son las mujeres las que se ocupan de tareas menos calificadas, en donde la fuerza física es explotada al máximo, y son las que reciben en mayor medida el peso de la informalidad. Si bien este es un flagelo que se presenta de manera brutal en el mercado de trabajo local (casi el 50% del total de trabajadores), las mujeres son las que lideran las mediciones con cerca del 55% de las trabajadoras. Esto conlleva no solo falta de beneficios laborales que por derecho pertenecen a todo trabajador y trabajadora (como obra social, vacaciones o aportes jubilatorios) sino que además las expone a las peores condiciones de realización del trabajo.

En cuanto a las tasas de actividad, empleo y desocupación la desventaja es abrumadora y esto tiene que ver a que como ya dijimos, su presencia entre la población ocupada es menor a la de los varones y además, en los casos de desempleo son las mujeres las que menos buscan un puesto de trabajo por lo general debido a que son ellas las encargadas de las tareas de cuidado y reproductivas no remuneradas en sus hogares.

Esto nos lleva a tener en cuenta que, en los casos de obtener una actividad remunerada (en este caso vendedoras en la feria y empleadas domésticas fuera del hogar), tal situación no las exime de las tareas no remuneradas en sus hogares. Como quedó demostrado a partir de los testimonios, estas trabajadoras logran conciliar, no sin dificultades extremas, estas dos caras de la moneda. Todo ello,

nos conduce a preguntarnos: ¿qué ocurre cuando su jornada de trabajo en la feria finaliza, cuando nadie las ve? Las mujeres, ¿emprenden su retiro a descansar en sus hogares? Definitivamente no. De la feria a casa, las mujeres siguen destinando tiempo y energías de sus vidas a otros y otras.

La administración de su tiempo no sólo depende de cuantificar horas, sino que también las realizan de manera gratuita: lavando, barriendo, cocinando, limpiando, planchando, cuidando enfermos/as, ancianos/as, personas dependientes, etc. La conciliación de actividades remuneradas y no remuneradas por parte de las mujeres que además pertenecen a un subsistema económico caracterizado por la marginalidad, no hace más que acrecentar la degradación de la vida de las trabajadoras. La ausencia del descanso, y del tiempo destinado al ocio, aparecen como indicadores empíricos de tal situación.

El trabajo no remunerado sigue siendo una fuente central de desigualdad, no sólo por la distribución de las actividades según el género de los miembros de cada familia, sino porque encarece totalmente la vida de las trabajadoras. Queremos, sobre todo, desmitificar la idea de que “el ama de casa” implica un no trabajo. Es preciso cuestionar en los estudios sociales, perspectivas que alienten la legitimación de la explotación de la mujer en el mundo del trabajo, o que se justifiquen atributos de masculinidad/femineidad como destinos naturales. Es innegable que las mujeres han conquistado también el espacio público y accedido al mercado laboral a la par de los varones.

Es conocido que enfrentan dobles o triples jornadas en sus trabajos remunerados y no remunerados. Lo que tenemos que seguir indagando, son las condiciones en las que acceden, dependiendo, sobre todo, del sector de la economía en el que se encuentren: legal o no, informal o no, remunerado o no, las mujeres trabajan y reproducen la vida y se constituyen como protagonistas de los procesos sociales de cambio. Generar un cambio cultural en la diferenciación de géneros en condiciones de igualdad, resulta un desafío mayor ligado a las

nuevas formas de relacionamiento económico necesarias para cimentar otros mundos posibles.

Es conocido que enfrentan dobles o triples jornadas en sus trabajos remunerados y no remunerados. Lo que tenemos que seguir indagando, son las condiciones en las que acceden, dependiendo, sobre todo, del sector de la economía en el que se encuentren: informal o no, remunerado o no, las mujeres trabajan y reproducen la vida y se constituyen como protagonistas de los procesos sociales de cambio. Con ello, pretendemos seguir describiendo realidades de un mercado de trabajo altamente desigual entre varones y mujeres, entre trabajadores/as formales e informales para develar las maneras en que esas desigualdades se manifiestan. Sobre todo, considerando de qué manera la persistencia de la DST pauperiza la vida de mujeres; especialmente a las de sectores populares. Consideramos que es central seguir indagando al respecto, para contribuir a los debates y perspectivas de análisis en torno al trabajo y a las trabajadoras, considerando especialmente el sector de la economía popular y el servicio doméstico para identificar sus múltiples problemáticas y expresiones.

REFERENCIAS

AGUILAR, Paula Lucía. **La feminización de la pobreza: conceptualizaciones actuales y potencialidades analíticas**. R. Katál, Florianópolis, 2011.

BENERÍA, Lourdes. Trabajo productivo/ Reproductivo, Pobreza y Políticas de Conciliación. Ciudad de México, UNFPA- Cooperación Técnica Alemana, 2006.

BÉRTOLA, L; OCAMPO, J.A. **Desarrollo, vaivenes y desigualdad: Una historia económica de América Latina desde la Independencia**. Sec. General Iberoamericana, 2010.

BERTRANOU, Fabio y CASANOVA, Luis. Informalidad laboral en Argentina. Segmentos críticos y políticas para la formalización. Buenos Aires: Oficina de País de la OIT para Argentina, 2014.

CASTAÑEDA SALGADO, Martha. Etnografía feminista. En BLAZQUEZ GRAF, Norma; FLORES PALACIOS, Fátima y RÍOS EVERARDO, Maribel. **Investigación feminista: epistemología, metodología y representaciones sociales.** UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades: Centro Regional de Investigaciones Multidisciplinarias: Facultad de Psicología. México, 2012. Pp. 217-238.

D'ALESSANDRO, Mercedes. **Economía feminista: como construir una sociedad igualitaria sin perder el glamour.** Buenos Aires, Argentina: Sudamericana Editorial, 2016.

DARGOLTZ, Raúl. **Santiago del Estero: el drama de una provincia.** Castañeda. Buenos Aires, 1980.

EGUÍA, Amalia, PIOVANI, Juan Ignacio y SALVIA, Agustín. **Género y trabajo: asimetrías intergéneros e intragéneros.** Áreas metropolitanas de la Argentina, 1992-2002. Argentina: Eduntref, 2007.

ENCUESTA sobre trabajo no remunerado y uso del tiempo. Tercer trimestre del 2013, resultados por jurisdicción. Disponible en: https://www.indec.gov.ar/uploads/informesdeprensa/tnr_07_14.pdf

FAUR, Eleonor y TIZZIANI, Ania. Mujeres y varones entre el mercado laboral y el cuidado familiar. En: FAUR, Eleonor (comp.). **Mujeres y varones en la Argentina de hoy.** Géneros en movimiento. Argentina: Siglo XXI, 2017. Pp. 75-98.

FEDERICI, Silvia. **Revolución en punto cero.** Trabajo doméstico, reproducción y luchas feministas. Distrito Federal, México: Traficante de sueños ediciones, 2013.

FERRER, Aldo. **Los ciclos económicos en la Argentina: Del modelo primario exportador, al sistema de hegemonía financiera,** 1995.

GOREN, Nora. Desigualdades sociolaborales. Una aproximación a sus marcos interpretativos desde la perspectiva feminista. **Revista Latinoamericana de Antropología del Trabajo.** Buenos Aires, Argentina, pp. 1-21, 2017.

GOREN, Nora y DÍAZ, Estela. **Inequidades laborales. Las brechas de género en el trabajo y en los salario.** Argentina: CEMyT, 2013.

GOREN, Nora, TRAJTEMBERG, David y DÍAZ, Estela. **Caracterización de la inserción laboral de las mujeres.** Hacia el reconocimiento de los derechos laborales. Colección: Mujeres y Trabajo. Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2011.

INADI. **Mapa de la discriminación en Argentina**, 2013.

INDEC. Instituto Nacional de Estadísticas y Censos. **Encuesta Permanente de Hogares**. Conceptos de Condición de Actividad, Subocupación Horaria y Categoría Ocupacional. Argentina, 2011.

INDEC. **Encuesta sobre trabajo no remunerado y uso del tiempo. Resultados por jurisdicción**-Tercer trimestre de 2013. Buenos Aires. Argentina, 2014.

INDEC. **Clasificador Nacional de Ocupaciones**. Argentina, 2018.

LAMAS, Marta. Género: los conflictos y desafíos del nuevo paradigma. **Ediciones de las mujeres**, N°28. Santiago, Chile, pp. 87-99, 1999.

LEDESMA, Reinaldo, PAZ, Jorge y TASSO, Alberto. **Trabajo rural estacional en Santiago del Estero**. OIT. MTEySS. Buenos Aires. Argentina, 2011.

MICHA, Ariela y PEREYRA, Francisca. La inserción laboral de las mujeres de sectores populares en Argentina: sobre características objetivas y vivencias subjetivas. **Sociedade e Cultura**, vol. 22, N°1. Goias, Brasil. pp. 70-95, 2019.

OCEPP. Informe, La pobreza tiene género. Observatorio de Coyuntura Económica y Políticas Públicas (OCEPP). Buenos Aires, Argentina, 2017. Disponible en: <https://www.ocepp.com/>

RUÍZ, Graciela y ZURITA Carlos. Roles de género en el mercado de trabajo. Estrategias de ingreso. Identidad laboral y clientelismo. **Revista Trabajo y Sociedad**, N°4, Santiago del Estero, Argentina. s/p., 2002.

SEGALEN, Martine. **Sociología de la familia**. Mar del Plata: Eudem, 2013.

SILVETI, Jorge, GURMENDI, Noelia y SALVATIERRA, Rita. Cambio estructural y desarrollo productivo en Santiago del Estero. Periodo: 1994-2007. **Revista Trabajo y Sociedad**, N°29, Santiago del Estero, Argentina, pp. 377-390, 2017.

TASSO, Alberto y ZURITA, Carlos. Aves de paso. Los trabajadores estacionales de Santiago del Estero. **Revista Trabajo y Sociedad**. N°21, invierno de 2013. Santiago del Estero. Argentina. pp. 33-47, 2013.

TORRADO, Susana. **El costo social del ajuste**. Buenos Aires, Argentina: Edhasa, 2010.

TORRES, Lucas. Informalidad y precariedad laboral entre las empleadas del servicio doméstico en Santiago del Estero. **Journal de Ciencias Sociales** año 6 N° 10. Universidad de Palermo. Buenos Aires, pp. 49-65, 2018.

TORRES, Lucas. Trayectorias laborales y desigualdades. El caso de las empleadas domésticas en Santiago del Estero. **Revista Trabajo y Sociedad**. N°32, verano 2019. Santiago del Estero, pp. 327-342, 2019.

TORRES, Lucas y SAYAGO PERALTA, Eliana. Conciliación del trabajo remunerado y no remunerado de mujeres de sectores populares. **RELAT. N°7**. CEIL-CIESAS. Buenos Aires, Argentina, 2020.

ZURITA, Carlos. **El trabajo en una sociedad tradicional**. Estudios sobre Santiago del Estero. PROIT. CICyT-UNSE. Córdoba. Letras de Córdoba, 1999.

ZURITA, Carlos. Estratificación social y trabajo: Imágenes y magnitudes en Santiago del Estero. **Revista Trabajo y Sociedad**. N°1, Vol.1. Junio-septiembre. Santiago del Estero. Argentina, 1999.

UBER, SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHO E O CAPITALISMO DE PLATAFORMA EM CONTEXTO DE PANDEMIA: NOVAS E VELHAS FORMAS DE CONTROLE E RESISTÊNCIA

Gil Felix ¹¹⁴

INTRODUÇÃO

Para certa ideologia hegemônica do mercado, em tese, acelerar e ampliar a circulação das mercadorias acarretaria transformações profundas do tempo e do espaço, mas não maiores contradições sociais. Uma interpretação a partir da teoria marxiana do valor trabalho, como a que eu venho pesquisando (Felix, 2018; 2019; 2020), permite hipótese no sentido oposto. A reprodução social do trabalhador pode vir a ser profundamente alterada em termos de espaço e tempo e, também, profundamente dilapidada, inclusive, e justamente, por meio das próprias “leis de mercado” ao vender a sua força-de-trabalho.

O “trabalho”, que é considerado pela gestão empresarial moderna um “serviço” que deve ser adquirido pelo menor preço no mercado, usado da forma a mais intensa possível e substituído sempre que não é mais necessário ou rentável por outro melhor, ou seja, que é uma “coisa” como qualquer outra, elemento rentável ou peça, obviamente, tem implicações diferentes para seu vendedor. Este é o caso do/as trabalhadores/as diretamente subordinados ao chamado “capitalismo de plataforma” e, em particular, dos entregadores e motoristas da empresa Uber que alcançaram grande visibilidade pública nos últimos anos no Brasil e em diversos outros países. Dada sua rápida expansão e as mobilizações

¹¹⁴ Cientista social. Professor da Universidade Federal da Integração Latino-americana. Coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Trabalho (CNPq). www.grupodepesquisasobretrebalho.wordpress.com

realizadas desde o advento da pandemia de COVID-19, o debate que já estava em curso entre especialistas do mundo do trabalho vem sendo ampliado a outros âmbitos sociais e se insere na agenda pública das organizações sindicais da classe trabalhadora, dos partidos, de organismos internacionais e das mídias jornalísticas e políticas de maneira geral.

Neste sentido, dando continuidade a pesquisas anteriores e a outras em desenvolvimento, abordarei alguns aspectos do estudo de caso das condições de trabalho desses/as trabalhadores/as e das formas de controle e de resistência que estão sendo empregadas por eles/as, nacional e internacionalmente¹¹⁵.

2 O QUE HÁ DE NOVO?

Nas economias centrais, a erosão da condição operária comumente associada ao fordismo que teria caracterizado as estratégias produtivas da indústria desses países em grande parte do século XX estaria motivando abordagens a respeito de um “retorno da superexploração” (Harvey, 2008), da crise da “sociedade salarial” (Castel, 1998), emergência de um “precariado” (Standing, 2015) etc. Por outro lado, a desestatização das economias anteriormente planejadas também foi acompanhada de um amplo quadro de demissões e de implantação ou transformação dos processos de trabalho com base nessas mesmas estratégias pós-crise. Já nas formações sociais periféricas ou dependentes do capitalismo, em que, quando observada, tal condição pretérita abarcava apenas uma fração estatisticamente minoritária do próprio conjunto do

¹¹⁵ Além de outras pesquisas mais recentes e de diversas informações veiculadas a respeito desse setor, os dados aqui citados advêm do plano de trabalho “Estudo das condições de trabalho e dos trabalhadores da empresa UBER e similares”, desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa sobre Trabalho (CNPq) no âmbito do Projeto de Pesquisa “Trabalho e trabalhadores na América Latina e Caribe: economia, sociedade e política”, que, sob minha coordenação e orientação na Universidade Federal da Integração Latino-americana, participaram os estudantes Wilson Antonio de Almeida Duarte, Welita Barbosa da Silva, Vitor Mateus Morais e Maurício Machado Lourenço.

operariado, processo específico, embora consonante, também vem sendo analisado sob diversos matizes. Sobre essas formações periféricas ou dependentes, porém, paira ainda enorme desconhecimento desse processo, tanto em termos empíricos quanto, especialmente, teóricos. Por questões que não serão ressaltadas aqui, mas que poderão ser deduzidas pelo/a leitor/a, cabe frisar que tais formações sociais apresentam cada vez melhor perspectiva para a observação dos processos mundiais em curso e, possivelmente, por conseguinte, também maior poder explicativo para a compreensão dos mesmos (Felix, 2021a; 2021b; Felix e Sotelo, 2019)¹¹⁶.

Processos de mundialização e de reestruturação produtiva, assim como a expansão de fenômenos convencionalmente descritos nos estudos do trabalho como *precarização e/ou flexibilização do trabalho*, inseriram complexidades renovadas para os cientistas sociais especializados na área e, com elas, também, a necessidade de novas pesquisas a partir de contextos latino-americanos e mundiais.

Segundo o relatório da Organização Internacional do Trabalho intitulado “Changing nature of jobs” (ILO, 2015), por exemplo, há uma tendência mundial de crescimento, ou substituição, dos empregos de tempo integral e contrato estável de trabalho para as denominadas *non-standard forms of employment*. Analisando os padrões de emprego em mais de 180 países, a OIT constatou que

¹¹⁶ Dado um quadro de deterioração, fragmentação ou mesmo degradação das condições de vida e trabalho dos trabalhadores de gerações anteriores, alguns autores têm se voltado para teorias outrora pensadas no âmbito das ciências sociais latino-americanas, que, particularmente a partir dos anos 1960, propuseram interpretações originais para a compreensão das formações sociais dos seus próprios países de forma crítica a epistemologias eurocêntricas e/ou não-sistêmicas do capitalismo mundial (Gunder Frank, 1964; Marini, 1973; 1974; 1978; Casanova, 2009; Nun, 2001; Cardoso de Oliveira, 1978). Pesquisadores como Gavin Smith (2011) e Soederberg (2013) tiveram referência em escritos do argentino Jose Nun. Outros, como Sotelo (1993; 2012) e John Smith (2016) abordaram tais tendências com base, dentre outros, nas últimas análises do brasileiro Ruy Mauro Marini (1993; 1996). Por fim, alguns, em sentido oposto, têm demonstrado haver um processo de emergência da categoria *precarizado* sob diferentes enfoques, a partir da análise proposta pelo inglês Guy Standing (Alves, 2014; Braga, 2017; Antunes, 2018).

trabalhos estáveis, de tempo integral, representam menos de um em cada quatro empregos e que “(...) uma continuação de tendências passadas sugere que a incidência de relações de trabalho estável formará uma fração ainda menor do total de empregos nos próximos anos”. (ILO, 2015: 5).

Em geral, essas tendências implicam necessárias revisitas teóricas e novos exercícios analíticos para os estudos do trabalho, a fim de dar conta de fenômenos em expansão mundial e que convencionalmente se designam, por exemplo, em vários países do mundo, como *precarização*, *flexibilização*, *walmartização*, *mcdonaldização* ou mesmo *uberização do trabalho*, junto à constatação de um crescente exército de reserva, certas vezes adjetivado *global* ou *em mundialização* (Chesnais, 2006; Magdoff; Magdoff, 2004; Foster; McChesney; Jonna, 2011; Smith, 2016; Felix, 2019). Já nos últimos anos e, em especial, no contexto pandêmico, as abordagens do que seria uma *plataformização do trabalho* vêm sendo intensamente pesquisadas e debatidas (ILO, 2018; Pesole et al., 2018; Abdelnour e Bernard, 2018; Huws et al., 2019; Chaves Jr. et al., 2021; Panicht e Albo, 2021).

Considerando as questões acima, uma categoria que assumiu enorme importância para se compreender as transformações em curso é a dos motoristas da empresa Uber e de trabalhadores de empresas de aplicativos para celulares em geral, que agregam tanto empresas transnacionais como a própria Uber, Deliveroo, iFood etc, quanto empresas locais como a Garupa, por exemplo, utilizada em cidades do oeste do estado do Paraná. A Uber, porém, desponta atualmente não apenas como a maior dessas empresas, mas, para além disso, como referência de uma nova gestão do trabalho, radicalizando tendências já descritas na chamada reestruturação produtiva. Segundo as mídias sindicais, essa empresa já teria hoje mais de 2 milhões de motoristas em mais de 80 países no

mundo¹¹⁷. Segundo dados divulgados pela empresa em sua página eletrônica no momento em que seu principal CEO à época visitou o país a fim de obter plena autorização legal para operar em reuniões com dirigentes do Parlamento e ministros de Estado, em 2017, seriam mais de 500 mil motoristas só no Brasil. É crível que esses dados tenham aumentado ainda mais no período pandêmico, tanto na Uber quanto nas demais empresas de entrega cujos serviços foram considerados essenciais e que são integradas principalmente por trabalhadores em situação de desemprego. Segundo os índices oficiais brasileiros e os monitoramentos globais feitos pela OIT no atual contexto, os índices de desemprego aumentaram para taxas históricas, como no caso, em especial, do Brasil e dos EUA, e os rendimentos dos trabalhadores foram reduzidos na maioria dos países observados (DIEESE, 2020a).

A partir disso, não são raros os exemplos em que as características do que seria uma *uberização do trabalho* também já estão sendo associadas a diversos outros setores econômicos e atividades laborais na educação, segurança, publicidade, saúde, hotelaria etc.

3 CONDIÇÕES DE VISIBILIDADE

O contexto pandêmico evidenciou condições para que o chamado capitalismo de plataforma emergisse como questão pública e como temática acadêmica em disputa. Considerando que tal contexto foi utilizado pelas empresas para reduzir postos de trabalho, intensificar as tarefas, diminuir salários e rotacionar a força de trabalho - o que se verificou, por exemplo, no aumento dos índices oficiais de desemprego -, houve uma migração dos trabalhadores para algumas atividades comumente consideradas de vínculo temporário, cujas empresas, em geral, adotam recrutamento imediato. Contudo, além disso,

¹¹⁷ Cf. “Indonesian Uber drivers fight back with anarcho-syndicalism” (Black Rose Federation, 30/01/2018).

também houve condições sociais de produção de visibilidade em virtude das desigualdades de classe, recrudescidas nesse contexto.

Serviços de empresas de aplicativos para celular que oferecem transporte de passageiros e de entrega de mercadorias vieram a ser mais comprados justamente por frações de classe que, por um lado, estiveram mais expostas aos meios de propagação midiática das recomendações sanitárias e que, por outro, vieram a adotar regimes de trabalho domiciliar ou remoto. Neste sentido, junto a outras categorias profissionais, os entregadores das empresas de aplicativos, em geral, sem organismos de representação sindical anteriormente consolidados, ganharam visibilidade nas áreas urbanas de maior poder aquisitivo, nas quais se concentram mais as compras e, da mesma forma, também se concentram os agentes sociais com maior poder de produção das agendas públicas hegemônicas e contra-hegemônicas.

Em tais condições, as chamadas para as mobilizações e as denúncias das condições de trabalho e subsistência dos trabalhadores uberizados no Brasil tomaram grandes proporções, provocando uma ampla adesão social dos demais trabalhadores e das camadas médias. Para tanto, as formas e os meios por eles utilizados para a divulgação dessas denúncias também foram congruentes com tais condições, com o uso da internet. Porém, para além desses fatores, o principal fator de adesão tanto de cientistas sociais, analistas e comentaristas profissionais ou amadores diversos da sociedade quanto das demais frações de classe dos trabalhadores é o conteúdo expresso nas denúncias, particularmente, o sentido pelo qual as condições de trabalho apresentadas pelos trabalhadores dessas empresas de aplicativos também são cada vez mais amplamente percebidas socialmente pelas demais frações de trabalhadores¹¹⁸.

¹¹⁸ Embora não seja o objeto em questão aqui e tenhamos limitação no tamanho do texto para desenvolver tal adesão, considerando a ausência de alternativas voltadas para a defesa de seus interesses enquanto classe, é mister frisar que o sentido geral do isolamento político com que se deparam os trabalhadores no contexto atual também implica em uma adesão implicitamente

Isso porque tais condições de trabalho estão associadas à percepção social das demissões, do desemprego e da diminuição dos salários, assim como à similaridade com que as tecnologias utilizadas pela Uber e demais empresas de aplicativos também estão sendo cada vez mais empregadas nas demais empresas. Desde a sua plena regularização estatal no Brasil, a Uber ampliou a presença pública não apenas no mercado de trabalho, com a subordinação de milhares de novos motoristas, mas também no espaço público, com o uso massivo de propaganda. Desta forma, junto à sua expansão mundial e à valorização especulativa do seu preço de mercado nos últimos anos, essa empresa visa construir uma imagem futurista de referência para o que viria a ser uma moderna gestão do trabalho.

Por outro lado, as sucessivas reformas nas leis reguladoras do trabalho no Brasil foram realizadas a fim de dar maior liberdade para o agente patronal recrutar e demitir os trabalhadores, como foi o caso das terceirizações, plenamente ampliada recentemente e instituída desde os anos 1990, da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (ou “Super-simples”) de 2007 e da reforma trabalhista promulgada em 2017, que, dentre outras modalidades, por exemplo, formalizou e instituiu o chamado trabalho intermitente. Neste modo, o agente patronal recruta e remunera o trabalhador apenas pelo período por ele mesmo solicitado, forma pela qual há similaridade essencial com o que desenvolve a Uber e demais empresas de aplicativos, conforme descreveremos a seguir. Sob tal modalidade formal de contrato, desde então, houve um crescimento de vínculos tanto na indústria quanto nos serviços. Um levantamento realizado pela Confederação Nacional da Indústria feito com 523 indústrias indicou que 15% delas já empregam essa modalidade, sendo que a maioria das mesmas ampliou

solidária dos mesmos às reivindicações dessas novas categorias. Sobre isso, ver nota a respeito (Felix, 2020).

essa forma de contratação¹¹⁹. Por outro lado, segundo o DIEESE, o rendimento médio dos trabalhadores intermitentes contratados em geral foi de R\$637, ou seja, cerca de 64% do salário mínimo oficial. Em 2019, 22% desses trabalhadores não tiveram nenhum rendimento (DIEESE, 2020b).

4 CONDIÇÕES DE TRABALHO

Nossas investigações mais recentes sobre os denominados *peões-de-trecho* – trabalhadores homens que se caracterizam por uma alta circulação mercantil da força de trabalho atrelada a uma intensa mobilidade espacial, em setores econômicos variados, tanto nos chamados rincões amazônicos quanto nas grandes cidades brasileiras – já apresentaram, heurísticamente, contribuições para a compreensão de aspectos *teóricos* e *metodológicos* para as pesquisas sobre algumas das principais características do que se denomina comumente como capitalismo de plataforma (Felix, 2019; no prelo). Uma delas é a *supercirculação*, ou a extração de mais-valor baseada em um regime que acelera e amplifica a circulação mercantil da força-de-trabalho. E, por outro lado, a possível tendência à *superexploração* do trabalho, uma vez que há, em decorrência desse regime, aumento das jornadas, intensificação do trabalho e, ainda, diminuição das remunerações do trabalhador. Tal tendência, ao menos no caso dos motoristas da Uber, já tem sido observada pelas pesquisas mais recentes em curso, além de ter sido amplamente denunciada pelos entregadores nas suas últimas mobilizações.

Contudo, no caso da Uber, há o uso tecnológico de sistemas que permitem coincidir exatamente o tempo de compra da força-de-trabalho com o seu exato consumo no processo produtivo, isto é, só se remunera pelo período em que o motorista está efetivamente guiando e levando o cliente no perímetro adquirido por meio da plataforma. O tempo em deslocamento entre uma corrida e outra não

¹¹⁹ Cf. “Trabalho intermitente avança na indústria” (Rede Brasil Atual, 13/04/2021).

é remunerado, e a remuneração, no “tempo de produção”, é dada por uma fórmula algorítmica em que incidem fatores como demanda de novas compras, localização do motorista, tempo e distância de deslocamento no trânsito. Além disso, em sua quase totalidade, os motoristas estão conectados não apenas ao aplicativo da Uber, mas também a outros concorrentes similares. O resultado calculado pelos desenvolvedores desse sistema eletrônico é, justamente, um processo de dilapidação da força de trabalho dado pelo aumento do tempo de circulação (tempo de não venda) da mercadoria ao mesmo tempo em que aumenta o tempo de trabalho (horas de consumo). Não raro, as jornadas de trabalho desses motoristas são extensas, em geral, com mais de 10 horas ao dia, muitos relataram fazer pequenas refeições no carro e, em grandes cidades, alguns relataram dormir algumas horas dentro dele, para não ter que voltar para suas casas que estariam longe das principais rotas e das melhores corridas oferecidas pelo aplicativo¹²⁰.

Na Uber e aplicativos similares, é necessário que o trabalhador disponha de instrumentos específicos de trabalho, especialmente, da habilitação, do celular, da rede de dados por internet e do veículo. Isso implica em uma miríade de arranjos, desde os trabalhadores demitidos e desempregados que tinham carros próprios e que, sem outras alternativas, conectam-se à Uber, até aqueles que alugam carros em pacotes promocionais específicos - às vezes oferecidos por uma associação entre a Uber e empresas de locação - ou de, maneira informal, alugam entre si e se revezam em turnos de vínculo no aplicativo. Certos casos, ocorrem cadeias de sublocação tal como era comum no ramo de taxi anteriormente, com empresários que detêm dezenas ou centenas de carros e que os alugam para o uso na Uber. Nesta situação, o trabalhador paga pelo uso do carro semanalmente para

¹²⁰ Tal como nós verificamos, outras pesquisas também têm atestado resultados semelhantes para os demais trabalhadores vinculados a empresas de aplicativo no Brasil (NEC/UFBA, 2020). Junto com as pesquisas, diversos relatos jornalísticos ou depoimentos divulgados pelos próprios trabalhadores também relatam essas situações tanto no Brasil quanto em diversos outros países no mundo nos últimos anos.

o locador, o que faz com que sua jornada de trabalho tenha que ser ainda maior para aferir mais esse gasto.

Contudo, tal como se verificou nos últimos anos, o mesmo sistema de exploração do trabalho utilizado na Uber é empregado quando o trabalhador não dispõe desses instrumentos, podendo se conectar e fazer as entregas com o uso de uma bicicleta alugada por meio de um outro aplicativo ou até mesmo a pé, utilizando, nesse caso, somente o transporte público ou, o que é já comum em diversos países, correndo.

Apesar de alguns poderem estabelecer relações diretas e pessoais com os compradores e, eventualmente, de estabelecerem alguma clientela fixa de venda dos seus serviços sem o uso do aplicativo, eles não dispõem dos meios de produção, no caso, do sistema, que é a única forma de acesso a entregas ou às corridas de maneira intermitente, porém, com a quantidade e a regularidade suficientes para alcançar uma remuneração minimamente necessária. No caso desses trabalhadores que dispõem de carros próprios, considerando as tarifas oferecidas pelas empresas e tendo eles que arcar com as despesas de manutenção, combustível etc, o vínculo como motorista é precário e instável a ponto de, por exemplo, durar apenas o tempo ao longo do qual o trabalhador tem essa última poupança expropriada lentamente enquanto prolonga o tempo no desemprego. Para aqueles que se vincularam à Uber sem dispor anteriormente dessa poupança, ou que já a tiveram expropriada após esses primeiros vínculos sem sucesso em conseguir outro trabalho ou renda nesse período, geralmente há um percurso circular: o motorista pode vir a um veículo financiado, incluir o custo das parcelas de pagamento entre os demais gastos, aumentar a jornada de trabalho para isso e, em seguida, uma vez terminado o financiamento, ter novamente que fazer uso dessa poupança a fim de manter os custos do veículo desgastado pelo uso intenso e pela baixa remuneração auferida como motorista.

5 ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS MUNDIAIS DE RE-REGULAMENTAÇÃO

Em virtude do advento da chamada acumulação flexível de capital, com as crises ocorridas desde os anos 1970 e com o aumento da produtividade nas indústrias do transporte e das comunicações, há em curso também uma readequação mundial das regulações estatais de compra e venda da força de trabalho. De acordo com os organismos globais de análise dessas regulações, em todos os países que realizaram reformas trabalhistas nas últimas décadas pôde ser observado o mesmo sentido de desregulamentação dos contratos formais de trabalho e de instituição de maior liberdade de mercado para os empresários recrutarem e, em especial, demitirem os trabalhadores (ILO, 2015). Como decorrência desses processos, o tempo médio de permanência no emprego estaria diminuindo em todos os países que produzem e divulgam dados a respeito, ainda que em ritmos diferentes, a partir de parâmetros historicamente distantes e sob processos também distintos (Felix, 2018; Felix, 2019). O Brasil e outros países latino-americanos, em particular, modificaram significativamente legislações estatais que sintetizavam pactos laborais estabelecidos desde os anos 1940 (ILO, 2015; DIEESE, 2017a; DIEESE, 2017b). Tais alterações, por suposto, implicam mudanças significativas na esfera do trabalho e na reprodução social dos trabalhadores em geral.

Para tanto, algumas empresas transnacionais adotaram campanhas e estratégias internacionais incisivas, associando militância e ativismo político-empresarial, ação ilegal e fomento de mudança das regulações por meio da criação de fatos consumados no mercado. A Uber, em particular, foi uma dessas empresas, cuja atuação no Brasil privilegiou a difusão de seus aplicativos e o recrutamento de usuários para os mesmos, oferecendo preços abaixo dos que eram oferecidos pelos serviços de taxi ou outros já regulamentados para os clientes enquanto, ao mesmo tempo, proporcionava possibilidade de rendimento

imediatos para os trabalhadores demitidos, desempregados ou em situações e postos de trabalho precários e mal remunerados. Junto à essa difusão, em um primeiro momento, contratou escritórios de advocacia para dar assistência eventual aos motoristas e, tal como as demais plataformas, advogou em prol da liberdade de mercado e da relação de compra e venda dos serviços de sua plataforma pela internet tanto para clientes quanto para os motoristas e entregadores. Certos casos, associou-se a empresas locais, que, vinculadas ao empresariado local, também ofereceram os mesmos serviços por meio de plataformas virtuais. Frente a essas, a Uber adotou diversas estratégias, variando desde o *dumping* e a compra, até a aceitação de concorrência com fins de ampliação do mercado e/ou plena adesão da cadeia de pequenos, médios e grandes capitalistas regionais, incluindo aqueles que dominavam as redes anteriores de serviços de transporte privado de passageiros. Uma vez assim estabelecida localmente, a Uber e demais empresas promoveram também negociações com os agentes políticos para a adequação estatal das suas operações que foram, em geral, bem sucedidas.

No Brasil, adotando essas estratégias, a Uber rapidamente se propagou como a plataforma de transportes mais utilizada e difundiu massivamente seus serviços nas principais cidades, como Rio de Janeiro e São Paulo. Com a sua expansão, as disputas legais locais a respeito da sua atuação foram levadas aos tribunais e, dada a dinâmica dos mesmos, ao longo das decisões preliminares que garantiram as suas operações, também à esfera política dos organismos executivos e legislativos regionais e nacionais. Assim, em 2016, foi plenamente regularizada na cidade de São Paulo, a primeira cidade a legalizar a Uber e que era, naquele momento, inclusive, segundo os dados da empresa, a cidade que mais comprava os seus serviços no mundo. Em seguida, em 2017, após a já mencionada visita de seus dirigentes mundiais ao Brasil, atendida por ministros de Estado, houve também o pleno reconhecimento político e legal nacional. No

contexto atual, a Uber e similares operam regularmente em todas as grandes e médias cidades brasileiras.

Mesmo em outros países nos quais a informalidade ou a existência de formas de trabalho reguladas pelo Estado é menor, como é o caso dos países centrais, a Uber e outras plataformas têm empregado estratégias militantes similares. Na Inglaterra, após longo embate no judiciário, reconheceu-se o vínculo de trabalho dos motoristas com a empresa e suas operações foram plenamente regularizadas frente a um mercado de trabalho no qual já, inclusive, se previa o denominado *Zero-hour Contract*, ou seja, a contratação dos trabalhadores sem jornada fixa e com remuneração apenas pela horas solicitadas pelas empresas. Nos EUA, em que também impera liberdade de mercado formal, as disputas judiciais envolvem reconhecimento ou não do vínculo de emprego que ainda vem sendo debatido nas diversas jurisdições e estados federados. Na Espanha, recentemente, houve processo semelhante e as plataformas foram obrigadas a reconhecer o vínculo empregatício, contudo, por outro lado, tiveram suas operações regularizadas na forma de compra e exploração da força de trabalho que adotam por meio dos aplicativos.

Contudo, a militância político-empresarial da Uber e plataformas associadas advogam para que não seja reconhecido vínculo empregatício algum entre os trabalhadores e as empresas e que, nesse sentido, os custos operacionais sejam menores nos países em que vendem os seus serviços. E isso é o que ocorre na maioria dos países atualmente. Em 2018, por exemplo, um estudo realizado por advogados em 40 países indicava que em mais da metade deles não havia qualquer chance desses trabalhadores serem reconhecidos na legislação trabalhista formal e nos demais, em sua maior parte, essa chance ainda dependia de inúmeros fatores de prova por parte dos trabalhadores (Ius Laboris, 2018). Todavia, nessa minoria de países em que há possibilidade de enquadramento formal, tal como nos demais em que as empresas foram bem-sucedidas nas suas

estratégias de mercado, essa formalização prevê instrumentos de terceirização alheios a leis trabalhistas, como é o caso da Itália em que as empresas adotaram o chamado “co-co-co” (Contrato por Colaboração Continuada em um Projeto)¹²¹.

6 NOVAS E VELHAS FORMAS DE CONTROLE E RESISTÊNCIA

O uso de plataformas digitais para a oferta e a venda dos serviços de transporte por parte das empresas utiliza dados por satélite e localização por GPS em sistemas que tem acesso a minuciosos dados estratégicos em termos informacionais por meio dos telefones celulares tanto para as operações de mercado propriamente ditas das mercadorias que estão sendo oferecidas, como preferências, perfis de compras, perfis de clientes etc, como, também, para as operações de controle da exploração do trabalho, como é o caso da intensidade e dos tempos de trabalho, da aceitação ou não das remunerações etc.

Sendo assim, os sistemas eletrônicos dessas empresas - geralmente elaborados com o emprego das mesmas formas de compra, venda, controle e exploração da força de trabalho de técnicos e engenheiros da computação - dispõem de meios computacionais extremamente aprimorados para gerenciar algoritmicamente os mecanismos de competição de mercado entre os trabalhadores. Com os dados fornecidos a cada vínculo ou conexão dos usuários do sistema, na Uber, por exemplo, é possível ranquear detalhadamente o trabalho dos motoristas, verificando o ritmo, a frequência e o perfil de cada um e, a partir disso, inserir dispositivos econômicos de interesse da empresa a fim de aumentar os lucros em praticamente todas as atividades que desenvolve.

Esses sistemas estão sendo comumente associados às empresas de aplicativos e ao chamado capitalismo de plataforma, porém seu alcance já é de maior alcance. Empresas como a Amazon, que controlam considerável parcela

¹²¹ Cf. “Luta nos aplicativos: a greve da Foodora” (Passa Palavra, 12/12/2016).

do mercado de oferta, venda e entrega de mercadorias pela internet, dispõem de dispositivos de gerência do trabalho similares não apenas nos sistemas de vendas e transporte, mas também em suas unidades fabris de armazenamento e empacotamento que contam com milhares de trabalhadores. Junto às máquinas, as operações corporais dos trabalhadores estão sendo monitoradas com o auxílio de dispositivos que permitem coletar dados individualizados das suas atividades laborais¹²².

Nessas condições, o gerenciamento empresarial dispõem de dados individualizados para maximizar operações clássicas de controle e exploração do trabalho, como é o caso da seleção, avaliação, vigilância, punição, demissão e recontração dos trabalhadores. Contudo, tais operações são realizadas de maneira difusa e, uma vez diluída a própria compra e venda da força de trabalho em seus mecanismos, a ação social do exército de reserva de trabalhadores à disposição das empresas de aplicativos também se imiscui em situações mais intermitentemente aceleradas e, ao mesmo tempo, permanentes.

No caso da Uber, o sistema de avaliações do/a motorista oferece premiações conforme aumento do número de corridas realizadas por meio do aplicativo, conforme ele/a menos recusa as ofertas de próximas corridas, em geral, feitas enquanto ele/a ainda termina a anterior e conforme ele/a recebe melhores notas por parte dos clientes da Uber. As premiações permitem com que o/a motorista tenha acesso a mais informações no sistema (como é o caso do destino das próximas corridas), tenha mais opções de gerenciar o próprio deslocamento na cidade e, em especial, que ele/a tenha acesso a ofertas de melhores corridas e/ou a localizações como aeroportos, rodoviárias etc.

¹²² Cf. “Amazon’s automated employee-tracking system can fire workers based on productivity without ever consulting a human” (*Dailymail*, 26 April 2019). Junto a essas tecnologias, e com as mesmas implicações, estão sendo aplicadas as pesquisas de qualidade realizadas a cada compra com os clientes dessas empresas (Huws et al., 2019). Em ambos os casos, há maior pressão dos efeitos de uma super-circulação sobre os trabalhadores (Felix, 2018).

Possivelmente, embora tais operações não sejam disponíveis para os seus usuários e eles só tenham uma percepção intuitiva das mesmas, o aplicativo também direciona as chamadas em virtude de outros dados, considerando que praticamente todos os dados dos deslocamentos do condutor e dos clientes são monitorados depois que eles instalam o aplicativo em seus celulares. Por outro lado, o sistema também impõe cancelamentos, suspensões ou bloqueios temporários à conexão dos motoristas conforme eles menos atendam aos interesses da empresa, particularmente, quando apresentam alta taxa de recusa de ofertas de corridas pelo aplicativo.

Frente a esses dispositivos, por sua vez, os trabalhadores e demais usuários têm empregado formas de resistência tanto individuais quanto coletivas, por meio de sabotagens, paralisações, manifestações de rua e greves regionais, nacionais e internacionais.

As sabotagens envolvem conhecimento e compartilhamento de técnicas digitais diversas de acesso a informações das chamadas, como local de destino e preço; de técnicas para manejo dos direcionamentos geográficos das corridas ofertadas; de técnicas para o manejo dos cancelamentos das chamadas aceitas; de técnicas para informações relativas às filas digitais de motoristas aguardando corridas nos pontos de espera; de articulações informais para o manejo da inteligência artificial dos sistemas em geral, a fim de recusar e/ou de proporcionar mudanças nas remunerações por corrida (oferta e demanda de motoristas em determinadas áreas, bloqueios de chamadas advindas de tarifas promocionais para os clientes etc).

Na Uber, por exemplo, em que a informação a respeito do destino das corridas era desconhecido para a aceitação ou não do motorista no momento em que recebia a chamada, desde os primeiros anos em que iniciou suas operações nas grandes cidades, parte dos motoristas já dominava uma técnica para acessar essa informação antes de aceitar a corrida, burlando o sistema. Outros, utilizavam

maneiras de atrasar a busca do cliente até que o mesmo viesse a utilizar o mecanismo de cancelamento, que, caso utilizado pelo motorista, implicaria em alguma sanção ou perda de pontuação/ranqueamento. Em seguida, como essa foi uma reivindicação coletiva e alguns aplicativos similares já forneciam essa informação para os motoristas, a Uber veio a fornecer a região para a qual o cliente quer se dirigir. Os detalhes, porém, ainda permanecem em disputa digital entre a Uber, que os oferta como premiação, e os motoristas, que buscam novas maneiras de sabotar o sistema. Outro exemplo é o recurso de seleção por direcionamento das corridas seguintes, que, também após reivindicações coletivas, atualmente a Uber oferece o uso desse dispositivo duas vezes por dia em algumas das grandes cidades brasileiras. Entre aqueles que fazem longas jornadas de trabalho e que estão vinculados a essas empresas por mais tempo, já se desenvolveu e se ensina uma técnica que permite usar tal dispositivo direcionador geográfico mais do que duas vezes ao dia.

Essas sabotagens, porém, enfrentam o aprimoramento contínuo dos sistemas por parte das empresas, corrigindo as falhas e otimizando o uso lucrativo de cada vez mais dados obtidos por meio dos seus aplicativos e, por outro lado, também enfrentam formas de controle consideradas mais antigas, como é o caso do uso de espiões e de infiltrados a serviço da empresa. Alguns motoristas da Uber, por exemplo, relatam que normalmente espiões se apresentam como clientes e usuários para os motoristas, buscando ter acesso a essas técnicas e demais informações de interesse gerencial, e que, com os mesmos objetivos, há também motoristas infiltrados nos meios de sociabilidade, agrupação ou mobilização.

Dadas as estratégias de mercado e de autorização estatal adotadas pela Uber, houveram várias manifestações de âmbito regional nas cidades, convocadas por taxistas autônomos e empresas locais, sindicatos e associações diversas, contra a implantação das empresas de aplicativos ou pela sua regularização, assim

como por parte dos próprios motoristas, também, em um primeiro momento, em defesa de melhores condições de regularização e, em seguida, junto aos demais entregadores, por melhores condições de trabalho e salários. Tais atos de denúncia, em geral, foram acompanhadas de paralisações e de atos de rua, com faixas, cartazes, carreatas, fechamento de ruas e estradas, panfletagem para a população e convocações de boicote e de apoio para as reivindicações. No caso do Brasil, essas manifestações ocorreram em praticamente todas as cidades em que a Uber iniciou suas operações, desde o primeiro momento em que seus serviços foram difundidos. Em diversas situações, deram origem a movimentos locais ou regionais específicos e a algumas associações de caráter pró-sindical. Em seguida, foram associações diversas como essas que iniciaram movimentos politicamente mais ambiciosos e, com o apoio de diferentes organizações, fizeram convocações de paralisações e greves de caráter autônomo e internacional.

Em maio de 2019, por exemplo, frente ao anúncio da abertura de ações da Uber na bolsa de valores de Nova York, há a primeira convocação de uma greve mundial, cuja principal pauta era relativa à baixa remuneração da força de trabalho, com a denúncia das péssimas condições oferecidas pela empresa de aplicativo para motoristas em todo o mundo e, por outro lado, também dos preços pagos pelos clientes pelos serviços. Convocada por diversas associações a partir de diferentes regiões dos EUA e de outros países e usando diversos meios de comunicação gratuitos disponíveis na internet, essa veio a ser a primeira grande manifestação de amplitude mundial do chamado capitalismo de plataformas a partir da adesão de milhares de motoristas em diversos países e amplo apoio das mídias alternativas, ativistas, militantes, partidos políticos e dos demais trabalhadores, assim como dos usuários e clientes dessas plataformas¹²³. Até onde

¹²³ Cf. “Uber driver: ‘I’m just asking for a livable wage’” (CBS News, 08/05/2019); “Uber drivers strike over pay and conditions” (The Guardian, 08/05/2019).

se tem informação, foi também a primeira greve mundial de uma mesma categoria de trabalhadores convocada de forma autônoma e com o uso dos atuais meios de comunicação de massa, como é o caso das mídias sociais, dos aplicativos de mensagens instantâneas, sites de postagens gratuitas, serviços de traduções automáticas simultâneas etc.

Da mesma forma, em julho de 2020, a partir de convocações feitas por associações diversas no Brasil e através dos mesmos meios que convocaram a greve geral mundial da Uber de 2019, os entregadores de empresas de aplicativos em geral realizaram uma paralisação com ampla adesão nas mais diferentes regiões do país, assim como em outros países, como foi o caso da Argentina, México, Chile, Colômbia etc. A greve denominada “Breque dos Apps” logo teve a adesão de movimentos sindicais e políticos variados e foi apoiada na forma de novas divulgações, acesso às mídias vinculadas a esses movimentos e convocações solidárias de boicote às empresas de entrega e transporte por aplicativos.

7 A LUTA DE CLASSES PODE SER “CANCELADA”?

Recentemente, ressaltamos os processos sociais que fundamentariam as condições pelas quais estariam sendo gestadas algumas reivindicações proletárias mundiais relativamente similares e, a partir das mesmas, consideramos a possibilidade de ações políticas unificadas que, eventualmente, poderiam vir a desafiar as teses que associam maior rotatividade à menor poder classista de organização (Felix, 2018). Neste sentido, dentre outros, viemos a pesquisar o cotidiano de parte dos trabalhadores submetidos à uberização, às empresas de aplicativo em geral e, em particular, à própria Uber.

Sendo assim, ressaltamos aqui, em um primeiro momento, alguns aspectos do debate sociológico que envolve o advento do chamado capitalismo de plataforma e as condições de classe que envolvem a produção social da

visibilidade dos trabalhadores uberizados. E, em seguida, face às condições de trabalho dos motoristas da Uber e às estratégias empresariais de regularização das empresas que exploram o trabalho por meio de plataformas digitais, analisamos algumas formas de controle e de resistência, como é o caso das sabotagens, das paralisações, manifestações e greves, que, em geral, organizada enquanto categoria laboral, no que se refere à agência política, padecem de limitações e potencialidades não muito diferentes das análises classistas clássicas já relatadas na literatura sobre o movimento operário. No caso dessas últimas greves, porém, dada a característica autônoma frente aos meios de convocação e às direções dos organismos sindicais tradicionais e, em particular, dadas as *reivindicações imediatas de caráter internacionalista*, há que se analisar ainda o sentido que tomarão frente às manifestações e movimentos anti-globalização de massa até então em voga¹²⁴.

Contudo, a análise das potencialidades de ação política dos trabalhadores uberizados, plataformizados e/ou em plataformização implica, metodologicamente, na observação plena das *relações sociais de circulação* que lhes impõe a acumulação de capital atualmente e que, dentre outros aspectos, *aproxima a ponto de indistinguir as situações de exército ativo e de reserva*, fenômeno pelo qual, em condições modernas, constitui, efetivamente, condições sociais de possibilidade de constituição política classista, enquanto, por outro

¹²⁴ Em termos das adesões políticas às manifestações contra-hegemônicas de âmbito global, grosso modo, as greves convocadas pelos trabalhadores das empresas de aplicativos só se comparam aos movimentos anti-sistêmicos pós-Batalha de Seattle, contudo, se em 1999 as manifestações se reuniam em torno das convocações à população para a luta contra o livre comércio e as ideologias neoliberais na forma de combate às reuniões dos chefes de Estado e de organismos como o G7, G20, OMC etc, em 2019, as manifestações se reuniram em torno das convocações aos trabalhadores e aos seus apoiadores para a luta contra a exploração do trabalho, as empresas transnacionais de aplicativos e o capitalismo de plataforma na forma de greve mundial. Resta saber se, em virtude das hipóteses que apresentamos a respeito dos processos sociais de constituição ou não de condições proletárias mundiais tais manifestações terão, também, tendências sociais de unificação a partir de reivindicações e horizontes políticos de emancipação de classe e de greve geral mundial.

lado, desconstitui ou enfraquece a ação política setorial ou fragmentarista. Neste sentido, da mesma forma, em espelho, quanto mais a análise política se afasta desta perspectiva colocada pela morfologia contemporânea de classe, menos ela também percebe o que uma determinada situação ou categoria de classe permite sociologicamente no atual momento.

REFERENCIAS

ABDELNOUR, S.; BERNARD, S. (2018) **Vers un capitalisme de plateforme?** La nouvelle revue du travail 13, Disponível em: <http://journals.openedition.org/nrt/3797> (accessed 18 March 2020).

ALVES, G. **Trabalho e neodesenvolvimentismo**. Marília: Práxis, 2014.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**. São Paulo: Bolotempo, 2018.

BRAGA, R. **A rebeldia do precariado**. São Paulo: Bolotempo, 2017.

CARDOSO DE OLIVEIRA, R. **A sociologia do Brasil indígena**. Rio de Janeiro/Brasília: Tempo Brasileiro/Editora da UnB, 1978.

CASANOVA, P. G. **De la sociología del poder a la sociología de la explotación: pensar América Latina en el siglo XXI**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Clacso, 2009.

CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petropolis, Vozes, 1998.

CHAVES JR. et al. **Trabalhadores Plataformizados e o Acesso à Justiça Pela Via dos Direitos**. Belo Horizonte: Expert, 2021.

CHESNAIS, F. **A mundialização do exército industrial de reserva**. **O Comuneiro**, n.3, setembro 2006. Disponível em: http://www.ocomuneiro.com/nr03_01_francois.htm.

DIEESE, **Boletim de Conjuntura**, No. 22, mai, 2020a.

DIEESE, **Boletim Emprego em Pauta**, No. 17, dez. 2020b.

DIEESE. **A reforma trabalhista e os impactos para as relações de trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2017a.

DIEESE. **Impactos da Lei 13429/17**. São Paulo: DIEESE, 2017b.

FELIX, G. Circulación y superexplotación del trabajo. **Sociología del Trabajo**, v. 92, p. 87-105, 2018.

FELIX, G. Mate todos eles! Amazonização do trabalho, consenso bolsonarista e algumas distopias políticas do primeiro de maio no Brasil. **Kaos en la Red**, 06 mai 2020. Disponível em: <https://passapalavra.info/2020/05/131645/>

FELIX, G. Super-Circulation: Towards a Political Economy of Platformisation. **Critical Sociology**, 46(7-8):1221-1232; 2020.

FELIX, G. **Mobilidade e superexploração do trabalho: o enigma da circulação**. Rio de Janeiro: FAPESP/Lamparina, 2019. 352p.

FELIX, G. Aportes da teoria marxista da dependência para a análise da agropecuária e da indústria da mineração. **SocArXiv**. (May 2021). Disponível em: [10.31235/osf.io/6jy8g](https://doi.org/10.31235/osf.io/6jy8g)

FELIX, G.; SOTELO VALENCIA, A. A superexploração do trabalho: uma perspectiva da precariedade e da condição proletária a partir da teoria da dependência. **Astrolabio Nueva Época**, 23, p. 1-26, 2019.

FOSTER; MCCHESENEY; JONNA. The Global Reserve Army of Labor and the New Imperialism. **Monthly Review**, Volume 63, Issue 06 (November), 2011.

GUNDER FRANK, A. A agricultura brasileira: capitalismo e mito do feudalismo [1964]. In: Stedile (org). **A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2008.

HUWS, U. et al. **The platformisation of work in Europe**. Brussels: Foundation for European Progressive Studies, 2019.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO) **World employment and social outlook 2015: The changing nature of jobs**. International Labour Office. Geneva: ILO, 2015a.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **Labour Market reforms since the crisis: drivers and consequences**. Geneva: ILO, 2015b.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **Digital Labour Platforms and the Future of Work**. Geneva: ILO, 2018.

IUS LABORIS. **The gig economy**. Brussels: Ius Laboris, 2018.

MAGDOFF, F.; MAGDOFF, H. Disposable Workers: Today's Reserve Army of Labor. **Monthly Review**, vol. 55, n. 11, april 2004.

MARINI, R. M. Las razones del neodesarrollismo. **Revista Mexicana de Sociología**, Ano XL, vol. XL, número extraordinário, 1978.

MARINI, R. M. "Prefácio". In: Sotelo, A. **México: dependencia y modernización**. Mexico: FCPyS/UNAM/CELA, 1993.

MARINI, R. M. Proceso y tendencias de la globalización capitalista. In: Marini; Millán (orgs). **La teoría social latinoamericana**, t. IV: Cuestiones contemporáneas. México: UNAM/FCPyS/CELA, 1996.

MARINI, R. M. **Dialéctica de la dependencia**. Mexico DF: Era, 1973.

MARINI, R. M. **Subdesarrollo y revolución**. México: Siglo XXI Editores, 1974.

NUN, J. **Marginalidad y exclusión social**. Buenos Aires: FCE, 2001.

PANITCH, L.; ALBO, G. (eds). **Beyond digital capitalism**, Socialist Register, 2021.

PESOLE, A. et al. **Platform workers in Europe**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2018.

SMITH, John. **Imperialism in the 21st Century: globalization, super-exploitation and capitalism's final crisis**. New York: Monthly Review Press, 2016.

SOEDERBERG, S. The US Debtfare State and the Credit Card Industry. **Antipode**. Vol. 45, n. 2, March 2013, pp. 493-512.

SOTELO, A. **Los rumbos del trabajo**. México D.F.: Miguel Ángel Porrúa, 2012.

SOTELO, A. **México**: dependencia y modernización. México: Centro de Estudios Latinoamericanos/FCPyS/UNAM, 1993.

STANDING, G. **O precariado**: a nova classe perigosa. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

O TRABALHO ASSALARIADO SOB A MONOCULTURA: O CASO DAS PLANTAÇÕES DE ÁRVORES¹²⁵

Múcio Tosta Gonçalves¹²⁶

INTRODUÇÃO

É conhecida a literatura que aponta os efeitos dos processos de modernização capitalista do mundo rural latino-americano que tiveram curso ao longo das últimas seis décadas (GRAZIANO DA SILVA, 1982, 1996; DELGADO, 1985; MARTINE, GARCIA, 1987; KAGEYAMA et al., 1990; KAY, 1997; OLIVEIRA, 1988; SCHIAVO, 2000; RUBIO, *et al.*, 2002; LEITE, ÁVILA, 2007; BALSAN, 2006; NEVES, 2012; WILKINSON, 2010, dentre diversos outros autores e outras autoras).

As principais conclusões dos debates que animaram a economia e a sociologia rurais no período mencionado a respeito de tais processos podem ser sumariadas em três amplas categorias:

1) A chamada modernização rural foi guiada por processos associados de transformação tecnológica da agropecuária, formação e dominação (econômica, social e política) da agricultura empresarial, formulação e implantação de políticas macroeconômicas de desenvolvimento e difusão de tecnologias intensivas em capital. Neste contexto, foi implantado, consolidado e expandiu-se o formato organizacional denominado “complexo agroindustrial”, como parte de um sistema agroalimentar internacionalmente integrado;

¹²⁵ Este texto fue publicado en: T. Escobar. *Aura latente*, CAV/ Museo el Barro, Asunción, 2020.

¹²⁶ Doutor em Ciências Sociais (Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Docente do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de São João del Rei – UFSJ. e-mail: mucio@ufs.ju.br.

2) A concentração fundiária, a espoliação da natureza e a dependência de estruturas e estratégias econômicas e políticas orientadas para a exportação de bens primários resultantes das condições anteriormente apontadas tornaram difícil e até mesmo inviabilizaram formas sociais de agricultura familiar (as de subsistência e camponesas, especialmente), tendo em vista seu custo e o desajustamento entre as escalas empresarial e doméstica da produção e do consumo agropecuários (do ponto de vista dos requerimentos de capital, recursos naturais que devem ser envolvidos na produção e a escassa oferta de trabalho;

3) Os problemas estruturais do acesso à propriedade da terra e da efetiva conquista de direitos sociais (incluídos os da segurança alimentar) para famílias, trabalhadores e trabalhadoras rurais não foram resolvidos. Nem a democracia, ainda que como forma de solução dos problemas dos mandonismos localizados, foi suficientemente estendida para proteger e promover as populações rurais, em especial as tradicionais. Por isso mesmo, a modernização capitalista fomentou o enfraquecimento da capacidade de representação das categorias sociais rurais subalternas.

Esse processo de modernização, por sua vez, herdou da economia colonial da *plantation* uma estrutura agrária e agrícola determinantes de deploráveis condições de trabalho e de vida dos camponeses e dos trabalhadores rurais.

Dentre uma das principais monoculturas de produtos vegetais capitalistas que vem se expandindo na América Latina, a de árvores destinadas a gerar insumos e matérias primas para uso industrial (com destaque para a madeira para carvão vegetal e materiais construtivos e a celulose para pastas celulósicas) e para efeitos de valorização de capitais financeiros é um exemplo.

A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) estimou que no período 2003-2007, em 163 países e áreas (totalizando 95% da área total de florestas e 98% da área total de plantações florestais do

planeta), foram plantados cerca de onze milhões de hectares anualmente. Na América Latina, esse número era superior a 826 mil hectares por ano, 87,4% dos quais correspondendo a “reflorestamento” – isto é, à restauração de florestas por meio de plantio deliberado e/ou semeadura em terras classificadas como florestais após eventos extremos (incêndios, tempestades) ou após corte raso (FAO, 2016, pp. 99-104).

Em 2012, de acordo com dados gerados por uma empresa finlandesa de consultoria sobre plantações de árvores, a área desse tipo de monocultura para uso industrial no mundo era de 53,4 milhões de hectares, dos quais 24% se encontravam na América Latina (FSC, 2012).

Tomando os tamanhos de áreas plantadas com árvores para finalidades industriais na América Latina, a situação indica a concentração em poucos países. No Brasil, em 2016, as monoculturas de pinheiros e de eucaliptos para uso industrial, acumuladas ao longo do período 1960-2020, ocupavam uma área de 7,84 milhões de hectares (INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES, 2021). Na Argentina, a área era superior a um milhão de hectares plantados, principalmente nas províncias de Misiones, Corrientes e Entre Ríos em 2008 (ALVARADO, 2009). No Uruguai, a superfície plantada com árvores exóticas é de aproximadamente 800.000 hectares, ou cerca de 5% da área ocupada pela agropecuária nacional (ALVARADO, 2009).

Em todas as situações, vem sendo significativo o apoio dado pelo Estado a este ramo da produção agroindustrial, sobretudo nos âmbitos das políticas, planejamento e programas fiscais (com renúncias fiscais), financeiros (com linhas especiais de crédito), agrários (pelo reconhecimento e regulação da ocupação de territórios rurais, inclusive de forma ilegal, no passado recente), ambientais (pelo “relaxamento” ou mesmo eliminação entre as grandes corporações privadas do ramo (como no caso das *papeleras* na Argentina e Uruguai) e das relações de trabalho (GONÇALVES, 1990, 2001, 2013; CARRERE, LOHMANN, 1996;

FANZERES, 2005; SPEK, 2006; PALERMO, REBORATTI, 2007; ALVARADO, 2007, 2009; MATA MACHADO, 2008; TEIXEIRA FILHO, 2008; GERBER, 2011; OVERBEEK, KRÖGER, GERBER, 2012; KRÖGER, 2012; FSC, 2012).

Segundo a literatura citada, os principais aspectos negativos desta cultura para a agricultores domésticos, populações tradicionais e autóctones e trabalhadores e trabalhadoras rurais são as seguintes:

1) Concentração da propriedade rural pela formação do latifúndio - cada grande área de milhares de hectares plantada com árvores para uso industrial aprisiona territórios e expulsa formas originais e nativas de vidas humanas e não humanas;

2) Como consequência, ocorre a redução (no mínimo) e a extinção, em muitos casos, da quantidade e do tamanho das áreas destinadas às atividades econômicas e sociais rurais, muitas das quais coletivas, incluindo corpos de água;

3) Extinção de florestas nativas e de outras formações de ecossistemas naturais com enormes prejuízos à biodiversidade e disponibilidade de recursos naturais utilizados pela população;

4) Transformação das paisagens rurais, com impactos associados nas tradições e memórias sociais do uso dos recursos naturais;

5) Erosão do solo durante as fases de extração de formações vegetais nativas, de plantações de árvores e de colheita de árvores, o que se faz acompanhar pela poluição edáfica e da água pelo uso intensivo de agroquímicos para a formação e desenvolvimento das plantas;

6) Degradação das condições de trabalho e da qualidade de vida de trabalhadores e trabalhadoras assalariadas.

Em síntese, a expressividade dessa monocultura, e o fato que ela ainda depende significativamente de emprego de força de trabalho humana em atividades que são apenas parcialmente substituídas por máquinas, coloca em

questão as formas como o trabalho é organizado e quais são os impactos dessa forma de produção monocultora sobre o mesmo. Esse objeto será abordado nas seções seguintes.

2 TRABALHO ASSALARIADO RURAL: ALGUNS APONTAMENTOS

Uma das consequências socialmente mais relevantes do processo de expansão das monoculturas de árvores foi a transformação dos sujeitos sociais rurais, que possuíam espaços próprios de autonomia, em trabalhadores e trabalhadoras que passaram a viverem subordinados ao assalariamento, como parte da classe que vive do trabalho (conforme ANTUNES, 2003).

Esse processo, que pode ser entendido como subordinação da sociedade rural e dos sujeitos do mundo rural ao capital, sustenta-se sobre a coerção do trabalho. Por isso mesmo, são essas formas (subordinação e coerção) que condicionam as dinâmicas sociais às quais os sujeitos tornaram-se submetidos e a construção das suas identidades. O espaço social dentro do qual os sujeitos subordinados do trabalho se inserem e marcam seus “lugares”, ademais, é gravado por processos de adesões e de resistências que permitem a eles constituírem sua visibilidade, a qual pode se manifestar de distintas maneiras, materiais e simbólicas (NEVES, 1985; BOURDIEU, 1990, 1994, 2005; THOMPSON, 1979, 1987; KAY, 1997).

Dentre as distintas e até antagônicas formas assumidas pelas dinâmicas sociais e processos de construção das identidades e lugares dos novos sujeitos assalariados pelo capital ao longo do processo de modernização do campo (isto é, pela conformação da força de trabalho), podem ser ressaltadas aquelas associadas ao crescimento do número de trabalhadores e trabalhadoras assalariados/as em ocupações temporárias; à mudança na composição desse exército de trabalhadores; ao papel das novas tecnologias e formas de organização produtiva do trabalho na transformação da divisão social e sexual do trabalho, com a feminização do contingente de trabalhadores; à precarização das relações

contratuais; à maior integração entre mercados de trabalho urbano e rural; ao crescimento do emprego desta população em atividades não agrícolas; ao crescimento e diversificação das formas, inclusive legais, de intermediação de trabalho; à desregulamentação das condições de trabalho; à fragilidade da representação sindical, dentre outros (KAY, 1997; BENDINI, 1999; APARICIO, BENENCIA, 2001; SCHIAVO, CÓRDOVA, 2001; DEL GROSSI *et al.*, 2001; BENDINI, RADONICHI, STEIMBREGER, 2002; PIÑEIRO, 2002; TUBÍO, 2002; RIELLA, MASCHERONI, 2009; MENÉNDEZ, 2010; FERNÁNDEZ, 2010; PUCCI, NIÓN, CIAPESSONI, 2011; BASALDI, 2011; OHACO, 2012).

Tais condições de trabalho caracterizam a precariedade como forma predominante da inserção, manutenção e desenvolvimento desses sujeitos no mundo das relações salariais.

Esta transformação de “trabalhador/a rural” em assalariado/a rural é expressão da já mencionada subordinação do trabalho ao capital, da qual a empresa capitalista agroindustrial fundamenta a coerção sobre o trabalho. E a partir da mercantilização da força de trabalho que se “[...] inaugura um outro campo de relações sociais, de natureza irredutível às formas pregressas [de organização e controle do trabalho] e desencadeia um movimento progressivo de impacto incomparável e consequências profundas” (SOARES, 1981, p. 199).

Os percursos destes e destas trabalhadores/as no “novo” mundo do trabalho rural cria condições para que eles e elas estranhem (ANTUNES, 1992) a mercantilização da sua força de trabalho no contexto de atividades capitalistas que (re)criam territórios naturais e sociais, impondo a eles novos usos – como é o caso evidente das plantações de árvores, que apesar de cultura agroindustrial, não produz o que é “de comer” (para utilizar a fórmula desenvolvida para descrever e interpretar uma das muitas lógicas de agricultores e agricultoras familiares do Brasil, por BRANDÃO, 1981).

A despeito da precarização do trabalho, o “modelo” de organização do trabalho industrial adotado pelas empresas do ramo analisado (que combina Fordismo e Toyotismo em empresas de tamanhos variados, e mesmo dentro de uma única organização empresarial) permite supor que a percepção de que as condições de emprego são “melhores” do que as que existiam e existem nas atividades rurais familiares ou domésticas (os salários são maiores, é possível acessar sistemas de proteção social, ainda que frágeis e limitados; existe formalização do contrato de trabalho, ainda que a regulamentação seja vacilante etc.).

Mencionar esse aspecto é importante por que ele está inserido no quadro das dinâmicas sociais e produção de identidades de sujeitos em mudança, tal como sugerido anteriormente. E é isso o que permite pensar a dinâmica do trabalho nesse setor, o que será apresentado em seguida.

2 O TRABALHO ASSALARIADO RURAL EM MONOCULTURAS DE ÁRVORES: CARACTERÍSTICAS ESSENCIAIS

O processo de formação do ramo agroindustrial de plantações de árvores de uso industrial e seus novos sujeitos assalariados cindiu, para os últimos, os dois momentos da sua história (antes e depois da “chegada” das plantações) a partir do momento que, para tais trabalhadores e trabalhadoras, um novo ritmo de organização do trabalho e da vida tornou-se imperativa (GONÇALVES, 2001).

Assim é que a transformação dos modos usuais de ocupação do solo pelas plantações florestais, criou uma demanda por força de trabalho adulta (masculina e feminina) e infantil, que foi disponibilizada segundo critérios que não são os da divisão do trabalho no contexto da família, o que inclui um processo educativo para o trabalho pelo trabalho. A educação familiar foi substituída por uma capacitação que distinguia o trabalho braçal masculino do feminino e infantil segundo as necessidades “dadas” pelo produto, as árvores (desde as mudas até as prontas para serem colhidas), e pelo terreno no qual ele seria instalado

(literalmente, implantado). Nesse sentido, o novo trabalho (com seus tempos e processos) não substituiu um princípio educativo, mas limitou competências e habilidades.

No caso das mulheres e crianças, as análises feitas a partir dos relatos desses sujeitos que foram contratados por empresas plantadoras de árvores em Minas Gerais, durante os anos 1980 e 1990, indicam que houve foi uma reprodução, no âmbito da unidade de produção capitalista, da estratégia familiar de uma divisão sexual e geracional do trabalho, mas com o propósito de ampliar o controle dessa fração da força de trabalho. Em consequência, foi possível reduzir os salários pagos, inclusive contando com a legitimação dada pela diferença “natural” entre os sexos e as idades. Assim é que, no caso dos salários dos trabalhadores adultos do sexo masculino, a remuneração foi reduzida porque o trabalho foi inabilitado por ser executado sem a necessidade de habilidades ou competências “especiais”. Os salários das mulheres eram inferiores aos pagos aos homens, pois as tarefas que realizavam eram o controle de pragas (formigas) e a produção de mudas em viveiros, considerados "leves". Em relação ao trabalho infantil, ele não era remunerado porque os filhos acompanham os pais até os locais de trabalho pela necessidade de aumentar a produção (e possibilidade de remuneração) e por não haver equipes de escolas públicas ou similares para orientá-los (GONÇALVES, 2001, 2005).

Num primeiro momento, a formação do e da assalariado/a rural no ramo de produção de árvores de uso industrial significou que a gestão capitalista do território e do trabalho culminou com a transformação física e cultural das unidades domésticas de produção e consumo rural. Isso é exemplificado pelo fato que, para quem foi subordinado, sair do campo para trabalhar em uma empresa com contrato constituía a possibilidade de ascender socialmente numa economia de relações sociais monetizadas – ainda que dominada pelas empresas e suas novas paisagens e práticas industriais parcial (GONÇALVES, 2001).

A organização do trabalho em plantações de árvores para uso industrial implica que trabalhadores e trabalhadoras possuam um conhecimento e uma disciplina que os produtores e produtoras rurais não possuem (GONÇALVES, 2001; 2005).

As atividades que esses indivíduos realizam como assalariados e assalariadas em extensas jornadas de trabalho, incluem tarefas diversas que vão desde o preparo da terra (com a derrubada da formação vegetal preexistente), passando pela produção das mudas (função predominantemente feminina, que significa trabalhar nos berçários, espaços higienizados e higienizadores) e o plantio (função predominantemente masculina, que inclui a aplicação de agroquímicos, especialmente para o controle de formigas), até a colheita (corte) das árvores plantadas (função predominantemente masculina quando impera o uso de motosserras, mas compartilhado pelos gêneros quando realizado com máquinas colheitadeiras) (GONÇALVES, 2001; 2005).

É um trabalho penoso, com muitos riscos devido à toxicidade dos insumos utilizados na produção das mudas e no plantio, e ao contraste entre as dimensões físicas humanas (a corporeidade do trabalhador e da trabalhadora) e das plantas, em especial no caso do corte. Mesmo no caso de empresas que investem na substituição de força de trabalho humana por máquinas para a extração de madeira, acidentes ocorrem, pois nas áreas onde o solo é declivoso, não é comum (e, às vezes, é impossível) a utilização de tratores e/ou de outros tipos de veículos para o corte, derrubada, empilhamento e deslocamento de toras de madeira para veículos de transporte.

Ademais, em todas essas tarefas, os trabalhadores aprendem a usar a força física e a destreza, como fariam no desenvolvimento de outra cultura agrícola, mas aplicando esse aprendizado ao desenvolvimento de uma espécie vegetal que não se destina a alimentar pessoas ou animais (GONÇALVES, 2001).

Do ponto de vista da organização do processo de trabalho, conforme apontado anteriormente nesse capítulo, pode-se dizer que existe uma relação entre os tipos de produtos (por exemplo: madeira, lenha, carvão vegetal, madeira serrada, cavacos e outros diversos bens industriais de madeira), a organização das empresas (relativa ao grau de modernização técnica e tecnológica da produção, a orientação para os mercados externos, as formas de associação com o capital transnacional e o capital financeiro e a localização espacial destas empresas agroindustriais de processamento) e as distintas estratégias de organização e exploração do trabalho (GONÇALVES, 2013, 2015).

Exemplo disso é a indústria da celulose, caracterizada como oligopólio, formada por corporações nacionais e internacionais que competem entre si em um contexto de pequeno número de empresas (as 150 maiores retendo quase dois terços do total da produção mundial, sete delas operando fábricas no Brasil, Chile, Uruguai e Argentina), com estratégias industriais baseadas em economias ou ganhos de escala (portanto, a escala mínima da empresa requer uma capacidade de produzir um milhão de toneladas de celulose por ano por unidade de produção) com barreiras significativas à entrada (como o tempo de maturação dos investimentos ou requisitos para obtenção de matéria-prima) (MACHADO, 1998; PÉRPETUA, 2012).

Nesta indústria, a organização dos processos de trabalho pode ser descrita como Toyotista: as corporações utilizam estratégias de “manufatura enxuta,” baseada na dotação de “autonomia” (administração da própria produção) e multifuncionalidade (formas de trabalho que incentivam a versatilidade e o trabalho em equipe) para trabalhadores e trabalhadoras, combinada com hierarquias funcionais, o que permite a obtenção de ganhos constantes de produtividade (ALVES, 2000).

No Brasil isso é perceptível na etapa da colheita das árvores, que de uma atividade que utilizava a força braçal direta dos trabalhadores até quinze anos

atrás, passou a utilizar automação e novas formas de controle de produção, incluindo modificações nos perfis dos operadores para que pudessem operar “máquinas inteligentes” - como as colheitadeiras usadas para colher e descascar árvores no campo, que utilizam *softwares* para como a controle eletrônico de colheita (GONÇALVES, 2001; FIBRIA, 2016a, 2016b).

Um movimento fundamental para essa mudança foi a adoção da terceirização na fase de colheita das árvores, que é considerada atividade fim do setor, pois é por meio do seu desenvolvimento que é possível produzir as commodities essenciais para a produção de celulose, e que foi realizada com demissões em massa de trabalhadores (MACHADO, 1998). Além disso, outra estratégia importante foi a dos investimentos em P&D, feitos possivelmente também pela existência de uma estrutura pública de pesquisa acadêmica em funcionamento desde os anos sessenta.

Noutro extremo, as formas de organização do trabalho na atividade produtora de carvão vegetal apontam para a combinação entre modelos Fordistas e estágios pré Fordistas. Nas unidades produtivas que caracterizam os primeiros, é possível encontrar a utilização de processos e técnicas de produção deste insumo energético em plantas que fornecem a consumidores industriais da siderurgia não integrada e obedecem a princípios econômicos e ecológicos de economia de energia (SANTOS, HATAKEYAMA, 2012).

Nas que caracterizam os últimos, encontram-se unidades produtivas que adotam formas de desorganização da vida que incluem o uso da floresta nativa sob o aparente consumo de árvores plantadas, a subordinação da natureza ao imperativo da lucratividade, a articulação entre novas tecnologias e velhas práticas de exploração do trabalho, o desconhecimento de outras práticas de desenvolvimento social local, inclusive pelo uso de formas de trabalho em condições análogas à escravidão, masculina e infantil, e que se espalha por milhares de pequenas unidades fabris e domésticas territorialmente

desconcentradas de produção no caso brasileiro (MONTEIRO, 1996; PEREIRA, 2007; SILVA, 2016).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação e o desenvolvimento das monoculturas de árvores para uso industrial criou um mercado de trabalho caracterizado pela combinação de uma organização Toyotista da produção e do trabalho em alguns dos seus ramos (especialmente o da celulose e papel) e em algumas regiões (notadamente nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Bahia, no Brasil, além das áreas de plantações para celulose no Chile, na Argentina e Uruguai) com condições de trabalho precarizadas, as quais podem ser descritas pela prática do trabalho escravo (como nas regiões de produção de carvão vegetal no Nordeste e no Sudeste do Brasil) e pela fragmentação dessa fração de classe trabalhadora pela adoção de estratégias de terceirização – pela contratação de força de trabalho diretamente de intermediários (“gatos”) e por meio de contratos de compra de madeira de agricultores familiares (intitulados “fazendeiros florestais” em alguns estados brasileiros).

Do ponto de vista organizacional das empresas que promovem tais monocultivos, portanto, não é possível falar de um único modelo de organização da produção e dos processos de trabalho no âmbito dessa agroindústria de produtos madeireiros.

Do ponto de vista do trabalho, a expansão desta atividade industrial também gerou e tem gerado a desestruturação social e espacial das formas domésticas de organização da produção agropecuária, pela submissão de espaços rurais e das pessoas à lógica do latifúndio.

O uso de estratégias combinadas de produção, as quais mantêm o ramo com atores com desigual poder diante de trabalhadores e trabalhadoras e suas instâncias de representação sindical, as quais não foram tratadas aqui, pode-se

perguntar qual é o futuro do trabalho assalariado na monocultura de árvores na América Latina. As possíveis respostas, contudo, não parecem dizer que a situação no início do terceiro decênio do século XXI é distinta daquela vigente em meados do século XX.

REFERÊNCIAS

ALVARADO, Raquel. Política forestal, plantas de celulosa y debate ambiental. Uruguay tras un nuevo modelo de desarrollo. PALERMO, Vicente; REBORATTI, Carlos (compiladores). **Del otro lado del río**; ambientalismo y política entre uruguayos y argentinos. Buenos Aires: Edhasa, 2007.

ALVARADO, Raquel. La expansión forestal en el Cono Sur. **Nueva Sociedad**, Caracas, n. 223, p. 76-93, 2009.

ALVES, Giovanni. **O novo (e precário) mundo do trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Boitempo, 2000.

ANTUNES, Ricardo. **A rebeldia do trabalho**. 2ª ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

APARICIO, Susana; BENENCIA, Roberto (Coord.). **Antiguos y nuevos asalariados en el agro argentino**. Buenos Aires: Ed. La Colmena, 2001.

BALSAN, Rosane. Impactos decorrentes da modernização da agricultura brasileira. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária, Vol. 1, n. 2, pp. 123-151, agosto de 2006.

BASALDI, Otávio Valentim. O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos**, Edição Online, São Leopoldo, Ano XI, nº 384, 2011.

BENDINI, Mónica. Entre maçãs e pêras: globalização, competitividade e trabalho. CAVALCANTI, Josefa Salete B. (Org.). **Globalização, trabalho, meio ambiente**: mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: Editora da UFPE, 1999.

BENDINI, Mónica; RADONICH, Martha; STEIMBREGER, Norma. Segmentaciones ocupacionales y vulnerabilidad social en la división sexual y

espacial de los trabajadores frutícolas: el caso de El Alto Valle. RUBIO, B. *et. al.* (Comp.). **Reestructuración productiva, comercialización y reorganización de la fuerza de trabajo agrícola en América Latina**. México: IICA; SAGARPA; Plaza y Valdes Ed., 2002.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

BOURDIEU, Pierre. Stratégies de reproduction et modes de domination. **Actes de la Recherche em Sciences Sociales**, Paris, número 105, pp. 3-12, décembre 1994.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Plantar, colher, comer**: um estudo sobre o campesinato goiano. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1981.

CARRERE, Ricardo; LOHMANN, Larry. **Pulping the south**: industrial tree plantations and the world paper economy. London: Zed Books; Penangand Oxfordshire: World Rainforest Movement, 1996.

DEL GROSSI, Mauro Eduardo *et al.* Diferencial de renda entre ocupações no meio rural brasileiro. Artigo apresentado no **XXXIX Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural**, Recife, 2001. SOBER: 2011

DELGADO, Guilherme da C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil**. São Paulo: Ícone, 1985.

FANZERES, Anna (Coordenadora). **Temas conflituosos relacionados à expansão da base florestal plantada e definição de estratégias para minimização dos conflitos identificados**. Relatório Final de Consultoria. Brasília: MMA/SBF/PNF, 2005.

FAO (Food and Agriculture Organization). **Evaluación de los recursos forestales mundiales 2015**. 2ª ed. Roma: FAO, 2016

FERNÁNDEZ, Emilio. El contratista forestal, ¿viejas formas de trabajo en nuevas actividades? APARICIO, S.; NEIMAN, Guillermo; PIÑEIRO, Diego (Coord.). **Trabajo y trabajadores en el agro rioplatense**. Nuevos temas y perspectivas. Montevideo: Letraeñe Ediciones, 2010.

FIBRIA. **Fibria Notícias**, Edição 330. 18/05/2016a.

FIBRIA. **Fibria Notícias**, Edição 332. 01/06/2016b.

FSC (Forest Stewardship Council). **Strategic Review on the Future of Forest Plantations**. Helsinki: FSC, 2012.

GERBER, Julien-François. Conflicts over industrial tree plantations in the South: Who, how and why? In: **Global Environmental Change**, Philadelphia, n° 21, pp. 165–176, 2011.

GONÇALVES, Múcio Tosta. **Política florestal e interesses agroindustriais no estado de Minas Gerais**: um estudo do Instituto Estadual de Florestas - IEF. Belo Horizonte: 1990. Dissertação (Mestrado), Departamento de Ciência Política – DCP. Universidade Federal de Minas Gerais.

GONÇALVES, Múcio Tosta. **Nós da madeira**: mudança social e trabalhadores assalariados das plantações florestais nos Vales do Aço/Rio Doce de Minas Gerais. Rio de Janeiro: 2001. Tese (Doutorado), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, CPDA.

GONÇALVES, Múcio Tosta. Problemas e perspectivas do trabalho rural assalariado nas plantações florestais no Brasil: análise a partir de uma região do estado de Minas Gerais. BRUMER, Anita; PIÑERO, D. E. (org.). **Agricultura latino-americana**: novos arranjos e velhas questões. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

GONÇALVES, Múcio Tosta. Plantaciones forestales y políticas públicas en América del Sur. Artigo apresentado no **II Congreso Uruguayo de Sociología**, Montevideo, 10-12 de julio de 2013. Facultad de Ciencias Sociales/Universidad de la Republica, 2013.

GONÇALVES, Múcio Tosta. Aspectos da organização do trabalho assalariado em monoculturas de árvores na Argentina, Brasil e Uruguai. RIELLA, Alberto; MASCHERONI, Paola (Comp.). **Asalariados rurales en America Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2015.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A modernização dolorosa**: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1982.

GRAZIANO DA SILVA, José. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo: Unicamp, 1996.

INDÚSTRIA BRASILEIRA DE ÁRVORES. **Relatório 2017**. São Paulo: 2021.

KAGEYAMA, Ângela *et al.* O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. DELGADO, Guilherme da C. *et al.* (Org.). **Agricultura e políticas públicas**. Brasília: IPEA, 1990.

KAY, Cristóbal. **Latin America's exclusionary rural development in a neo-liberal world**. Latin American Studies Association (LASA). Guadalajara, Mexico, April 17-19, 1997.

KRÖGER, Markus. The expansion of industrial tree plantations and dispossession in Brazil. **Development and Change**, vol. 43, nº 4, pp. 947–973, 2012.

LEITE, Sérgio Pereira; ÁVILA, Rodrigo Vieira de. Reforma agraria e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas. **Revista de Economia Rural**, Rio de Janeiro, vol. 45, nº 3, p. 777-805, julho-setembro 2007.

MACHADO, Carlos Wagner C. **Restruturação produtiva e trabalho florestal na produção de celulose no Vale do Aço, MG**. Belo Horizonte, 1998. Dissertação (Mestrado), Universidade Federal de Minas Gerais.

MARTINE, George; GARCIA, Ronaldo C. **Os impactos sociais da modernização agrícola**. São Paulo, Caetés, 1987.

MENÉNDEZ, Victoria. Trabajadores forestales. Hacia una mirada a su realidad desde la precariedad laboral. APARICIO, S.; NEIMAN, Guillermo; PIÑEIRO, Diego (Coord.). **Trabajo y trabajadores en el agro rioplatense**. Nuevos temas y perspectivas. Montevideo: Letraeñe Ediciones, 2010.

MONTEIRO, Maurílio de Abreu. **Siderurgia e carvoejamento na Amazônia: drenagem energético-material e pauperização regional**. Belém, 1996. Dissertação (Mestrado), Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Universidade Federal do Pará.

NEVES, Delma Pessanha. A diferenciação sócio-econômica do campesinato. **Ciências Sociais Hoje, 1985**. São Paulo: Ed. Cortez, 1985.

NEVES, Delma Pessanha. Agricultura familiar. CALDART, Roseli Salete et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; Expressão Popular, 2012.

OHACO, Moira. Precariedad y no registro en los trabajadores asalariados rurales de la Argentina. ARGENTINA. Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social. **Trabajo, ocupación y empleo**; Investigaciones sobre protección social y relaciones laborales - Argentina 2012. Buenos Aires: diciembre de 2012. Serie Estudios, 11.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. 6ª edição. Petrópolis: Vozes, 1988.

OVERBEEK, W, KRÖGER, M. GERBER, J-F. **Um panorama das plantações industriais de árvores no Sul global**. Conflitos, tendências e lutas de resistência. Relatório EJOLT (Environmental Justice Organizations, Liabilities and Trade), 3, 2012.

PALERMO, V.; REBORATTI, C. (compiladores). **Del otro lado del río; ambientalismo y política entre uruguayos y argentinos**. Buenos Aires: Edhasa, 2007.

PEREIRA, Altamira. Os desafios para o trabalho nas carvoarias de Ribas do Rio Pardo/ MS. Presidente Prudente: 2007. Dissertação (Mestrado), Universidade Estadual Paulista, Curso de Pós-Graduação em Geografia.

PERPETUA, G.M. **A mobilidade espacial do capital e da força de trabalho na produção de celulose e papel: um estudo a partir de Três Lagoas (MS)**. Dourados, 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal da Grande Dourados.

PIÑEIRO, Diego E. Los trabajadores rurales en Uruguay: principales tendencias. RUBIO, B. *et. al.* (Comp.). **Reestructuración productiva, comercialización y reorganización de la fuerza de trabajo agrícola en América Latina**. México: IICA; SAGARPA; Plaza y Valdes Ed. 2002.

PUCCI, Francisco; NIÓN, Soledad; CIAPESSONI, Fiorella. **Subcontratación, productividad y riesgos en la industria forestal uruguaya**. Ponencia presentada en la Reunión 2011 del Grupo Trabajo, Modelo Económico Productivo y Actores Sociales “La subcontratación laboral, miradas multidimensionales”, Bogotá, Universidad de los Andes, 26 y 27 de mayo de 2011.

RIELLA, Alberto; MASCHERONI, Paola. **Explorando la calidad del empleo en la forestación; un estudio de caso**. Montevideo: Facultad de Ciencias Sociales/Universidad de la Republica, 2009.

RUBIO, Blanca. Reestructuración agroindustrial, nuevas pautas de exploración rural y movimiento de productores en México durante los años noventa. RUBIO, B. *et. al.* (Comp.). **Reestructuración productiva, comercialización y reorganización de la fuerza de trabajo agrícola en América Latina**. México: IICA; SAGARPA; Plaza y Valdes Ed., 2002.

SANTOS, Sueli de Fátima de Oliveira Miranda; HATAKEYAMA, Kazuo. Processo sustentável de produção de carvão vegetal quanto aos aspectos:

ambiental, econômico, social e cultural. **Produção**, São Paulo, Vol. 22, n. 2, p. 309-321, abril 2012.

SCHIAVO, Carlos. Uruguay: transnacionalización de los espacios rurales y acción colectiva ante la insostenibilidad y la exclusión. VILLALBA, Elba Pérez *et al.* (Ed.). **Crisis, organización social y cambios en las unidades de producción**. México: Universidad Autónoma Chapingo, 2000.

SCHIAVO, Carlos; CÓRDOVA, Pedro. Transformaciones territoriales y sociedad rural: visibilidades de cambio del empleo rural; el caso de la forestación. RIELLA, Alberto; TUBÍO, Mauricio (Comp.). **Transformaciones agrarias y empleo rural**. Montevideo: Facultad de Ciencias Sociales/Universidad de la Republica, 2001.

SILVA, Ricardo dos Santos. **Pós-fordismo no sertão?** A modernização da cadeia produtiva do carvão vegetal no norte de Minas Gerais. São Paulo, Tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

. SPEK, Machteld. **Financing pulp mills: an appraisal of risk assessment and safeguard procedures**. Bogor, Indonesia: Center for International Forestry Research (CIFOR), 2006.

SOARES, Luiz E. **Campesinato: ideologia e política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TEIXEIRA FILHO, Althen (org.). **Eucalipitais - qual Rio Grande do Sul desejamos?** Pelotas: 2008.

THOMPSON, Edward P. **Tradición, revuelta y consciencia de clase**. Barcelona: Critica, 1979.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

TUBÍO, Mauricio. El impacto de las transformaciones agrarias sobre los trabajadores rurales: el caso de los cosechadores de citrus del Uruguay. RUBIO, B. *et. al.* (Comp.). **Reestructuración productiva, comercialización y reorganización de la fuerza de trabajo agrícola en América Latina**. México: IICA; SAGARPA; Plaza y Valdes Ed., 2002.

WILKINSON, John. **Agua y tierra en America Latina**; estrategias globales y políticas. Rio de Janeiro: Plataforma Democrática, 2010. Disponível em <<http://www.unl.edu.ec/agropecuaria/wp-content/uploads/2012/03/Agua-y-Tierra-en-Am%C3%A9rica-Latina.pdf>>.

LA POLÍTICA DE FLEXIBILIDAD LABORAL Y SU IMPACTO EN LA CONDICIÓN DE VULNERABILIDAD SOCIAL DE LOS PROFESIONISTAS EN MÉXICO DURANTE EL PERIODO 2005-2016

Copilli Yanik Munguía García ¹²⁷

INTRODUCCIÓN

En México los jóvenes que aspiran a concluir una carrera profesional deben realizar diversos esfuerzos para sortear los obstáculos que pueden llegar a impedirles terminar su formación académica, principalmente dificultades económicas, las cuales afectan a la mayor parte de la población del país, casi el 60% según el último reporte del Consejo Nacional para la Evaluación de la Política Social (CONEVAL, 2014, p.46). Pero, además de sortear dificultades económicas, hay que invertir veintitrés años de estudio en el Sistema Educativo Mexicano de la Secretaría de Educación Pública (SEP). Es decir, nueve años de educación básica, tres años de nivel medio superior y cuatro o cinco años de nivel superior, para consolidar una carrera profesional.

Dicha formación profesional tendría que aumentar las posibilidades mejorar la calidad de vida, sin embargo aquellos que han obtenido un título profesional se enfrentan a un mercado laboral mexicano sin espacios disponibles para personas con mayores niveles de calificación, de acuerdo con, “la formación profesional puede resultar ser más una desventaja para la integración al mercado laboral y aquellos que consigan ejercer su profesión habrán de lidiar con las dificultades que el modelo de desarrollo económico actual les impone, por

¹²⁷ Maestro en Acción Pública y Desarrollo Social por el Colegio de la Frontera Norte. E-mail: copilliyarik@gmail.com.

ejemplo pasantías laborales inestables de corta duración con bajos salarios y sin protecciones sociales básicas” (MORA, 2012, p.4).

Desde la década de los ochenta hasta la actualidad hemos visto que la población trabajadora se enfrenta a bajos salarios y desprotecciones sociales, por lo que los trabajadores con estudios de nivel superior, quizá hoy en día, tengan una menor oportunidad de mejorar en sus condiciones socioeconómicas y se podría pensar que la política laboral actual envuelve a algunos sectores de la población en una crisis de empobrecimiento.

2 LOS PROFESIONISTAS Y LA PAULATINA FLEXIBILIZACIÓN DEL MERCADO LABORAL EN MÉXICO

2.1 Las reformas a la economía global y la flexibilización del mercado laboral mexicano

El Consenso de Washington, presentado en 1989 por John Williamson miembro del Instituto Internacional de Economía, incluye diversos temas para los gobiernos latinoamericanos como; mantener un tipo de cambio competitivo, disciplina fiscal, reordenamiento del gasto público, privatizaciones etcétera” (MARTINEZ Y SOTO, 2012), pero para efectos de este trabajo voy a centrarme en el tema de la desregulación para abordarlo desde el plano de la desregulación del mercado laboral.

En México de 1982 a la fecha y después de las crisis de 1994, 2001 y 2008 son muchas las formas en que han impactado algunos postulados del libre mercado, pero su relevancia radica en ser “un proyecto de nación que ha modificado la Constitución de 1917, pionera a nivel mundial en establecer los derechos sociales alcanzados por la revolución y que hoy en día cumple con las exigencias internacionales del mercado, transformándose en cinco ejes fundamentales” (CARRILLO, 2010, p.16):

- a) Retiro de la protección a la fuerza de trabajo y su sometimiento a la ley de la oferta y la demanda.
- b) El retiro del Estado de las actividades económicas y privatización de aquellas áreas que pudieran beneficiar a particulares.
- c) Apertura comercial al mercado internacional y liberalización financiera.
- d) No intervención del estado en el tema de seguridad social.
- e) Autonomía al banco central para la reducción de la inflación.

Respecto al eje “a” la reforma a la Ley Federal del Trabajo del 2013 es la más importante por incluir los contratos flexibles (contratación temporal y subcontratación), aunque “el punto de partida que marca el sometimiento de la fuerza laboral al libre mercado, corresponde a la instalación de maquiladoras en la zona norte del país, en donde se abarató la mano de obra y se permitió la libre circulación de mercancías en la frontera con USA” (HARVEY, 2005, p.4).

Posteriormente las reformas a la Ley del Instituto Mexicano del Seguro Social (IMSS), entre 1995 y 1997 privatizaron el sistema de pensiones, bajo el argumento de incentivar el crecimiento económico y la inversión, pues un patrón que paga cuotas de seguridad social pierde capacidades para invertir y competir en el mercado (LEAL, 2011, p.23).

A demás, la organización colectiva de los trabajadores también tuvo un profundo cambio derivado de que el viejo sistema político con el que se alineaban dejó de funcionar. Actualmente los sindicatos se encuentran lidiando con una crisis de representatividad que afecta a los trabajadores ya que no poseen la suficiente fuerza para negociar mejoras a las condiciones laborales colectivas (BEBSUNSÁN; 2010, pp.45-48).

Aunado a lo anterior la condición salarial se ha ido agravando conforme se flexibiliza el mercado laboral, por ejemplo, la diferencia salarial entre las personas sin preparación y los profesionistas es cada vez más cercana, pues de

1990 cuando el salario de un profesionista era mayor en 90 puntos porcentuales a un trabajador sin preparación, en el 2000 cae a solo 30 puntos porcentuales según los datos del Observatorio Laboral en 2017.

De esta manera, “Aunque la educación superior es considerada, como un factor importante para el desarrollo social y económico por permitir el acceso a empleos situados en las posiciones altas de la pirámide ocupacional y por medio de ellos, a una vida digna, libre de privaciones severas” (MORA Y DE OLIVEIRA; 2012, 3). También es posible decir que “el mercado laboral mexicano, no fomenta la movilidad social ascendente derivado de 1) la caída del ingreso; y 2) el desigual acceso a las protecciones sociales” (IDHM 2016, 2016, p.76).

Por lo anterior, se considera relevante realizar y dar respuesta a la siguiente pregunta, relativa a la relación existente entre el nivel de formación profesional y las condiciones socioeconómicas a las que los profesionistas pueden aspirar cuando se integran a un mercado laboral flexibilizado *¿En qué medida la paulatina flexibilización del mercado laboral ha intensificado la condición de vulnerabilidad social de los profesionistas en México?*

3 POSTULADOS TEÓRICOS DE UNA POLÍTICA DE FLEXIBILIDAD LABORAL Y EL CRITERIO DE VULNERABILIDAD SOCIAL

3.1 La teoría neoclásica, el núcleo duro de la política de flexibilidad laboral en México

Para los neoclásicos el mercado de trabajo y el salario son un mercado como cualquier otro y se rige o debe regirse por la ley de oferta y demanda. Friedman y Hayeck, proponen un sistema individualista que incentive el actuar independiente de las personas, el libre intercambio de bienes y servicios sin intervención del gobierno. De acuerdo con HAYECK (1968) el salario otorgado

a los trabajadores nunca ha estado en su punto óptimo de equilibrio, pues el trabajador siempre ha gozado de beneficios poco objetivos y difíciles de sostener con un argumento sólido atribuible a las metas de producción planteadas para el trabajador, por lo tanto, un salario fijado por negociación representa un desequilibrio para el mercado.

¿Pero específicamente qué propone la teoría neoclásica para el mercado laboral? Milton FRIEDMAN (1983), en su trabajo “Libertad para elegir”, propone que la política laboral cumpla las condiciones de oferta y demanda bajo los siguientes preceptos:

1) Se acepta la existencia de desempleo voluntario, es decir personas que toman la decisión de no emplearse por que el precio (salario) que establece el mercado por su fuerza de trabajo no le satisface.

2) La intervención del Estado para fijar el salario (salario mínimo) desequilibra el mercado ya que el salario fijado por acuerdo legislativo fomenta el empleo involuntario, pues durante los periodos de crisis económicas, los empleadores no pueden pagar el salario mínimo establecido.

3) La satisfacción de una ocupación puede compensar los bajos salarios y los salarios altos pueden compensar lo desagradable de una mala ocupación.

Así, un mercado laboral basado en la propuesta individualista neoliberal se concibe, como un “mercado laboral flexible” (ARANCIBIA, 2011, p.45), en términos de política pública este modelo de mercado laboral se manifiesta a través de “un marco legislativo que permite a las empresas celebrar contratos individuales de trabajo, con variaciones de elementos específicos en las condiciones laborales dentro de los márgenes legales” (ARANCIBIA, 2011, p.45).

3.1.1 Elementos de la dimensión interna de los mercados laborales flexibles

- Flexibilidad salarial: Promueve que “los niveles salariales se encuentran ligados únicamente a los niveles de producción, el salario se ajusta a los ciclos económicos (ARANCIBIA, 2011, p.46).

- Flexibilidad en el horario y jornada de trabajo: Los horarios de trabajo y las jornadas laborales se ajustan a los ciclos económicos, mientras más demanda tengan los productos de la empresa, más horas y días deberán trabajar sus empleados para cumplir con la oferta del mercado (ARANCIBIA, 2011, p.46).

3.1.2 Elementos externos de los mercados laborales flexibles

- Flexibilidad contractual: Capacidad otorgada por los marcos legales establecidos para que los empleadores modifiquen la cantidad de trabajadores que colaboran con ella, sin aumentar los gastos asociados a la contratación o despido (contratos temporales y subcontratación) (ARANCIBIA, 2011, p.46).

En términos generales México ha fomentado la flexibilización del mercado laboral mediante diferentes adecuaciones a la legislación y como resultado de la evaluación que ha llevado a cabo el Centro de Estudios de las Finanzas Públicas de la Cámara de Diputados (CEFP), hay que destacar los siguientes resultados: un crecimiento en el aumento de la población ocupada que va de 41 millones en 2005 a 50 millones en 2015. Además, del crecimiento en el índice de productividad de un promedio de 6.4 entre 2005-2012 a un promedio de 6.6 entre 2013- 2015 (CEFP, 2015, p.54). Con los datos anteriores, la base teórica de la flexibilidad laboral parece tener resultados congruentes en términos de política pública y crecimiento económico, pero ¿qué nos deja la flexibilidad laboral en términos una evaluación de impacto en la condición socioeconómica de la población trabajadora?

3.2 Devaluación de la fuerza laboral para la contención de las crisis económicas

Para David Harvey, el régimen de acumulación flexible puede ser definido como una nueva dinámica económica en el modo de producción capitalista derivada del rompimiento del acuerdo fordista-keynesiano, entre la estructura política representada por el Estado, la estructura económica o la inversión privada y la fuerza laboral. En esta nueva etapa del capitalismo la estructura política legitimará la devaluación de la fuerza laboral implementando nuevos ordenamientos jurídicos, para sortear las crisis económicas actuales manteniendo el orden social.

Corresponde al Estado en el régimen de acumulación flexible modificar las instituciones en materia laboral, para sortear las crisis económicas y financieras actuales, otorgando un mayor control a los contratantes sobre los empleados mediante la merma de las fuentes de empoderamiento de los trabajadores como; los sindicatos y contratos laborales de negociación salarial colectiva (HARVEY; 1990, pp.170-173).

Por otro lado, Robert Castel nos plantea una descripción de la cuestión social en el régimen de acumulación flexible, en donde la principal consecuencia de esta nueva estructuración del empleo es la vulnerabilidad social, generada por las nuevas relaciones laborales (CASTEL, 2002, p.338), ya que apartir de 1970, las "formas particulares de empleo" que se han desarrollado incluyen una multitud de situaciones heterogéneas: contratos de trabajo por tiempo determinado, trabajo provisional, trabajo de jornada parcial.

Así el régimen de acumulación flexible trae consigo la inestabilidad de los estables, derivada del aumento de la vulnerabilidad de las masas, provocada por la intermitencia de los contratos laborales, mismos que han afectado a jóvenes profesionistas que rechazan el trabajo discontinuo, mismo que no puede servir de base para la proyección de un futuro manejable, y se convierten en profesionistas que vagan de empleo en empleo, de pasantía en pasantía y de una pequeña tarea a otra (CASTEL; 2002, pp.335-347).

La flexibilidad laboral posee efectos en los modos de acceso a las protecciones sociales, pues “la flexibilidad tiene la capacidad de incumplir con las instituciones sociales, y así los derechos que antes se podrían obtener con simple hecho de obtener un empleo, hoy son un privilegio para pocos” (CASTEL; 2002, p.392).

La ausencia de protecciones trae consigo la vulnerabilidad social en los trabajadores, pues estos quedan expuestos a lo que Robert Castel llama riesgos sociales, en donde “todos los avatares colectivos para dominar la existencia se encuentran ausentes” (CASTEL; 2010, p.30). Los riesgos que hacen vulnerable a la sociedad contemporánea no poseen una jerarquía ni son acumulables, sino que son heterogéneos en cuanto a su origen estructura y efectos, pues menciona que “a partir de los ochenta la sociedad enfrenta nuevos riesgos; sociales, financieros, ambientales y de salud” (CASTEL; 2010, p.33).

3.2.1 Riesgos sociales derivados de la flexibilidad laboral

- Riesgo de individualización de las relaciones laborales: El estatus de vulnerabilidad social, posee como característica un individualismo negativo, pues la flexibilidad laboral cuestiona la articulación colectiva como creadora de un sentido de comunidad entre los trabajadores (CASTEL, 2002, p.386)

- Riesgo de enfermedad sin acceso a servicios médicos: falta de protección de servicios médicos provistos por el estado, ya que un trabajador con un bajo salario no puede sostener el costo de una enfermedad grave, que lo afecte a él o a su familia, aun teniendo trabajo (CASTEL, 2002, p.354).

- *Riesgos de empobrecimiento:*

- Riesgo de empobrecimiento por ingresos, derivado de un contrato temporal y un salario que mantiene al trabajador y a su familia en los umbrales de la pobreza, el reporte de Naciones Unidas sobre el Índice de Desarrollo

Humano para América Latina y el Caribe, sitúa al ingreso de vulnerabilidad entre 4 y 10 dólares diarios (IDHALC; 2016, 97).

- Riesgo de empobrecimiento por la falta de acceso servicios financieros o falta de seguro de desempleo, necesario debido a la intermitencia de los contratos laborales y a un bajo salario que tiene a los trabajadores en los umbrales de la pobreza.

• *Riesgo de dependencia:* Es el riesgo que trae consigo la prolongación en general de la duración de la vida y que se ve afectado, dado que la nueva estructura de protecciones sociales no garantiza el acceso a toda la población a un servicio de ahorro para el retiro o a una pensión digna (CASTEL; 2010, 31).

Por lo tanto, tomando en cuenta los elementos teóricos, es posible afirmar que la paulatina flexibilización del mercado laboral en México ha intensificado la condición de vulnerabilidad social de los profesionistas ante los riesgos de empobrecimiento, individualización de las relaciones laborales y riesgo de dependencia.

4 ÍNDICE DE LA FLEXIBILIDAD LABORAL Y VULNERABILIDAD SOCIAL

4.1 Índice de Flexibilidad laboral (IFL) e Índice de Vulnerabilidad Social (IVS)

Para efectos de este trabajo y con base en el marco teórico que expone las dimensiones de los conceptos de flexibilidad laboral y el concepto de vulnerabilidad social, se ha optado por construir dos medidas resumen; una para la describir vulnerabilidad social y otra para flexibilidad laboral, ambas mediante la técnica de análisis factorial y el monitoreo de los indicadores de flexibilidad laboral y vulnerabilidad social.

La técnica de análisis factorial es útil para la creación del IFL y el IVS dado que son fenómenos o conceptos no visibles, explicados por más de una variable

independiente, pero con un significado común, por lo tanto, es una técnica estadística con la que se pueden reducir las variables independientes para explicar el máximo de información contenida en los datos.

4.1.1 Formulas del IFL y el IVS

$$IFL = \frac{\sum NPCPFL}{NCPFL}$$

Fuente: Elaboración propia con base en el índice de marginación social de CONAPO.

En donde:

IFL= Valor del índice de flexibilidad laboral.

NCPFL= Número componentes principales de flexibilidad laboral.

NPCPFL= Niveles porcentuales de los componentes principales del estatus de vulnerabilidad social.

$$IVS = \frac{\sum NPCPEVS}{NCPEVS}$$

Fuente: Elaboración propia con base en el índice de marginación social de CONAPO.

En donde:

IVS= Valor del índice de vulnerabilidad social.

NCPEVS= Número componentes principales del estatus de vulnerabilidad social.

NPCPEVS= Niveles porcentuales de los componentes principales del estatus de vulnerabilidad social.

Como ya se mencionó, para la construcción del IFL y el IVS se dispuso del monitoreo de diez indicadores que, conforme a los elementos teóricos de los conceptos de flexibilidad laboral y vulnerabilidad social, nos permitirán observar cómo se han comportado sus diferentes variables de manera independiente. Los indicadores tienen como base el año 2005 y como punto final el año 2016, desde luego al ser un estudio cuantitativo de corte longitudinal, se pretende tener el resultado de los indicadores de cada año, es decir un seguimiento continuo de los once años.

4.1.2 Operacionalización del concepto flexibilidad laboral

Concepto	Dimensiones	Indicadores
Flexibilidad laboral	Flexibilidad salarial	Porcentaje de profesionistas que reciben pagopor comisión
		Porcentaje de profesionistas que reciben pagopor destajo
		Porcentaje de profesionistas que reciben pagopor honorarios
	Flexibilidad de horario	Porcentaje de profesionistas sin horario detrabajo regular
	Flexibilidad contractual	Porcentaje de profesionistas con contratos temporales y en subcontratación
Flexibilidad de volumen de empleo	Porcentaje de profesionistas desocupados y disponibles para trabajar	

Fuente: Elaboración propia con base en las dimensiones internas y externas de la política de flexibilidad laboral de Arancibia (2011).

4.1.3 Operacionalización del concepto vulnerabilidad social

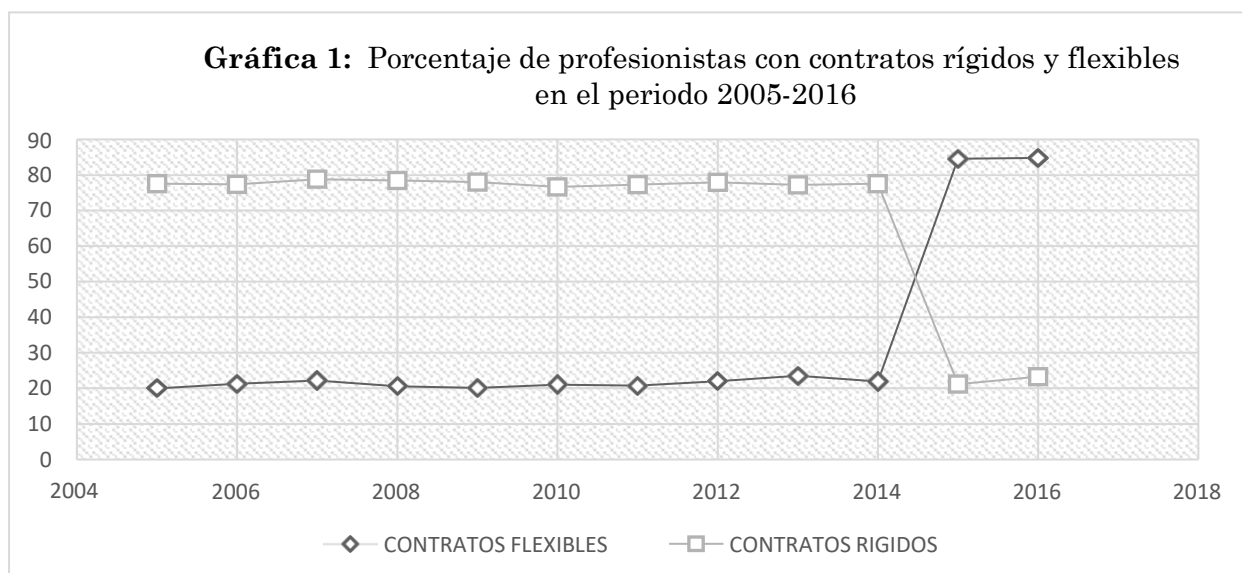
Concepto	Dimensiones	Indicadores
Vulnerabilidad social	Riesgo de individualización de las relaciones laborales	Porcentaje de profesionistas empleados sin afiliación sindical
	Riesgo de empobrecimiento por ingresos	Porcentaje de profesionistas empleados con ingresos de vulnerabilidad
	Riesgo de empobrecimiento por noacceso a servicios financieros	Porcentaje de profesionistas con acceso crédito para la vivienda
		Porcentaje de profesionistas con acceso a préstamos personales
	Riesgo de enfermedad sin acceso a servicios médicos	Porcentaje de profesionistas sin acceso aservicios médicos
	Riesgo de dependencia	Porcentaje de profesionistas sin acceso aservicios de ahorro para el retiro

Fuente: Elaboración propia con base en la descripción de riesgos sociales de Robert Castel (2010).

5 INDICADORES E ÍNDICE DE FLEXIBILIDAD LABORAL

5.1 Contratos flexibles

La subcontratación y los contratos temporales generan la condición de vulnerabilidad social, pues quebrantan los canales de empoderamiento de los trabajadores, ya que la vulnerabilidad social es “provocada por la intermitencia de los contratos laborales, mismos que han afectado a jóvenes profesionistas que rechazan el trabajo discontinuo que no puede servir de base para la proyección de un futuro manejable” (CASTEL, 2010, p.33).



Fuente: Elaboración propia con base en los resultados de la ENOE 2005-2016

La Gráfica 1 muestra la disminución de contratos por tiempo indefinido otorgados a los profesionistas, ya que de 2005 a 2013 cerca del setenta por ciento de los profesionistas asalariados poseía un contrato por tiempo indefinido, lo cual cambió a partir del año 2014, es decir una vez promulgada la reforma a la Ley Federal del Trabajo.

El desempleo también debe ser tomado en cuenta como un elemento implícito durante los periodos de crisis económicas, pero más allá de las crisis, el desempleo es constante con base en la temporalidad de los contratos flexibles. Pues, la posibilidad de estar desempleado es mayor para los profesionistas

contratados temporalmente, puesto que cada año tienen que esperar que su empleador cuente las condiciones económicas para renovar sus contratos.

En la Gráfica 2, se observa que la población de profesionistas desempleados supera los veinticuatro puntos porcentuales y crece en casi 2.5 puntos porcentuales durante el periodo de 2008 a 2010, sin embargo, los niveles de desocupación continúan creciendo de manera constante hasta el año 2016. Si solo se considera el periodo posterior a la reforma laboral, se puede ver que el desempleo bajó entre 2012 y 2013, pero a partir del 2014 el desempleo entre los profesionistas crece de manera constante hasta el año 2016 alcanzando al veintisiete por ciento de esta población.



Fuente: Elaboración propia con base en los resultados de la ENOE 2005-2016

5.2 Flexibilidad salarial

La flexibilidad salarial corresponde a un proceso de individualización de la retribución monetaria, pues se presta más atención a los méritos, habilidades y conocimientos individuales que cada trabajador dispone en beneficio de su empleador (JIMENEZ, 2003, p.157-153). Dentro de los tipos de remuneración que se adecuan al concepto de salario flexible están; el pago a destajo o por unidad

de obra; el pago por comisión y; el pago por honorarios, todos ellos formas de remuneración que escapan al salario mínimo fijado por el poder legislativo.

La Gráfica 3, permite observar un leve descenso en la población de profesionistas con salarios rígidos durante el periodo de 2005 a 2016, registrando una caída de tres puntos porcentuales en el periodo de 2009 a 2015, misma que se puede atribuir al periodo de crisis económica global. Por otro lado, en la Gráfica 4 se puede ver un descenso de 2.5 puntos porcentuales, en la población de profesionistas con remuneraciones flexibles durante el periodo de 2005 a 2016, con su caída más pronunciada entre el periodo de 2008 y 2011.

Haciendo una comparación entre las dos poblaciones, se puede decir que el impacto de las recesiones económicas es mayor para la población de profesionistas con salarios flexibles, pues sus efectos en términos de desempleo se manifiestan desde el inicio de la crisis económica, y no parece recuperarse después del 2008. Mientras que los empleos con salarios rígidos se comienzan a recuperar a partir del 2015.



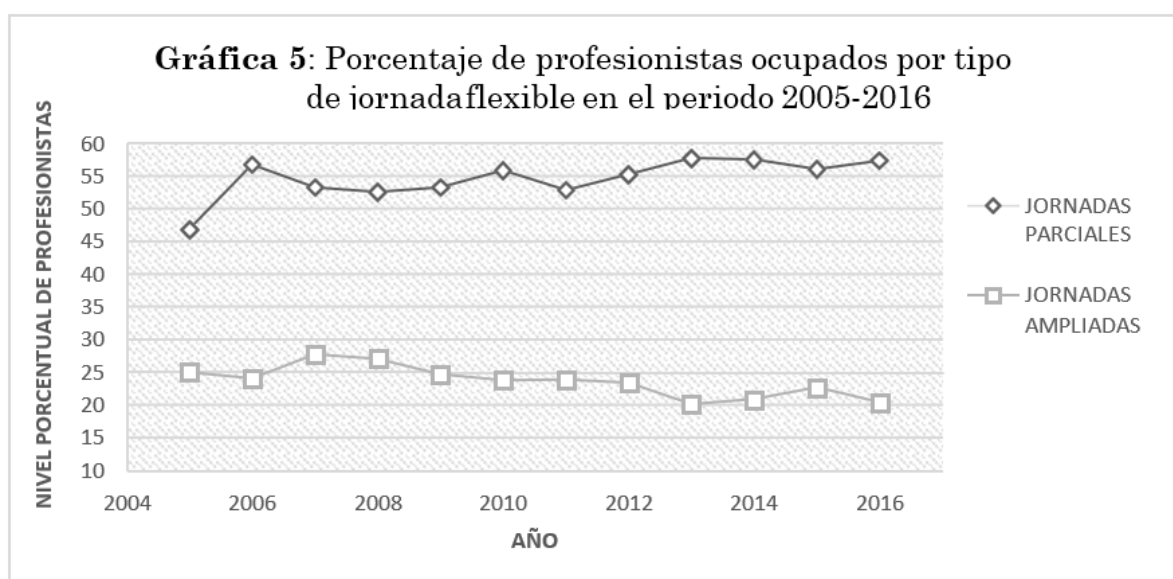
Fuente: Elaboración propia con base en los resultados de la ENOE 2005-2016.



Fuente: Elaboración propia con base en los resultados de la ENOE 2005-2016.

5.3 Jornadas laborales flexibles

La jornada laboral flexible es otra dimensión del mercado laboral flexibilizado y consiste en otorgar la libertad a los empleadores para definir los horarios de los empleados conforme a las condiciones de oferta y demanda (ARANCIBIA, 2011, p.46). Así, la jornada laboral flexible se define como la distribución irregular de las horas de trabajo en función de la productividad y la reducción del costo de la mano de obra (INSHT, 2013, p. 4).



Fuente: Elaboración propia con base en los resultados de la ENOE 2005-2016

La Gráfica 5, compara el comportamiento de los porcentajes de profesionistas con jornadas flexibles, se puede observar que hay un acenso del diez por ciento en el número de profesionistas que trabajan jornadas parciales en el periodo de 2005 a 2016 mientras que, en el mismo periodo, los profesionistas con jornadas laborales ampliadas decrecen en cinco puntos porcentuales. Además, si se observa el periodo correspondiente a la crisis económica global (de 2008 a 2010), se ve un aumento en la población de profesionistas que trabajan jornadas parciales, mientras que la población de profesionistas con jornadas ampliadas disminuye.

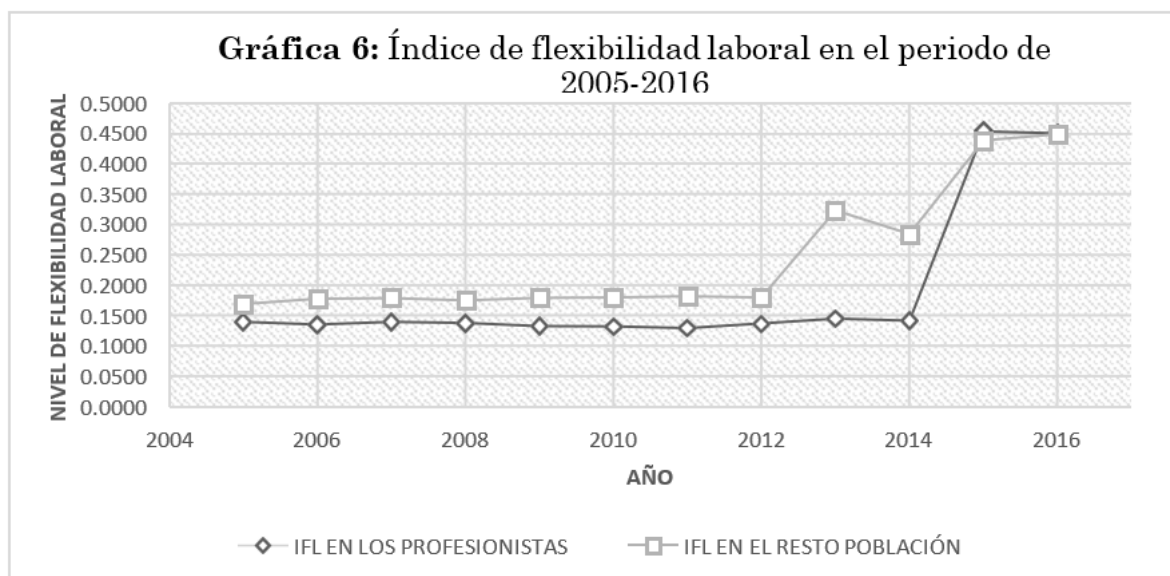
Uno de los efectos generados por las jornadas flexibles durante las crisis económicas, es el aumento en la cantidad de profesionistas empleados por jornada parcial, con la considerable disminución de sus ingresos, ya que contratar a los profesionistas por jornadas parciales implica un costo menor en mano de obra durante las crisis económicas, pues las remuneraciones otorgadas son menos rígidas y se pueden adecuar por el empleador.

5.4 Índice de flexibilidad laboral IFL

Con base en los indicadores porcentuales presentados, sabemos que existe un sector de la población de profesionistas con relaciones laborales flexibles y es importante generar un solo índice con el fin de expresar el nivel de flexibilidad de las relaciones laborales. El IFL se mide en un rango de cero a uno, en donde valores cercanos a cero implican un nivel de flexibilidad laboral bajo y valores cercanos a uno indican un alto nivel de flexibilidad laboral.

En los resultados del IFL en la población de profesionistas asalariados se observa que, el nivel de flexibilización del mercado laboral creció 30 puntos durante el periodo 2005 a 2016, pero si se observa únicamente el periodo entre 2005 y 2014 se puede considerar que el nivel de flexibilización del mercado laboral de los profesionistas asalariados puede ser considerado bajo y es a partir

del año 2014 cuando el mercado laboral incrementa de manera considerable su nivel de flexibilidad.



Fuente: Elaboración propia con base en los resultados de la ENOE 2005-2016.

La Gráfica 6 expresa el nivel de flexibilidad que alcanzó el mercado laboral en México, pues contiene una comparación entre el nivel de flexibilidad de los profesionistas contra el nivel de flexibilidad laboral del resto de la población asalariada. Es importante resaltar que los niveles de flexibilidad laboral en México eran bajos antes de la reforma del 2013, pero el resto de la población se enfrentaba a un mercado laboral con un nivel de flexibilidad mayor al de los profesionistas, por lo tanto, se puede considerar que antes de la reforma poseer educación de nivel superior representaba cierta resistencia a un mercado laboral flexible.

En conclusión, el nivel de flexibilidad que alcanza el mercado de trabajo de los profesionistas tardó en resentir los cambios de las reformas a la Ley Federal del Trabajo y es hasta el año 2014 en donde se observa cómo llega a niveles medianos de flexibilidad, al igual que en el resto de la población asalariada. Por lo anterior y de acuerdo con los resultados del IFL en la población de

profesionistas, es posible confirmar que los cambios realizados al marco jurídico laboral potencializaron los niveles de flexibilidad del mercado laboral en México.

6 INDICADORES E ÍNDICE DE VULNERABILIDAD SOCIAL

6.1 El riesgo de individualización de las relaciones laborales

En México de 1950 a 1980, los sindicatos alineados con el poder político pudieron canalizar para los trabajadores constantes aumentos salariales, una política de pensiones, servicios de salud, subsidios para la vivienda y acceso a activos financieros. Pero en 1982 la crisis financiera obliga al gobierno a tomar medidas de austeridad en el gasto gubernamental, principalmente recortando el gasto social, situación que repercutió directamente en las condiciones socioeconómicas de los trabajadores.

De esta manera los niveles de organización colectiva han ido disminuyendo y por lo tanto, las posibilidades de negociar mejoras en sus condiciones laborales y salariales son cada vez menores, pero también se pierde la identidad como clase trabajadora poseedora de derechos sociales y prestaciones laborales.

En la Gráfica 7, se puede observar que el nivel porcentual de profesionistas ocupados sin afiliación sindical aumenta en cinco puntos porcentuales, además se considera importante resaltar que el crecimiento de esta población es constante después del 2013, año de la reforma laboral. De igual forma se puede considerar que los niveles de profesionistas sin afiliación sindical son muy elevados ya que alcanzan los 72.4 puntos porcentuales.



Fuente: Elaboración propia con base en los resultados de ENOE 2005-2016.

6.2 El riesgo de empobrecimiento

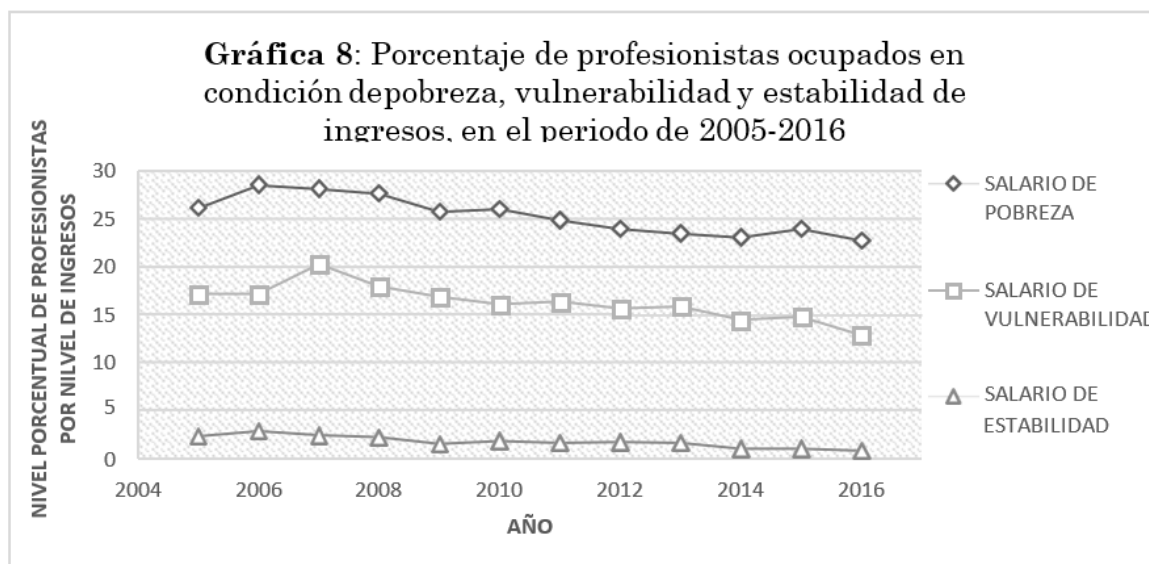
6.2.1 Salario de vulnerabilidad

El Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo Humano, con base en el nivel de ingresos de los individuos, ha desarrollado las siguientes categorías para medir la condición socioeconómica y de bienestar de la población (PNUD, 2016, p.6):

- Condición de pobreza por ingresos: Individuos cuyos ingresos están entre uno y tres salarios mínimos (ingreso menor a cuatro dólares diarios).
- Condición de vulnerabilidad por ingresos: Individuos con un nivel de ingresos entre tres y cinco salarios mínimos (ingreso entre cuatro y diez dólares diarios).
- Condición de estabilidad por ingresos: Individuos con un nivel de ingresos superior a cinco salarios mínimos (ingreso de diez a cincuenta dólares diarios).

La gráfica 8 muestra un bajo nivel de profesionistas con ingresos de estabilidad, incluso dicha población cayó 1.5 puntos porcentuales durante el periodo de 2005 a 2016. En contraste, dentro de la misma gráfica, se puede observar que la población en condición de pobreza por ingresos disminuye 4.2 puntos porcentuales. Por otro lado, si exclusivamente se observan los niveles

porcentuales de los profesionistas con ingresos de vulnerabilidad, es posible decir que dicha población tiene una disminución de cinco puntos porcentuales en el periodo de 2005 a 2016.



Fuente: Elaboración propia con base en los resultados de ENOE 2005-2016.

Otro de los factores asociados al ingreso que pueden evitar el riesgo de empobrecimiento, corresponde al acceso a activos financieros, en este caso la capacidad de los trabajadores para endeudarse con el motivo obtener bienes duraderos o invertir, implica limitar la condición de vulnerabilidad social. Es decir, tener acceso prestamos hace a los trabajadores propietarios de sus viviendas o negocios, lo que reduce la posibilidad de empobrecimiento en la clase trabajadora (PNUDH, 2016, p.73).

En la Gráfica 9 se puede observar que un tercio de la población de profesionistas asalariados no tiene acceso a un crédito para la vivienda y cabe resaltar que, en el año 2008 esta carencia alcanzó al 31.5 por ciento de los profesionistas asalariados. Después del 2010 la carencia de acceso al crédito para vivienda retoma niveles porcentuales inferiores al treinta por ciento.

Además, es importante resaltar que durante los periodos de crisis el acceso al crédito se hace más difícil, en la misma grafica se observa que en el periodo de

crisis se incrementa la carencia de acceso al crédito para la vivienda, por lo tanto, es posible decir que las crisis económicas intensifican la condición de vulnerabilidad social y el riesgo de empobrecimiento de los profesionistas, por el no acceso a activos financieros.



Fuente: Elaboración propia con base en los resultados de ENOE 2005-2016.

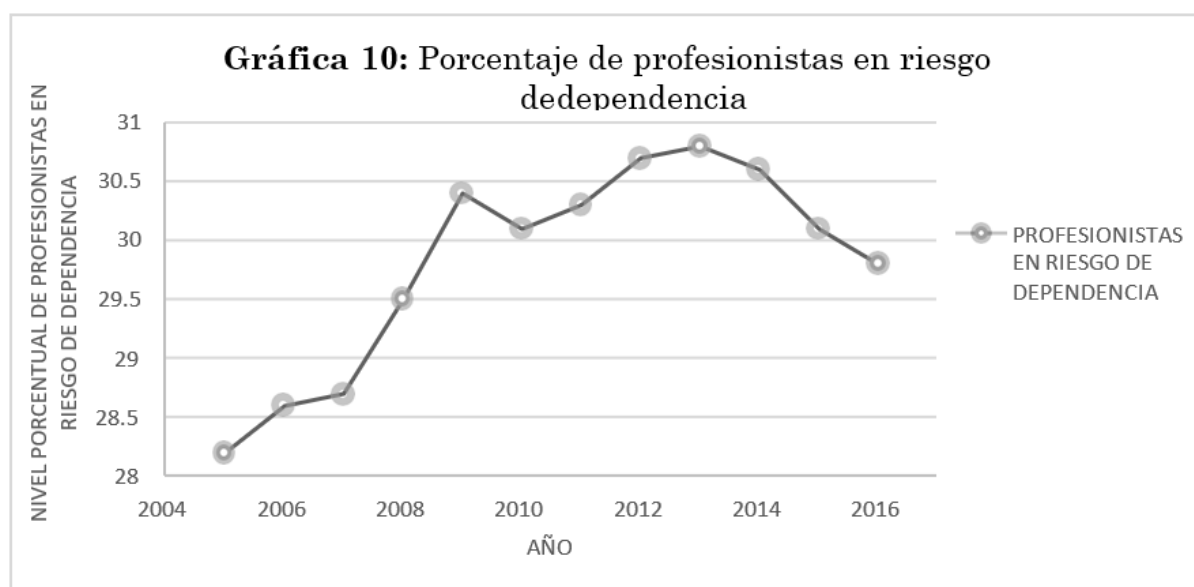
6.3 Riesgo de dependencia

Antes de 1997 el Instituto Mexicano del Seguro Social (IMSS) concentraba las responsabilidades en materia de seguridad social, incluyendo el sistema de pensiones, sistema al que llamaré rígido y consiste en:

Un esquema constituido de contratos sociales de transferencias intratemporales e intergeneracionales obligatorios de los trabajadores activos hacia los pensionados, respaldados por un compromiso implícito del gobierno con las generaciones de trabajadores contribuyentes de que, al alcanzar la edad de retiro, se beneficiarán de las contribuciones de las generaciones de trabajadores futuras. Este tipo de esquemas de financiamiento requiere un equilibrio actuarial entre contribuciones y beneficios futuros, es decir una relación proporcional entre trabajadores y pensionados (ÁLVAREZ, 2000, p.30).

En cambio, el sistema flexible de pensiones es una parte importante del proceso de individualización de las relaciones laborales, pues cada trabajador

debe considerar que una parte de sus ingresos sean destinados a su propio fondo de ahorro para el retiro. Pero es importante considerar que, un profesional ocupado con un contrato temporal perderá su capacidad de realizar aportaciones a su fondo de ahorro para el retiro derivado de los constantes periodos de desempleo.



Fuente: Elaboración propia con base en los resultados de ENOE 2005-2016.

Conforme a la Gráfica 10 se observa un ligero aumento cercano al dos por ciento, en el nivel de profesionistas en riesgo de dependencia durante el periodo de 2005 a 2016. Es preciso mencionar que el aumento más grande de profesionistas en riesgo de dependencia se encuentra durante los años de la crisis económica del 2008. Aunado a lo anterior, resulta preocupante que, hoy en día cerca del treinta por ciento de los profesionistas no cuentan con un fondo de ahorro para el retiro.

6.4 Riesgo de enfermedad sin acceso a servicios de salud

En México el derecho de acceso a los servicios de salud estaba únicamente destinado para la población trabajadora de acuerdo con la fracción XXIX del apartado A, en el artículo 123 constitucional. Es hasta 1987 cuando, en el artículo

4º constitucional, se manifiesta que toda persona tiene derecho a la protección de la salud (MAYER-SIERRA, 2007, p.147). Sin embargo, pasaron muchos años para que en México fueran desarrolladas las políticas públicas e infraestructura para que más personas ejercieran este derecho.



Fuente: Elaboración propia con base en los resultados de ENOE 2005-2016.

En términos de vulnerabilidad social, no tener acceso a servicios de salud públicos o privados, implica efectos negativos en los ingresos de los trabajadores, pues como ya se ha visto la mayoría de los profesionistas se encuentran en condición de pobreza por ingresos y enfrentar una enfermedad grave implica un gasto importante que afecta su situación económica. Por otro lado, en caso de que los profesionistas se encuentren en condición de vulnerabilidad por ingresos y enfrenten el costo económico de una enfermedad grave, caerán en la condición de pobreza por ingresos.

En la Gráfica 11, se observa que la población de profesionistas asalariados sin acceso a servicios de salud aumenta en dos puntos porcentuales, durante el periodo de 2005 a 2016 incluso el Informe de Desarrollo Humano de Naciones Unidas y el Informe 2014 de CONEVAL recomiendan mejorar el nivel de calidad y el acceso en la atención de los hospitales públicos de México.

6.5 Índice de vulnerabilidad social IVS

Robert Castel, manifiesta que la ausencia de protecciones sociales intensifica la condición de vulnerabilidad social en los trabajadores, pues estos quedan expuestos ante los riesgos sociales pues “todos los avatares colectivos para dominar la existencia se encuentran ausentes” (CASTEL, 2010, p.30). Además, la vulnerabilidad social es nutrida por las nuevas condiciones laborales de flexibilidad, ya que el mercado ha conseguido anular el acceso a los derechos laborales en pro de la inversión y el crecimiento económico.

El Índice de Vulnerabilidad Social (IVS) es una medida creada con el objetivo de observar el comportamiento de los niveles de vulnerabilidad social durante el periodo de 2005 a 2016 y se mide de cero a uno, en donde los valores cercanos a cero implican un nivel de vulnerabilidad social bajo y valores cercanos a uno manifiestan un elevado nivel de vulnerabilidad social. En la Gráfica 12, se observa que el nivel de flexibilidad laboral en México ha aumentado para los profesionistas y el resto de la población, aunque los profesionistas mantienen un nivel de vulnerabilidad social bajo de 2005 a 2016.



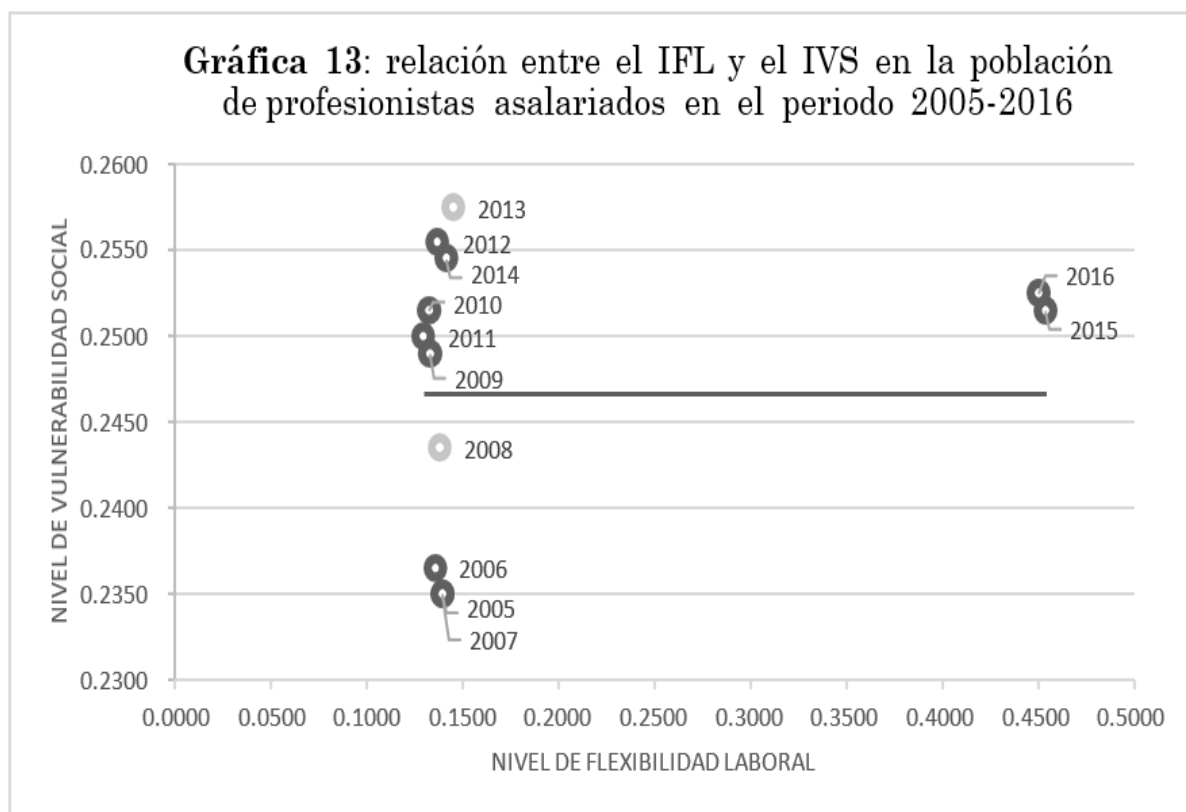
Fuente: Elaboración propia con base en los resultados de ENOE 2005-2016.

Entonces, el IVS permite observar que el nivel de vulnerabilidad social ha tenido un aumento constante y este nivel se eleva impulsado por las crisis económicas y por los cambios al marco jurídico laboral que anulan los derechos de los trabajadores a favor de incrementar los derechos del mercado, pues la reforma laboral aprobada en 2012 corresponde a la adopción de medidas proteccionistas posteriores a la recesión económica mundial del 2008, las cuales solo se han tomado a favor de los inversionistas y empleadores. Dicha actitud se ejecuta incluso sabiendo que, cuando la economía se debilita, tanto el gasto en la protección social, como el trabajo y las prestaciones laborales son los factores que ayudan a estabilizar la situación económica y social (STIGLITZ, 2014, p.67).

7 RESULTADO

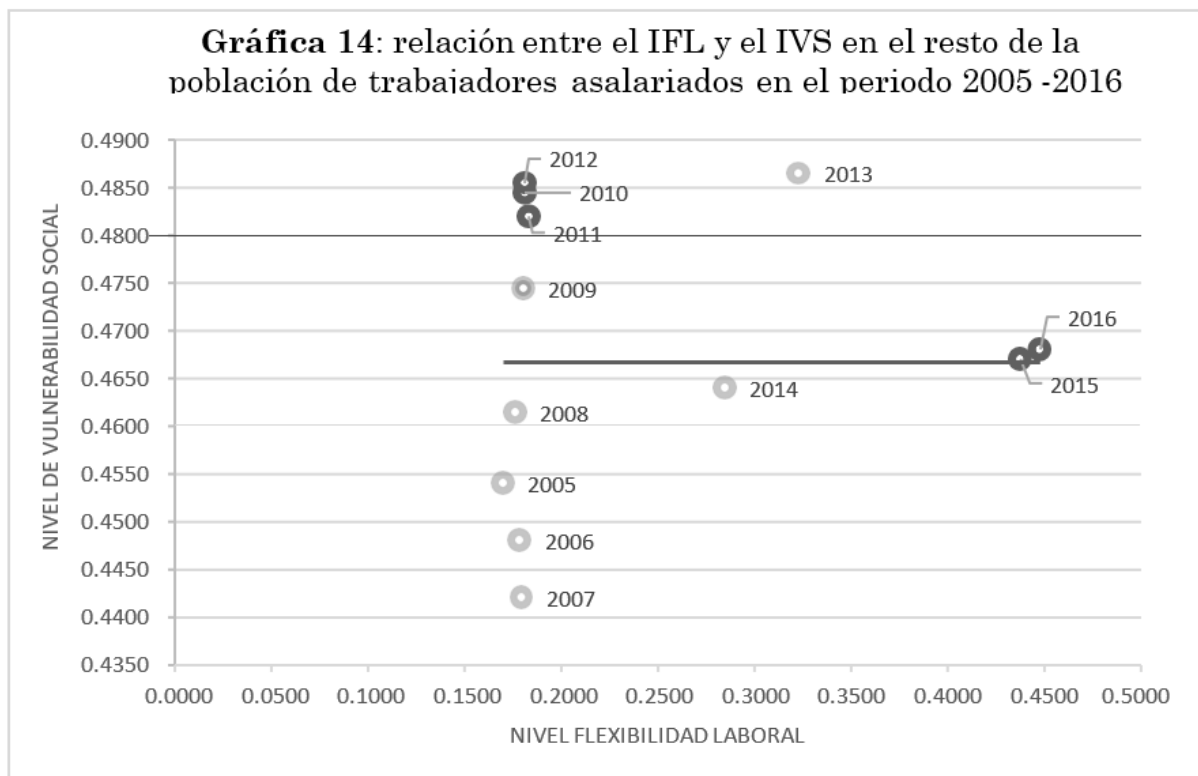
7.1 La flexibilidad laboral y la vulnerabilidad social, una relación de causa y efecto

Conforme a los resultados del IFL y el IVS, es posible asegurar que la flexibilidad laboral ha aumentado y por ende también la vulnerabilidad social y se confirma que la vulnerabilidad social se elevado ya que los ajustes legales en materia laboral respaldan la devaluación de la mano de obra durante las crisis económicas. Además, en las gráficas 13 y 14 es posible ver que el IVS aumenta después del año 2008, por lo que cabe mencionar que la vulnerabilidad social tiene una mayor relación con los efectos de las crisis económicas globales que dan la oportunidad de que los empleadores apliquen elementos de un mercado laboral flexible.



Fuente: Elaboración propia con base en los resultados de ENOE 2005-2016.

Así en México la crisis económica del 2008 y la reforma laboral del 2013 afectaron al mercado laboral, principal fuente de bienestar social, pues las crisis y los contratos temporales generan desempleo constante y prolongado, situación que arruina el presente de los trabajadores, pues el individuo pierde el control de su propia vida (KRUGMAN, 2012, p.12). Otro efecto desmoralizador del mercado laboral se encuentra en las pocas vías de acceso a las protecciones sociales, lo cual incrementa la vulnerabilidad social, pues la privatización del sistema de pensiones aumenta el riesgo de dependencia durante periodos de crisis económicas, aunque los servicios de salud hayan incrementado sus afiliados, aún queda mucho por hacer en materia de servicios de salud públicos.



Fuente: Elaboración propia con base en los resultados de ENOE 2005-2016.

A pesar de todo lo anteriormente expuesto, respecto a los efectos de las crisis globales y sus modificaciones al marco jurídico laboral, es necesario reconocer que en México los estudios superiores, son resistencia los efectos de la flexibilidad laboral en términos de vulnerabilidad social, lo cual implica que los profesionistas sean, en cierta medida, menos vulnerables ante los riesgos sociales.

Pero este trabajo no está dedicado a conocer las condiciones socioeconómicas de los profesionistas por que estos tengan derecho a vivir mejor que el resto de la población, sino porque se considera que todos debemos tener acceso a los mismos derechos y a una calidad de vida digna. Por lo que debemos considerar al empleo como el principal motor para la reducción de las desigualdades, garantizando el cumplimiento de los derechos laborales y la extensión de las protecciones sociales, como lo propone la Organización de las Naciones Unidas (ONU) en la Agenda 2030 para el desarrollo sostenible.

En conclusión y aunque de manera empírica, este trabajo demuestra que existe una relación de causa y efecto entre el IFL y el IVS, pero la pregunta sigue siendo ¿qué hacer en términos de política pública, para mejorar la calidad de vida de la población, desde cuando los derechos laborales ya no son un tema jurídico sino un tema de mercado?

Es fundamental dejar de ver a la política laboral como una política de libre mercado y comenzar a fundamentar las bases para que la política laboral se convierta en una estrategia de política social, pues para Montoro (1997) la política social corresponde a una iniciativa para solucionar las necesidades de la población (como se cita en Rubio, 2012), pero esta política social debe estar enfocada a la realización del derecho social de la ciudadanía y operar dentro de la estructura jurídico política (RUBIO, 2012). Para conformar una ciudadanía que ejerza sus derechos sociales, Alain Touraine (2013), apela al criterio de universalidad, en donde todos somos sujetos de un momento histórico y ese momento genera una conciencia común, ya que solo en el criterio de universalidad, las personas serán capaces de reconocerse como seres humanos portadores de los mismos derechos, en este sentido los indocumentados, los pobres, los afroamericanos, los reclusos, los indígenas o los homosexuales, pertenecen a realidades distintas, pero son portadores de los mismos derechos sociales o laborales, pues con base en el criterio de universalidad cada individuo defiende su identidad, bajo el valor de la igualdad (pp. 57-59).

Así, con base en el criterio de universalidad es posible que los trabajadores con estudios superiores y sin preparación académica se sientan sujetos de derechos y no de privilegios laborales ligados a su preparación académica. En síntesis, es importante que el marco jurídico laboral trascienda a la Ley Federal del Trabajo y al artículo 123 constitucional, para que se apliquen los derechos humanos laborales establecidos, no con el fin de revertir el crecimiento

económico, sino con el afán de evitar la continua devaluación de lo único que posee la población trabajadora, su fuerza de trabajo.

REFERENCIAS

ARANCIBIA, F. 2011. **Flexibilidad laboral: elementos teóricos-conceptuales para su análisis**. Revista ciencias sociales. Numero 26. pp.39-55. 2011.

BASANTA, J. El salario. en Buen, N. y Morgado, E. (coord.), **Instituciones de derecho del trabajo y de la seguridad social**. México. UNAM. pp. 445-470. 1997.

BANYULS, J. **Economía laboral curso 2008-2009**. Recuperado de <https://www.uv.es/ecolab/elab/0809ecolab-esq234c.pdf>. 2009.

BENSUNSÁN, G. y MIDDELBROOK, K. **Sindicatos y política en México: cambios continuidades y contradicciones**, México, CLACSO-UAM-X. 2013.

BENETI, C. BIDARD y C. KLIMOVSKY, E. **Capital, salario y crisis: Un enfoque clásico**. Ciudad de México, México. UAM y Siglo XXI editores. 2014.

CAMBEROS, M. y BRACAMONTES, C. Los mercados laborales mundial y mexicano: efectos de la crisis. en M.L Ampudia y M. (coord.), Camberos. **Mercado laboral: ocupación, salarios e informalidad**. pp. 43-66. Juárez. UACJ. 2016.

CARRILLO, J. J. **Maquiladoras en México. Breve recorrido histórico**. Comercio Exterior, vol. 55 enero. pp. 668-681. 2005.

CARRILLO, J. J. **La transformación del proyecto constitucional mexicano**. Política y Cultura, Universidad Autónoma Metropolitana. Numero 33 primavera. pp. 107-132. 2010.

CASTEL, R. **Las metamorfosis de la cuestión social, una crónica del salariado**. Buenos Aires. Paidós. 2002.

CASTEL, R. **El Ascenso de las incertidumbres: Trabajo, protecciones estatuto del individuo**. Buenos Aires. FCE. 2010.

CENTRO DE ESTUDIOS DE LAS FINANZAS PÚBLICAS. Evaluación de los primeros resultados de la reforma laboral. México. Cámara de Diputados. 2015.

CONSEJO NACIONAL DE EVALUACIÓN DE LA POLICÍA SOCIAL. Informe de evaluación de la política de desarrollo social en México 2014, México. CONEVAL. 2015.

CONSEJO NACIONAL DE POBLACIÓN, Índice absoluto de marginación 2000-2010. México. CONAPO. 2013.

CZARNECKY, L. La concepción de pobreza en el modelo neoliberal, ¿Cómo entender la lucha contra la pobreza en México?. Frontera norte. Vol. 25. (49), pp.179-191. 2013.

LORIA, E. RAMIREZ, E. y SALAS E. La ley de Okun y la flexibilidad laboral en México: un análisis de cointegración 1997Q-2014Q. Contaduría y administración. Vol. 60. (3), pp. 631-650. 2015.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS. Informe Regional sobre el Desarrollo Humano para América Latina y el Caribe: Progreso multidimensional: bienestar más allá del ingreso, Nueva York, PNUD.2015.

HARVEY, D. La condición de la posmodernidad: Investigación sobre los orígenes del cambio cultural. Buenos Aires. Amorrortu editores. 1990.

HARVEY, D. Breve historia del neoliberalismo. Madrid. Ediciones Akal SA. 2005.

IBARRA, A. y GONZALEZ L. La flexibilidad laboral como estrategia de competitividad y sus efectos sobre la economía, la empresa y el mercado de trabajo. Contaduría y administración. mayo-agosto (31), pp. 33-52. 2008.

JIMENEZ, J. El salario en el marco de la flexibilidad laboral, Revista de la facultad de ciencias jurídicas, Vol.9, (8), pp. 147-157. 2003.

LEAL, G. Reforma al IMSS: debacle sanitaria y pensionaria. La jornada, Recuperaod de <http://www.jornada.unam.mx/2015/08/01/opinion/015a1pol>. 2015.

LEITE, M. **El trabajo y sus reconfiguraciones: Las nuevas condiciones de trabajo discutidas a partir de concepto y realidades.** Revista latinoamericana de estudios del trabajo, Numero 21 1º semestre 2009. pp.7-33. 2009.

MARTINEZ, R. y SOTO, E. **El consenso de Washington: la instauración de las políticas neoliberales en América Latina.** Política y cultura. Numero 37. pp.35-64. 2012.

MORA, M., y OLIVEIRA, O. **Las vicisitudes de la inclusión laboral en los albores del siglo XXI: trayectorias ocupaciones y desigualdades sociales entre los jóvenes profesionistas mexicanos.** Estudios sociológicos. vol. XXX (88). pp. 3-43. 2012.

PALLEY, T. **Economía y economía política de Friedman.** Investigación económica, Vol. LXXIII (288). pp. 3-37. 2014.

NACIONALIZAÇÃO OU REFORMISMO NEOLIBERAL: A PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA BOLÍVIA DE EVO MORALES ^{128 129}

Sergio Alejandro Dorfler Bustamante ¹³⁰

INTRODUÇÃO

Na esteira das discussões apresentadas em torno dos processos de transformação político-econômica na região da América Latina e do Caribe desde inícios do século XXI, o Estado Plurinacional da Bolívia, instituído em 2009, sobressai como um caso digno de análise detalhada. Vista como um dos experimentos de mudanças políticas, econômicas e sociais mais incisivos do continente durante o período da chamada “onda progressista”, a Bolívia chamou a atenção da comunidade internacional a partir do momento em que decide, com a promulgação do Decreto 28.701, de 1º de maio de 2006, iniciar a recuperação estatal sobre os recursos naturais do país (CUNHA FILHO, 2016, p. 145).

Mediante o decreto supracitado, o Estado boliviano declara dar início a um processo de retomada de sua soberania, levado a cabo através da nacionalização das reservas e jazidas de recursos naturais de seu território - destaque para o setor estratégico de gás natural, principal fonte de rendimentos do governo desde a segunda metade do século XX. Em complemento à nacionalização, decretou-se, também, a “reestatização” das empresas transnacionais de capital privado que

¹²⁸ Uma primeira versão deste trabalho foi apresentada no SPG20 – “Entraves Político-Econômicos ao Desenvolvimento (e à Democracia) na América Latina e no Brasil” do 44º Encontro Anual ANPOCS.

¹²⁹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

¹³⁰ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA) do Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília (ELA/UnB). sergiodorfler@gmail.com

operavam no país à época. De cunho inegavelmente nacionalista, as medidas implementadas logo nos primeiros meses da administração de Evo Morales provocaram um mal-estar geral nos investidores internacionais; ao mesmo tempo que foram motivo de festejo pelos setores sociais populares/indígenas que viram, pela primeira vez, parte de suas reivindicações históricas contempladas.

Tomando como base o ano de 2006, o presente trabalho elabora alguns apontamentos sobre o projeto de transformação do modelo econômico boliviano durante os três mandatos do MAS (2006-2019). Cabe ressaltar que o espaço de que se dispõe aqui não bastaria para contemplar semelhante objeto de forma holística. Sendo assim, por questão de sua importância central e estratégica para o projeto econômico alternativo, a dimensão a ser trabalhada será a instrumentalização da nacionalização dos recursos naturais – sobretudo do gás - e da reestatização para promover o desenvolvimento econômico alternativo, em lugar do modelo capitalista neoliberal que imperou no país andino até o ano de 2005 (BARBOSA DOS SANTOS, 2018).

Ao longo das linhas que se seguem, buscar-se-á apresentar interpretação que vai na contramão do senso comum respeito à opinião de que as reformas promovidas no interior do Estado Plurinacional da Bolívia – já desde seus últimos anos como República da Bolívia -, significaram a remodelagem de sua estrutura econômica. Pelo contrário, tal como afirmam autores como Webber (2016), Krommes-Ravnsmed (2018) e Andreucci (2016), para citar alguns, apesar de sua proposta inovadora, o plano de reestruturação transformadora, plasmado nas linhas estratégicas do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND) de 2007, não foi levado adiante.

Decorreria disso que a já mencionada reapropriação dos recursos naturais pelo poder estatal permaneceu como a medida mais radical do período. Defende-se, na verdade, que a administração de Evo Morales pressionou a matriz produtiva na direção de perpetuar o muito criticado modelo de exportações primárias, e

inibiu o desenvolvimento via industrialização de setores como gás, petróleo e minérios, bem como a diversificação produtiva.

A fim de dar sustentação à afirmação anterior, o seguinte encadeamento lógico é proposto para o nosso artigo: (i) na primeira seção irá se tratar de alguns pontos fundamentais do PND de 2007, abordando sua proposta transformadora, que passava pela instituição de um modelo de economia anticolonial e anti-neoliberal, e pela explicação de como a nacionalização de hidrocarbonetos e sua administração pelo Estado capitanearia dita transição. (ii) Posteriormente, passamos à apresentação da real dinâmica produtiva da economia boliviana, dando destaque aos efeitos da nacionalização e da reestatização, não podendo deixar de fazer menção às novas relações com as empresas transnacionais, ao tempo em que se apresentam alguns indicadores sociais para ilustrar o sucesso econômico circunstancial. (iii) Em um terceiro momento analisam-se as dimensões política e discursiva do projeto de transformação da economia boliviana, reforçando a tese de que a pressão sobre a matriz produtiva, ao possibilitar ao Estado se apropriar da renda do setor extrativista, permitiu a consolidação do modelo de desenvolvimento neoliberal de que se tanto se tentou escapar.

2. O PLANO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E A “NOVA” ECONOMIA BOLIVIANA

De população maioritariamente auto identificada como indígena, mais de 60% em 2006, a Bolívia foi refém desde o período de independência de um padrão de desenvolvimento sustentado na produção de bens primários e commodities, destinados à exportação. Inicialmente orientada à agroexportação, o modelo de exportação primária do país ganhou um novo vigor com a descoberta de jazidas de minerais como o zinco na segunda metade do século e,

principalmente, com o início das explorações de gás e petróleo em larga escala a partir da década de 1950¹³¹.

Embora de enorme proeminência estratégica para permitir assegurar certo nível de soberania produtiva – apesar desta não ter ocorrido de fato –, a dependência da matriz produtiva nacional no setor de hidrocarbonetos tornou-se cada vez mais acentuada e passou a refletir a incapacidade dos diversos governos bolivianos de promover a industrialização efetiva do setor e, conseqüentemente, diminuir o fluxo de exportações de bens primários e usar os lucros para diversificar os setores econômicos que gerassem rendimentos ao Estado. A industrialização e a diversificação, colocadas dessa forma, seriam fatores-chave para elevar as condições de bem-estar da população boliviana, que, em 2006, contava com 59,9% da sua população em condição de pobreza extrema, e 37,7% por baixo da linha da pobreza¹³².

Alavancado por uma campanha em que se comprometia a superar o cenário de gritante desigualdade socioeconômica, que se acentuou a inícios dos anos 2000 no país e provocou embates de grandes proporções nas ruas como a Guerra da Água (2000) e a Guerra do Gás (2003), o partido do Movimento ao Socialismo (MAS) vence as eleições de dezembro de 2005 e vê o líder popular cocaleiro Evo Morales assumir a presidência. No intuito de consolidar o apoio dos diversos setores populares que se uniram em torno a ele – sindicalistas, populações originárias, camponeses, cocaleiros, mineradores, as esquerdas política e acadêmica –, o presidente declara que iria pôr fim aos séculos de colonialismo e pilhagem a que as gestões passadas submeteram o país.

¹³¹ A exploração de gás data pelo menos da década de 1930, mas as jazidas exploradas à época foram perdidas para o Paraguai durante a Guerra do Chaco (1932-1935).

¹³² Dados retirados de base de dados da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Disponível em < https://cepalstat-prod.cepal.org/cepalstat/tabulador/ConsultaIntegradaProc_HTML.asp>.

Nasce assim, em 1º de maio de 2006, o Decreto Supremo Nº 28701 “Héroes del Chaco” que dá início ao processo de recuperação estatal do gás e dos demais hidrocarbonetos, uma vez que determina que ao Estado passam a caber a propriedade, a posse, e o controle total e absoluto desses recursos (REPÚBLICA DE BOLÍVIA, 2006, p. 3-4). Ao mesmo tempo, é assertivo ao comunicar às empresas estrangeiras que operam no país que, a partir da data de promulgação do decreto, estas deveriam entregar toda a produção de gás, petróleo e derivados à empresa *Yacimiento Petrolíferos Fiscales Bolivianos (YPFB)*, a estatal responsável pelo setor de extração de hidrocarbonetos no território nacional¹³³.

Ainda sobre isso, não foi somente a gestão sobre esses recursos naturais não renováveis que se viu alterada. Em linha semelhante, o Executivo da Bolívia estipulou, no mesmo dispositivo, que a sua empresa estatal passaria a controlar as demais empresas do setor – que eram nacionais, mas cujo capital havia sido privatizado em gestões passadas – ao nacionalizar as ações necessárias para que a YPFB controlasse como mínimo o 50% mais 1 das empresas do setor (Ibidem, p. 5). Com esses dois movimentos – controle soberano sobre recursos e sobre as empresas do setor – o Estado boliviano começava a criar um novo ambiente econômico, favorável para impulsionar seu projeto sócio-político e econômico.

O segundo grande dispositivo que viria a complementar o decreto supremo foi o Plano Nacional de Desenvolvimento *Bolívia Digna, Soberana, Productiva y Democrática para Vivir Bien*¹³⁴, de 2007. Dentre os vários objetivos traçados como estratégicos para o governo no PND, dois são considerados críticos: a)

¹³³ Às empresas que já se encontravam realizando operações de extração em jazidas não se lhes proibiu continuar com as mesmas. Não obstante, uma vez promulgado o decreto 28.701 de 2006, sua continuidade no setor bem como sua própria presença no país se viram condicionadas pela aceitação de uma série de requisitos que o governo boliviano passou a estipular, como observar a legislação ambiental, renegociar contratos individualmente com o poder Legislativo e cumprir outras exigências legais e constitucionais.

¹³⁴ Para uma discussão aprofundada sobre o Plano Nacional de Desenvolvimento, suas diretrizes, objetivos e resultados, ver CUNHA FILHO e SANTAELLA GONÇALVES (2010).

contribuir com a transformação do país ao dismantelar o modelo de desenvolvimento derivado do colonialismo e do neoliberalismo; e b) promover a construção de um padrão de desenvolvimento diversificado e integrado (MINISTERIO DE PLANIFICACIÓN DEL DESARROLLO, 2007, p. 98-100).

A estratégia para a transformação produtiva se daria pela articulação entre os três grupos de setores que compõem a matriz produtiva do país (PAZ; RAMÍREZ-CENDRERO, 2016, p. 7), a saber:

1. Setores estratégicos – hidrocarbonetos, mineração, energia elétrica e recursos naturais geradores de excedente. Esses setores são de capital intensivo e o Estado deve participar via companhias públicas na produção, no controle e na distribuição dos rendimentos. Aqui a participação do capital privado deve ser regulada pelo Estado;
2. Setores que geram emprego e renda – agricultura, manufatura, turismo e mercado imobiliário. Aqui as atividades são de trabalho intensivo e contribuem com o desenvolvimento equilibrado e com o setor social ao criar um tecido produtivo denso e coeso;
3. Setores transversais – infraestrutura (transporte e telecomunicações) e suporte para serviços produtivos (financeiros e tecnológicos). O Estado deve promover estes setores.

Sem deixar de dar destaque próprio a cada um dos grupos de setores da economia, o próprio PND, ao mesmo tempo em que reforça a necessidade da diversificação da matriz produtiva, não deixa de colocar o protagonismo do processo de transformação nos setores estratégicos, sobretudo no setor de hidrocarbonetos, no de mineração e no de energia elétrica. Para se ter uma ideia melhor do grau de fixação e importância que o governo do MAS nutre respeito ao potencial da economia extrativista, destaca-se o seguinte trecho:

O Setor de Hidrocarbonetos se torna o motor estratégico da economia ao gerar excedentes e divisas que impulsionam o desenvolvimento produtivo nacional a partir da exploração e da produção, da geração de valor agregado e da industrialização desses recursos naturais, priorizando o fornecimento de hidrocarbonetos para o mercado doméstico (especialmente gás natural, impulsionando a mudança na matriz energética), o que também propiciará o desenvolvimento de outros empreendimentos produtivos. Devido à sua localização geográfica, a Bolívia se consolidará como centro de distribuição de hidrocarbonetos no cone sul da América Latina, através da expansão e diversificação de gasodutos, tornando-se referência regional de preços, diminuindo sua dependência externa e aumentando sua capacidade de estabelecer melhores condições de volumes e preços de exportação captando maiores receitas em favor do Estado (MINISTÉRIO DE PLANIFICACIÓN DEL DESARROLLO, 2007, p. 115)¹³⁵.

Ao mesmo tempo, autores como Cunha Filho (2016) indicam que a indução da industrialização nacional, processo necessário ao novo modelo de desenvolvimento, passaria pela atribuição de um papel ativo ao Estado que, a partir do controle direto sobre os setores estratégicos geradores de excedentes, bem como sobre os setores transversais, seria capaz de redistribuir seus rendimentos de forma equânime entre a sociedade. Gerando emprego, promovendo a segurança social e diminuindo a desigualdade socioeconômica, preocupações que não figuravam entre os objetivos da agenda neoliberal.

Adotando linha semelhante, Webber (2016) aponta que o Estado, dentro dessa visão de um desenvolvimento integrado, produtivo, industrializado e diversificado, desempenharia um papel central na transição entre modos de

¹³⁵ Lê-se no original: “El Sector de Hidrocarburos se convierte en el motor estratégico de la economía al generar excedentes y divisas que impulsen el desarrollo produtivo nacional a partir de la exploración y producción, la generación de valor agregado y la industrialización de estos recursos naturales, priorizando el abastecimiento de hidrocarburos al mercado interno (especialmente de gas natural, impulsando el cambio de la matriz energética), lo que también propiciará el desarrollo de otros emprendimientos productivos. Por su localización geográfica, Bolivia se consolidará como centro distribuidor de los hidrocarburos en el cono sur de Latinoamérica mediante la ampliación y diversificación de los gasoductos, constituyéndose en un referente regional de precios, disminuyendo su dependencia externa e incrementando su capacidad para establecer mejores condiciones de volúmenes y precios de exportación captando mayores ingresos a favor del Estado”.

acumulação, gerenciando a extração de recursos naturais de modo que os amplos objetivos estratégicos de desenvolvimento se provem, em definitiva, atingíveis. Sobre isso, indica-se que o padrão de desenvolvimento avançado pelo MAS destina um papel central para o Estado e para os hidrocarbonetos, e advoga pela expulsão das corporações transnacionais do centro da atividade econômica no setor. Esse padrão também buscaria se sobrepor à orientação exportadora que predominou no passado, priorizando, por sua vez, a oferta interna de produtos de maior valor agregado. Todavia, a manutenção da centralidade dos hidrocarbonetos para o desenvolvimento estratégico denota elementos de continuidade entre o modelo proposto pela equipe de Evo Morales e o modelo tradicional de exportações primárias (PAZ; RAMÍREZ-CENDRERO, 2016).

Apresentado o terreno e as condições sobre os quais a expansão e o desenvolvimento econômicos do país deveriam partir, passa-se à seguinte seção onde iremos analisar os efeitos das mudanças postas pelo novo marco normativo boliviano em termos da sua matriz produtiva.

3. DEPOIS DA NACIONALIZAÇÃO, UM NOVO MODELO... NEOLIBERAL?

Passados mais de treze anos desde a chegada do MAS ao poder na Bolívia é possível fazer um balanço retrospectivo sobre as principais conquistas das gestões do partido de base popular e afirmar que, a depender do prisma sobre o qual olharmos para o país hoje em dia, apontar para um fracasso em termos de atingir os objetivos propostos a longo prazo não seria um exagero. A que se deve tal afirmação? Pensando em termos dos dois objetivos cruciais que o plano de desenvolvimento delimitou para a economia boliviana, é nítido que as reformas avançadas pela administração pública não se deram em conformidade com o estipulado.

Embora o presidente Morales tenha se comprometido a acabar com o período de pilhagem do território do país andino ao industrializar e diversificar a economia, suas políticas públicas, na verdade, intensificaram o padrão de exportação primária. Se bem é verdade que houve um esforço para ampliar as cadeias de valor de outros setores que não o da extração de recursos naturais não renováveis - caso do setor de manufaturas-, que apresentou notável crescimento na última década, em termos de valor e participação percentual respeito ao PIB; os setores extrativos, de hidrocarbonetos e minerais, graças à sua alta rentabilidade, à sua rápida absorção pelo mercado e à continua demanda, permanecem como o bastião da economia boliviana (MARTÍNEZ ERADES, 2017, p. 215).

Na figura 1 é possível observar a taxa média de crescimento anual dos diversos setores em comparação com a taxa média de crescimento do PIB para o período de 2006 a 2015. É interessante perceber que após dez anos desde que o governo boliviano deu início a sua estratégia de diversificação produtiva, o setor estratégico – indústria extrativa e energia – continua apresentando taxa de crescimento superior a setores como o da indústria manufatureira e de serviços.

Tabela 1 – Taxa média de crescimento setorial 2006-2015.

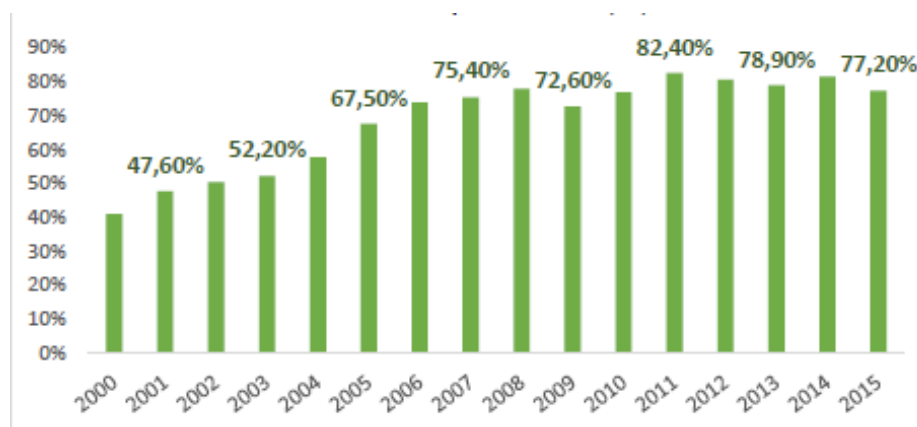
PIB a precios de mercado	5,04
Agricultura, silvicultura, caza y pesca	2,97
Industrias extractivas: minería e hidrocarburos	6,09
Industrias manufactureras	4,84
Electricidad gas y agua	5,63
Construcción y obras públicas	8,99
Servicios	5,51
- Servicios Financieros	11,23
IVA y otros Impuestos Indirectos	7,71

Fonte: MARTÍNEZ ERADES, 2017, p. 218

A predominância dos produtos primários na matriz produtiva boliviana fica ainda mais evidente quando paramos para analisar a participação dos setores estratégicos no volume total das exportações do país:

“Lejos de aumentar las exportaciones de bienes con mayor valor agregado, los productos primarios han aumentado su peso sobre el total de exportaciones en la última década. Así los productos primarios han pasado de un promedio de 78,4% del total de exportaciones entre 1997 y 2005 a un promedio de 94,2% entre 2006 y 2014. En 2014, los productos primarios representaron un 96,4% del total exportado. Entre los productos primarios es de destacar el gas, que como porcentaje del total exportado ha pasado de registrar un promedio de 14,3% entre 1997 y 2005, a suponer un 45% de las exportaciones entre 2006 y 2014” (CEPAL, 2015 apud MARTÍNEZ ERADES, 2017, p. 311, tradução nossa).

**Gráfico 1 – Exportações de minerais e hidrocarbonetos
sobre o valor total das exportações (%) 2000-2015**



Fonte: MARTÍNEZ ERADES, 2017, p. 311

Das novas dinâmicas estabelecidas com a inauguração do *proceso de cambio* boliviano, e, provavelmente o impacto mais concreto trazido pelo dispositivo do Decreto Supremo 27.081, há se de colocar a reconfiguração das regras de relacionamento a serem consideradas entre o Estado boliviano e as empresas transnacionais que operavam no país, as que ainda operam, e futuras empresas que detenham intenção de ingressar no circuito do setor extrativista.

Em seção anterior foi mencionado que o decreto presidencial de 1º de maio de 2006 determinou a aquisição de ações das empresas de capital privado

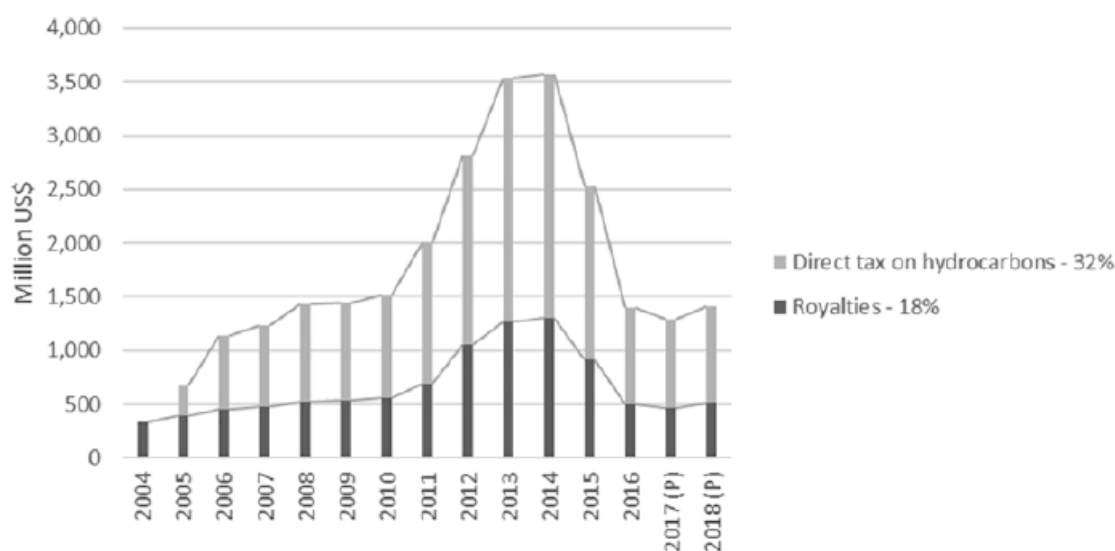
responsáveis por operar no setor estratégico dos hidrocarbonetos, permitindo, assim, que a YPF pudesse comandar a ação das mesmas. Do jeito que o texto do decreto coloca, dá-se a entender que o Estado expropriaria as corporações transnacionais em território boliviano que não concordassem com as novas condições e requisitos legais estabelecidos. O que se constata na realidade é que até o final de 2006, das 17 empresas petrolíferas que atuavam no ciclo de extração e comercialização do setor nenhuma deixou o país (KROMMES-RAVNSMED, 2018, p. 71).

Na verdade, em decorrência do novo marco legal, as empresas transnacionais passaram a operar dentro da lógica de dois novos tipos de contratos: de migração ou de serviço. A primeira modalidade diz respeito aos contratos assinados em outubro de 2006 pelas empresas transnacionais operantes na Bolívia que se dispunham a aceitar as condições impostas pelo decreto presidencial. O que ocorreu na prática foi que dos 44 contratos em vigor entre a administração pública e as empresas transnacionais antes da nacionalização – 36 dos quais envolviam a exploração em áreas com reservas descobertas pelas próprias companhias e onde elas já estavam operando -, todos foram renovados mediante a assinatura de contratos de migração (PAZ; RAMÍREZ-CENDRERO, 2016, p. 9). Aqui as transnacionais concordaram com um reajuste considerável nos encargos que pagariam ao Estado: 18% em *royalties* e 32% em Imposto Direto sobre Hidrocarbonetos (IDH). Em outros termos, 50% do valor obtido com a venda de qualquer volume de hidrocarbonetos extraídos em território boliviano deve ser repassado aos cofres públicos (KROMMES-RAVNSMED, 2018; PAZ; RAMÍREZ-CENDRERO, 2016)¹³⁶.

¹³⁶ Esses ajustes já estavam previstos na nova Lei de Hidrocarbonetos de 2005, formulada durante a gestão de Carlos Mesa em meio à um período de convulsão social em que as reivindicações de diversos setores da população convergiam na ideia de que o Estado deveria retomar o controle sobre suas reservas de recursos naturais e redistribuir a riqueza obtida mediante participação no setor extrativista para diminuir a desigualdade estrutural no país.

Não obstante as críticas passíveis de serem feitas à idoneidade do processo de nacionalização, os moldes sobre os quais este foi conduzido permitiram promover um maior controle estatal sobre a cadeia produtiva do gás e dos minerais. Por consequência, o governo garantiu que uma porção significativamente maior dos rendimentos obtidos permanecessem não só no país – pois as transnacionais enviariam menos remessas às suas matrizes -, mas na condição de recursos do Estado que poderiam ser destinados à população através de políticas públicas (CUNHA FILHO, 2016).

Gráfico 2 - Renda dos hidrocarbonetos na Bolívia



Fonte: KROMMES-RAVNSMED, 2018

Já sobre os contratos de serviço, os mesmos determinavam que qualquer companhia estrangeira que quisesse explorar e extrair recursos de novas áreas onde não se estivesse operando, conforme estipulado pelo decreto de 2006, deveria se associar com a estatal boliviana YPF, responsável pelo setor, formando *joint ventures*. Um ponto importante para diferenciar ambos contratos é explicitar que: enquanto as empresas transnacionais que operavam sob contratos de migração mantinham controle efetivo sobre suas operações nos poços, as *joint*

ventures permitem à YPFB participar das operações de exploração, perfuração e produção – além de sua já tradicional responsabilidade de refinamento e comercialização – ao tempo em que permite o desenvolvimento de suas capacidades produtivas e tecnológicas (PAZ; RAMÍREZ-CENDRERO, 2016, p. 9).

O fato de o Estado boliviano não conseguir se ocupar, por falta de capacidade de sua estatal, do processo completo de extração de hidrocarbonetos das áreas já exploradas, permite a continuidade e, mais ainda, o reforço da condição de dependência da economia boliviana de investimentos estrangeiros diretos (IED). Longe de avançar no sentido do modelo econômico alternativo proposto inicialmente, que buscava estabelecer uma economia produtiva, integrada, diversificada e industrializada, definida como “economia plural”¹³⁷ a partir de 2009, a matriz produtiva do Estado Plurinacional da Bolívia pouco se alterou em quase 15 anos.

Mesmo tendo diante de si marcos legais criados pela própria administração do MAS, que estipulavam a transição rumo a um novo modelo de desenvolvimento apoiado na diversificação produtiva, o Estado boliviano se mostrou não só incapaz, como resistente a adotar um novo padrão econômico que promovesse o afastamento gradual da acumulação via extração de recursos naturais. E, ainda, aproveitasse o potencial dos setores estratégicos –

¹³⁷ A proposta de economia plural, edificada na Constituição Política do Estado (CPE) de 2009, é uma proposta específica do Estado Plurinacional da Bolívia. Trata-se da formulação política de um acordo pactuado entre sujeitos sociais que recupera quatro formas de organização econômica, reivindicadas por quatro grupo sociais politizados durante o processo constituinte, a saber: estatal, comunitária, social-cooperativa e privada. Os sujeitos sociais que se identificam com essas formas são os empresariais, comunitários, associações e o governo. O modelo da economia plural buscava o protagonismo equilibrado das quatro formas de organização econômica, entendendo que o modelo de desenvolvimento pré-constituinte, que garantia ao Estado o protagonismo na condução da economia a partir dos excedentes gerados por empresas capitalistas extratoras de recursos naturais, deveria ser nada mais do que um modelo de transição rumo à verdadeira pluralidade que deveria caracterizar a matriz produtiva boliviana (VACAFLORES, 2017).

hidrocarbonetos, minerais, energia elétrica – para industrializar o país, gerar mais empregos de melhor qualidade e estimular a expansão do mercado interno.

Em vez de seguir por esse caminho, o governo de Evo Morales optou por se ater ao extrativismo, modo de produção econômica característica dos países da América Latina a partir da virada do século XXI. O extrativismo é definido como um tipo particular de apropriação de recursos naturais caracterizado por grandes volumes removidos e/ou alta intensidade, aonde a metade ou mais desses recursos são exportados como matérias-primas, sem receber processamento industrial ou com processamentos limitados (GUDYNAS, 2016; ANDREUCCI, 2016).

A insistência na produção extrativista como eixo para a construção da economia plural se explica a partir de duas circunstâncias. A primeira relaciona, principalmente, a manutenção do extrativismo com o alto preço internacional dos *commodities*, cujo tendência ascendente se manteve estável no período entre 2003 e 2014. Já o outro fator que empurrou em direção a não diversificação da matriz produtiva em prol da intensificação da dependência de exportação de matérias-primas está relacionado a questões de natureza pragmática.

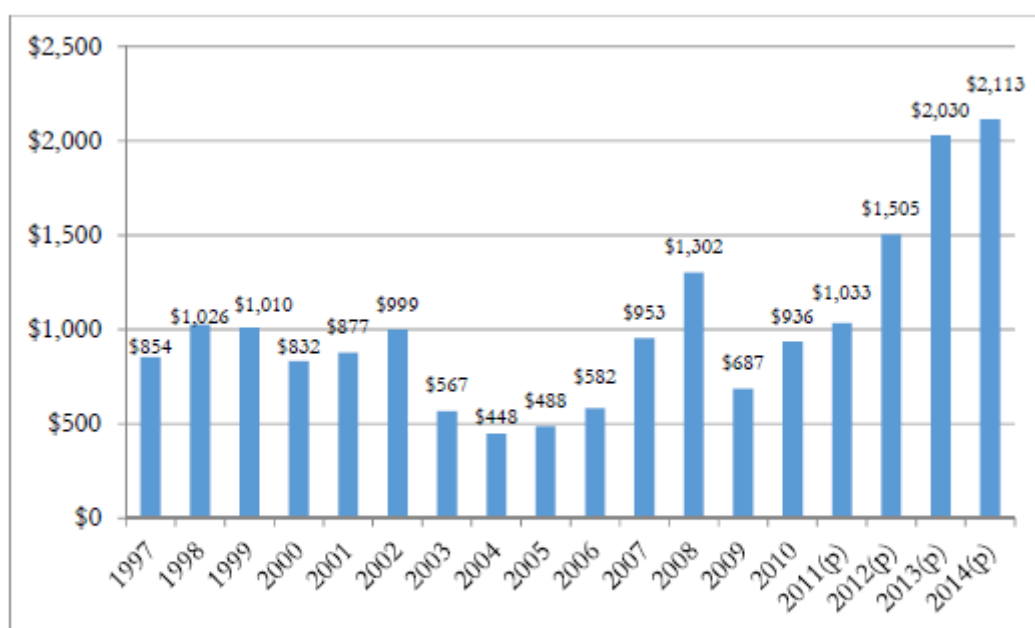
Em um cenário de alta de preços de produtos primários, o governo do MAS na Bolívia viu com bons olhos aproveitar a oportunidade, para promover o setor extrativista e aumentar seu volume de exportações. A título de explicação, pode-se considerar que respeito ao Brasil e a Argentina, respectivamente o primeiro e o segundo compradores de gás do Estado plurinacional, não seria conveniente escoar parte da produção destinada a esses países e redirigí-la ao mercado interno.

De modo semelhante, quando da época em que se decretou a nacionalização dos hidrocarbonetos e a compra das ações das transnacionais, caso a administração pública tivesse optado por realizar a expropriação do capital das empresas que operavam no país, teria colocado ante si obstáculos externos que impediriam o país de alcançar um dos objetivos essenciais do PND: dismantelar o modelo econômico de dependência colonial e neoliberal. Para obter sucesso

nessa missão, seria necessário ao país andino afastar-se dos Estados Unidos da América, em decorrência da natureza de subordinação que marcava as relações entre ambos os países. O principal método encontrado para romper com a dependência respeito aos EUA seria através da diversificação do número de parcerias da Bolívia no âmbito internacional.

Estratégia de alto risco por promover o afastamento senão de um dos, do seu principal parceiro econômico no século XX e pelo estado de incerteza que o decreto presidencial de 1º de maio de 2006 havia provocado nos investidores estrangeiros, a procura por diversificar parceiros foi um relativo sucesso, ao menos em termos de conseguir captar financiamento para obras de infraestrutura e incentivo à industrialização. Mesmo que esta postura tenha sido influenciada em certa medida por fatores ideológicos de cunho anticapitalista, o foco do afastamento e da diversificação obedecia a questões de natureza pragmática – perguntava-se como arrecadar mais e manter essa renda para o Estado (CUNHA FILHO, 2016, p. 150).

Gráfico 3 - Investimento Estrangeiro Direto Bruto (em milhões de USD)



p: preliminar

Fonte: CUNHA FILHO, 2016

4. O “PROCESO DE CAMBIO” ECONÔMICO, UMA ANÁLISE POLÍTICO-DISCURSIVA

Para além das explicações e comentários tecidos pontualmente ao longo das seções até aqui apresentadas, considera-se mais do que cabível afirmar a esta altura que a Bolívia, pelo menos até o presente momento, não foi capaz de manifestar o potencial transformador de sua economia. Tendo, na verdade, longe de diversificá-la e de industrializá-la para dar maior solidez à matriz produtiva, agravado o modelo de desenvolvimento voltado para a exportação de produtos primários, gás principalmente.

Nesta seção, em lugar de priorizar a dimensão quantitativa da realidade econômica boliviana durante as gestões conduzidas pelo MAS, dedicamo-nos à tarefa de abordar a dimensão política da transformação econômica malsucedida do país. Assim, discutem-se as pretensas intenções iniciais de Evo Morales e seu partido para o país em termos de desenvolvimento econômico, possíveis fatores que influíram diretamente para a “decisão” de manter a economia dependente e não promover a industrialização, ao tempo em que se lança mão do conceito de “revolução passiva” como mecanismo explicativo para a situação de transformação inconclusa vivida pelo Estado Plurinacional da Bolívia.

Concluídas as eleições de 2005, que deram a vitória a Evo Morales, esperava-se que o recém-eleito governo do MAS promoveria uma série de mudanças estruturais, uma vez que o partido havia conseguido articular em torno de si o apoio de diversos setores populares e indígenas esgotados pela exacerbada desigualdade socioeconômica no país. Para esses grupos marginalizados, que representavam a maioria da população, a vitória do Movimento ao Socialismo significava a sobreposição do princípio da justiça social¹³⁸ sobre a justiça de

¹³⁸ Por justiça de mercado se entende a distribuição do resultado da produção de acordo com a avaliação pelo mercado dos desempenhos individuais dos envolvidos. Por sua vez, a justiça social se refere a concessões coletivas de honestidade, equidade e reciprocidade, concede direitos a um nível mínimo de vida, independentemente do desempenho econômico e da

mercado. Não só a ideia de justiça social tomava conta do discurso político no território boliviano, como, do ponto de vista do mercado, a possibilidade de concessões de justiça social tomarem a esfera do poder do Estado através de uma maioria democrática constituía um perigo iminente, pois ameaçava o funcionamento do modelo produtivo neoliberal vigente (STREECK, 2012, p. 54-55).

Ainda que o *proceso de cambio*, iniciado em 2006, e reforçado com a proclamação do Estado Plurinacional da Bolívia em 2009, tenha avançado consideravelmente em matéria de igualdade social, as transformações poderiam ter apresentado maior profundidade e enraizamento.

Embora não se possa criar certezas respeito aos efeitos de longo prazo do modelo extrativista promovido pelo MAS, os lucros auferidos com a venda de *commodities* permitiram ao governo avançar uma série de programas de transferência de renda condicionada¹³⁹, cruciais para avançar a tão reivindicada justiça social.

A consolidação e o funcionamento contínuo dos programas de transferência de renda demandavam ao Estado boliviano volumes de investimento público que não teriam sido alcançados sem o processo de nacionalização dos recursos naturais e o aumento da tributação sobre as empresas do setor. Tais medidas foram amplamente criticadas pelos setores mais radicais da esquerda boliviana por não terem significado a tomada concreta da propriedade das corporações transnacionais operantes no país e orientadas apenas

capacidade de desempenho e reconhece direitos civis e humanos, tais como o direito à saúde, à segurança social, à participação na vida da comunidade, à proteção do emprego, à organização sindical, etc. (STREECK, 2012, p. 54-55).

¹³⁹ Desse investimento social derivado da venda de commodities, o governo boliviano criou programas sociais destinados a estratos sociais da população, alguns exemplos são: o Juana Azurduy, destinado a mulheres em período de gestação; o Juancito Pinto, para famílias cujos filhos mantenham uma frequência escolar superior a 80% ao ano e o Renta Dignidad, destinado a complementar a renda de pessoas com aposentadoria ou a servir como apoio para aquelas que não conseguiram contribuir durante seus anos em atividade laboral.

pelo lucro, não preocupadas sequer com os impactos ambientais de suas atividades. A despeito disso, há de se destacar a reintrodução do gasto público elevado à serviço da população como receita ideal para promover o crescimento econômico (KUTTNER 2018). Padrão que os governos dos diversos países inseridos na lógica extrativista adotaram para proporcionar o desenvolvimento de suas economias.

Ao se fazer o exercício de retrospectiva, não se deve incorrer no erro de culpabilizar unicamente o governo de Evo Morales pela acentuação da dependência econômica do país. Embora caiba de fato à administração pública definir os objetivos estratégicos que o país deve perseguir, estaríamos subestimando o alcance da soberania nacional boliviana ao propor que dela dependeu exclusivamente a opção pela não industrialização dos setores produtivos.

Em vez disso, Andreucci (2016) afirma que, se bem a expansão do extrativismo é consequência da incapacidade do governo de Morales de levar adiante uma reforma macroeconômica, estrutural, três razões estão por trás disso:

First, the presence of ‘structural’ constraints to the possibility of steering the trajectory of development away from extractivism - including the ‘path-dependent effects’ of neoliberal gas governance as well as weak institutional capacity, which resulted in the inability to reinvest revenues in long-term diversification plans. Second, reluctance on the part of Evo Morales’s MAS party to embrace some of the more radical demands arising from popular struggles and the related need to use extraction rents to maintain political legitimacy in the short term. Third, the presence of conservative social and political forces within the country, which forced the government to seek compromises and thus limited the extent of reform in key areas. This is the case, for instance, of the aggressive opposition of landholding elites in areas such as land reform (ANDREUCCI, 2016, p. 41-42).

Uma vez traçadas algumas particularidades das dimensões políticas, sociais e econômicas da Bolívia durante as gestões do MAS no poder, lança-se mão do último artifício interpretativo no presente trabalho: o conceito de

“revolução passiva”. Introduzida por Antonio Gramsci nos seus famosos “Cadernos de Cárcere”, essa categoria se refere às instâncias nas quais aspectos das relações sociais do desenvolvimento capitalista não são nem institucionalizadas nem expandidas, resultando, ao mesmo tempo, em uma ruptura revolucionária e na restituição de relações sociais (WEBBER, 2016, p. 1858-1859). De modo mais preciso, a revolução passiva “captura aspectos progressivos da mudança histórica durante um levante revolucionário que acabam sendo minados, resultando na reconstituição das relações sociais, mas dentro de ‘novas formas’ de ordem capitalista” (MORTON, A. D., 2011, p. 18 apud WEBBER, 2016, pg. 1859).

Assim, na dinâmica restauração/revolução, Gramsci se referiria a uma relação dialética entre oposições políticas de cima (tese) e de baixo (antítese) que não resulta na superação da primeira pela segunda por meio de uma ruptura revolucionária. Logo, ao falar em revolução passiva estaríamos buscando aprender como uma forma revolucionária de transformação política é pressionada para dentro de um projeto conservador de restauração que carece de um momento nacional-popular radical.

O caso boliviano seria uma ilustração adequada do que se procurou chamar de revolução passiva. A soma de reivindicações populares/indígenas desde o início dos anos 2000 criaram o ímpeto revolucionário necessário para executar uma transformação política revolucionária¹⁴⁰. No entanto, como deixado claro por Andreucci (2016), bem como por Krommes-Ravnsmed (2018), o governo do

¹⁴⁰ Nesse sentido, Álvaro García Linera (2005) aponta o seguinte: “Precisamente, a partir de 2000, estamos viviendo nuevamente un ciclo de insurgencia indígena, dirigida a disputar la conducta estatal y la hegemonia político-cultural de la sociedad”. Adicionalmente, o próprio Linera afirma que a comprovação da importância dos movimentos indígenas no início do século XXI se deve à sua capacidade de reconstruir os tecidos sociais e de mediar diretamente com o Estado e suas instituições (GARCÍA LINERA, Álvaro, 2005, p. 460). Diante dessas capacidades, não seria exagerado ou esdrúxulo considerar à época que uma disputa hegemônica entre movimentos sociais e conservadorismo pudesse pender a favor do primeiro grupo, mas que essa inclinação levasse a uma transformação efetiva do tecido social boliviano.

MAS se viu no meio de dois grupos diametralmente opostos: de um lado, as populações marginalizadas que clamavam pela nacionalização dos hidrocarbonetos e o uso da renda advinda do setor extrativista para promover medidas de reparação da desigualdade socioeconômica histórica; e, do outro, forças políticas e sociais conservadoras que procuraram impor limites às reformas do governo e pressionaram pela manutenção do modelo de desenvolvimento voltado ao mercado de exportação primária.

Apoiados nas informações apresentadas nas seções anteriores e analisando as mesmas à luz da noção de revolução passiva, podemos concluir que o componente revolucionário do *proceso de cambio* boliviano foi subsumido pelas forças restauradoras da Bolívia, representadas por setores conservadores da sociedade - notadamente as empresas transnacionais, os latifundiários e a oligarquia nacional. A absorção de parte do projeto transformador do MAS pela governança capitalista, principalmente no que diz respeito às dimensões discursivas do respeito à natureza e da economia plural, levaram a um distanciamento entre o bloco oficialista e setores que tradicionalmente apoiavam o presidente Evo Morales e seu partido. A profundidade da revolução passiva no Estado Plurinacional da Bolívia é tamanha a ponto de a administração pública passar a considerar setores populares ex-apoiadores do governo como inimigos do verdadeiro projeto de transformação revolucionária que, conforme a retórica oficial, ainda estava em andamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como propósito apresentar e discutir algumas dimensões do projeto de reconfiguração econômica implementado na Bolívia a partir do ano de 2006, coincidente com a chegada de Evo Morales, do Movimento ao Socialismo, à presidência. Tomando como ponto de partida a nacionalização de hidrocarbonetos e a reestatização das empresas petrolíferas que atuavam no

país, caracterizou-se as diferentes instâncias do cenário em que o governo de Evo Morales quis avançar seu projeto de transformação da economia. Conclui-se das informações apresentadas e discutidas que, embora mudanças sociais significativas tenham sido conseguidas graças à manutenção e expansão do modelo extrativista, o país não se manteve fiel nem aos lineamentos estampados no Plano Nacional de Desenvolvimento de 2007, nem à proposta de economia plural, proposta oficialmente em 2009 com a CPE. Todavia, a insistência na acumulação extrativista e na exportação de produtos primários levaram ao afastamento progressivo do MAS de suas bases, por estas últimas acusarem o governo de, desde um início, não ter adotado uma postura transformadora mais radical.

REFERÊNCIAS

ANDREUCCI, Diego. **Governing Extraction: Regulation, the state and social struggles over minerals and hydrocarbons in Bolivia**. 2016. 176f. Dissertação de Mestrado – Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2016.

BARBOSA DOS SANTOS, Fabio Luis. **Uma história da onda progressista sul-americana**. São Paulo: Editora Elefante, 2018.

CUNHA FILHO, Clayton M. Estrategias de desarrollo e inserción internacional en la Bolivia de Evo Morales. **Revista Andina de Estudios Políticos**, v. VI, n. 1, p. 142-162, 2016.

CUNHA FILHO, Clayton M.; SANTAELLA GONÇALVES, Rodrigo, 2010. The National Development Plan as a Political Economic Strategy in Evo Morales's Bolivia: Accomplishments and Limitations. *Latin American Perspectives*, v. 37, n. 4, 177-196, 2010.

GARCÍA LINERA, Álvaro. La lucha por el poder en Bolivia. In: GARCÍA LINERA, A. et al. **Horizontes y límites del Estado y el poder**. La Paz: Muela de Diablo, 2005.

GUDYNAS, Eduardo. **Extractivismos en América del Sur: conceptos y sus efectos derrame**. In: ZHOURI, A.; BOLADOS, P.; CASTRO, E. (Orgs.) **Mineração na América do Sul. Neoextrativismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume, 2016, p. 23-43.

KROMMES-RAVSNMED, Jeppe. The Frustrated Nationalization of Hydrocarbons and the Plunder of Bolivia. **Latin American Perspectives**, v. 46, n. 2, p. 65-83.

KUTTNER, Robert. **Can democracy survive global capitalism?** New York: W.W. Norton & Company, 2018.

MARTÍNEZ ERADES, Coral. **Modelo económico y patrón de desarrollo en Bolivia: tendencias entre 2006 y 2016**. 2017. 443f. Tese de Doutorado – Universidad Complutense de Madrid, Madri, 2018.

MINISTÉRIO DE PLANIFICACIÓN DEL DESARROLLO. **Decreto Supremo 29272 – Plan Nacional de Desarrollo: Bolivia Digna, Soberana, Productiva y Democrática para Vivir Bien**. Lineamientos Estratégicos 2006-11. Gaceta Oficial de Bolivia, 2007.

PAZ, M. J.; RAMÍREZ-CENDRERO, J. M. Foreign Direct Investment Policy and Development in Bolivia under Morales. **Latin American Perspectives**, v. 45, n. 5. p. 1-17, 2018.

REPUBLICA DE BOLIVIA. **Decreto Supremo N° 28701 - Heroes del Chaco**, de 1 de maio de 2006.

STREECK, Wolfgang. **Tempo Comprado: a crise adiada do capitalismo democrático**. Lisboa: Actual, 2013.

VACAFLORES, Carlos. La economía plural en Bolivia. **FES – Apuntes**, n. 3, 2017. Disponível em <<https://library.fes.de/pdf-files/bueros/bolivien/14337.pdf>>.

WEBBER, Jeffrey R. Evo Morales and the political economy of passive revolution in Bolivia, 2006-15. **Third World Quarterly**, v. 37, n. 10, p. 1855-1876, 2016.

MODELOS DE DESARROLLO Y POLÍTICA EXTERIOR: EL CASO DE ARGENTINA EN EL PERÍODO 2003-2015

Juan Facundo Carcedo ¹⁴¹

INTRODUCCIÓN

El presente capítulo aborda la relación entre modelo de desarrollo y política exterior, particularmente en Argentina durante la etapa 2003-2015. En primer lugar, se contextualiza el período, tanto a nivel internacional como regional, resaltando aquellas cuestiones que marcaron la realidad argentina, ya que, en segundo lugar, se aborda el contexto doméstico tomando como punto de partida la crisis política y socioeconómica del año 2001-2002.

En tercer lugar, se trata la política exterior argentina del período y su vinculación con el modelo de desarrollo iniciado en 2003, haciendo hincapié en las particularidades de la relación del gobierno argentino con los Estados Unidos, los acreedores internacionales y los países de la región. A modo de cierre se presentan las conclusiones del capítulo.

En el presente trabajo, la política exterior se considerará como “la proyección externa de su modelo político-institucional y económico-social interno y una pieza indispensable para consolidar el mismo” (Araya, Nicolao y Herrero, 2014: 79). Además, la política exterior es conceptualizada como una política pública más (Lasagna, 1996), que implica acciones y decisiones de un país que se orientan a su medio externo (Van Klaveren, 1984)¹⁴².

¹⁴¹ Magister en Integración y Cooperación Internacional (Centro de Estudios en Relaciones Internacionales de Rosario – CERIR – de la Universidad Nacional de Rosario – UNR-). Doctorando en Relaciones Internacionales por la UNR. Investigador del Centro de Estudios Interdisciplinarios en Problemáticas Internacionales y Locales (CEIPIL) de la Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNICEN). E-mail: facundocarcedo@gmail.com

¹⁴² De acuerdo con Rapoport y Spiguel, para superar los análisis liberales y mecanicistas, el estudio de la política exterior “debe enfocarse en los lazos entre esa política y la política interna,

En consecuencia, se considera que el análisis de esta política implica tener en cuenta no sólo el cambiante e influyente escenario externo al que está destinada, sino también lo que ocurre con la correlación de fuerzas en el proceso político nacional donde ella es generada. Dicho en otras palabras, existe una clara vinculación entre acción diplomática y situación interna, ya que la primera está condicionada por las circunstancias económicas y políticas vigentes, así como por el juego de intereses estatales y privados (Colombo, 2011). En este sentido, se reconoce que el proceso de fijación de objetivos es más social que intelectual y que, por lo tanto, se deben contemplar a los partidos políticos, grupos de interés, grupos de presión y diferentes organizaciones no gubernamentales que en grados y formas diversas influyen a las instituciones burocráticas del estado.

2. CONTEXTO INTERNACIONAL Y REGIONAL DEL PERÍODO 2003-2015

A nivel internacional, el período se enmarca en la Guerra contra el Terrorismo, iniciada por Estados Unidos luego de los atentados del 11-S, que acentuó el unilateralismo, con incursiones armadas en Afganistán e Irak.

Esta concentración en temas de seguridad en Medio Oriente, amplió los márgenes de maniobra en otras regiones del mundo, tales como América Latina, donde como consecuencia del desprestigio y resistencia ante las políticas neoliberales, tuvo lugar el ascenso de gobiernos de centro-izquierda o nacionalistas durante los primeros años de la década, con el consiguiente cambio en los modelos de desarrollo.

Además, en este período, dos aspectos deben abordarse, ya que condicionaron fuertemente a los gobiernos argentinos del período, tales como la crisis financiera de 2007/2008 y sus consecuencias, y los precios de las materias

analizar su íntima y a veces contradictoria vinculación con la naturaleza sociohistórica del Estado, el proceso de su formación y la estructura económica de la sociedad” (2005: 10).

primas. Este último se abordará más adelante en vistas del impacto que tuvo para Argentina y la región.

Si bien durante los primeros años del período la economía internacional conoció una relativa estabilidad, para 2007/2008 se desató la crisis financiera en Estados Unidos y Europa, que según los economistas sólo fue equiparable a la crisis del '30 y generó consecuencias globales, entre las que según Busso (2016) se encontraron una contracción del comercio internacional por caída de demanda, discusiones multilaterales en torno a los mecanismos para regular las actividades financieras internacionales y el debate sobre las políticas económicas para enfrentar la crisis, enmarcado entre las opciones de ajuste (que primaron en los países más afectados) o de políticas activas/expansivas.

En este sentido, la crisis puso de manifiesto “las severas fallas de gobernanza de una globalización fiada a su supuesta capacidad de autorregulación” (Sanahuja, 2018: 40), al tiempo que puso de relieve los límites de la promesa de crecimiento de la globalización a través del mercado.

En parte como consecuencia de la crisis en los países centrales y los altos precios de las commodities, para la primera década del Siglo XXI, fue posible constatar los efectos del ascenso de los emergentes (principalmente los BRICS¹⁴³) en el orden internacional actual, que tal como recuerda Ikenberry (2011), generó que “la riqueza y el poder se muevan del Norte y el Este, al Oeste y el Sur” (Ikenberry, 2011: 17, citado por Actis y Zelicovich, 2016: 10). Al respecto, estos autores señalan que:

¹⁴³ Brasil, Rusia, India, China y Sudáfrica, que conformaban en 2011 el 42% de la población del mundo, el 15% del Producto Interior Bruto (PIB) global y el 12,8% del volumen comercial planetario. Como hicieron en el año 2009 (con la excepción de Rusia), sus economías crecieron a tasas superiores a los países de la Organización para la Cooperación y Desarrollo en Europa (OCDE). Desde el año 2003 están generando el 65% del crecimiento global y disponen de cuantiosas reservas en dólares que suponen el 40% de las reservas totales de las divisas mundiales.

promediando la segunda década del siglo XXI, la concentración del poder económico entre las naciones del Norte con respecto a los BRICS, en rubros como recursos, capital e inversiones, comercio, acervo tecnológico, acceso a mercados, etc., es menor a la existente a principios del año 2000. La distribución de dichos factores entre países desarrollados, agregados los BRICS, y el resto del mundo, no obstante, mantiene altos niveles de asimetría (ACTIS Y ZELICOVICH, 2016, p. 11).

Respecto de los BRICS, en esta etapa han sostenido la necesidad de reformar el actual sistema de gobernanza global, aunque los autores cuestionan si esto ha afectado realmente el núcleo de pautas de conducta, principios, e instituciones del orden prevaleciente, en vistas de que la multilateralización parece ser limitada, y más que redemocratización Actis y Zelicovich (2016) observan una rejerarquización en la estructura de poder relativo.

En este sentido, el carácter revisionista de los países emergentes es puesto en duda con la creación en 2015 del Banco Asiático de Infraestructura e Inversiones¹⁴⁴ (en adelante, AIIB), ya que su funcionamiento es similar al de los organismos de Bretton Woods. De esta forma:

El funcionamiento del AIIB tiene mucha similitud a cómo los EE.UU. se han asegurado tener el control de las instituciones de Bretton Woods creadas bajo su órbita de influencia. China consiguió tener el 26% de los votos a nivel del directorio dado que es por lejos el mayor aportante (30,34% del total de los fondos). De esta manera Beijing tiene el poder de veto sobre decisiones claves del Banco dado que las mismas deben contar con el 75% de los votos (ACTIS Y ZELICOVICH, 2016, p. 16).

Según estos autores, este ejemplo sirve para ilustrar que la disputa en torno al orden internacional es cuantitativa, en términos de distribución material del poder, y no cualitativa, es decir, modificar normas, reglas y el funcionamiento de la gobernanza (Actis y Zelicovich, 2016).

¹⁴⁴ El AIIB surgió como una iniciativa de la República Popular de China en 2013 tras una gira del Presidente Xi Jinping por el sudeste asiático. Luego de casi dos años de negociaciones, el 29 de junio de 2015 cincuenta Estados firmaron el acta constitutiva convirtiéndose todos ellos en Miembros Fundadores. El dato sobresaliente es que entre ellos se encontraron países de todas las regiones del mundo, muchos de ellos aliados tradicionales de los EE.UU. (Actis y Zelicovich, 2016).

A los términos de este capítulo, resulta interesante destacar, que además del AIIB, también fue creado en 2014, el Nuevo Banco de Desarrollo de los BRICS (conocido por sus siglas NBD BRICS), como alternativa a las organizaciones financieras tradicionales y los intentos de reforma de las mismas.

En esta *nueva* arquitectura financiera internacional, China adquirió un papel preponderante, como consecuencia del mayor protagonismo que obtuvo a partir de 2001, con el ingreso a la OMC, y el tránsito ascendente hasta convertirse en una potencia regional y global, con altas tasas de crecimiento económico e importantes vínculos comerciales, político, estratégicos y culturales a nivel mundial¹⁴⁵.

En cuanto al contexto regional, el período estuvo enmarcado en el denominado cambio de época para los países latinoamericanos (Colombo, 2011) producto de la crisis de legitimidad del neoliberalismo, y el ascenso al poder de gobiernos de centro-izquierda o nacionalistas que intentaron acabar con la situación de ajuste, exclusión y fragmentación social. Al respecto, Ayerbe (2011) caracteriza a estos gobiernos como:

preocupados con la revalorización del protagonismo del Estado frente al Mercado, objetivando recuperar capacidades de gestión en el ámbito interno, especialmente en la promoción de la equidad social, y externo, buscando mayor autonomía en las relaciones con Estados Unidos en el fortalecimiento de los procesos de integración regional (AYERBE, 2011, p. 15).

Además, los países de la región gozaron del ascenso lento pero persistente de los precios de las *commodities*, especialmente de la soja, lo cual se tradujo en superávit comercial y fiscal. Sin embargo, en líneas generales, para 2011, los términos del intercambio comenzaron a deteriorarse, los precios de las *commodities* subieron, “con un deterioro del balance externo, se detuvo el

¹⁴⁵ Parte de este protagonismo se expresó en la Iniciativa de la Franja y la Ruta, que pretende relanzar una nueva Ruta de la Seda, tanto marítima como terrestre a través de territorios considerados claves para la República Popular China.

crecimiento del PBI”, lo cual según Schorr y Arceo (2017: 79) “es la mejor definición de la dependencia externa de América Latina”. Sobre este punto Sanahuja señala:

América Latina, tras dejar atrás la crisis económica global y el ciclo favorable de las materias primas, parece descubrir que con el cambio de siglo se ha imbricado mucho más profundamente en la globalización. Ello ha supuesto oportunidades, como atestigua el fuerte crecimiento económico y el progreso social que se logró gracias a la bonanza de las *commodities*, que sostuvo políticas propias favorables al crecimiento y cierto grado de redistribución; la reducción de la pobreza y la ampliación de las clases medias, y una mayor presencia internacional a través de estrategias regionalistas y políticas exteriores más asertivas (Serbin, 2014; Sanahuja, 2016). Pero una América Latina más globalizada también comporta nuevos riesgos: el más inmediato es la mayor vulnerabilidad estructural que supone la finalización de esa bonanza, que responde tanto a factores cíclicos como estructurales: en particular, la paulatina reorientación de la economía china hacia un modelo de crecimiento menos dependiente de las exportaciones, y el nuevo patrón de organización de la economía global centrado en la digitalización y la automatización. El fin del ciclo de las materias primas podría ser interpretado como una fase tardía de la crisis económica que se inició en 2008 y de la crisis o tensiones a las que la globalización se ve sometida (SANAHUJA, 2018, p. 37).

Este período de bonanza económica y sintonía política entre los gobiernos de la región, impulsó la consolidación de procesos de integración regional y la creación de otros, entre los que se encontró la Unión de Naciones Sudamericanas (UNASUR, de 2008), la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC, creada en 2010), la Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América (ALBA), así como instancias de cooperación tales como el Banco del Sur (2007) y la Alianza del Pacífico (2011). El devenir de estas organizaciones ha estado estrechamente ligado a la situación económica y política de la región.

De esta forma, el período concluyó con cambios en la escena política sudamericana, que diversos autores catalogaron como un *fin de ciclo progresista* o *giro a la derecha*, para dar lugar a gobiernos como el de Mauricio Macri en Argentina, Michel Temer¹⁴⁶ en Brasil, y Sebastián Piñera en Chile.

¹⁴⁶ Vice-presidente de Brasil entre 2011 y 2016. Llegó al poder luego de la decisión del Senado Federal de destituir a la presidenta Dilma Rousseff, y culminó su mandato en 2018.

3. MODELO DE DESARROLLO DEL PERÍODO 2003-2015

En el caso de Argentina, el período 2003-2015 estuvo liderado por las presidencias de Néstor Kirchner (2003-2007) y Cristina Fernández de Kirchner, quien estuvo dos mandatos en la Casa Rosada, a saber, 2007-2011 y 2011-2015.

El principal objetivo de estos gobiernos se constituyó en alcanzar crecimiento económico sostenido con inclusión social, a través de la distribución del ingreso. Para alcanzarlo se puso énfasis en la dimensión productiva de la economía, en contraste con el modelo especulativo de financiarización de la economía. En otras palabras, el gobierno “dio claras señales de intentar revalorar el paradigma keynesiano como modelo de desarrollo al buscar dotar de mayor poder al Estado para poder controlar la economía” (Morales Ruvalcaba, 2010: 20). Este cambio de paradigma permitió reducir paulatinamente los altos índices de desempleo e informalidad.

Tal como el presidente Kirchner afirmó en su primer discurso, su gobierno estaría sustentado en una economía ordenada y predecible, el respeto por la política y las instituciones, y una opción concreta por los aspectos sociales, en contraposición al modelo predominante en los años 1990, que como vimos sólo contemplaba el equilibrio macroeconómico como tema prioritario (Colombo, 2005). Expresó que el objetivo fundamental de su gobierno era “reconstruir un capitalismo nacional serio”, donde el Estado debía adquirir un papel principal como reparador de las desigualdades sociales en un trabajo permanente de inclusión.

Además, como parte de la estrategia de recuperación se planteó como objetivo la reactivación de la demanda interna. Al respecto, en su discurso de asunción Kirchner afirmó que “al contrario del modelo de ajuste permanente, el consumo interno estará en el centro de nuestra estrategia de expansión” (Kirchner, 25/05/2003).

Asimismo, en su discurso de asunción, Kirchner señaló que su acción iba a estar guiada por pensar “el mundo en argentino, desde un modelo propio” (Kirchner, 25/05/2003). Sin embargo, Simonoff (2009) se pregunta ¿Qué significa para el Presidente Kirchner un modelo propio? De acuerdo con el autor, se trata un modelo de industrialización con fuerte tradición tanto del primer peronismo como también del desarrollismo frondizista. Años después, Cristina Fernández, lo definió como un “modelo de perfil industrialista, pero con matriz de acumulación diversificada” que:

...es el modelo económico de claro perfil industrialista sobre esto creo que tenemos algunas precisiones porque también durante muchísimo tiempo... hubo una aparente contradicción entre la economía agrícola-ganadera o economía industrial, entre mercado interno o exportación. Hemos roto los tabúes, hemos demostrado que podemos tener una economía con una muy buena, casi récord, producción agrícola, un proceso de reindustrialización que ha permitido que descienda el índice de desocupación y aumenten las exportaciones, y, al mismo tiempo, los argentinos han mejorado su calidad de vida... (FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, 2007, p. 21-22, citado en SIMONOFF, 2009, p. 74).

Por su parte, el modelo macroeconómico estuvo caracterizado por “el sostenimiento de un tipo de cambio flexible y competitivo, la recuperación de las exportaciones, la continuidad de los superávits fiscal y comercial, el estímulo de la demanda, la reactivación industrial y el crecimiento sostenido” (Colombo y Giglio, 2011: 81). A esto es necesario agregar, la reducción en los pagos de los intereses de la deuda externa, gracias a la reestructuración de la misma.

En el mismo sentido, Araya y Colombo (2009) indican que los sectores que lideraron la economía fueron las industrias sustitutivas, la construcción, el agro y la producción petrolera, quedando en segundo plano las empresas privatizadas y las finanzas.

Además, tal como se mencionó más arriba, durante esta etapa, la recomposición de las condiciones de vida de los sectores populares (tales como el incremento de la ocupación, los salarios mediante paritarias libres y las jubilaciones) se inscribieron en la “cuestión nacional”. Lo propio cabe respecto

de los juicios a los represores del terrorismo de Estado, la remoción de las cúpulas militares, la redefinición de la Corte Suprema, entre otras. Es decir, el Estado no sólo reactivó la actividad de la economía real y modificó la forma de hegemonía, sino que también convalidó algunas de las demandas populares como medio para recomponer el sentido nacional tras la crisis de 2001 (Manzanelli y Basualdo, 2016).

En líneas generales, uno de los aspectos más visibles de los gobiernos de Kirchner y Fernández de Kirchner fue el activo papel desempeñado por el Estado en el desenvolvimiento de la economía y las relaciones entre clases y otros actores sociales. La consigna “recuperar la política”, tuvo como complemento “recuperar el Estado” como herramienta de gestión política y de involucramiento activo en una variedad de asuntos que en la década de 1990 fueron considerados ámbitos propios del capital o de la libre autogestión de la sociedad civil, en su acepción neoliberal de “arréglense como puedan” (Vilas, 2016).

A partir de la asunción de Cristina Fernández se desplegó una forma de Estado específico denominado “nacional y popular” (Manzanelli y Basualdo, 2016: 11), a partir del histórico e inédito, tanto por su duración como por su amplitud geográfica, conflicto con el agro pampeano de 2008, que se desató a raíz de la resolución N° 125 del Ministerio de Economía que intentó modificar la modalidad que adoptaban los derechos de exportación proponiendo las “retenciones móviles”. Durante ese conflicto, el gobierno se enfrentó no solamente con los grandes terratenientes pampeanos sino también con los grupos económicos locales (Manzanelli y Basualdo, 2016). Resulta interesante destacar, que de acuerdo con estos autores:

A partir de 2008 se produce un quiebre cuando el gobierno intensifica el tutelaje estatal sobre los sectores populares redoblando al mismo tiempo sus esfuerzos encaminados para disciplinar a las diferentes fracciones del capital dominante que formaban parte del bloque de poder de la valorización financiera, incluyendo ahora a los grupos económicos locales. De allí que el kirchnerismo haya procurado avanzar, desde ese año en adelante, por caminos alternativos a las pretensiones

devaluatorias y de ajuste salarial de las fracciones dominantes del capital y que, en ese marco, haya impulsado la reestatización del sistema jubilatorio (que permitió financiar políticas de largo plazo como la asignación universal por hijo), la reforma de la carta orgánica del Banco Central, la expropiación del 51% del paquete accionario de YPF, etc. (MANZANELLI Y BASUALDO, 2016, p. 12).

En relación a las restricciones externas, autores como Cantamutto, Schorr y Wainer (2016) destacan la presencia de dos grandes etapas bajo los gobiernos kirchneristas. Durante la primera etapa, comprendida entre los años 2003 y 2010 inclusive, la economía argentina acumuló reservas en el BCRA, y durante la segunda que va de 2011 a 2015, se perdieron divisas año a año, con la sola excepción de 2014.

Como fue abordado más arriba, en la etapa 2003-2010 la acumulación de reservas fue una tendencia mundial del período (Hur y Kondo, 2013) que estuvo asociada principalmente al alto precio de las *commodities*, que impactó en los denominados “superávits gemelos”, principalmente el comercial producto de las exportaciones¹⁴⁷.

Durante este período, el gobierno aprovechó la acumulación de reservas a comienzos de 2006, y canceló anticipadamente la deuda remanente de alrededor de US\$ 9.600 millones con el FMI en 2008, ante el conflicto con las patronales agropecuarias en 2009 y cuando la crisis mundial mostró sus primeros impactos sobre América Latina. En estos dos últimos casos utilizó su “poder de fuego” para contener reiteradas corridas cambiarias, sacrificando reservas y morigerando así el ritmo de devaluación (Cantamutto, Schorr y Wainer, 2016).

Para el año 2011 se comenzó a observar una pérdida de reservas, lo que según los investigadores del CONICET evidenciaba que:

¹⁴⁷ Tal como señala (Wainer, 2013, en Cantamutto, Schorr y Wainer, 2016: 52) “los sectores productores de bienes exportables fueron los responsables de abastecer de divisas a la economía argentina durante esta fase, consolidándose así como actores con un destacado poder estructural. No casualmente, esta fracción del bloque en el poder sería una de las ganadoras más importantes de la etapa.

el país tuvo relativo éxito en lograr la valorización del capital, pero fue incapaz de retener los recursos: por diversas vías el excedente compuesto por ganancias y renta se transformó en unidades de moneda extranjera y se retiró del espacio nacional (CANTAMUTTO, SCHORR Y WAINER, 2016, p. 60).

En esta etapa, coincidente con la segunda administración de Fernández de Kirchner, el saldo comercial de mercancías continuó en declive, sectores tales como el energético y de servicios registraron desbalances cada vez mayores. Al registrar este fenómeno, el gobierno avanzó desde 2012 en la aplicación de diversos mecanismos para desalentar las importaciones (Cantamutto, Schorr y Wainer, 2016).

En términos de Manzanelli y Basualdo, el *cuello de botella* en el sector externo estuvo vinculado con los límites que exhibió el proceso de sustitución de importaciones industriales y a la estrategia predatoria del capital privado en el campo de los hidrocarburos, los cuales, con acciones u omisiones estatales, llevaron a que ambas actividades se tornaran altamente deficitarias (Manzanelli y Basualdo, 2016: 31-32).

De esta forma, una vez más reaparecía la restricción externa, la cual, para algunos observadores, constituía el fin del ciclo kirchnerista y su proyecto de capitalismo nacional. De acuerdo con Vilas (2016):

El problema al que se enfrentó el kirchnerismo era cómo mantener la política de inclusión social y expansión del consumo con tasas decrecientes de crecimiento y progresiva vulnerabilidad fiscal y externa, sin “enfriar” la economía o haciéndolo al menor grado, y costo social, posible (VILAS, 2016, p. 54).

Tal como señalan Manzanelli y Basualdo (2016: 17-18) “la nueva situación exigió una profundización de las reformas estructurales con el propósito de garantizar la política redistributiva y el crecimiento económico”.

Reflexionando sobre la restricción externa y el acceso a las divisas, Schorr (2017) se detiene en los altos niveles de concentración y extranjerización que presentaba la economía argentina, que, si bien como se mencionó, fue muy fuerte

en la década neoliberal, en este período se profundizó¹⁴⁸. Schorr (2017) vincula esta concentración y extranjerización con la salida de divisas por múltiples vías, no sólo la remisión de utilidades, sino que abarcó la dependencia tecnológica, re-primarización y la inserción internacional argentina en función de sus ventajas comparativas, sus recursos naturales.

Otro aspecto que debe ser mencionado es en esta etapa, aproximadamente 55 Tratados Bilaterales de Inversión (TBI) continuaban vigentes y condicionando el desarrollo de Argentina.

Como si ello fuera poco, el acceso al capital financiero se encontró condicionado al arreglo con los tenedores de bonos denominados “fondos buitres”, que no habían ingresado a ninguno de los dos canjes (2005 y 2010), y al regreso al FMI, que requería la revisión de las cuentas macroeconómicas de acuerdo con el inciso 4 de su Estatuto. Ante las dificultades políticas y simbólicas de un nuevo arreglo con el Fondo, el gobierno argentino recurrió entonces a una vía alternativa, que fue la toma de deuda con otros organismos multilaterales de crédito (BID, BIRF y CAF), por la que ingresaron cerca de US\$ 13.000 millones. Al respecto, desde una postura crítica se señala que:

ante el deterioro manifiesto del frente comercial externo, el enorme esfuerzo social de pago de esta obligación fue compensado con una renovación del ciclo de endeudamiento (CANTAMUTTO, SCHORR Y WAINER, 2016, p. 63).

A diferencia del FMI, estos organismos proveyeron asistencia técnica y proyectos vinculados con el desarrollo de la infraestructura, producción y cuidado del medio ambiente.

En el contexto del enfrentamiento con los fondos buitres, a nivel doméstico, en 2014 se aprobó la ley 26.984 de “Pago Soberano”, que declaró de interés

¹⁴⁸ De acuerdo con Schorr (2017: 69-70), 50 empresas manejaban aproximadamente el 65% de las exportaciones argentinas, mientras que de las 200 empresas más grandes del país, 120 eran extranjeras, lo que ilustra el predominio abrumador que tiene el capital extranjero en la economía argentina.

público el pago de la deuda, al mismo tiempo que reconocía la necesidad de auditarla. A nivel internacional, en un brío similar se logró la aprobación en la ONU de una resolución con procedimientos de renegociación de deuda soberana (Cantamutto, Schorr y Wainer, 2016).

Por otro lado, la ampliación del aparato estatal y de sus capacidades de recaudación y asignación de recursos constituyó una de las dimensiones de mayor visibilidad de los gobiernos kirchneristas (Vilas, 2016). En los 12 años del período, la administración estatal creció en organismos, áreas de incumbencia y recursos, al tiempo que se crearon nuevos ministerios de acuerdo con la relevancia política asignada a las respectivas áreas. Según Vilas (2016) “el más destacado de ellos por la amplitud de su cobertura y el volumen de recursos fue el de Planificación Federal, Inversión Pública y Servicios” (hasta 2012 subsumía las áreas de energía, minería, comunicaciones, transporte, obras públicas, recursos hídricos, vivienda y desarrollo urbano); otros surgieron de la promoción a ese rango de anteriores secretarías, tales como Industria, Turismo, Agricultura Ganadería y Pesca; Trabajo, Empleo y Seguridad Social, Desarrollo Social y Ciencia y Tecnología, que tuvieron un fuerte incremento en estructura, recursos y peso institucional (Vilas, 2016).

Mientras en el período anterior, las privatizaciones fueron cruciales, entre 2003 y 2015, se produjo la renacionalización de diferentes empresas, entre las que se encontraron Correo Argentino (2003), Aguas Argentinas (2006), Astilleros Tandanor (2007), Aerolíneas Argentinas y Austral Líneas Aéreas (2008), Fábrica Militar de Aviones (2009), YPF (2012), líneas ferroviarias Sarmiento, Mitre y Belgrano Cargas (2012-13). Otros aspectos claves del período estuvieron marcados por la creación, en 2004, de la empresa estatal ENARSA (Energía

Argentina S.A.¹⁴⁹) en el terreno de la energía, y en 2006 de AR-SAT, para la producción de satélites de comunicación.

En términos sociales, en 2008 se estatizó el sistema de jubilaciones y pensiones, privatizado en los noventa y se creó el Sistema Integrado Previsional Argentino (SIPA); que además de atender los problemas específicos del área, la medida permitió ampliar las coberturas, elevar sus montos e incorporar al nuevo sistema el programa más importante de la política social del gobierno de Cristina Fernández de Kirchner: la Asignación Universal por Hijo (Vilas, 2016), que en 2014 alcanzó los 3,6 millones de beneficiarios.

En consonancia con el crecimiento y la distribución mediante transferencia condicionadas de ingresos, la pobreza urbana disminuyó ininterrumpidamente entre 2003 y 2011, aunque de todos modos creció en 2012 y 2013, estabilizándose en el bienio siguiente en los valores de ese último año.

4. POLÍTICA EXTERIOR ARGENTINA DEL PERÍODO 2003-2015

Resulta interesante comenzar este apartado abordando cómo concibió el kirchnerismo la misión de la política exterior. En este sentido, Busso (2016) señala que la visión de Celso Lafer¹⁵⁰ (2002) resulta cercana a la concepción del kirchnerismo, ya que la política exterior debe estar guiada por la meta de trabajar a nivel internacional para contribuir a la solución de los problemas, necesidades e intereses locales. Según el brasileño:

Traducir necesidades internas en posibilidades externas para ampliar el control de una sociedad sobre su destino es la tarea de la política exterior como política pública, lo cual implica la evaluación de la especificidad de esos problemas, necesidades e intereses desde una visión que incluya el bien común de la colectividad nacional, tarea de ningún modo simple (LAFER, 2002, p. 21, en BUSSO, 2016, p. 129).

¹⁴⁹ Actualmente Integración Energética Argentina S.A.

¹⁵⁰ Jurista, académico y diplomático brasileño nacido en 1941. Se desempeñó como Ministro de Relaciones Exteriores durante parte de las presidencias de Fernando Collor de Mello (abril a octubre de 1992) y de Fernando Henrique Cardoso (enero de 2001 a diciembre de 2002).

Además, es necesario considerar a la política exterior como una política pública (con sus ambigüedades o contradicciones), en el marco del mismo juego político de construcción de una coalición social que soporte y profundice el proceso transformador (Colombo, 2011).

En la etapa de la pos convertibilidad, la política exterior de Kirchner estuvo caracterizada por la profundización del MERCOSUR a través de la alianza con Brasil, el establecimiento de una “relación seria, amplia y madura con los Estados Unidos de América y los Estados que componen la Unión Europea” (Kirchner, 25/05/2003), así como las gestiones en pos de resolver el problema de la deuda e incrementar la presencia comercial argentina en el mundo. A ello se debe sumar a los organismos internacionales de crédito con quienes se mantuvo un fuerte enfrentamiento discursivo, acusándolos de ser corresponsables de la situación argentina.

En primer lugar, las relaciones con Brasil se establecieron como una prioridad de la política exterior, alcanzando el estatus de relaciones estratégicas, como una herramienta destinada a maximizar el margen de maniobra en relación a Estados Unidos y la Unión Europea, especialmente en las negociaciones comerciales internacionales y dentro de la OMC. A estos temas, Colombo (2007) agrega temas como la deuda externa, el combate a la pobreza y de la exclusión social. De esta forma, tal como explica Vadell (2006):

La estrategia del gobierno argentino colocó a las políticas de regionalización (fortalecimiento del MERCOSUR) como un elemento prioritario, inclusive como base para una vía de desarrollo alternativa a la vía pregonada por el Consenso de Washington (VADELL, 2006, p. 204).

De esta forma, como consecuencia de la debilidad internacional en la que se encontraba el país por estar en cesación de pagos, el gobierno argentino buscó reforzar los vínculos bilaterales con países de la región, así como también los procesos de cooperación e integración latinoamericanos (Miranda, 2012).

Esta proximidad con Brasil se plasmó en 2003 en el Consenso de Buenos Aires¹⁵¹ y en 2004 en el Acta de Copacabana¹⁵², mediante los cuales los gobiernos argentino y brasileño se comprometieron a profundizar las instancias de cooperación e integración. Además, se acordó “coordinar las negociaciones con los organismos multilaterales de crédito, con el objetivo de que las exigencias y condicionalidades asociadas a la renegociación de la deuda externa, no afecten las posibilidades de crecimiento de los países deudores” (Colombo, 2005: 148).

A nivel MERCOSUR, durante la presidencia de Kirchner, se intentó institucionalizar y ampliar el bloque regional. Entre las acciones orientadas en este sentido se encontraron la creación de un Parlamento del MERCOSUR, de un instituto monetario, así como la puesta en marcha de un Tribunal de Controversias, primer órgano supranacional del MERCOSUR. Además, se consiguió la ampliación del bloque con la incorporación, en diferentes velocidades, de Perú, Venezuela y México como miembros asociados (Colombo, 2005).

No obstante esta consonancia y fortalecimiento del vínculo, el hecho de que Brasil ganó protagonismo internacional en esta etapa como potencia regional y/o emergente, puso en evidencia “una severa relación asimétrica entre Buenos Aires y Brasilia” (Miranda, 2012: 96), que fue abordada en el discurso de Kirchner ante el congreso brasileño en enero de 2006. A esta asimetría, se sumaron conflictos

¹⁵¹ En el mismo, los presidentes Néstor Kirchner y Luiz Inácio Lula da Silva reconocieron objetivos comunes de sus respectivas administraciones, como combatir la pobreza con un instrumento más genuino que los planes sociales e impulsar sistemas tributarios más justos. También el documento proclama la voluntad de relanzar auténticamente el Mercosur, no sólo como ámbito de negocios de la región sino como paraguas político para actuar frente al resto del mundo.

¹⁵² El documento tuvo por objeto profundizar la asociación estratégica entre ambos países y definir una posición convergente en los temas comunes. Entre otras cuestiones acordaron establecer un sistema de intercambio de funcionarios diplomáticos entre las Cancillerías de ambos países; acordaron concretar una primera misión satelital conjunta; se comprometieron a promover la integración de las políticas laborales y sociales en torno del objetivo de generación de empleo de calidad porque este es uno de los ejes articuladores del crecimiento y el desarrollo.

económico-comerciales, aunque existió predisposición en ambos gobiernos para que no afecten los avances en la relación¹⁵³.

Respecto del MERCOSUR, las visiones e ideas de Argentina y Brasil difirieron. En el caso de la primera, desde el inicio de su gestión Kirchner planteó el objetivo común de profundizar el MERCOSUR y de darle solidez jurídica al proceso de integración. Por su parte, Brasil impulsaba un bilateralismo fuerte sin una integración institucionalizada:

El Mercosur a Brasilia, por la situación en la que se encontraba el bloque, le resultaba funcional, dado que desde él podía ampliar su participación en la política mundial. Por ejemplo, ponderaba el Mercosur para impugnar la propuesta norteamericana del Área de Libre Comercio de las Américas, en lugar de apreciarlo para dinamizar su funcionamiento interno (MIRANDA, 2012, p. 96).

Finalmente, el gobierno argentino aceptó y acompañó el proceso de integración sudamericano, en vistas de considerarlo como un espacio más de poder asociado, similar a la experiencia que tenía a través del MERCOSUR (Miranda, 2012). Además, Argentina acompañó a Brasil en la resolución de las crisis políticas que estallaron en Bolivia, Venezuela, Colombia y Haití, en un intento por demostrar a Estados Unidos que la región, bajo el liderazgo de Brasil, estaba preparada para resolver sus propios conflictos (Colombo, 2005).

En lo que respecta a la vinculación con Estados Unidos, la administración Kirchner aclaró que ya no mantenía un alineamiento automático, al mismo tiempo que solicitaba el respaldo de Estados Unidos en las negociaciones de un nuevo y esencial acuerdo con el FMI. Además, comunicó que el país no enviaría tropas a

¹⁵³ También existían diferencias en cuanto a la ampliación del Consejo de Seguridad de la ONU, mientras Brasil aspiraba a conseguir una banca permanente, la Argentina defendía que la misma debe ser ocupada de forma alternativa por diferentes países de la región. El Canciller argentino Rafael Bielsa, en el marco de una reunión entre la Unión Europea y el MERCOSUR a fines de mayo de 2005, consideró la pretensión brasileña como “elitista y poco democrática” y reafirmó que las modificaciones “no deben hacerse sobre la base de nuevos miembros permanentes sino de bancas rotativas (Clarín, 28 de mayo 2005: 11, citado en Simonoff, 2009: 78).

Irak, se diferenció en relación a la lucha contra el terrorismo, así como se abstuvo en la votación en Naciones Unidas respecto a Cuba (Colombo, 2005 y 2007).

No obstante estas acciones:

el gobierno de George W. Bush fue clave para allanar el camino y acortar las diferencias en favor de un nuevo acuerdo entre Argentina y el FMI que suplantó al acuerdo transitorio de enero de 2003 y que permitió evitar el default al refinanciar vencimientos de deuda con los organismos de crédito por un plazo de tres años. Una agudización de la crisis argentina por falta de un acuerdo con el FMI hubiera sido un factor central de desestabilización en el Cono Sur, particularmente en Brasil (COLOMBO, 2007, p. 67).

De esta forma, en mayo de 2005, fue concluida la oferta de bonos de la deuda externa en *default*, obteniéndose la adhesión por parte del 76,15% de los acreedores, lo que implicó un descuento nominal de 65,6% sobre un total reestructurado de US\$102.000 millones. La percepción predominante del resultado fue favorable al gobierno, que alcanzó sus metas a pesar de la oposición del *establishment* financiero internacional.

Luego de este significativo acuerdo, en noviembre de 2005 la relación con el gobierno estadounidense se tensó, debido al rechazo al ALCA que Argentina compartió junto a los otros miembros del MERCOSUR y Venezuela en la Cumbre de las Américas en la ciudad de Mar del Plata (Busso, 2016).

Además, en diciembre del mismo año el Senado aprobó un decreto enviado por Kirchner cancelando la deuda con el FMI, en un valor de US\$ 9.810 millones, utilizando aproximadamente un 36% de las reservas (Redrado, 2010, citado en Ayerbe, 2011).

En otro orden de ideas, la política exterior de Kirchner concibió como fundamental el incremento de las exportaciones mediante la apertura de mercados, el incremento del intercambio con el resto del mundo, y la diversificación de las exportaciones.

Por último, en términos multilaterales, existió un incremento significativo del número de personal destinados a la participación argentina en Misiones de

Paz de la ONU, con envíos por ejemplo a Haití. Tal como señaló Kirchner en 2004:

Durante este año hemos duplicado el personal militar y policial acreditado en misiones de mantenimiento de la paz, contando en la actualidad con efectivos argentinos en ocho de las dieciséis operaciones existentes (KIRCHNER, 2004, citado en SIMONOFF, 2009, p. 75).

Esta política de seguridad internacional del gobierno argentino se sustentó en tres elementos: defensa de la democracia y los derechos humanos; respeto a la soberanía y a la autodeterminación; y multilateralismo. Por su parte, Simonoff (2009) entendió la mayor participación en fuerzas de paz en la región, en el marco del menor costo que representaba la participación en Medio Oriente; al tiempo que permitió liberar a los Estados Unidos del uso de tropas en Haití, a las que utilizó en sus intervenciones más relevantes: Afganistán e Irak. De acuerdo con Simonoff (2009: 75) “Ésta fue una forma de apoyo indirecto”, sustentado en que para Argentina determinaron esta opción el deseo de establecer una política cooperativa que le permitió compensar la negativa al envío de tropas en Irak y, además, la necesidad de apoyo en las negociaciones con los organismos multilaterales de crédito (Simonoff, 2009).

A partir de la asunción de Fernández de Kirchner, en 2007 puede observarse una continuidad en la forma de concebir las ideas de política exterior, inserción internacional y relación entre modelo de desarrollo y acción externa de la misma manera que Néstor Kirchner, enmarcados en la inserción latinoamericana, especialmente en Sudamérica; posturas multilaterales y articulación de la gestión externa con las necesidades del desarrollo nacional y la búsqueda de autonomía (Busso, 2016). Sin embargo, tal como afirma Simonoff (2009), en un contexto con nuevos frentes abiertos tanto internos como internacionales, se debieron realizar ciertos ajustes en la misma.

De esta forma, la magnitud del impacto de los condicionantes domésticos sobre la política exterior fue mayor en el período de Fernández que en el de Kirchner, no porque no se hubiesen producido mejoras en la situación socio-económica, sino porque como vimos, el gobierno de Fernández tuvo que enfrentar mayor resistencia de grupos de poder internos, tales como el campo, en decisiones que afectaron las dimensiones políticas y económicas de la acción externa argentina y que, en su mayoría, estaban ligadas al modelo de desarrollo interno (Busso, 2016).

El impacto de la confrontación con otros actores internacionales, tales como el FMI, que caracterizó al gobierno de Kirchner y que contó con apoyo social, no sólo no se trasladó a la gestión de Fernández cuando la confrontación se dio con actores domésticos (el campo y sus aliados), dónde el resultado fue una polarización de las posturas, sino que inversamente esta estrategia comenzó a ser claramente rechazada como instrumento de política exterior por quienes se oponían al gobierno. En este sentido, la reacción social y mediática fue mucho menos permisiva con ella que con el ex presidente (Busso, 2016).

Al igual que durante la presidencia de Kirchner, las acciones de política exterior que mostraron una mayor intensidad se hacen visibles en el lugar central y dinámico otorgado por Fernández de Kirchner a América Latina. Los ejes de acción en la región fueron la defensa de la democracia, la resolución de conflictos intra-regionales, el fomento de la integración y la defensa de políticas activas aplicadas por algunos gobiernos sudamericanos ante la crisis desatada en 2008. Busso (2016) brinda algunos ejemplos que ilustran este accionar:

En 2009, ante el debate regional generado por el acuerdo entre Colombia y Estados Unidos para el uso de bases militares, Cristina presidió exitosamente una reunión de UNASUR en Bariloche destinada a contener una posible crisis. Argentina también se comprometió en la Reunión del Grupo de Río en Santo Domingo para tratar de encarar el conflicto entre Ecuador y Colombia por la invasión que este último país realizó sobre territorio ecuatoriano a los efectos de atacar un campamento de las FARC. Nuestro país también tuvo un rol activo, junto a Brasil,

Bolivia, Ecuador y Venezuela, ante el golpe de Estado en Honduras y, posteriormente, frente al intento desestabilizador encarado por grupos policiales contra el presidente Rafael Correa. Con antelación, en el contexto de UNASUR, Argentina había apoyado fuertemente al gobierno de Evo Morales ante los intentos secesionistas de los Estados de la medialuna. Finalmente, en el contexto de Mercosur, junto a Brasil y Uruguay avaló la suspensión de Paraguay hasta que se normalizara la situación política generada por el juicio político “express” a Fernando Lugo (BUSSO, 2016, p. 146).

En cuanto a los procesos de integración, el gobierno argentino en esta etapa, impulsó tanto el MERCOSUR, como la UNASUR y la CELAC.

En lo que respecta a la deuda externa, el gobierno de Fernández de Kirchner mantuvo los lineamientos establecidos en 2003, esto es, respetar las deudas, pero sin afectar el proceso de desarrollo. En este sentido, en 2010 Argentina lanzó el segundo canje de deuda para quienes no habían ingresado al concretado en 2005. La propuesta finalizó con una aceptación del 66% de los tenedores de bonos en *default*, lo cual significó que solo un 7% de bonistas quedaron fuera de los distintos canjes.

Como se mencionó en páginas anteriores, estos tenedores de bonos, comúnmente denominados fondos buitres, encabezaron nuevas demandas que fueron avaladas por distintas instancias de la justicia estadounidense. Ante esta situación el gobierno decidió sostener su principio de pagar, pero de manera justa y sin acceder a las presiones especulativas. Operativamente, significó no cumplir la orden judicial de Griesa, decisión que se mantendrá hasta el final del gobierno de Fernández de Kirchner (Busso, 2016).

Esta situación puso nuevamente en tensión los vínculos con Estados Unidos y el sector financiero internacional, obligando a Argentina a desarrollar una gran actividad internacional en búsqueda de apoyos que como vimos tuvo la aprobación en la ONU de una resolución con procedimientos de renegociación de deuda soberana.

En este contexto, desde 2014, se tomó el camino de retomar las relaciones con los mercados financieros internacionales, expresados en diversos arreglos,

entre ellos, el acuerdo con el Club de París, el pago a Repsol por la toma del control accionario de YPF, el reconocimiento de los fallos pendientes en el Centro Internacional de Arreglo de Diferencias Relativas a Inversiones (CIADI, integrante del Grupo del Banco Mundial) y la suscripción de una línea de *swap* con China. Tal como señalan Cantamutto, Schorr y Wainer (2016: 66), “la sucesión de gestos al capital no fue suficiente para tentar grandes inversiones, pero sí para que los gobiernos de los países centrales concedieran crédito de los organismos multilaterales”.

Respecto de las relaciones con Estados Unidos, puede afirmarse que, durante la presidencia de Cristina Fernández, las mismas estuvieron caracterizadas por una dinámica permanente de crisis-intento de recomposición, hasta llegar a un estado de parálisis a partir del momento en que el gobierno de Obama dejó de apoyar a la Argentina ante la decisión de la Corte Suprema de no tomar el caso argentino para analizar la decisión del juez Griesa (Busso, 2016).

Asimismo, durante la administración de Fernández de Kirchner se jerarquizaron las relaciones con otros Estados, tales como China y Rusia. En lo que respecta a China se avanzó en el vínculo principalmente en las dimensiones comerciales y de inversión, pero también en la dimensión político-diplomática y con connotaciones geopolíticas. La relación con China ascendió al nivel de “estratégica” con la firma de múltiples acuerdos de cooperación en 2015, que incluían cooperación espacial, minera, en infraestructura energética, ferrocarriles y finanzas. Además, existió una importante coincidencia en espacios como el G20, el G77 más China y Naciones Unidas. Entre las mismas Busso (2016) destaca:

aquellas que derivan de experiencias históricas vinculadas al colonialismo, como Hong Kong y Malvinas, con apoyos mutuos en el Comité de Descolonización de la ONU, así como el reconocimiento del principio de no intervención e integridad territorial en tanto Argentina considera que los casos de Taiwán, el Tíbet y las islas del Mar de Sur de China son problemas internos de ese país. Los acuerdos con

China también incluyen las reformas al sistema de la ONU, así como las propuestas de cambios a la arquitectura financiera internacional mediante una regulación del mismo y una modificación al voto-cuota en el FMI y el Banco Mundial (BUSSO, 2016, p. 147).

En cuanto a la Federación Rusa, durante esta etapa hubo sintonía en las posiciones diplomáticas, tales como la abstención argentina de condenar la anexión de Crimea en la Asamblea General de la ONU, al tiempo que Rusia apoyó a Argentina en el reclamo por Malvinas y en la disputa con los fondos buitres. En este contexto, en abril de 2015 la presidenta argentina viajó a Moscú para devolver la visita efectuada por Vladimir Putin en junio de 2014, revisar el avance de los cinco acuerdos firmados y ratificar nuevos. La cuestión energética se constituyó en el principal tema de agenda e incluyó la construcción de una central nuclear de uranio enriquecido y una planta de aguas blandas. Por su parte, Rusia manifestó su intención de aumentar las importaciones de productos alimenticios y proveer equipamiento militar (Miguez, 2015, citado en Busso, 2016).

Al igual que durante la presidencia de Kirchner, Cristina Fernández reafirmó el multilateralismo. En su discurso de asunción reclamó la reconstrucción del multilateralismo, ya que: “Un mundo unilateral es un mundo más inseguro, más injusto” (Fernández de Kirchner, 10/12/2007).

CONSIDERACIONES FINALES

El presente capítulo abordó el contexto internacional, regional y doméstico y su vinculación con la política exterior, para el caso de Argentina en el periodo 2003-2015. Mediante el trabajo se constató la vinculación entre el modelo de desarrollo interno y la política exterior, al evidenciar que la búsqueda de mayor autonomía en el sistema internacional y de socios emergentes y regionales, se desarrolló al tiempo que se buscaba en el ámbito interno mayor crecimiento económico con inclusión social.

De esta forma, a nivel internacional se señaló la concentración de Estados Unidos en temas de seguridad en Medio Oriente, lo cual amplió los márgenes de maniobra en otras regiones del mundo, tal como América Latina, y el advenimiento de la crisis financiera de 2008, que asimismo, proyectó parte de sus efectos sobre la región.

En términos regionales, el periodo se caracterizó por un aumento de la cooperación e integración en América Latina, con nuevos mecanismos e instituciones, que evidenciaron la sintonía en término de ideología y políticas económicas, en la cual el crecimiento fue impulsado por los altos precios internacionales de las materias primas durante gran parte del periodo, situación que comenzó a revertirse a partir de 2011 generando importantes dificultades.

Así, a lo largo del capítulo fue posible observar cómo estas cuestiones fueron impactando en la realidad argentina y en el modelo de desarrollo implementado a partir del año 2003, cuyo énfasis fue alcanzar crecimiento económico sostenido con inclusión social, al tiempo que avanzar en la distribución del ingreso.

El análisis de este modelo de desarrollo, con sus avances y dificultades, permitió resaltar aspectos tales como el desendeudamiento, las políticas de re-industrialización, la disminución en los índices de pobreza e indigencia, la reactivación de la demanda interna, y la recuperación del Estado y su rol en la economía.

A modo de conclusión, puede afirmarse que durante el período bajo estudio, si bien en el aspecto económico y comercial de la política exterior hubo una cierta continuidad con los objetivos de décadas anteriores respecto a que la integración de Argentina al mundo se realizaría a través de la multiplicación de la capacidad exportadora, diversificando productos y ampliando mercados; en el plano de la política internacional hubo un giro conceptual, al reafirmar la decisión de no renunciar a la autonomía en las decisiones y participar de manera activa en la construcción de un nuevo orden mundial capaz de garantizar la estrategia de

desarrollo de crecimiento sustentable con inclusión social, enunciada por los gobiernos kirchneristas.

REFERENCIAS

ACTIS, E. y ZELICOVICH, J, No todo lo que brilla es oro. Continuidades en el Orden Internacional y límites a la reconfiguración del Sur Global, **Perspectivas Revista de Ciencias Sociales**, Rosario, n° 2 Julio-Diciembre 2016.

ARAYA, J. y COLOMBO, S. Economía, Estado y sociedad en la Argentina a partir de las reformas estructurales. Su incidencia en el surgimiento de las organizaciones públicas no estatales en ARAYA, J. (Ed.), **Sociedad, economía y política en la Argentina contemporánea**, ANCYTP/UNCPBA, Tandil, 2009.

ARAYA, José M.; NICOLAO, Julieta y HERRERO, María. Reflexiones sobre la proyección internacional de las universidades subnacionales. Oportunidades y desafíos en el marco de la política exterior argentina durante la última década, en ARAYA, José M. (comp.), **Aportes para los estudios sobre Internacionalización de la Educación Superior en América del Sur**. Con Comité de Referato. Tandil. Editorial: Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, 2015. pp. 77-110. ISBN 978-950-658-367-5.

AYERBE, L. La Argentina de Néstor Kirchner en un contexto regional de irrupción de nuevos liderazgos populares y menor presencia estadounidense, en COLOMBO, S. (2011), **La inserción internacional de Argentina durante la presidencia de Néstor Kirchner**. Un cambio de época. Edición: UNCPBA. Tandil, Argentina, 2011.

BUSSO, A. Los ejes de la acción externa de Cristina Fernández: ¿cambios hacia un nuevo horizonte o cambios para consolidar el rumbo?. **Revista Relaciones Internacionales**. N° 50/2016. UNLP.

BUSSO, A. *et al.* Cap. 4: Inserción internacional y modelo de desarrollo en los noventa. Impactos sobre la política exterior de Menem y De la Rúa. En: BUSSO, A. (2016) **Modelos de desarrollo e inserción internacional**. Aportes para el análisis de la política exterior argentina desde la redemocratización (1983-2011), Universidad Nacional de Rosario, 2016.

CANTAMUTTO, F.; SCHORR, M. y WAINER, A. El sector externo de la economía argentina durante los gobiernos del kirchnerismo (2003-2015). **Realidad Económica**, N° 304 / 16 de noviembre al 31 de diciembre de 2016.

COLOMBO, S. La Estrategia de Integración Argentina (1989-2004): Cambios y Continuidades a Partir de la Crisis del Orden Neoliberal, en **Historia Actual On Line**, Universidad de Cádiz, España, N° 8, Otoño, 2005.

COLOMBO, S. Cambios y continuidades de la estrategia de integración argentina a partir de la crisis del orden neoliberal, en AYERBE, L. (2007). **Integração latinoamericana e caribenha**, Fundação Memorial de América Latina / UNESP, Sao Paulo, 2007.

COLOMBO, S. (Comp.). **La inserción internacional de Argentina durante la presidencia de Néstor Kirchner**. Un cambio de época. Edición: UNCPBA. Tandil, Argentina, 2011.

COLOMBO, S. y GIGLIO, A. La vinculación con Cuba: factores que explican una nueva política en el periodo pos neoliberal, en COLOMBO, S. (2011), **La inserción internacional de Argentina durante la presidencia de Néstor Kirchner**. Un cambio de época. Edición: UNCPBA. Tandil, Argentina, 2011.

DÁVALOS, P. (2004), Las noticias secretas del Banco Mundial: poder y violencia en la reforma estructural, **Boletín del Instituto Científico de Culturas Indígenas** (ICCI-ARY Rimay), año 6, n° 72.

FERNÁNDEZ DE KIRCHNER, C. **Pensando en la Argentina**. Buenos Aires: Planeta, 2007.

HUR, S. y KONDO, I. Theory of Rollover Risk, Sudden Stops, and Foreign Reserves, **International Finance Discussion Papers**, N° 1073, Washington, 2013.

IKENBERRY, J. **The Future of the Liberal World Order**, Foreign Affairs, Volume 90, Number 3, May-June, 2011.

KIRCHNER, N. **Discurso de Asunción de Kirchner en el Congreso**, 25 de mayo de 2003. Disponible en: www.cfkargentina.com

LAFER, C. **La identidad internacional de Brasil**, Buenos Aires, Argentina, Fondo de Cultura Económica, 2002.

LASAGNA, Marcelo. Cambio político, transiciones y política exterior y de seguridad. Cambio institucional y política exterior: un modelo explicativo. **Revista CIDOB D'Afers International**, nº 32, p. 45-64, 1996.

MANZANELLI, P. y BASUALDO, E. Régimen de acumulación durante el ciclo de gobiernos kirchneristas. Un balance preliminar a través de las nuevas evidencias empíricas de las cuentas nacionales. **Realidad Económica**, Nº 304 / Noviembre-Diciembre 2016.

MÍGUEZ, M. Un lugar en el nuevo mundo, **Le Monde Diplomatique**, nº 191, Buenos Aires, Argentina, 2015.

MIRANDA, R. Des-inserción argentina. Las políticas exteriores de Menem y Kirchner. **Revista Enfoques**, Vol. XI, Nº17, pp. 85-103, , 2012.

REDRADO, M. **Sin Reservas**. Un límite al poder absoluto. Buenos Aires: Planeta, 2010.

RAPOPORT, Mario y SPIGUEL, Claudio (2005). **Política Exterior Argentina**. Poder y conflictos internos (1880-2001). 1º edición, Buenos Aires: Capital Intelectual.

RUVALCABA, D. La política exterior de Néstor Kirchner y el diseño de un "Regional Core-State" suramericano. **Revista Contextualizaciones Latinoamericanas**, año 2, nº 3. Departamento de Estudios Ibéricos y Latinoamericanos de la Universidad de Guadalajara, México, 2010.

SANAHUJA, J. Crisis de globalización, crisis de hegemonía: un escenario de cambio estructural para América Latina y el Caribe, en SERBIN, A. (Editor): **América Latina y el Caribe frente a un Nuevo Orden Mundial: Poder, globalización y respuestas regionales**, Icaria Editorial - Ediciones CRIES, Barcelona, España. 2018.

SCHORR, M. y ARCEO, E. Las limitaciones y alternativas al régimen de acumulación en la Argentina. **Realidad Económica**, IADE, Nº 312, Año 46, 16 de noviembre al 31 de diciembre de 2017.

SERBIN, A. Las relaciones transatlánticas y el nuevo regionalismo latinoamericano en un entorno global en transformación, en MESA, M. (ed.) **Focos de tensión, cambio geopolítico y agenda global**. Anuario 2014-15. Madrid: CEIPAZ, 2014.

SIMONOFF, A. Regularidades de la Política Exterior de Néstor Kirchner, *CONfines*, 5/10 agosto-diciembre 2009.

VADELL, J. A política internacional, a conjuntura econômica e a Argentina de Néstor Kirchner. *Revista Brasileira de Política Internacional*. vol.49 no.1 Brasília, Jan./June 2006.

VAN KLAVEREN, Alberto. El Análisis de la Política Exterior Latinoamericana: Perspectivas Teóricas, en Muñoz, Heraldo y Tulchin, Joseph (comp.), **Entre la Autonomía u la Subordinación**. Política Exterior de los Países Latinoamericanos. Tomo I, Buenos Aires, GEL, 1984.

VILAS, C. Política, Estado y clases en el kirchnerismo: una interpretación. *Realidad Económica*, IADE, N° 305, 1 de enero al 15 de febrero de 2017.

WAINER, A. Cambios en el bloque en el poder a partir del abandono de la convertibilidad. ¿Una nueva hegemonía?, en GRIGERA, J. (edit.): **Argentina después de la convertibilidad (2002-2011)**. Imago Mundi, Buenos Aires. 2013.

PRECARIZACIÓN DEL TRABAJO DOCENTE EN MÉXICO: EL DESAFÍO DE SUSTENTAR LA EDUCACIÓN COMUNITARIA

José Humberto Trejo Catalán ¹⁵⁴
Emma Yolanda Escobar Flores ¹⁵⁵

INTRODUCCIÓN

La dinámica poblacional en México dificulta la provisión de servicios educativos para algunos de los sectores más vulnerables ya que, al mismo tiempo que la población se concentra en los principales centros urbanos, crece el número de localidades y pequeñas dispersas. Así, en 2015 se ubicaron 161 mil 259 localidades con menos de 250 habitantes de acuerdo con el Instituto Nacional de Estadística Geografía e Informática, INEGI (2019). En ellas no existe población suficiente para establecer servicios educativos regulares y permanentes.

El desafío que esta dispersión representa para el sistema educativo ha sido atendido, desde hace medio siglo a través del Consejo Nacional de Fomento Educativo, en adelante CONAFE, mediante un modelo de servicios de bajo costo que pasa por prescindir de la contratación de profesores, sustituyéndolos por jóvenes a quienes se ofrece una beca que puede prolongarse hasta por cuatro años, en tanto realizan sus estudios profesionales.

¹⁵⁴ Dr. en Ciencias Políticas y Sociales, Instituto Nacional de Estudios Fiscales; Mtro. en Políticas Públicas, FLACSO; y en Comunicación y Tecnología Educativa, ILCE; tiene la Especialidad en Política Educativa, FLACSO y en Políticas Públicas para la Igualdad, CLACSO. Cursa un programa de Posdoctoral en la Universidad Tres de Febrero UNTREF. Es miembro del Sistema Nacional de Investigadores, Nivel I

¹⁵⁵ Doctorante en Ambientes Virtuales de Aprendizaje, por la Universidad Autónoma de Guadalajara; Cursó el Doctorado en Educación y la Maestra en Administración de la Educación Superior por el Instituto de estudios Superiores de Chiapas. Docente de educación básica. Es miembro del Sistema Estatal de Investigadores del Instituto de Ciencia y Tecnología de Chiapas.

Durante los primeros años de operación del CONAFE, fundado en 1971, el planteamiento de impartir educación básica –originalmente los seis grados de la educación Primaria- a través de jóvenes con educación Media Básica o Media Superior hacía sentido ya que la profesionalización del magisterio se ubicaba en un nivel pre-universitario, sin embargo, a partir de los años 90's del siglo pasado, comenzaron a egresar de las instituciones formadoras de docentes los primeros con título superior y se realizó también un intenso trabajo para nivelar como licenciados a los docentes en servicio.

Este esfuerzo se reflejó institucionalmente en un sistema denominado Carrera Magisterial que generó estímulos al desempeño, la preparación y profesionalización del magisterio, hasta permitirle a un docente frente a grupo triplicar su salario, de acuerdo a los Lineamientos de la Carrera Magisterial, publicados por la Secretaría de Educación Pública (2011). Este programa transformó profundamente las condiciones laborales y la percepción social de la profesión docente.

Actualmente, un docente de Primaria percibe como mínimo un salario mensual de ocho mil pesos (aproximadamente 400 Dls. norteamericanos, al tipo de cambio de marzo del 2021) y puede llegar a ganar poco más del doble de esa cantidad, es decir hasta 900 Dls. aproximadamente, de acuerdo al tabulador de salarios de la Secretaría de Educación Pública (sep.gob.mx/es/seo1/FONE); esta percepción puede incrementarse gradualmente para quienes accedieron en su momento a Carrera Magisterial, hasta llegar a triplicarse, en casos ciertamente excepcionales.

Por su parte, el apoyo que reciben los docentes comunitarios del CONAFE, en adelante Líderes Educativos Comunitarios (LECs), fluctúa entre 3 mil 700 y 4 mil pesos mensuales, lo que equivale a 200 Dls. y a la mitad del ingreso mínimo que recibe como salario base un docente que realiza funciones similares, en jornadas semanales de 25 horas. Cabe señalar que los LECs suelen ocupar mucho

más tiempo en sus tareas, especialmente cuando las desarrollan en comunidades de muy alta marginación, donde deben permanecer varios días por las dificultades de traslado, ocupando sus tardes en trabajar con las familias de sus estudiantes.

2 EL SUBSISTEMA DE EDUCACIÓN COMUNITARIA, CONAFE

De acuerdo al Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación, INEE (2017), la quinta parte (19%) de los 18 mil 654 Centros de educación preescolar de CONAFE; la tercera parte (35%) de las 10 mil 511 primarias CONAFE; y la tercera parte (33%) de las 3 mil 212 Secundarias CONAFE se ubican en localidades de Muy Alta Marginación; el resto opera en localidades de Alta Marginación. De acuerdo a la misma fuente, en 2016 el subsistema contaba aproximadamente con 32 mil 377 escuelas comunitarias, 34 mil 197 LECs y 315 mil 892 estudiantes; cada LEC atiende en promedio 9 estudiantes; el 95 por ciento de las escuelas cuenta sólo con un grupo; y, todas las escuelas CONAFE funcionan como centros multigrado, lo que incrementa la exigencia pedagógica y didáctica para los docentes comunitarios.

Las escuelas CONAFE enfrentan restricciones sociales, educativas e institucionales, muy severas:

... el origen contextual de sus alumnos; la baja escolaridad de las madres de familia, en quienes recae el apoyo familiar de los estudiantes y el subsidio y alojamiento de los instructores comunitarios, situación agravada por las restricciones propias del modelo de operación del Consejo, tales como la reducción del 77% en su presupuesto entre 2011 y 2014. URRUTIA, Francisco (2014, p.47)

Sin embargo, no se ubican sistemáticamente en los rangos de menor logro educativo, como podría esperarse:

Tabla 1.

Porcentaje de estudiantes de 6° de primaria por tipo de escuela según nivel de logro educativo alcanzado en los dominios evaluados en las pruebas de PLANEA-ELSEN (2015) y PNEA-SEN (2018)

Tipo de escuela	Nivel de Logro					
	I (insuficiente)		II		III y IV (Satisfactorio y Sobresaliente)	
LENGUAJE Y COMUNICACIÓN						
	2015	2018	2015	2018	2015	2018
General Pública	51.6	50.7	34.1	33.9	14.3	15.4
Indígena (1)	80.0	79.0	16.0	17.0	3.9*	4.0*
Comunitaria	67.9	70.7	26.7	24.4	5.4**	4.8**
MATEMÁTICAS						
General Pública	62.8	60.9	19.0	17.8	18.3	21.3
Indígena	83.3*	77.5*	9.7*	11.8*	7.0	10.7*
Comunitaria	69.2*	76.6	17.2	14.7	13.6	8.7*

(1) Las estimaciones no cumplen con el criterio de tasa de participación, en la aplicación 2018.

*Estadísticamente diferente de las escuelas generales públicas en cada grado utilizando prueba t

**Estimación cuyo cociente de variación es superior a 20%

Fuente: Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación. Panorama Educativo 2018. INEE (2019), basado en Plan Nacional para la Evaluación de Aprendizajes (PLANEA) en su modalidad Evaluación del Logro referida al Sistema Educativo Nacional (ELSEN) y al Sistema de Educación Obligatoria (SEN) para los alumnos de 6° de primaria (bases de datos), INEE (2015 y 2018)

3 LA EDUCACIÓN COMUNITARIA FRENTE A LA EDUCACIÓN INDÍGENA

Las escuelas comunitarias del CONAFE, atendidas por becarios, han obtenido resultados de logro educativo consistentemente más favorables que las Escuelas Indígenas, atendidas en su gran mayoría por docentes profesionales y que tienen relaciones laborales estables, formales y protegidas por una organización sindical muy potente, y donde muchos de ellos reciben estímulos de Carrera Magisterial o de los programas que le sustituyeron.

Cabe preguntarse, a la luz de los resultados anteriores, sobre la diferencia entre los ingresos de los docentes indígenas y los Líderes Educativos Comunitarios ¿Sí es justificable? y ¿Sí los distintos perfiles docentes influyen en

los resultados educativos? Veamos. De acuerdo a una revisión tanto empírica, como analítica, podemos establecer una coincidencia significativa entre las comunidades en situación de alta y muy alta marginación y las comunidades indígenas.

Muchas de las comunidades rurales de alta y muy alta marginación que atiende el CONAFE son predominantemente indígenas y muchos de sus LECs pertenecen a ellas. Las escuelas indígenas, rurales multigrado y comunitarias sirven muchas veces a poblaciones vecinas, lo que hace evidente la similitud de contextos. Unas y otras se complementan e, incluso, se intercambian.

La movilidad de los pueblos originarios hace necesario rebasar la visión estática y encapsulada que se tenía de ellos. Actualmente, su presencia aumenta rápidamente en los centros urbanos y, en consecuencia, se genera un cambio cultural profundo y se normaliza su bilingüismo.

De manera que ambos subsistemas operan en contextos similares, lo que explica que la diferencia en los resultados educativos sea marginal y, en todo caso, a favor del subsistema CONAFE; la percepción de las comunidades atendidas sobre el trabajo que desarrollan los docentes de estos subsistemas, suele favorecer a los LECs sobre otros docentes, porque su presencia en la comunidad es más constante y su entusiasmo mayor, como lo veremos más adelante.

El subsistema indígena atiende aproximadamente a 1 millón 233 estudiantes de preescolar y primaria a través de poco más de 54 mil docentes, de los cuales el 32% es pasante de licenciatura, 17% no tiene la licenciatura completa, 13% si tiene la licenciatura, 12% bachillerato y 11 % la normal primaria (con nivel técnico superior), de acuerdo con NARRO Robles, José; MARTUSCELLI Quintana Jaime y BARRANZA García, Eduardo (Coord) (2012, CAP_06/06_03ahtml).

Frente a estos datos, el levantamiento de información que realizamos reporta que poco más de la tercera parte de los LECs (29%) informó tener estudios

de Licenciatura, lo cual excede las expectativas de un programa cuyo propósito es, precisamente, apoyar a jóvenes preuniversitarios en la realización de sus estudios de grado.

En todo caso, resulta difícil entender que por un trabajo similar o, incluso más demandante, los LECs reciban la mitad del salario mínimo docente y carezcan de oportunidades de profesionalizarse para hacer una tarea tan ardua, desafiante, especializada, riesgosa y comprometida como lo es la docencia en la educación comunitaria.

Atender la demanda educativa de 160 mil comunidades con menos de 250 implica un desafío para el sistema educativo, pero también para las finanzas públicas, sobre todo si se busca simplemente crear decenas de miles de nuevas plazas docentes, en un contexto sindical hegemónico que suele tensionar lo laboral con lo educativo, TREJO, José (2020). Sin embargo, resolver estas tensiones puede detonar el desarrollo humano integral de la población con mayores carencias en el país y abonar al sentido de equidad e inclusión de las políticas educativas. Para lograrlo, el papel de los LECs es central, irremplazable

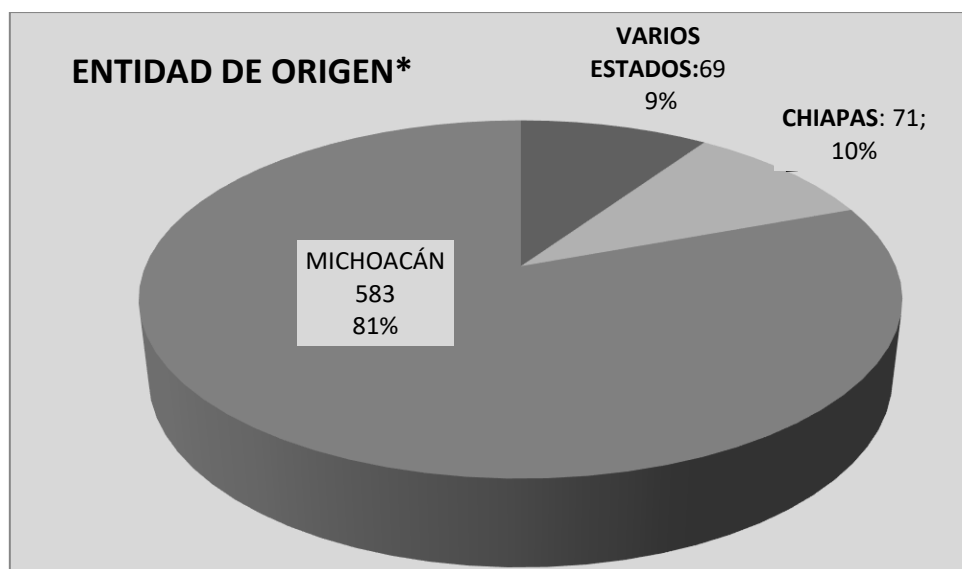
4 METODOLOGÍA

El presente trabajo se interroga sobre la naturaleza de la actividad que desarrollan los Líderes Educativos Comunitarios del CONAFE, con el propósito de responder a las siguientes preguntas: ¿La actividad que desarrollan es equiparable a un “trabajo docente”? Si es equiparable ¿Cuál es la calidad de la relación que se establece entre el CONAFE, los LECs y la población beneficiada? Si no es equiparable ¿Qué alternativas hay para generar un modelo de docencia para la educación comunitaria que garantice aprendizajes suficientes, pertinentes, críticos y de calidad a los estudiantes, así como oportunidades de desarrollo personal, académico y profesional a los docentes voluntarios?

Y, finalmente ¿La dificultad educativa, operativa y financiera, que implica ofrecer servicios educativos a decenas de miles de comunidades dispersas por todo el territorio nacional con menos de 250, permitirá rediseñar el modelo de modelo de docencia comunitaria del CONAFE, recuperando sus fortalezas y superando sus debilidades?

Para hacer esta indagación se elaboró una encuesta dirigida a LECs del CONAFE aplicada a través de la plataforma <<https://docs.google.com/forms>>¹⁵⁶ entre el 14 y el 28 de febrero de 2021. Se realizó a partir un muestreo tipo “bola de nieve” no probabilístico, en el que respondieron 831 LECs de 17 estados de la república, incluyendo a la Ciudad de México.

Gráfico 1. Entidad de nacimiento



*La gran mayoría de los LECs laboran en su entidad de origen y relativamente cerca de su núcleo familiar

Fuente: Elaboración propia con base en los resultados del instrumento <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScswVRIRoo-JoTV6nYe1sW3_Qq6yDAQi8idKTN9wLGCcpzPQ/viewform>

En este y los gráficos subsiguientes se consideraron las respuestas efectivas.

156

Ver

más:

<https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScswVRIRoo-JoTV6nYe1sW3_Qq6yDAQi8idKTN9wLGCcpzPQ/viewform>

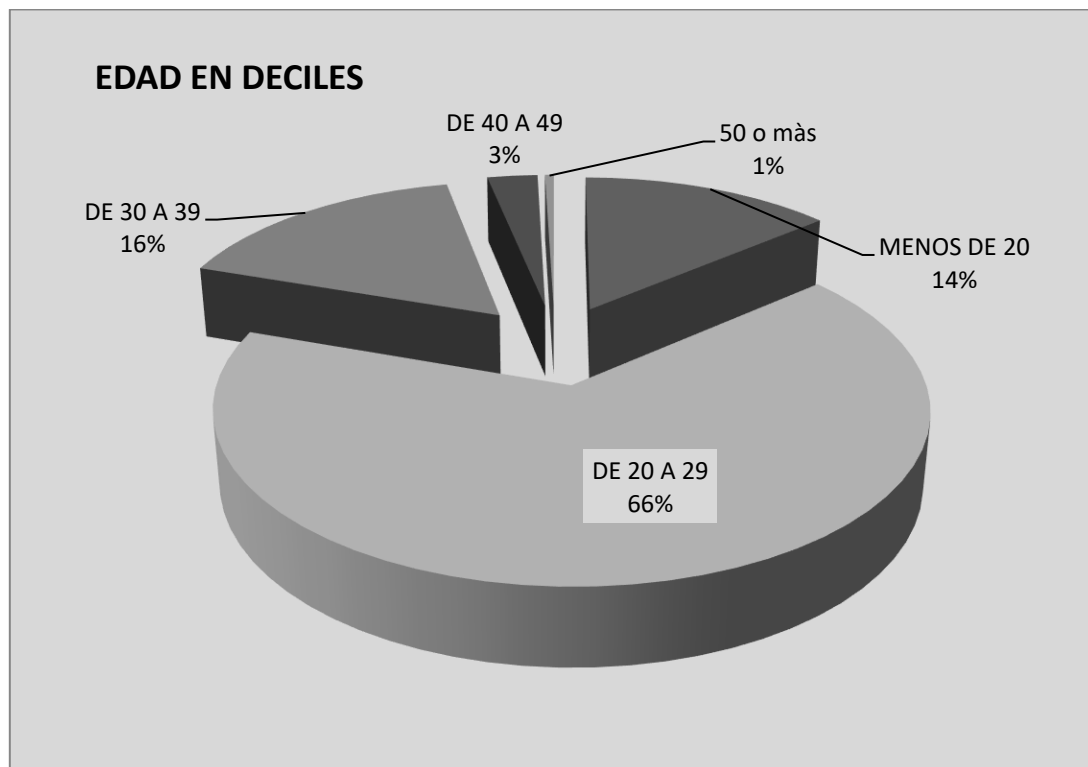
El instrumento buscó identificar el perfil de los LECs desde una perspectiva atenta a su condición de jóvenes y adultos de edad mediana, que buscan resolver aspiraciones y necesidades personales y profesionales a partir del trabajo que desarrollan; porque, más allá de la relación contractual entre los LECs y el CONAFE, es claro que ellos se sienten identificados como “docentes comunitarios”, que reconocen la importancia del trabajo que desarrollan y han construido una relación emocional y afectiva en general muy poderosa con el CONAFE.

5 ¿QUIÉNES SON Y CÓMO SON LOS LECs?

De acuerdo a sus respuestas, los LECs son: i) predominantemente Mujeres (73%), ii) en su mayoría jóvenes, de entre 20 y 29 años (66%); iii) con perfil de bachillerato, también identificado como secundaria alta (68%); y, iv) interesados en profesionalizarse, ya que poco más de la mitad estudia actualmente (53%). Esto dibuja un perfil congruente con la idea original del programa, considerando las condiciones de extraedad que prevalecen entre los estudiantes de las comunidades marginadas, quienes suelen rezagar sus estudios varios años, sobre todo en el caso de los niveles superiores.

Sin embargo, registramos datos que delinear perfiles más complejos. Perfiles para quienes su tarea como LECs, más que un apoyo, representa una alternativa de trabajo que es asumida como tal, con un alto grado de responsabilidad. Por ejemplo: i) el 20% declaró tener más de 30 años y se ubicaron 27 casos con más de 40 años, lo que hace difícil pensar que la condición de becarios se ajusta a sus expectativas y necesidades.

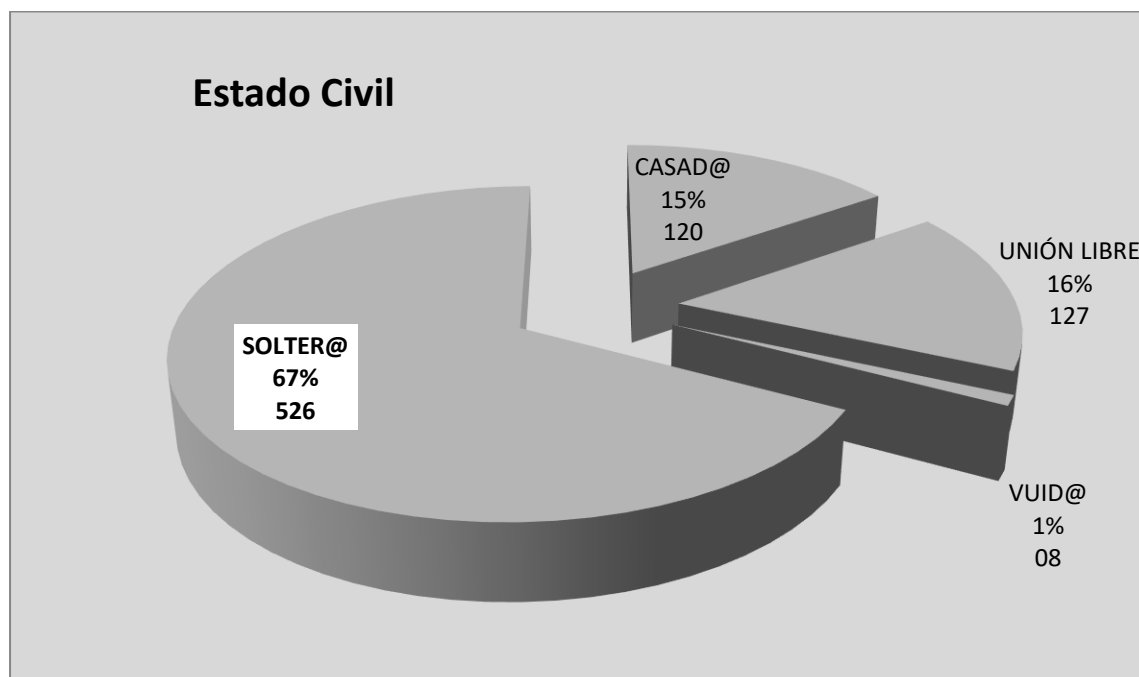
Gráfico. 2. Edad



Fuente: Elaboración propia con base en los resultados del instrumento <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScswVRIIRoo-JoTV6nYe1sW3_Qq6yDAQi8idKTN9wLGCcpzPQ/viewform> En este gráficos se consideraron sólo las respuestas efectivas.

Esta madurez cronológica se corresponde con una madurez social. Por ejemplo: ii) el 15% reportó estar casado; una cantidad similar (16%) dijo vivir en unión libre; e informaron ser viudos o viudas, en 8 casos. Asimismo: iii) la tercera parte de los LECs que participaron en este ejercicio (31%) tienen compromisos familiares serios, son jefes de sus propias familias. De ahí que un porcentaje similar (30%) declararon ser padres o madres, de los cuales 140 informaron tener un hijo y 131 entre 2 y 4 hijos.

Gráfica 3. Estado Civil



Fuente: Elaboración propia con base en los resultado del instrumento <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScswVRILRoo-JoTV6nYe1sW3_Qq6yDAQi8idKTN9wLGCcpzPQ/viewform> En este gráficos se consideraron sólo las respuestas efectivas.

De igual forma, cerca de la tercera parte de los LECs reportó tener estudios de licenciatura (29%) y 10 de ellos (1%) informó contar con estudios de posgrado. Cerca del 45% realiza actualmente estudios de grado o licenciatura, como lo propone el programa del CONAFE en su diseño original, pero poco más del 5% realiza estudios de posgrado; esto se vincula con el antecedente de que cerca del 27 declararon contar previamente con estudios de licenciatura.

El promedio de quienes informaron preparatoria concluida es de 23.8 años. Por otra parte, quienes estudian licenciatura tienen en promedio 27.6 años y los 10 estudiantes de posgrado tienen en promedio 32.5 años, de ellos siete son mujeres y ninguno fue alumno del CONAFE.

Sólo 66 LECS (el 8%) declararon tener una actividad remunerada adicional, entre ellos los 10 que realizan estudios de posgrado. En ningún caso, los ingresos mensuales que perciben por dicha actividad superó el apoyo del

CONAFE; es decir, ninguno recibe más de 400 dólares mensuales, aunque tengan más de un trabajo. De hecho, se puede inferir que en la mayoría de los casos las actividades adicionales que realizan son informales, carecen de salarios fijos y el promedio de ingresos que declaran por ellas equivale aproximadamente de 150 dólares al mes.

Todo ello reitera la percepción de que el perfil de aproximadamente el 40% de los LECs, no corresponde a las expectativas planteadas originalmente en el diseño del programa. Es decir, no son jóvenes que se acercan al CONAFE con el objetivo de obtener apoyo para realizar sus estudios de grado, sino: i) bachilleres rezagados que no tienen condiciones para continuar sus estudios superiores, ii) profesionales que no encuentran una alternativa laboral, o iii) profesionales sobre-calificados que no pueden acceder a una plaza en el magisterio, aun cuando ostenten mayores credenciales académicas que muchos docentes formalmente contratados, como claramente sucede con los LECs que tienen estudios de posgrado.

Aquí, es importante señalar que la posibilidad de concursar por una plaza magisterial para profesionales no egresados de las escuelas formadoras de docentes (las Escuelas Normales, los Centros de Actualización del Magisterio, la Universidad Pedagógica Nacional y sus Unidades Regionales), ubicadas todas ellas bajo la tutela del estado, quedó cancelada luego de la reforma educativa de 2019, donde se privilegió el interés gremial antes que el derecho de las y los estudiantes a recibir la mejor educación posible, así como el derecho al trabajo de muchos profesionales interesados en desarrollarse dentro del magisterio.

Si bien la Reforma Educativa en el Artículo Tercero Constitucional, publicada en el Diario Oficial de la Federación (DOF, 15 de mayo del 2019), no señala ningún impedimento para que profesionales formados en distintas instituciones accedan a plazas docentes, en los hechos, el diseño de la reforma, sus leyes secundarias y su gestión misma, se ha realizado en estrecha

colaboración con los liderazgos magisteriales, todos ellos interesados en influir en las instituciones formadoras de docentes, al grado de impedir que profesionales de otras instituciones (de profesionales liberales y no de estado) ingresen al magisterio.

Esta limitación afecta gravemente a muchos LECs que encuentran en la docencia su vocación, ya que bajo los actuales criterios de ingreso difícilmente podrán acceder a una plaza docente; quienes insistan en el intento deberán conformarse, en el mejor de los casos, con cubrir vacantes temporales indefinidamente, sin posibilidad de alcanzar la titularidad en alguna plaza. En el magisterio la consigna de que “origen es destino” pesa como una realidad agobiante después de la reforma de 2019; y nadie, como los LECs de CONAFE, ha sido más afectado por los criterios excluyentes de dicha reforma.

En todo caso, el perfil académico de algunos LECs ha operado en beneficio de los resultados educativos del programa, pero supone también una tensión a sus posibilidades personales de desarrollo, al tiempo que limita las oportunidades de profesionalizar la docencia comunitaria.

El instrumento aplicado sirvió también para valorar aspectos como el entusiasmo, compromiso e identidad, los cuales se asemejan más a los de un trabajador idóneo que a los de un becario medianamente orientado, interesado más en su formación futura que en su responsabilidad presente. Este optimismo se refleja en la percepción que tiene de su propia preparación para desarrollar su labor docente. Dos terceras partes (66%) dijo sentirse suficientemente preparado, y una cuarta parte (25%) muy preparado. En otras palabras, el 91% de los LECs percibe que logra resolver los desafíos que enfrenta como educador comunitario.

Gráfica 4. Autopercepción



Fuente: Elaboración propia con base en los resultado del instrumento <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScswVRILRoo-JoTV6nYe1sW3_Qq6yDAQi8idKTN9wLGCcpzPQ/viewform>
En este gráficos se consideraron sólo las respuestas efectivas.

Seguramente la contrastación entre conocimientos teóricos, conocimientos prácticos y prácticas y valores que en realidad desarrollan los LECs podrían ayudarnos a comprender y valorar algunos aspectos de la función docente que no pasan por el tamiz de las evaluaciones estandarizadas, tan apreciadas por algunos tomadores de decisión en años recientes. En congruencia con este dato, la motivación para realizar un trabajo tan arduo, en condiciones contextuales e institucionales tan exigentes, es sorprendentemente alta entre los participantes de la encuesta.

Gráfica 5. Motivación



Fuente: Elaboración propia con base en los resultados del instrumento <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScswVRIRoo-JoTV6nYe1sW3_Qq6yDAQi8idKTN9wLGCcpzPQ/viewform>

En este gráfico se consideraron sólo las respuestas asertivas

La respuesta a la pregunta “Frente a los programas anteriores (las becas universales para apoyar a estudiantes de educación superior) ¿qué ventajas tiene para ti la beca CONAFE?” revela la importancia que dan los LECs a la continuación de sus estudios, más del 90% de las respuestas, que en este caso fueron abiertas, revelan la fuerza de este propósito entre los LECs que respondieron el instrumento. Las menciones a la posibilidad que abren las becas para continuar estudiando, para pagar colegiaturas y demás beneficios relacionados, son abrumadoras y, en muchos casos, emotivas. No cabe duda que “el sueño de estudiar y ser maestros” está en el centro de la identidad de los LECs de CONAFE.

De ahí que alguno declare, que su principal motivación sea

“Tener el trabajo ya que haga el examen de oposición y así no carecer de trabajo ya que he luchado por mucho tiempo en la práctica y no he tenido la oportunidad de estar en la SEP” Anónimo (Instrumento aplicado <docs.google.com/forms>)

Por eso no deja de sorprender que a la pregunta “¿Cuáles son las necesidades materiales para mejorar tu actuación como docente?” sólo tres de los 834 respondientes señalaron “el salario” o un mayor pago.

Esto podría interpretarse como falta de interés en mejorar sus condiciones materiales de trabajo, pero también como un rasgo ético-profesional que pone al otro, por encima de sí mismo, porque un profesional se define por su capacidad para resolver problemas que competen a la sociedad. De ahí que en las respuestas sobre sus necesidades los LECs se refirieron en la inmensa mayoría de los casos a lo que requieren para hacer mejor su tarea y al deseo de profesionalizarse en ella:

“Falta de cómputo e Internet para mostrar a los jóvenes el mundo desde otra perspectiva no sólo libros porque el fomento a la lectura es un duro emprendimiento por parte de ellos, en cambio mostrando videos y tecnología, sería perfecto” Anónimo (Instrumento aplicado < docs.google.com/forms>)

Sin embargo, se registraron declaraciones asertivas sobre la aspiración a ser reconocidos como docentes profesionales:

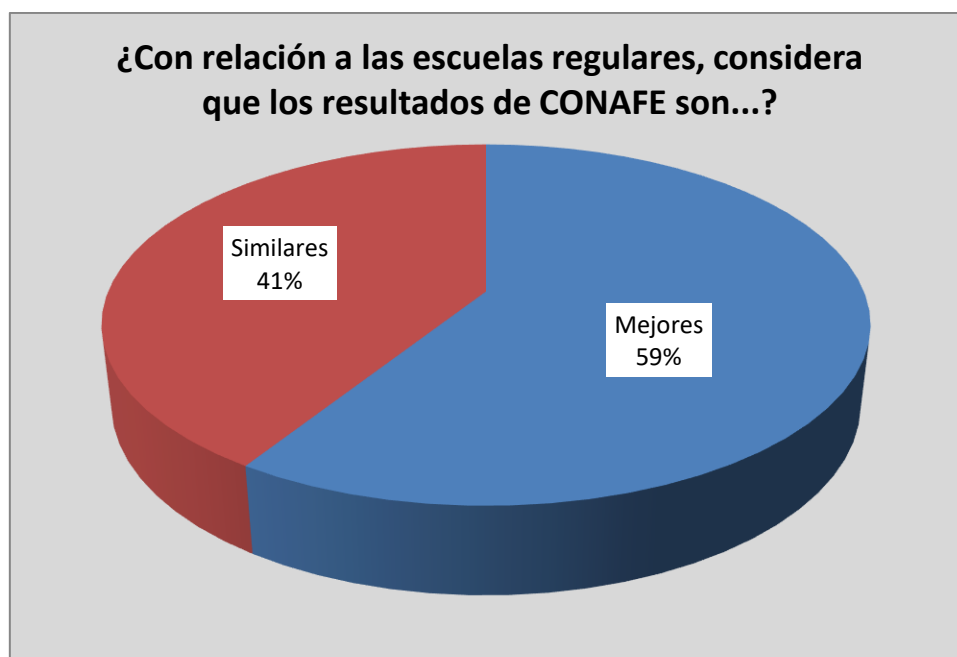
“CONAFE es una gran institución, si los servidores de mayor rango trabajaran sin fines de lucro y la beca que se da a cada lec. Se acercara a lo que le pagan a un maestro (normalista) sería una institución ejemplar.” Anónimo (Instrumento aplicado < docs.google.com/forms>)

Los LECs están seguros de que la educación comunitaria no es menos que la educación regular o indígena, de ahí que alguno señale a manera de ejemplo, que

“La mayoría de las escuelas regulares cuando ingresa un alumno de CONAFE, reconocen que el alumno va mejor preparado, así como los comentarios de los padres de familia al ver los avances de su hijos!!”. Anónimo (Instrumento aplicado < docs.google.com/forms>)

La convicción de que su trabajo es adecuado es generalizada. En ningún caso los LECs consideraron que la educación comunitaria del CONAFE está por debajo de los estándares de las escuelas regulares.

Gráfica 6. Percepción de la educación comunitaria por los LECs



Fuente: Elaboración propia con base en los resultados del instrumento <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScswVRILRoo-JoTV6nYe1sW3_Qq6yDAQi8idKTN9wLGCcpzPQ/viewform> En este gráfico se consideraron sólo las respuestas efectivas

Como podemos observar, el trabajo es su principal motivación, trabajar como docentes comunitarios y desarrollar una profesión que, para desgracia de ellos, de sus alumnos y de 160 localidades dispersas por todo el país, no existe. A pesar de que en México la docencia es una profesión normada por el estado, la de docente comunitario no ha sido creada. Además de las razones económicas que dificultan poderosamente la creación de decenas de miles de plazas para atender cada una de ellas a un promedio de 9 estudiantes, hay otras que pueden argumentarse para no crear la profesión de docente comunitario o LEC, al menos no con las características que tiene en México la profesión docente en la actualidad.

En realidad la solución de crear plazas docentes para atender a las poblaciones dispersas y marginadas se ha venido desarrollando desde hace muchos años a través de la educación indígena y las escuelas rurales. Los resultados no son mejores y si, en cambio, la resistencia a soportar condiciones

de aislamiento, incomunicación e incomodidad que implica trabajar en esos contextos. El ausentismo es uno de los problemas más recurrentes en las escuelas regulares rurales e indígenas; frente a este poco pueden hacer las comunidades porque ven en el maestro una figura de autoridad respaldada, además por una estructura gremial tan poderosa que suele controlar incluso los mecanismos institucionales de control y rendición de cuentas para los maestros.

El poder de los maestros de las escuelas indígenas y regulares suele “tener dientes”, es decir, herramientas de coerción significativas para la comunidad, como lo es el control que ejercen sobre los programas sociales, principalmente de las becas cuya continuidad depende del registro de asistencia que formulan los maestros, así como beneficios que se distribuyen desde la escuela como los desayunos escolares, uniformes y útiles en algunas entidades, y otros que pueden ser de gran importancia para los estudiantes y sus familias, empezando por algo tan sencillo, pero determinante, como la boleta de calificaciones.

Bajo el modelo tradicionalmente aplicado de generación de plazas para atender a estas comunidades, el principal beneficiario ha sido el magisterio y en menor medida las propias comunidades y los estudiantes. De ahí que desde nuestro punto de vista, la solución al desafío de incrementar la cobertura y calidad de la educación comunitaria no se reduzca a crear nuevas plazas.

La pandemia permite hacer una comparación elocuente entre el CONAFE y los otros subsistemas, como también entre el profesionalismo de los LECs y el de los docentes profesionales formalmente contratados. A través del instrumento aplicado, recogimos los siguientes testimonios: *“La atención ha sido mejor en Conafe, ya que sigo atendiendo y mi hija está en escuela federal y el profe no ha asistido más que tres veces de este ciclo”*; o bien, *“durante la pandemia conafe ha buscado alguna manera de llevar la educación en los hogares de cada niño”*.

Resulta difícil pronunciarse sobre este tema en contextos donde no hay conectividad, ni manera de constatar empíricamente que docentes acuden o no a

sus comunidades, visitan las casas de sus alumnos y mantienen un esfuerzo educativo acorde a las condiciones particulares de sus alumnos, al menos de aquellos con quienes tienen comunicación; sin embargo, nuestra vivencia cotidiana cerca de estos contextos nos permite compartir las expresiones de los LECs que hemos recuperado en este documento.

Ello no prejuzga a ningún docente, reconocemos las dificultades de actuar en uno u otro sentido en el marco de la pandemia, simplemente suscribimos que, efectivamente, por las razones que haya sido, el trabajo de las escuelas comunitarias de CONAFE se ha tenido una mayor continuidad que el de las escuelas indígenas y regulares. Por ello alguno de los encuestados afirmó lo siguiente.

“CONAFE ha trabajado muy duro para que su modelo de trabajo sea vanguardista y este a nivel de la educación regular. Sin temor a equivocarme, creó que si CONAFE logra que el trabajo que planeó se lleve a la práctica, esta consolidación dejará abajo a varias escuelas regulares” Anónimo (Instrumento aplicado < docs.google.com/forms >)

Una alternativa que busca conciliar la necesidad de profesionalizar la docencia comunitaria y la dificultad de burocratizarla o anquilosarla, como sucede en las comunidades donde la escuela CONAFE se ha transformado en una escuela indígena o regular, es apoyar a los LECs para profesionalizarlos desde un modelo dual que fortalezca sus capacidades docentes, al tiempo que les ofrece una formación académica profesionalizante orientada a convertir sus oportunidades personales y de contexto en fortalezas.

Con este espíritu se diseñó y se prueba la Licenciatura en Desarrollo Comunitario y Educación Social para un grupo de LECs que laboran en la Meseta Comiteca-Tojolabal, en el centro sur del estado de Chiapas, que colinda con Guatemala. La idea de la licenciatura fue abrir una alternativa de profesionalización al alcance de los LECs, por tanto en sus costos como, sobre todo, en su modelo de gestión, dada las restricciones de movilidad, conectividad

y recursos académicos que enfrentan. Su propósito no es formar profesionales de la docencia comunitaria, sino profesionales de la promoción del desarrollo comunitario que puedan desarrollarse en el sector educativo, la planeación del desarrollo social, del desarrollo productivo o de la educación social.

El testimonio de uno de estos estudiantes que participó en la encuesta ilustra lo que se pretende lograr con este programa académico que también lo es de profesionalización:

Día a día, los Lec acuden a comunidad a apoyar a los niños, nosotros sin importar las adversidades climáticas (sic), sociales llegamos en las comunidades más vulnerables llevando una educación a los más pequeños tanto como los jóvenes, porque nosotros como estudiantes de Cresur ponemos en práctica lo que aprendemos en las sesiones, y también nos preocupamos por los niños en sus aprendizajes, queremos que nuestros alumnos se superen y tengan una profesión en el futuro.

CONCLUSIONES

Impartir educación a decenas de miles de pequeñas comunidades dispersas, incomunicadas y ancestralmente pobres es uno de los mayores desafíos para el sistema educativo mexicano y es una condición inexcusable para superar la desigualdad social y la pobreza, al menos en sus sectores más vulnerados.

El reto financiero que esto plantea es formidable. Frente a la alternativa de crear decenas de miles de nuevas plazas docentes para atender, cada una, a grupos escolares muy reducidos, parece pertinente buscar soluciones más creativas que pongan por delante el derecho de la niñez a recibir una educación de calidad, inclusiva y pertinente; pero también el derecho de los jóvenes a ser apoyados en su formación profesional, una que potencie sus fortalezas y les abra las mayores oportunidades de desarrollo posible.

Crear nuevas plazas docentes es una vía para superar la precarización en la que se encuentra la docencia comunitaria en México, pero probablemente no es la mejor solución ni la única. Esta, que de hecho se ha probado sistemáticamente en la medida que el presupuesto educativo lo ha permitido, arroja resultados poco

satisfactorios en términos de su impacto educativo y muy cuestionables en términos de su impacto presupuestal.

Recuperar una ruta formativa larga, podría traer beneficios a todos los involucrados para dignificar la docencia comunitaria y mejorar sus resultados, desde perspectivas de política pública innovadoras. Se puede diseñar un sistema de bachillerato pedagógico que desarrolle nociones para el ejercicio docente entre los jóvenes eventualmente interesados en fortalecer sus competencias como aprendices y enseñantes; no dirigido sólo a quienes pretendan convertirse en docentes profesionales; aunque desde luego, apoyaría la formación de estas vocaciones.

Por otro lado, se sugiere desarrollar programas académicos de pregrado y licenciatura orientados a promover el desarrollo comunitario desde una perspectiva integral, que comprenda el desarrollo educativo, pero sin agotarse en él. Dichos programas podrían armonizarse con la formación que imparte el CONAFE a sus LECs: i) para alinear el esfuerzo que se pide a los docentes comunitarios y no dispersarlos, lo que redundaría en su desempeño como docentes; ii) para robustecer el modelo CONAFE con diagnósticos, recuperación de información y, en general, intervenciones orientadas e informadas, por parte de LECs que hacen de su experiencia comunitaria en CONAFE, el espacio natural para sus prácticas profesionales; iii) para enriquecer la formación disciplinaria, pedagógica y didáctica de los LECS, como parte de su formación profesional – que puede o no orientarse al ejercicio de la docencia-; y iv) para apoyar el aprendizaje de los alumnos de las escuelas CONAFE y la participación de las familias en este proceso.

Todo ello implica un modelo de apoyo a la profesionalización, como lo plantea originalmente el modelo CONAFE, pero más intencionado, mejor apoyado y plenamente adecuado a las características, oportunidades y limitaciones que enfrentan los LEcs. Implica contar con una oferta académica

atractiva, pertinente y de calidad que interese a los jóvenes, que esta se gestione armonizando la necesidad de CONAFE de contar con educadores comunitarios competentes, durante su proceso de formación, con la necesidad de los LECs de recibir una formación profesional pertinente y de calidad.

Superar la precarización de la docencia comunitaria es una tarea urgente, pero que no admite precipitaciones. No se trata de crear plazas hasta donde alcance el presupuesto, porque la población es dinámica en su movilidad, pero también en sus necesidades y perspectivas. Formar profesionales para el desarrollo del enorme conjunto que representan las pequeñas comunidades es una prioridad para el desarrollo social inclusivo y con equidad para el país, y en general para Nuestra América, atender los desafíos de la educación comunitaria y especialmente el de superar la precarización del trabajo docente, abre a su vez oportunidades de un desarrollo incluyente para las comunidades con mayores registros de marginación en el país.

REFERENCIAS

MÉXICO, Instituto Nacional de Geografía, Estadística e Informática. **Número de localidades según tamaño**, 2019. <<https://www.inee.edu.mx/wp-content/uploads/2019/04/CS03-2006.pdf>>

MÉXICO, Secretaría de Educación Pública. **FONE**. Fondo Nacional para la Educación. Tabuladores, 2020. <sep.gob.mx/es/seo1/FONE>

México, SEP. **Lineamientos Generales de Carrera Magisterial**. 2011, https://www.sep.gob.mx/work/models/sep1/Resource/2241/1/images/LINEAMIENTOS_GENERALES_2011.pdf

MÉXICO. Instituto Nacional para la Evaluación de la Educación. **Panorama Educativo Nacional 2016**. México, INEE, 2017. <<https://historico.mejoredu.gob.mx/publicaciones/panorama-educativo-de-mexico-indicadores-del-sistema-educativo-nacional-2016-educacion-basica-y-media-superior/>>

MÉXICO. Secretaría de Gobernación. **Diario Oficial de la Federación**. 15/05/2019. DOF DECRETO por el que se reforman, adicionan y derogan diversas disposiciones de los artículos 3o., 31 y 73 de la Constitución Política de los Estados Unidos Mexicanos, en materia educativa. 2015. <https://www.dof.gob.mx/nota_detalle.php?codigo=5560457&fecha=15/05/2019>

NARRO ROBLES, José; MARTUSCELLI QUINTANA, Jaime y BARRANZA García, Eduardo (Coord). **Plan de diez años para desarrollar el Sistema Educativo Nacional**. {En Línea}. Primera edición {México} Dirección General de Publicaciones y fomento editorial, UNAM, 2012. Disponible en internet: <<http://www.planeducativonacional.unm.mx>>

TREJO CATALAN, José Humberto. La participación de las organizaciones de profesores en los procesos de reforma educativa en América Latina (1990-2010). **Cadernos Prolam/USP-Brazilian Journal of Latin American Studies**, v. 19, n. 36, p. 89-114, jan./jun. 2020 <https://www.revistas.usp.br/prolam/article/view/161717/161681>

TREJO CATALÁN, José Humberto y ESCOBAR Flores, Emma Yolanda. **Encuesta a Líderes Educativos Comunitarios del CONAFE**. 2021. <https://docs.google.com/forms/d/e/1FAIpQLScswVRILRoo-JoTV6nYe1sW3_Qq6yDAQi8idKTN9wLGCcpzPQ/viewform>

URRUTIA DE LA TORRE, Francisco. ¿Por qué los bajos resultados del conafe en primaria ¿ restricciones para el buen desempeño del consejo nacional de fomento educativo. **Revista Latinoamericana de Estudios educativos** (México), Vol XLIV, núm 1, pp. 47-70. Centro de Estudios Educativos, A.C. Distrito Federal, México 2014.

.

Sobre os Organizadores

Júlio César Suzuki

<https://orcid.org/0000-0001-7499-3242>

Graduado em Geografia (UFMT), em Letras (UFPR) e em Química (IFSP), com mestrado e doutorado em Geografia Humana (USP) e Livre-Docência em Fundamentos Econômicos, Sociais e Políticos da Geografia. Professor Associado junto ao Departamento de Geografia da FFLCH/USP e ao Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Integração da América Latina (PROLAM) da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: jcsuzuki@usp.br

Rita de Cássia Marques Lima de Castro

<https://orcid.org/0000-0002-0137-6005>

Graduada em Comunicação Social – Jornalismo (Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero) e em Administração (Centro Universitário SENAC SP), com mestrado em Administração (FGV-EAESP), doutorado em Ciências (PROLAM-USP), pós-doutorado (FEA-USP). Professora no Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina - Prolam / USP e professora de graduação (Programa PART) na FEA-USP. Pesquisadora no CORS e no NESPI, ambos lotados na FEA-USP; no Grupo de Pesquisa Psicologia, Sociedade e Educação na América Latina (Instituto de Psicologia-USP) e do Centro Latinoamericano de Estudios en Epistemología Pedagógica (CESPE), onde atua como Presidente adjunta para o Brasil e como Chefe de Relações Internacionais. E-mails: ritalimadecastro@usp.br; ritalimadecastro@gmail.com

Gabriel Galdino

<https://orcid.org/0000-0003-0196-0161>

Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (PROLAM/USP) e Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), com período de formação na Universidad Pontificia Bolivariana (UPB), Colômbia. Possui experiência como Ativista dos Direitos Humanos e Direito Internacional Humanitário pela Cruz Vermelha Brasileira (2018), TECHO (2016) e Campaign to Abolish Nuclear Weapons (2015). Foi coordenador da Associação de Estudantes de Pós-Graduação do PROLAM (APG-PROLAM) durante 2019-2020. Tem experiência de pesquisa nos seguintes temas: América Latina; Desenvolvimento Econômico; e Precariedade Laboral.

Sobre os Autores

Ana Carolina de Moraes Colombaroli

Bacharel e Mestre em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Doutoranda no Programa de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (USP).

Carolina Bueno

Doutora em Economia pelo Instituto de Economia da Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) e pesquisadora pela mesma instituição

Copilli Yanik Munguía García

Maestro en Acción Pública y Desarrollo Social por el Colegio de la Frontera Norte. E-mail: copilliyanik@gmail.com.

Dasten Julián Vejar

Sociólogo (Universidade da Fronteira, Chile). Doutor em Sociologia (Friedrich Schiller University of Jena, Alemanha). Pesquisador e professor do Instituto de História e Ciências Sociais (Universidade Austral, Chile).

Eliana Gabriela Sayago Peralta

INDES/FHCSYS/UNSE.

Emma Yolanda Escobar Flores

Dr. en Ciencias Políticas y Sociales, Instituto Nacional de Estudios Fiscales; Mtro. en Políticas Públicas, FLACSO; y en Comunicación y Tecnología Educativa, ILCE; tiene la Especialidad en Política Educativa, FLACSO y en Políticas Públicas para la Igualdad, CLACSO. Cursa un programa de Posdoctoral

en la Universidad Tres de Febrero UNTREF. Es miembro del Sistema Nacional de Investigadores, Nivel I

Fabiana Scoleso

Pós doutora em Sociologia do Trabalho pelo IFCH-UNICAMP, professora adjunta do curso de Relações Internacionais da UFT e coordenadora do Observa-TO fscoleso@uft.edu.br

Gil Felix

Cientista social. Professor da Universidade Federal da Integração Latino-americana. Coordenador do Grupo de Pesquisa sobre Trabalho (CNPq). www.grupodepesquisasobretrabalho.wordpress.com

Joel Menezes Barreto Junior

Mestre em Integração Contemporânea da América Latina, Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Docente da Universidade Internacional do Cuanza. E-mail: barretoo.jr@gmail.com.

José Aurício Lopes Araújo

Graduando do Curso de Bacharelado em Serviço Social do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do estado do Ceará – IFCE Campus Iguatu. E-mail: auricioaraujo8@gmail.com

José Humberto Trejo Catalán

Dr. en Ciencias Políticas y Sociales, Instituto Nacional de Estudios Fiscales; Mtro. en Políticas Públicas, FLACSO; y en Comunicación y Tecnología Educativa, ILCE; tiene la Especialidad en Política Educativa, FLACSO y en Políticas Públicas para la Igualdad, CLACSO. Cursa un programa de Posdoctoral

en la Universidad Tres de Febrero UNTREF. Es miembro del Sistema Nacional de Investigadores, Nivel I

Juan Facundo Carcedo

Magister en Integración y Cooperación Internacional (Centro de Estudios en Relaciones Internacionales de Rosario – CERIR – de la Universidad Nacional de Rosario – UNR-). Doctorando en Relaciones Internacionales por la UNR. Investigador del Centro de Estudios Interdisciplinarios en Problemáticas Internacionales y Locales (CEIPIL) de la Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires (UNICEN). E-mail: facundocarcedo@gmail.com

Juliana Carpinetti

Licenciada en Relaciones Internacionales (Universidad Nacional de Rosario, Argentina). Magister en Migraciones Internacionales, Fenómenos Migratorios y Transformaciones Sociales (Universidad Ca' Foscari de Venecia, Italia). Doctora en Ciencia Política (Universidad Nacional de Rosario, Argentina). Doctora en Sociología (Universidad de París, Francia). Profesora Asociada en la Universidad Nacional de Rafaela, Argentina. Becaria posdoctoral de CONICET en el Centro de Investigación y Transferencia Rafaela, Argentina

Leandro Fontes Corrêa

Bacharel em Relações Internacionais pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Mestrando no Programa de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo (USP).

Lucas Emanuel Torres

Director de la Revista Trabajo y Sociedad. Coordinador del Grupo Estudios del Trabajo INDES (FHCSyS-UNSE/CONICET).

Múcio Tosta Gonçalves

Doutor em Ciências Sociais (Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Docente do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Federal de São João del Rei – UFSJ. e-mail: mucio@ufsj.edu.br

Nívea Maria Santos Souto Maior

Mestre em Direito Público pela Universidade Estácio de Sá/RJ. Mestre em Serviço Social – Universidade Estadual da Paraíba Especialista em Direito do Trabalho pela Universidade Cândido Mendes/RJ. Advogada. Professora. E-mail: legaliteadv@yahoo.com.br

Pedro C. Chadarevian

Professor do Departamento de Economia da Unifesp (Universidade Federal de São Paulo), e do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da UFABC (Universidade Federal do ABC).

Ricardo Luiz Cruz

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro/Museu Nacional (PPGAS/MN). Professor do curso de ciências sociais da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGAS/UFMS).

Sergio Alejandro Dorfler Bustamante

Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas (PPGECsA) do Departamento de Estudos Latino-Americanos da Universidade de Brasília (ELA/UnB). sergiodorfler@gmail.com
